

A Ditadura de Segurança Nacional

1964-1985

1964-1985

**RELATÓRIO FINAL DA SUBCOMISSÃO QUE INVESTIGOU
AS MOSTRAS DO PRESIDENTE JOÃO GOULART**

Relatório Especial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul

Assembleia
Legislativa
do Rio Grande do Sul

RELATÓRIO SOBRE A MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SUBCOMISSÃO PARA INVESTIGAR AS CIRCUNSTÂNCIAS DA MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART

SUMÁRIO

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

1. CRONOGRAMA DOS TRABALHOS
2. INTRODUÇÃO
3. DEPOIMENTOS RECOLHIDOS EM AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
4. SÍNTESE DOS DEPOIMENTOS - PARTE MAIS IMPORTANTE
5. INVESTIGAÇÕES REALIZADAS
6. DOCUMENTOS RECEBIDOS
7. CONCLUSÃO

COMPOSIÇÃO DA SUBCOMISSÃO PARA INVESTIGAR AS CIRCUNSTÂNCIAS DA MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART

DEPUTADOS MEMBROS

Adroaldo Loureiro – PDT - Relator da Subcomissão

Edson Brum – PMDB

Paulo Brum – PSDB

Dionilso Marcon – PT

Marco Peixoto – PP

**SUBCOMISSÃO DESTINADA A INVESTIGAR EM
QUE CIRCUNSTÂNCIA OCORREU À MORTE DO EX-
PRESIDENTE JOÃO GOULART, EM 06 DE DEZEMBRO DE
1976, NA ESTÂNCIA DE SUA PROPRIEDADE, NA
PROVÍNCIA DE CORRIENTES, NA ARGENTINA.**

CRONOGRAMA DOS TRABALHOS DA SUBCOMISSÃO

26.02 – Primeira audiência

(Christopher Goulart (representando o Instituto João Goulart) entrega documentos da família para a Subcomissão).

Jair Krischke cobra abertura dos arquivos secretos das Forças Armas. Loureiro diz que primeira reunião é para ajustar cronograma de trabalhos.

01.04 – Segunda audiência

Ex-deputado João Vicente reforça que falta empenho do governo federal em esclarecer os fatos que cercam a morte de seu pai.

Reunião conta com a manifestação de Lícia Peres e Índio Vargas. Loureiro defende acionar Ministério Relações Exterior para ouvir ex-agente da CIA Frederick Latrash.

03.04 – Reunião no MPF em Porto Alegre

Procuradora Suzete Bragagnolo recebe documentos que irão auxiliar o trabalho do MPF sobre circunstâncias da morte de Jango.

30.04 – Terceira audiência

Uruguaios Javier Bové (advogado) e Roger Rodrigues (jornalista) falam sobre o funcionamento da Operação Condor, considerada peça-chave das ações conjuntas dos órgãos de repressão dos governos ditatoriais do Conesul para eliminar inimigos políticos nas décadas 70/80.

06.05 – Reunião com secretário Mallmann

Loureiro e Christopher Goulart pedem ao secretário de Segurança a devolução dos manuscritos do preso Mario Neira Barreiro retidos na PASC. Os manuscritos são os originais de livros que Barreiro estaria escrevendo sobre o período em que atuou como agente secreto do Uruguai, quando monitorou Jango no exílio.

08.05 – Oitiva na PASC com Mario Neira Barreiro

O ex-agente do serviço secreto do Uruguai confirma que houve operação para eliminar Jango. Ele revela nomes e situações. Participam da oitiva: Jair Krischke, Christopher Goulart, Javier Bové, Roger Rodrigues e a equipe da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, formada pelo ouvidor Fermino Fecchio Filho, Vera Regina Rotta e Mari Carmen Gerpe

18.06 – última audiência (perito DML)

O perito Manoel Constant Neto fala de aspectos técnicos sobre autópsia e responde perguntas da Subcomissão sobre a possibilidade de encontrar algum indício de envenenamento na ossada de Jango, caso ocorra à exumação, 32 anos depois.

INTRODUÇÃO

A Subcomissão destinada a investigar em que circunstância ocorreu à morte do ex-presidente João Goulart, foi constituída no dia 20-02-2008, nos termos do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, por ato da presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, atendendo a requerimento deste relator.

A instalação da Subcomissão situa-se no contexto da retomada da discussão pública sobre a ação coordenada dos órgãos de repressão de vários países do cone sul da América Latina, principalmente na década de 70, conhecida como Operação Condor.

A criação da Subcomissão na Comissão de Direitos Humanos se pautou pela idéia de que a morte do ex-presidente João Goulart não poderia ser excluída das investigações sobre a história recente da repressão em nosso continente. As razões que fundamentam essa idéia ficarão claras ao longo do relatório. Basta lembrar a coincidência temporal com o auge da Operação Condor e a relevância da derrubada de seu governo, em 1964, ponto de partida da consolidação de regimes ditatoriais no Cone Sul. De outro lado, havia a consciência de que as circunstâncias da morte, ocorrida há trinta e dois anos, sem que houvesse um laudo pericial adequado, não traziam grande esperança sobre o surgimento de alguma prova conclusiva a favor ou contra a hipótese de homicídio. Agora, em 29 de janeiro de 2008, em depoimento a Policia Federal, o senhor Mario Neira Barreiro, trouxe novos elementos quando

participante do serviço secreto uruguai e como testemunha presente ao plano de assassinar com veneno o ex-presidente João Goulart. Este fato novo, não poderia ficar sem a devida investigação desta Subcomissão, que com o seu trabalho trará as demais comissões e órgãos que se dedicaram ao mesmo tema anteriormente, luzes para a solução da morte do ex-presidente João Goulart.

O lapso temporal se deve ao excessivo cuidado perceptível na cobertura jornalística, a censura, explícita ou velada – eventualmente, até, autocensura –, continuava forte, apesar do projeto de abertura que começava a ser apregoado pelos líderes da ditadura vigente. De um lado, o regime implantado em 1964 dispunha de força suficiente para impedir a livre investigação das suspeitas envolvidas na morte de João Goulart. De outro lado, as pessoas mais interessadas em encontrar respostas para suas dúvidas supunham, acertadamente, que a tentativa de aprofundar a análise, naquele momento, seria duplamente contraproducente: não havia a menor condição de se levar a cabo uma investigação imparcial, mas havia a possibilidade real de que a tentativa de realizá-la prejudicasse a consolidação da abertura do regime. A própria amplitude do movimento repressivo, articulando agências de vários países, cria embaraços à investigação. As resistências não se situam apenas no âmbito nacional, mas incorporam acordos e solidariedades internacionais.

Em boa parte do continente, os chamados anos de chumbo foram mantidos, com a cooperação entre países para, por exemplo, perseguir quem era considerado subversivo, uma aliança batizada de Operação Condor.

DEPOIMENTOS RECOLHIDOS EM AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Os depoimentos recolhidos ao longo de suas investigações, em audiências públicas, constituem uma das contribuições mais importantes desta Subcomissão para o desvendamento das circunstâncias em que ocorreu a morte do ex-presidente João Goulart e para a formação de um repositório de informações oficiais altamente relevantes para pesquisas futuras. Por outro lado, como grande parte dos depoimentos

aqui reproduzidos foi construída a partir de um diálogo entre os depoentes e os membros da Subcomissão, os temas não são tratados linearmente. Como são próprias dos diálogos, muitas vezes questões já tratadas reaparecem ao longo dos depoimentos – em parte porque retomadas nos questionamentos de outro parlamentar. Por vezes, também, a substituição de um parlamentar por outro na condução de questionamentos resulta em passagens abruptas de um tema para outro. De qualquer maneira, a não ser quando realmente excessivas, as repetições foram mantidas na presente transcrição; afinal, caberá a pesquisadores futuros descobrir até que ponto é significativo as diferenças entre formulações similares para descrever os mesmos fatos.

REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO

DATA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2008

A presença do neto do ex-presidente João Goulart na primeira audiência pública realizada por esta Subcomissão é significativa. Primeiro, ela demonstra o desejo da família do ex-presidente de esclarecer um fato da história do Brasil (e dela própria) que vem exigindo a atenção da nação. Segundo, ela prova a confiança da família na maturidade alcançada pela democracia brasileira, que já pode avaliar nossas feridas históricas com imparcialidade, e, em particular, sua confiança na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

O depoimento, como a maioria dos demais, começou com uma intervenção inicial mais longa, seguida de diálogo com os parlamentares membros da Subcomissão. A intervenção inicial teve o seguinte conteúdo.

Depoimento do senhor Christopher Goulart (neto do ex-presidente João Goulart)

Primeiramente quero agradecer a presença de todos, louvar a atitude do Presidente da Subcomissão Deputado Adroaldo Loureiro, que mostra compromisso perante o povo do Rio grande do Sul, no sentido de que Jango era um presidente antes de todas as qualificações certamente a ele atribuídas era um gaúcho. Um líder latino americano que lutou pela soberania de nosso país e pelo fortalecimento das bases. Um presidente com uma visão nacionalista extrema numa situação conflitante de guerra fria. Na verdade Jango era um mártir evitou duas guerras civis no país em 1961 e 1964. Quero saudar a presença dos deputados aqui presentes, presidente, do senhor Carlos, que em outras ocasiões, já conversamos, do deputado Marcos Lange. Jair Krischke de liderança nos direitos humanos. Na verdade deputado é muito importante esclarecer a morte do ex-presidente Jango, como nós viemos aqui, a morte misteriosa de Jango. As circunstâncias do que representava a volta de Jango ao país. Era o único líder latino americano e único líder brasileiro capaz de unificar as esquerdas. Seu retorno ao Brasil representava uma ameaça extrema, pelo seu perfil conciliador, seu perfil conservador e, perfil pacífico. Pela sua capacidade de

articular. O que era um péssimo interesse para as ditaduras militares. Tanto que as esquerdas foram acionadas pela mobilização na época da distensão, liderada pelo General Golbery do Couto e Silva, então é esse o ponto principal. A capacidade de coalizão que ele tinha. Inclusive muitos questionavam isso no seu poder presidencialista, enfrentando oposição, inclusive, dentro do seu próprio partido. Mas, Jango sempre teve uma visão conciliadora social. Nunca teve a ganância de poder. Ele, dizia que o poder era um destino, e, o destino o conduziu a ser presidente do Brasil. Então, as novas gerações precisam saber qual é a verdadeira história, se ele sofreu realmente um atentado, como existem provas testemunhais como desse individuo que está preso. Mas, também muitas outras provas escritas, documentos do exército que podem vir a ser abertos, como documentos do Itamaraty, documentos de outros países, como muito bem colocou o nosso líder Jair Krischke. Documentos que a sociedade faz clamor que venham à tona. Nós não podemos ser enganados. A história tem que ser bem contada, como ela efetivamente aconteceu.

E, muito importante também falar da vida de Jango e o porquê ele foi morto. Ele era um líder que buscava as reformas estruturais para o país que até hoje ainda não foram consolidadas como: na área fiscal, tributária, urbana. O líder que controlava as remessas de lucros, durante a guerra fria, que era de espoliação aos trabalhadores brasileiros. Jango tinha um compromisso com suas origens. Era o legatário da carta testamento de Getúlio Vargas. Se vocês me permitirem, tem uma questão familiar, eu tenho curiosidade de saber como o meu avô faleceu. Na verdade como dizia Darcy Ribeiro, Jango não caiu pelos seus erros, mas pelas suas virtudes. Hoje abrimos os jornais e vemos um mar de lama, de corrupções, são os exemplos. Eu coloco a disposição uma vasta documentação que nós temos. Temos buscado a mobilização de vários segmentos dos poderes: o subprocurador do inquérito no Ministério Público Federal; buscamos a mobilização do Poder Judiciário; esta mobilização da Subcomissão pela iniciativa louvável do deputado Adroaldo Loureiro, que leve adiante os trabalhos. Precisamos de um trabalho em conjunto com toda a

sociedade brasileira. No poder executivo também, recebemos da ministra Dilma Rousseff vários documentos confidenciais. Estamos lutando também no Senado para um acordo na área dos Direitos Humanos entre os países, para que essas informações nos sejam concedidas com maiores facilidades, que não tenham que passar pelo Itamaraty para dependerem de cartas que vão levar mais de ano para chegarem às respostas. Solicitar por exemplo documentos do Arquivo do Terror do Paraguai, ou do Uruguai da Argentina. Então essas iniciativas em conjunto têm efetiva importância, pois o Brasil se mostrou durante todo esse tempo, ter sido um pouco ineficaz em relação à apuração das responsabilidades daqueles que participaram de torturas, mortes, assassinatos. A Argentina tem um presidente preso Jorge Rafael Videla (1976 a 1981). Dois presidentes uruguaios estão presos Juan María Bordaberry (1973 a 1976) e Gregorio Conrado Álvarez Armelino (1981 a 1985). No Chile o General Augusto José Ramón Pinochet Ugarte presidente (1973 a 1990) teve a sua prisão decretada, mas veio a falecer 10-12-2006, mas, o seu ministro general Juan Manuel Guillermo Contreras Sepúlveda – Diretor do DINA está preso, condenado em 2007 a 10 anos de prisão. Então, está na hora do Brasil começar a assumir essa responsabilidade sobre essa brutalidade de ocorreu. Eu, na verdade, tenho 31 anos e não participei disso, mas muita gente participou e muita gente tem um clamor e um anseio de que isso efetivamente ocorra. Então a nossa contribuição é nesse sentido. Talvez o caso de Jango venha a esclarecer tantos outros casos de repressão, torturas de mortes que vem por trás de tudo isso. Aproveitando a relevância ou destaque que o caso tem na mídia, por Jango se tratar de um líder mundial. Então porque não podemos aproveitar esse momento e fazer uma reflexão, essa é a nossa luta. Mais uma vez agradeço a iniciativa desta Subcomissão e a presença do senhor Jair Krischke. Uma coisa é importante também, meu pai sempre fala nisso: "Christopher, sempre que fores falar de Jango, sempre irás encontrar resistências, porque esse assunto ainda não é bem assimilado. Talvez estejamos hoje, sobre certo ponto enfrentando essa resistência. Do por que dessa Subcomissão, mas, como foi muito bem

colocado pelo deputado Adroaldo Loureiro, a história continua, e, novos documentos irão aparecendo, novos fatos vêm surgindo, e o comprometimento deste parlamento e do povo do Rio Grande do Sul é sempre pertinente, e com certeza vai estar sempre preservando a memória de Jango. Muito obrigado a todos, e pela oportunidade.

Depoimento do senhor Jair Krischke (Conselheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos no Rio Grande do Sul)

Na audiência pública o senhor Jair Krischke, iniciou sua intervenção com referências elogiosas a criação da Subcomissão pelo deputado Adroaldo Loureiro, afirmado discordava da colocação de que a Subcomissão pretende colaborar na elucidação do fato de como ocorreu à morte de ex-presidente João Goulart, discordo porque acho que esta Subcomissão poderá prestar sim, uma enorme contribuição na elucidação deste episódio. Porque esta Casa tem tradição. Porque enquanto lhe ouvia deputado Adroaldo Loureiro, aqui lembrava ao tempo da ditadura – agora é muito fácil a gente brigar por direitos humanos – mas, não faz tanto tempo era complicado. E, aqui em Porto Alegre aconteceu o seqüestro dos uruguaios, vocês sabem. Primeiro caso de operação Condor, denunciado, investigado, condenado pela Justiça do Rio Grande do Sul e depois resultou em uma segunda condenação, em que o Estado teve que indenizar os dois, pelos cinco anos que passaram injustamente na prisão. Então, esta Casa, naquela ocasião colaborou enormemente, esta Casa, teve um papel protagônico, naquele episódio. Esta Casa tem experiência deputado Adroaldo Loureiro, e lutou num tempo difícil, que era a ditadura. Agora é bem mais fácil. Então, eu entendo que poderá sim, trazer uma enorme contribuição. E, esse título dessa revista "Morte sem Fim", ele é verdadeiro, por que é sem fim, pela nosso incompetência. Porque a cidadania brasileira não teve a competência de elucidar afinal de contas, para dizer cabalmente, olha foi uma morte natural, ou, foi um assassinato. Eu entendo que a nossa geração deve isso para a cidadania brasileira. Nós estamos tratando da morte de um ex-

presidente da república. Se nós não tivermos competência e uma atividade rigorosa para apurar esta morte, eu ponho em dúvida, se nós sabemos exercer, em plenitude, aquilo que inclusive a nossa Constituição nos garante, que é o exercício da cidadania. A morte do ex-presidente João Goulart, ela está envolta em muitas suspeitas. E, vejam o atestado de óbito diz causa mortis "enfermedad", doença. Como se pode imaginar que o ex-presidente João Goulart, um presidente da república foi enterrado, em manga de camisa, calça jeans e de pé descalço. Mas, que coisa maluca essa. Agora, há pouco tempo deputado Adroaldo Loureiro, faleceu, o coronel Solon, aqui em Porto Alegre faz um mês, que era o superintendente da Policia Federal no Rio Grande do Sul, quando da morte do ex-presidente João Goulart. As tratativas para que o corpo viesse por terra, foram feitas com o vice-presidente General Alberto Pereira dos Santos, que autorizou o coronel Solon, superintendente da Polícia Federal, a que isso acontecesse. E, ele acabou respondendo a inquérito policial militar, e foi defenestrado da superintendência da Policia Federal. E, a sua carreira como oficial do exército terminou aí. Veja que coisa maluca. Que coisa infernal. Por quê? Por que autorizou que o cortejo viesse por terra. Essa foi à grande culpa dele. Observem um homem honesto e um homem do golpe militar. Ninguém seria superintendente da Polícia Federal, em qualquer lugar, se não fosse da confiança dos donos do poder, e, mesmo assim, ele pagou caro. Então são dados que vão levando-nos as suspeitas. Agora, nós temos um cidadão, uruguai, que está preso, aqui no presídio de alta segurança, é assaltante de banco, sim, assaltante de carro forte, sim, contrabandista de armas, sim e é essa a sentença que ele cumpre, de haver praticado esses crimes. Mas, nós honestamente não podemos deixar de até a exaustão, deixar de investigar o que ele afirma. Por que tudo que ele afirma faz sentido. Ele refere que, aquela triste figura da nossa história, o delegado Sérgio Paranhos Fleury, esteve várias vezes no Uruguai, sim, ele foi várias vezes para organizar os esquadrões da morte, e, era uma figura muito conhecida e refere com muita segurança. Ele refere à figura de um médico legista da polícia de Montevidéu, que teria

produzido um veneno que matou uma senhora de um importante líder político do Uruguai. Colocou veneno em garrafas de vinho. São três garrafas de vinho branco que foram presenteados a três importantes líderes políticos. Essa senhora, inadvertidamente abriu a garrafa de vinho, serviu uma taça, tomou um gole e morreu. Esse senhor que está aqui no presídio disse que esse médico legista, que era uma figura reconhecida da ultra direita uruguaia, também foi o autor, do produto que produziu a morte do ex-presidente João Goulart, conforme declarou. Então, é declaração forte, que têm que ser investigada a exaustão. Não é porque ele está cumprindo uma pena, que nós podemos desprezar ou minimizar o que ele afirma. As afirmativas são graves, fazem sentido e merecem uma investigação. Quanto a documentos deputado Adroaldo Loureiro, eu, agora em dezembro, passando por Montevidéu, recolhi, documentos do serviço secreto da polícia uruguaia, onde está o monitoramento do ex-presidente João Goulart e de pessoas que circulavam muito próximas a ele. Várias pessoas estão ali monitoradas. E, junto a um documento do serviço secreto do exército uruguaio, que inclusive relata uma reunião do ex-presidente João Goulart, em Buenos Aires. Olha é um documento do exército uruguaio, de uma reunião celebrada em Buenos Aires, estando presente o senador uruguaio Zelmar Michelini Guardi e o deputado Héctor Gutierrez Ruiz assassinados em 1976 e o ex-presidente da Bolívia General Joan José Torres González, também assassinado em Buenos Aires em 1976. E, o ex-presidente João Goulart, em uma reunião que tratava da situação de exilados brasileiros, uruguaios e bolivianos, que estavam num hotel no aeroporto de Ezeiza, confinados, e os três se reuniam para buscar uma solução para essa terrível situação que viviam esses exilados. Está lá relatado. Isto é muito grave. Esses documentos, eu lamentavelmente não os trouxe uma cópia, mas coloco desde agora a disposição. Mas se precisa avançar em termos de documentos, se precisam pedir oficialmente as colaborações dos governos: argentino, do governo uruguaio, do governo chileno, do governo paraguaio e do governo brasileiro para que se abram aqueles registros que não são este Christopher de

que foi entregue a família, mas os registros das forças armadas, isso é fundamental se ter. Nunca foi pedida a colaboração dos governos vizinhos. Podem estranhar, mas, o ex-presidente João Goulart, nunca esteve no Chile, no período do seu exílio, é verdade. Mas entre outros documentos que eu trouxe de Montevidéu, eu trouxe do serviço secreto uruguai, a lista dos brasileiros presos no estádio Nacional, quando do golpe do Chile. Os brasileiros estavam no Chile. Que foram presos e levados para o estádio Nacional, quando do golpe de 11 de setembro de 1973. E, onde estava esta lista? No serviço secreto do Uruguai. Eles sempre trocavam informações, portanto, no Chile poderá haver algum documento que nos ajude a elucidar isso é importante. Os países precisam colaborar. E outra fonte importante de documentos são os do serviço secreto norte-americano. Pode parecer uma piada de mau gosto, mas, não é. Eu digo aos senhores e as senhoras que, o serviço secreto norte-americano, qualquer um deles, mas especialmente a CIA, cumpre a lei americana. A lei de classificação e desclassificação de documentos. Que no Brasil nós copiamos. Collor de Mello mandou uma mensagem para o Congresso, que foi aprovada e, a lei que trata dessa matéria no Brasil é uma cópia da lei americana. A diferença é que lá eles cumprem a lei e nós aqui a não cumprimos. Aqui o Estado brasileiro não cumpre a lei. Então documentos americanos, do serviço secreto americano, sempre que eles cumprem o prazo de que são secretos, eles são desclassificados e tornados públicos. Vão para a universidade Jorge Washington. O governo da Argentina pediu tudo àquilo que havia nesses registros que diziam alguma coisa a respeito da Argentina, e, de algum cidadão argentino. Na ocasião foi mandado dos Estados Unidos para a Argentina, 74.000 (setenta e quatro mil) documentos. E, por essas coisas da vida, eu tenho cópia. E, dentro destes documentos se encontram coisas fantásticas, por exemplo: um episódio de Operação Condor, no aeroporto do Galeão, no dia 12 de março do ano de 1980, está descrito neste documento norte americano, que conta como foi feita a operação, onde um senhor ítalo-argentino de nome Horácio Domingo Perpiglio e sua companheira Monica Susana Pinos de Binstoc, foram

seqüestrados numa ação conjunta do aparelho repressivo argentino e brasileiro. Aeroporto do Galeão. Base aérea do Galeão. Um local de estabelecimento militar. E, o documento norte-americano narra como aconteceu. É duro a gente conhecer a nossa história, lá em Washington. Mas lamentavelmente é assim. E, entre outros documentos, eu tenho um telegrama do serviço secreto norte-americano, na ocasião sediado em Porto Alegre, datado de 02 de abril de 1964, é um telegrama bem curto, - O presidente João Goulart partiu para Montevidéu. É tudo o que diz o telegrama, mas, ele é histórico, é do serviço secreto norte-americano informando a Washington. Eu também disponibilizei uma cópia deste telegrama. Então deputado Adroaldo Loureiro, eu entendo que a Assembléia Legislativa pode provocar o assunto, porque são relações internacionais. Mas, tenho certeza de que os norte-americanos, assim como fizeram com a Argentina farão, e disponibilizarão todos os documentos que digam respeito ao Brasil. Porque eles têm. E, sempre vão, cumprindo a sua lei desclassificando. Não é a toa deputado Adroaldo Loureiro, que no museu Lyndon Baines Johnson, (presidente USA de 1963 a 1969) em Hunston no Texas, um grande museu, e, ali, estão reunidos todos os documentos relativos à presidência de Lyndon. Ali está a história do golpe militar de 1964 no Brasil. Toda a história está escrita ali, e, o título é operação Brother Sam. O irmão Sam. Quantos navios estavam aqui na nossa costa, navios da armada norte-americana, que tipo de armamento possuía e navios petroleiros. Conta a história do golpe. E, conta muito da atuação do embaixador Lincon Gordon, ao tempo, no Brasil. Lá no Rio de Janeiro se escrevia nas paredes, - basta de intermediários, Lincon Gordon, para presidente -. E, é verdade, não. Ele teve um papel protagônico no golpe de 64. É uma pena que o governo brasileiro, qualquer um dos governos brasileiros, períodos pós-ditadura não teve a iniciativa de pedir esses documentos, e, disponibilizá-los para a sociedade brasileira. Acho que essas iniciativas deputado Adroaldo Loureiro, já seriam de um valor extraordinário, muito ajudaria na elucidação da morte do presidente João Goulart, mas, também, poderia prestar um

grande serviço à cidadania brasileira, contando mais desse pouco que nós sabemos, do mal da noite de trevas que se abateu sobre este país durante 21 (vinte e um) anos. E foram longos anos de chumbo. Era isso deputado Adroaldo Loureiro que eu tinha para informar preliminarmente e me colocar a disposição da Subcomissão sempre que houver necessidade. Muito obrigado.

O depoente teve a oportunidade, ainda, de responder a questionamentos feitos pelo deputado Adroaldo Loureiro, sobre possíveis linhas de investigação a serem seguidas pela Subcomissão nos países mencionados, e, se esses países estavam organizados na guarda destes documentos históricos. O que, aliás, constituiu em efetiva contribuição para os trabalhos.

Continuação do depoimento do senhor Jair Krischke

Bem eu lhe diria deputado Adroaldo Loureiro, que na Argentina, isto está muito bem organizado. Nós temos a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que é um órgão do governo argentino, e que tem uma atuação muito ampla e pode colaborar. Junto a esta instituição existe o Arquivo Nacional da Memória, onde inclusive os documentos dos brasileiros desaparecidos na Argentina, lá estão. É um arquivo que está permanentemente sendo alimentado, na medida em que documentos vão aparecendo. Poder-se-ia fazer uma consulta ao Arquivo Nacional da Memória e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que é um órgão do governo argentino. E, no Uruguai nós poderíamos pedir a colaboração, porque eles não têm instituições deste gênero. Podemos pedir ao governo uruguai, através ou do Ministério do Interior, por que as polícias, a não ser no Brasil, mas, em toda a América Latinas, as polícias são afetas ao Ministério do Interior e ao Ministério de Relações Exteriores. São dois caminhos para se obter documentos no Uruguai. E, eu falo Ministério de Relações Exteriores porque no Uruguai foi feito um trabalho magnífico de organização dos arquivos do Ministério de Relações Exteriores. E, eu dizendo isso assim, pode parecer meio vago, meio

distante, mas, eu me permito tomar um pouco do tempo dos senhores para contar algo bem concreto e que diz muito respeito a nós, e, aqui no rio Grande do Sul, se diz solenemente que os documentos do DOPS foram queimados. O governo Amaral de Souza houve um belo dia em que os caminhões carregados com os papéis do DOPS foram para uma olaria da Brigada Militar, em Alvorada, sirenes, e lá foram queimados. A televisão mostrou, a imprensa fotografou foi alardeado – queimaram-se os documentos do DOPS -. O governo Amaral de Souza, muito bem. Acho que em 1982, nesta luta por redemocratizar dos países da região, nós convidados a Wilson Ferreira Adunati, aquele que escapou da morte, lá em Buenos Aires, a vir a Porto Alegre e a esta Casa, Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, para uma palestra. E, ele veio. Estava exilado em Londres. E, o acompanhou seu filho Juan Raul, ex-senador do Uruguai, que fazia o seu exílio em Washington. Veja que gente subversiva. Um exílio em Londres e outro em Washington. Não era em Moscou e nem em Havana. Bem, aqui estiveram e passaram três dias conosco. Claro que muita gente veio do Uruguai, seus correligionários do Partido Nacional, do Partido Blanco vieram, gente da Frente Amplia Uruguai vieram, de ônibus de avião. Foi embora, eu lembro. Nós o hospedamos no Citi Hotel. Foi embora. A vida anda e ele tenta voltar para o Uruguai para candidatar-se a presidente da república, ele já tinha escapado do homicídio em Buenos Aires. Volta e foi preso. E, mantido preso num quartel, até terminar o processo eleitoral e Sanguineti ser eleito. Acontecido isso, colocaram o Wilson Ferreira em liberdade. Existe uma prática interessante no Uruguai, o partido que vence a eleição, distribui cargos para os partidos opositores. O partido colocado em segundo lugar no processo eleitoral, ganha 50 cargos, o terceiro 30. Sabe há distribuição de cargos no serviço público. E cometeram o grave equívoco de dar um desses cargos para um querido amigo meu, que esteve exilado aqui em Porto Alegre, uruguai do Partido Nacional. E deram para ele um importante cargo. Ele foi trabalhar no arquivo morto do Ministério. Mas, ele era um tipo muito curioso e gostava muito de revirar papéis, e, em um belo dia, ele me liga

de montevidéu e me diz assim – Não imagina o que eu encontrei aqui. Eu encontrei um relatório do ex-cônsul do Uruguai, em Porto Alegre, relatando toda a visita do Wilson Ferreira, inclusive reproduzindo diálogos entre aspas, que demonstra que havia uma escuta. E, no final tem um negócio que eu não vou te dizer por telefone. O que eu faço? -. Faz um xerox que eu estou indo para Montevidéu. E fui para Montevidéu e trouxe os documentos. Trouxe o relatório. E, o relatório no final, nas últimas linhas dizia assim – E quem transportava o Wilson Ferreira, de um lado para outro, eu vou me permitir dizer o nome da pessoa porque era dessa Casa, respeitada figura desta Casa, era o comunista Régis Ferretti, era o Procurador-Geral desta Casa. O comunista Régis Ferretti. Que juntamos as fichas do DOPS -. Que fichas do DOPS? Àquelas queimadas? Àquelas queimadas? Com duas anotações posteriores a queima. Não é fantástico. Transportava no automóvel Alfa Romeo placa tal. Então, eu estou contando para os senhores que é mentira quando dizem que queimam documentos. Não queimam. Informação não se destrói nunca. Isso é regra dos serviços de espionagem em todo o mundo, não se destrói. Essas do DOPS não foram destruídas elas foram modernizadas, elas foram micro-filmadas. Então os papéis a gente queima, não vai ocupar lugar com um monte de papéis. Isso significa o seguinte: que havia uma colaboração estreita entre todos os serviços. Não é verdade? E que tudo que acontecia, até nesta Casa, estava monitorado. E, essas informações existem. Eu tenho estes documentos, como narrei por este episódio de extrema coincidência com essa pessoa que olhou, fez um xerox e me passou. Então, lá no Uruguai nós podemos junto ao Ministério de Relações Exteriores, por isso eu referi, por que lá foi feito um trabalho imenso de levantamento. Alguns documentos que se referem a brasileiros eu trouxe, já desse arquivo. O Flávio Tavares monitorado. Tudo, o que acontecia. Dos jornalistas do que iam tratar. A Flávia Schiling está lá. A questão do seqüestro. O que acontecia aqui na Assembléia Legislativa lá está relatado. E, claro com o Ministério do Interior. No Paraguai, o famoso Arquivo do Terror, hoje está sob guarda do Poder Judiciário. Num setor, está

organizado, se pode ir lá e consultar. E, no Chile, ainda está um pouco nebulosa a organização do que se tem. Mas nós temos acesso ao que tiver. Isso eu faço umas duas ou três consultas e lhe disponibilizo essa informação. São os arquivos sim que poderiam ter alguma coisa a nos ajudar. Não podemos transferir para uma geração futura, de que morreu o ex-presidente João Goulart? Obrigado.

O deputado Adroaldo Loureiro comunicou que recebeu uma correspondência do senhor Amândio Amaral, com telefone e endereço de São Borja, que seria interessante localizá-lo. Ele fazia parte do serviço secreto militar do Brasil e, relata neste documento, muita coisa semelhante ao que disse agora o Mario Neira Barreiro. O que diz aqui tem credibilidade e reforça o depoimento do Mário.

TERMO DE DECLARAÇÕES DE MARIO NEIRA BARREIRO A POLÍCIA FEDERAL

Cópia do depoimento prestado a Policia Federal por solicitação do Ministério da Justiça, obtida através de solicitação do Deputado Adroaldo Loureiro, ao Superintendente da Policia Federal em Porto Alegre. Ofício nº 1224/2008-GAB/SR/DFP/RS.

A sua senhoria o senhor Deputado Adroaldo Loureiro, Presidente da Subcomissão de Investigação da Morte de João Goulart. Assembléia Legislativa-Porto Alegre RS. Senhor Presidente. Em atenção ao Of.006-08/SJCCDH, de 25.02.2008, encaminho a V.Sa., cópia do Termo de Declarações prestadas pelo cidadão uruguai, MARIO NEIRA BARREIRO. Respeitosamente. Ademar Stocker. Superintendente Regional Substituto. SR/DFP/RS.

TERMO DE DECLARAÇÃO que presta MARIO NEIRA BARREIRO
Aos vinte e nove (29) dias do mês de janeiro (01) de 2008,
nesta cidade de Charqueadas, no Presídio de Alta Segurança de
Charqueadas-PASC, na presença do Delegado de Polícia Federal
Mauro Vinicius Soares, comigo, Alexandre Kuze Kipper, Escrivão
de Polícia Federal, aí compareceu Mario Neira Barreiro, DNI-
ROU 1453156-6, cidadão uruguai, filho de Carmen Celia
Barreiro Martinez e Hector Neira Domingues, nascido aos

09/08/1955 em Montevidéu/ROU, engenheiro eletrônico, atualmente cumprindo pena na PASC, o qual, interrogado pela autoridade policial, RESPONDEU QUE: comprehende a língua portuguesa perfeitamente; QUE cumpre pena há aproximadamente 11 anos, já tendo sido preso em território uruguai por crime de cunho político; QUE sobre os fatos relacionados à morte de JOÃO GOULART, o depoente declina que antes de completar a maioridade foi recrutado pelo governo uruguai para fazer cursos de preparação para integrar um grupo de ações militares anti-subversivas – GAMMA, sendo que passou por diversos cursos no Uruguai e também no exterior, onde aprendeu processamento de informações classificadas, processo de avaliação das fontes, gramos telefônicos, escutas ambientais, estes últimos ministrados por agentes da CIA e FBI; QUE chegou a fazer cursos no Brasil, agora já na maioridade, acreditando estar com 18 anos e alguns meses, especificadamente sobre inteligência, políticas reisurgentes, ministrados na Escola Superior de Guerra – ESG, ministrado em São Paulo; QUE nesses cursos no Brasil tanto os instrutores quanto os participantes sempre se apresentavam encapuzados; QUE também fez um curso de interrogatório policial no Brasil, sendo que um dos palestrantes foi o Delegado SÉRGIO FERNANDO PARANHOS FLEURY no DOPS de São Paulo; QUE as técnicas de interrogatório policial eram utilizadas diretamente nos presos políticos, com demonstrações práticas de como se proceder em "choques elétricos, pau-de-araras, submarino seco e úmido e outra técnicas de tortura"; QUE outro palestrante que recorda foi o Capitão MAGALHÃES da 2ª Sessão do 2º Exército Brasileiro, lotado em São Paulo, não podendo precisar o nome completo do mesmo pelo decurso do tempo e lapso de memória; QUE após ser arregimentado pelo serviço secreto uruguai, passou o 1º ano unicamente fazendo cursos de inteligência policial, técnicas e táticas policiais, radiocomunicação, armamentos especiais, *modus operandi* dos grupos guerrilheiros que atuavam na América Latina e táticas para o combate a insurgência; QUE no andamento de sua preparação funcional, foi designado para fazer parte da equipe CENTAURO, que era uma unidade do grupo GAMMA, cujo

objetivo era a monitoração eletrônica do ex-presidente JOÃO GOULART e sua família; QUE existia uma outra equipe de nome ANTARES, do mesmo grupo GAMMA, que tinha a atribuição precípua de vigiar LEONEL BRIZOLA e sua família; QUE também existia uma terceira equipe denominada ORION que tinha a função de vigiar outros exilados, porém, de importância secundária, que se aglomeravam no HOTEL ALHAMBRA em Montevidéu, que era de propriedade ou arrendado por JANGO e administrado pelo ex-Deputado cassado CLAUDIO BRAGA, de Pernambuco; QUE trabalhou para o governo uruguai por mais de 15 anos, sendo que especificamente por 3 anos ficou exclusivamente acompanhando os passos de JOÃO GOULART; QUE no desenvolvimento do trabalho foi efetuado a colocação de vários pontos de escuta ambiental e telefônica na FAZENDA EL MILAGRO, no Departamento de Maldonado/ROU, de propriedade de JANGO, sendo que usavam 5 pontos de VHF/FM e mais o grampo do telefone residencial da fazenda, de nº 22030; QUE JANGO comprou a fazenda EL MILAGRO do uruguai ENRIQUE FOCH DIAZ VASQUEZ por 16.000.000 de Pesos Uruguaios; QUE transcreveu inúmeras ligações de pessoas importantes, tais como GENERAL PERON, MIGUEL ARRAES, RAUL RIFF, ARMINIO ALFONSO, GOMES TALARICO, DARY RIBEIRO, WALDIR BORGES, CLAUDIO BRAGA, IVO DE MAGALHÃES, entre outros; QUE as transcrições das degravações eram repassadas ao superior hierárquico do depoente, que fazia chegar às mãos do DELEGADO SERGIO FERNANDO PARANHOS FLEURY em São Paulo, através sempre de uma única pessoa, de codinome LAERCIO, membro do SIGMA, órgão de inteligência brasileira ligado diretamente à presidência; QUE chamou atenção do depoente que JANGO, em certa oportunidade, não quis atender ligações do GENERAL PERON, MIGUEL ARRAES e nem de RAUL RIFF, o qual era ex-secretário de imprensa do governo de JANGO, então acompanharam na seqüência quando JANGO saiu acompanhado de seu motorista, conhecido como PERUANO, de nome ROBERT ULRICH até um pequeno posto telefônico de San Rafael, município próximo a fazenda; QUE após JANGO ter se utilizado do telefone, o depoente entrevistou o chefe do

posto telefônico e constatou-se, aí, que tratava-se de um código utilizado para burlar o sistema de vigilância; QUE nesta ocasião foi feita uma ligação para MIGUEL ARRAES na Argélia; QUE a descoberta da tentativa de burlar a vigilância e falar assuntos desconhecidos causou ao serviço secreto uruguai grande inquietação, em conta de que ARRAES tinha uma relação muito boa com o serviço secreto argelino, o qual não era visto com bons olhos pelo governo uruguai pela orientação política da Argélia de acolher tantos asilados em seu território; QUE todas as cartas que JANGO remetia a seu filho JOÃO VICENTE, o qual estava morando em Londres, eram interceptadas pelo serviço secreto uruguai, QUE após xerocpiar, faziam as mesmas seguir seu destino normal; QUE as cartas enviadas por JANGO eram todas através do uruguai CARLOS DE LEON, que era contador do mesmo em suas negociações rurais, sendo que as cartas recebidas de seu filho JOÃO VICENTE eram também remetidas para o endereço de CARLOS DE LEONA, alcunha BOOK MAKER, mas de conhecimento do serviço secreto; QUE à exceção de todas as demais, a última carta enviada por JANGO para seu filho foi retida em conta de seu conteúdo que deixava evidenciada a intenção de retornar a São Borja; QUE no mesmo espaço de tempo, JANGO mandou a Porto Alegre, na qualidade de emissário, PERCY PENALVO, que era empregado da estância EL RINCON em Tacuarembó/ROU, amigo pessoal, sócio em uma produção de arroz na região da CUCHILLA DEL OMBÚ e correligionário para entrevistas com o Cel. AZAMBUJA, Gal. SERAFIM VARGAS, Cel. SOLON RODRIGUES DE AVILA, nas cidades de São Borja e Porto Alegre, a fim de saber como seria o clima na área militar para seu retorno ao Brasil; QUE outra medida para burlar a vigilância era a utilização de vôos que pousavam em zonas fronteiriças, de onde atravessava a fronteira de carro, sem a necessidade de declarar o seu destino; QUE outro fato que foi motivo de inquietação ao serviço secreto do Uruguai e, na visão do depoente, acelerou a morte de JOÃO GOULART, foi o translado de um volumoso carregamento de ouro, via aérea, em um vôo noturno, clandestino, não declarado a autoridade aeronáutica, com más

condições meteorológicas, através de um avião Cesna 210, da fazenda EL MILAGRO, com escala Tacuarembó e Mercedes e destino final em São Borja; QUE todos os indícios antes declinados deixaram evidenciado que o retorno de JANGO ao Brasil era eminente, sendo que tal informação foi passada de imediato para o Delegado SERGIO FERNANDO PARANHOS FLEURY; QUE o piloto que efetuou o translado do ouro foi MANOEL SOARES LEAES, vulgo MANECO; QUE logo após FLEURY tomar conhecimento das informações relativas a JANGO, o mesmo rumou para Montevidéu juntamente com o Cel. Aviador FERDINANDO MUNIZ, que respondia pelo nome de guerra Comandante CALIXTO, sendo que o avião militar brasileiro pousou na Base Aeronaval Capitan Curvelo; QUE foi o declarante que foi buscar, na base aérea, o Delegado FLEURY em um automóvel Dodge Dart cedido pela Embaixada do EUA, sendo que levou-o diretamente a uma reunião convocada em caráter de urgência pelo diretor do serviço secreto uruguai Gal. LUIS VICENTE QUEIROLO; QUE o declarante assistiu a reunião na base do serviço secreto, de nome ARENAL, onde ouviu, expressamente, quando FLEURY disse que "o presidente não quer mais saber do retorno do JANGO, a ordem era para por um fim nele"; QUE em seguida o diretor do serviço secreto questionou ao Delegado FLEURY "o presidente GEISEL disse que era para nós matar o JANGO?", momento em que o Delegado FLEURY respondeu "bem, ele não me disse com todas as palavras, ele me disse que eu sabia o que tinha que ser feito, que ele não queria saber do retorno de JANGO"; QUE na própria reunião foi decidido que a morte de JANGO seria feita pelo serviço secreto uruguai através da troca de medicamentos de efeito antagônico, tendo em conta que JANGO tinha um histórico de problemas cardíacos; QUE foi nomeado CARLOS MILLES GOLUGOSS, de codinome CAPITÃO ADONES, o qual era médico legista e já havia feito curso com agentes da CIA para especialização de utilização de venenos, outras toxinas e elementos radioativos para morte lenta em seres humanos, para confeccionar o medicamento de efeito contrário e executar a troca pelo verdadeiro; QUE o declarante chegou a ver a confecção do veneno que era o composto de

três princípios ativos diferentes; QUE um componente aumentava a força do músculo cardíaco, outro diminuía o tamanho dos vasos sanguíneos e o terceiro aumentava a densidade do sangue, segundo as explicações fornecidas pelo próprio médico; QUE para a troca do medicamento foi contratado um "araponga" argentino de nome HECTOR, acreditando se chamar HECTOR RODRIGUEZ; QUE o remédio que JANGO usava vinha da França e ia diretamente para o HOTEL LIBERTY de Buenos Aires, onde HECTOR pegou os frascos do remédio, os entregou para o serviço secreto uruguaio, o qual encaminhou ao Cap. ADONES, que colocou um comprimido adulterado em cada frasco, fazendo o caminho inverso para que se colocasse no mesmo lugar onde se encontrava; QUE da troca do medicamento até o resultado final se passaram vários meses, acreditando o depoente que foram 6: QUE acredita o depoente que a demora para a morte de JANGO se deu unicamente em virtude de o mesmo ser desorganizado, em razão de que ele abria vários frascos ao mesmo tempo e tomava sempre poucos comprimidos de cada frasco; QUE as trocas de medicamentos foram em número de 3, uma no Hotel Liberty, outra no carro e outra na fazenda; QUE após a morte de JANGO efetuaram a limpeza na fazenda, retirando todos os pontos de monitoramento, vigilância e os frascos com os remédios, permanecendo a vigilância ainda em torno de 90 dias para ver se tinha ficado alguma suspeita em relação à morte entre seus colaboradores mais próximos; QUE o depoente não participou, mas outros integrantes da equipe permaneceram na vigilância no cemitério onde JANGO foi enterrado, visando evitar qualquer tipo de tentativa de remoção do corpo, tendo permanecido na vigilância por 48 horas, prazo que o veneno poderia ser detectado no organismo, conforme os dizeres do Cap. ADONES; QUE no ano de 1984 o depoente resolveu escrever um livro contando os pormenores da morte de JOÃO GOULART, em conta da morte suspeita de vários colegas do serviço secreto, onde pode declinar o nome do Cap. ADONES, perito balístico MARIO ALVAREZ REGIS e seu irmão HUGO ALVARO REGIS, fotógrafo policial, além de outros agentes sua equipe, numa flagrante demonstração de queima

de arquivo; QUE da equipe da qual o declarante fazia parte, todos foram mortos, apenas se salvando o diretor do serviço secreto Gal. QUEROLO e o agente da CIA, de nome Frederick Latrash; QUE a operação que resultou na morte de JANGO foi denominada de ESCORPIÃO, sendo que se deu, pelo que entende o declarante, por determinação do governo brasileiro, através de seu presidente na época ERNESTO GEISEL, sendo que o planejamento coube ao Delegado FLEURY e a execução ao grupo GAMMA do serviço secreto uruguai, mas, também, em virtude do patrocínio financeiro ilimitado da CIA, que tinha interesse de que nos países sul-americanos permanecessem governos de direita que seriam considerados aliados no período de Guerra Fria, sendo que, o governo norte-americano tentava evitar, de todas as formas, governos e líderes socialistas e de esquerda na América Latina; QUE havia um agente da CIA que sempre levava presentes em dinheiro aos agentes do serviço secreto em troca de informações a respeito de JANGO e BRIZOLA; QUE para finalizar, o declarante salienta que o serviço secreto uruguai tomou conhecimento e fez parte da Operação Escorpião como consequência da prisão de um informante do DOPS, TARZAN DE CASTRO, o qual estava trabalhando clandestinamente em Montevidéu, a mando de FLEURY, tentando se infiltrar em um grupo liderado por BRIZOLA e outras pessoa do Partido Comunista do Brasil que estavam exilados no Uruguai; QUE o depoente declina que tem amplo interesse de esclarecer todos os fatos aqui elencados, pormenorizando ainda mais sua participação no evento, do qual sempre foi contrário na morte de JANGO, mas nesta oportunidade espera uma manifestação da autoridade constituída brasileira para proteger sua integridade física, já que sofreu diversos atentados das mais diversas formas, sendo que as ameaças foram estendidas para seus familiares. Nada mais havendo, determinou a autoridade policial que fosse encerrada o presente termo, o qual é lido e vai assinado por todos, inclusive por mim (assinatura - Alexandre Kuze Kipper), Escrivão de Polícia Federal que o lavrei. Declarante (assinatura - Mario Neira Barreiro). Autoridade (assinatura-Delegado de Policia Federal Mauro Vinicius Soares)

REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO
DATA DE 01 DE ABRIL DE 2008

Depoimento do senhor João Vicente Goulart (filho do ex-presidente João Goulart)

Eu gostaria de agradecer esta oportunidade, de estar hoje aqui nesta Subcomissão, que bravamente meu caro deputado Adroaldo Loureiro, V.Exa., abriu com determinação, coragem e sem dúvida é mais um exemplo, um esforço, para que a gente consiga, de certa forma, colaborar com a história do Brasil, com a história da América Latina, no sentido de que, não somente apurar as circunstâncias da morte do ex-presidente João Goulart, mas também, através de outras investigações para nos dar uma elucidação, do que foi o processo de extermínio, daqueles que na América Latina lutaram pela liberdade, pela democracia, e que foram atingidos, de certa forma pela Operação Condor, que se dá em 75. Esse meu depoimento é um raciocínio e uma linha de pensamento que nós temos que começar a pensar nisto. Não é essa Subcomissão que evidentemente vai dar à resposta final, mas sem dúvida ela deu a resposta inicial. E é por ai que temos de começar. Eu acho que para todos aqueles como nós, que vivemos aqueles anos difíceis, a partir de 64. E, espero meu caro deputado Adroaldo Loureiro, que esta linha de raciocínio e este depoimento fossem enviado ao Ministério Público do Rio Grande do Sul, que bravamente reconheceu que existe uma linha de pensamento e uma linha de investigação. O Rio Grande do Sul conhece a Operação Condor. O Rio Grande do Sul conhece o seqüestro da Lilian Celiberti e conhece o seqüestro do Universindo Dias. O Rio Grande do Sul tem essa coragem. Eu achei de uma bravura exemplar, porque num primeiro momento, quando surge esse depoimento, e, eu quero deixar bem claro, nós constituímos o Instituto João Goulart, há mais de três anos, exatamente para resgatar a história esquecida, a história que nas escolas de nosso país não se contam, a história das memórias das lutas políticas e sociais deste país. Quando nós fizemos isso, celebramos um convênio com a TV Senado, e foi aí, que nós fomos captar de um dos

depoimentos, que é esse do Mario Neiva Barreiro, essa personalidade, esse individuo que se encontra aqui preso e, que nos surpreendeu, em certos aspectos, o conhecimento que ele tinha sobre o dia a dia de nossa família. Casos completamente que só mesmo com monitoração ele poderia saber. Como ele poderia saber de uma batida que eu dei num carro em Montevidéu, que não teve nem BO. Quando ele me viu - "Te recorda Vicente". E o telefone que eu não me lembava mais, 73321. Então é uma série de circunstâncias de que o monitoramento realmente existiu. Não vamos de maneira alguma dizer que é suposição. Não é. Até porque, quando a gente consegue ver esse tipo de declaração, a gente estar presente nisso, a gente vê como a imprensa do nosso país, age de uma forma tão radical que a gente chega ao ponto, e eu quero dizer isso meu caro deputado Adroaldo Loureiro, para que o Ministério Público do Rio Grande do Sul, que corajosamente abriu e lavrou a ata de abertura de investigação. Porque quem deveria estar fazendo isso. O pedido não foi feito ao Ministério Público Estadual. O pedido foi feito ao Procurador-Geral da República. E, aqui os advogados sabem que cabe a ele sim, investigar os crimes contra o chefe de Estado. Para nossa surpresa, o Rio Grande do Sul deu o exemplo, abriu a ata de investigação. Surpreende-nos por que, quando nos fomos lá, colher esse depoimento em uma prisão de segurança máxima. Não fomos pedir a um presidiário atestado de idoneidade moral. Nós não fomos lá para isso. Nos fomos saber sim se o seu relato correspondia às coisas que estão sendo investigada. E, falando em imoralidade, mais imoral é o governo brasileiro. Muito mais imoral do que o Neiva Barreiro. Digo isso porque estão aqui alguns documentos que depois eu vou lhe passar secretos. Alguns inclusive do SNI, que dizem o seguinte – só para conhecimento daqui de vocês – esta correspondência do SNI, informe tal: " comunicamos, a correspondência abaixo relacionada foi obtida de forma clandestina no domicilio do nominado. Rascunho de João Goulart, para a entrevista a imprensa data em meados de fevereiro de 73, após ter sido recebido em audiência pelo General Perón. Redigiu o esboço num impresso mimeográfico do major Pablo Vicente ".

Documento número dois, subtraído da casa do ex-presidente – impressos do Sexto Congresso do PCB, de dezembro de 1967 – A morte do Seminarista, cartas a Dom Vicente Scherer, do ex-deputado João Carlos Gastal, volantes mimeografados do ERP e da coordenadora Peronista para Liberdade. Continua com uma série de anotações. Como anotações de João Goulart em torno da decida forçada de seu avião em Passo de los Libres. Anotações de João Goulart sobre a visita do General Serafim Vargas. Carta do deputado Ulisses Guimarães enviada a Jango por Walter Giordano Alves ex-deputado do Rio Grande do Sul. Então, qual é a moralidade desse governo. Isto aqui é muito mais imoral. Isso aqui são dívidas que o Governo brasileiro tem com a minha família e a história deste país. Eu, vou ainda solicitar, via judicial, que me sejam entre as cartas do Presidente Perón, do deputado Ulisses Guimarães, que foram subtraídas de forma clandestina, como diz isso aqui. E vem o Ministro da Justiça dizer que o Mario Neira Barreiro não tem moral para falar nisso. E, o Governo brasileiro, tem moral? Para dizer onde estão estes documentos subtraídos de forma clandestina. Quem entra numa casa de um ex-presidente, com seus agentes, com agente B, subtraindo carta de Ulisses Guimarães, subtraindo carta de Perón, facilmente pode trocar um remédio, caro deputado Adroaldo Loureiro. Mas, muito facilmente. Então nós não viemos aqui, nessa Subcomissão, no intuito de criar polêmica. Nós viemos de esclarecer os fatos públicos, e, acho que nós temos uma responsabilidade muito grande, porque ligados a esta investigação, ligados a esse ano de 1976, que foi um ano tremendamente difícil para todos aqueles que viveram no exílio, no rio da Prata, como pessoas como Zelmar Miguellini e o Héctor Gutierrez que foram extermínados pela Operação Condor. Onde estamos nós aqui, como cidadão, se nós não prestarmos atenção e pedir um esclarecimento público. Não viemos aqui nesta Subcomissão debater o conceito de anistia. Agora, o conceito de anistia no Uruguai, hoje, está com dois ex-presidentes presos. Os ex-presidentes: Gregorio Álvares e Juan Bordaberry. A Argentina está com o ex-presidente Vidella, preso. Sabe por quê? Por que crimes contra lesa humanidade não são anistiáveis. E, é esse o

nosso desafio. E, eu sinceramente, tenho que fazer mais um depoimento no Senado Nacional e vou fazê-lo com muita coragem e com muita determinação. Nós tivemos a repressão neste país, orientada, transmitida, realizada via imprensa. A imprensa majoritária deste país: Não, Geisel não. Geisel jamais ... Eu quero aqui ler para que fique registrada nos anais, uma gravação que é de um jornalista, que não é janguista, chama-se Elio Gaspari. É uma conversa do Ernesto Geisel em 1974, um mês antes de assumir a presidência da República, em conversa, com Dale Coutinho, que veio a ser o seu Ministro do Exército. Diz Geisel: " Bom, eu acho que a subversão continua. Esse negócio não se acabou. Isto é um vírus danado, que não há antibiótico que liquide com facilidade. Resta mais nada, está resolvido. Você vê. De vez enquanto há uma desarticulação, morre gente ou gente é presa. Ele continua a se movimentar". Daí fala Dale Coutinho: " É eu que fui para São Paulo, logo em 69, o que eu vi naquela época, para hoje, o negócio melhorou muito, agora melhorou, aqui entre nós, foi quando nós começamos a matar." Geisel - " Por que antigamente você prendia o sujeito, e o sujeito ia lá para fora. Ó Coutinho, esse troço de matar é uma barbaridade, mas eu acho que tem que ser". Dale Coutinho - " Eu fui obrigado a tratar desse problema presidente, lá eu tive que matar". Geisel - "Sabe, agora pegaram aquele tal líder e liquidaram com ele. Não sei qual é o nome dele". Dale Coutinho - " A eu acho que é o Luizão, ou Chicão." Geisel - "Bom". O que eu queria assinalar é isso: Nós vamos ter que continuar no ano que vem. Então vem me dizer aqui a grande imprensa nacional, que não existia, o que nós estamos inventando e o que V.Exa., meu deputado Adroaldo Loureiro, com coragem, abriu esta Subcomissão. Bom. Quem sabe eles vão querer uma declaração oficial do Geisel em cartório e assinado, mandando matar o Jango, através do SNI, isso não existe. Nós temos que ter a coragem de ser brasileiros e dizer houve sim, em nosso país, um crime contra a lesa humanidade, não foi só do Jango, foi de um monte de desaparecidos. E, nós temos que assumir isso. Nós temos que transmitir as novas gerações, que não podem repetir esses erros. Esse é o nosso desafio. Não é o de cassar as bruxas,

como eles cassaram com o AI 5. O nosso desafio é buscar as nossas juventudes, as novas gerações, chamando atenção para estes crimes impraticáveis. Crimes de tortura, crimes de desaparecimento, crimes de assassinado é uma coisa grave. E, só isso que estou aqui com muito orgulho, com muito prazer estar aqui, que sem dúvida possa contribuir numa linha de raciocínio, para que o Ministério Público e através inclusive com o apoio da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, possa encaminhar alguns procedimentos que outros países já encaminharam deputado Adroaldo Loureiro. Nós estamos encaminhando pedidos para que se esclareça a participação da CIA, da participação do Michel Tonley, do Frederick Latrash. Não vamos ficar discutindo com a revista Veja, se um crime contra Jango é um crime contra Salomon Hayala. Nós não estamos brincando com a vida de nossos parceiros, nossos amigos e combatentes. A revista Veja diz que o crime do Jango é como o da Odete Hautman. Por favor, vamos ter uma postura mais séria quando se tratam dos desaparecidos, dos mortos dos torturados. Vamos respeitar o nosso país, vamos respeitar as novas gerações. Vamos assumir nossos erros históricos. Se houve torturadores, de crimes contra a lesa humanidade, vamos discutir na Assembléia, no Congresso Nacional. Será que o crime de lesa humanidade é anistiável. Cabe a vocês políticos discutirem isso. A minha impressão que é sabido no Chile, que o Michel Tonley que derrubou o Aliende, no projeto Andréia, eu vou deixar a disposição da comissão esta linha de investigação, aonde o Perrios que morreu no Uruguai, o Carlos Milles montaram um laboratório e conseguiram cristalizar gases e gaseificar cloretos. Isto está plenamente comprovado e alguns processos que correm no Uruguai e no Chile, que eles mataram inclusive um presidente o Frei, morto por uma sopa de bactérias. Entrou para fazer uma operação simples, com 70 anos e não saiu mais. Existem declarações que desocuparam a sala, trocaram o piso e a equipe médica e a causa da morte foi estafilococos dourados. E o Contreras solicitou ao Berrios para eliminar o que foi o seu sucessor, com a mesma sopa de bactérias. Isso realmente aconteceu. A mãe do Héber, a Cecília, morreu envenenada pelo Adonis. Foram enviados no Natal, três

litros de vinho branco envenenado para o senador Héber, para Ferreira Dunati e para Carlo Julio Pereira. Acho que a nação brasileira não pode conviver com a dúvida. Existem caminhos a serem tomados, acho que um novo depoimento por parte desta Subcomissão ao Neira, se faz Necessário. Quando ele fez o depoimento para mim ele não relatou outros fatos que o fez para a Polícia Federal, como no Frederik Latrash que trouxe as ampolas da CIA. Agora suposição minha, eu estou piamente convicto de que estas substâncias vieram deste laboratório que operava no Chile. O atentado em Washington contra o Latelie, primeiramente seria por veneno num frasco de Chanel número 5, depois foi abandonada e executaram através de explosivo. O Uruguai, em cima do depoimento do Neira, já solicitou aos USA, o depoimento do Michel Doile e do Frederick Latrash. Estamos esperando o que aqui no Brasil. Tanto o Michel Doile e o Frederick Latrash, vivem hoje sob proteção do governo Americano. Eles são testemunhas ocultas. Mas, um pedido formal do parlamento através da Justiça, como a Itália fez, eles colocam o juiz solicitante, ou o parlamento solicitante em frente do depoente, através de sala virtual. A família decidiu processar do governo Americano, vocês rasgaram a Constituição brasileira, vocês tem que vir depor aqui. Independente do Ministério Público Federal, que diz tratar-se de um ato de império. Os Estados Unidos processou o Chile no caso do Letiere e processou o Vaticano no caso dos padres pedófilos. Vamos escutar o Michel Toile o Frederick Latrash sobre os crimes de lesa humanidade. É disso que precisamos ter coragem. Nós vamos obter inúmeras pistas e em ações que iremos realizar para esclarecer definitivamente isso. Agora lá em Brasília, fecharam um clube, o Iate Clube, para um cidadão chamado Brilhante Ustra, cheio de coronéis do exercito e da aeronáutica da ativa para dedicar um livro da história do Brasil, dizendo meus companheiros pelos grandes serviços que prestamos ao país. Temos que conviver com isso e não temos que ter medo. Quem tem deve ter medo são os torturadores, assassinos. Deve ser formulada novas perguntas ao Nira Barreiro, como um elemento de codinome Pedro que diz que é o e o da CIA. E o Frederick Latrash, que traduzindo era o chefe

de estação. Os USA, tinha em cada país um agente deste tipo. O serviço secreto brasileiro que autorizou a operação e a CIA que monitorava as ações pelo Uruguai. O Fleury esteve três vezes no Uruguai. Isto de perguntar, cabe ao Estado Brasileiro, se existe vontade política, o Ministério Público pode fazer essa colocação. Porque são processos lentos. Um requerimento desses tem que ser feito através de um pedido judicial, que tem que tramitar na Assembléia Legislativa, vai para o Itamaraty, para que o USA, o senado americano autorize a CIA a trazer o Frederick Latrash em frente a uma comissão ou coisa parecida. Esse caminho é longo, mas precisamos saber. Caso contrário essa iniciativa irá morrer como tantas outras morreram neste país. Deputado Adroaldo Loureiro precisamos o cruzamento de informações e dos documentos entre os países envolvidos.

Perguntado pelo Deputado Adroaldo Loureiro de como a Subcomissão poderia obter subsídios que viessem a ajudar na elucidação da morte do ex-presidente Jango Goulart, o mesmo informou:

João Goulart – Eu gostaria de obter o depoimento do Frederick Latrash e do Romeu Tuma, que sem dúvida tem muito a dizerem sobre a Operação Condor e sobre a morte de Jango.

REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO
DATA DE 30 DE ABRIL DE 2008

Depoimento do senhor Roger Rodriguez (jornalista uruguaios dos direitos humanos na América Latina)

Roger Rodriguez, um profissional altamente qualificado e respeitado no Uruguai e aqui na América Latina pelo trabalho que realiza no âmbito dos direitos humanos. É uma credencial importante por ser o último preso do Uruguai, durante o período da ditadura, e, principalmente pela sua luta no esclarecimento dos crimes ocorridos durante as ditaduras militares. Ele vai discorrer sobre o que ele conhece a respeito de todas essas circunstâncias da Operação Condor e tudo que ocorreu na América Latina, no Uruguai, do que ele conhece aqui do Brasil, da Argentina, do Chile, enfim, enfocando muito especialmente a questão do desaparecimento do presidente João Goulart. Primeiramente, farei uma breve apresentação, que tem a ver com as razões pelas quais estou aqui. Em 2002, recebi o prêmio Direitos Humanos de Porto Alegre, outorgado pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos do qual é conselheiro Jair Krischke, meu amigo. Quando vim receber o prêmio, estive em Charqueadas, porque fiquei sabendo que um delinquente uruguaios dizia ter pertencido ao Serviço de Inteligência Uruguaios e que João Goulart havia sido assassinado. Com a inquietude própria dos jornalistas e com um pouco de experiência, já que estive trabalhando desde os anos 80 o tema dos direitos humanos, em particular o que fora a ordem repressiva em toda a região, e tinha conseguido, depois de muitos anos, encontrar um rapaz desaparecido, o filho de Sara Mendez y Monrichello com o Senador Rafael Michelini. Também conseguimos provar que uma centena de uruguaios que se acreditava desaparecidos na Argentina, na realidade, tinham sido seqüestrados lá, mas foram transferidos ao Uruguai, onde foi lhes dada reclusão de uma forma quase maciça. Hoje isso é discutido na Justiça uruguaios. Quando entrevistei esse uruguaios, já tinha alguns antecedentes dele. Estive trabalhando, nos anos 90, na Pulvata, que é uma revista bem importante no Uruguai, e tínhamos acompanhado uma situação que se deu em muitos países da região, na época das ditaduras, que foram os delitos cometidos pelo que se chamou a *mão-de-obra desocupada*. Ou seja, trata-se daqueles repressores que, nos anos da ditadura, cumpriram funções

oficiais ou paraestatais, paramilitares ou parapoliciais e, quando a democracia voltou a esses países, ficaram sem trabalho. Muitos se organizaram em gangues de delinqüentes e houve uma sucessão de roubos a bancos, a carros blindados, que aconteceram nos anos 90, no Uruguai, em particular. Isso ficou conhecido, no Uruguai, como a *polibanda*, por polícias e ladrões. Quando entrevistei Barreiro Neira eu tinha dados de que ele havia sido detido no Brasil por ter participado desse tipo de delito, ter participado de assaltos a caminhões blindados e bancos. Essa foi a acusação. E, evidentemente, nesse tipo de roubos, são utilizados armamentos e são necessárias uma destreza e uma logística que um delinqüente comum não possui. No entanto, pessoas preparadas militarmente podem fazê-lo, como efetivamente ocorreu no Uruguai, nos anos 90. Quando entrevistei Barreiro Neira, em 2002, encontrei uma pessoa muito nervosa, mas com muito conhecimento de temas que eu investigava sobre a repressão no Uruguai. Barreiro Neira falava da existência de um grupo *Gama*, que era um grupo de operações para-policiais ou de coordenação de extintos serviços militares ou policiais que tinham estado no Uruguai; tinha conhecimento da existência de uma base *Martha*, que foi um centro de escutas telefônicas comandado por um policial muito conhecido, que neste momento está preso no Uruguai, o *coracero* (soldado) Ricardo Conejo Medina, envolvido no seqüestro e assassinato da mãe de Margarida Gelman, Maria Cláudia, nora do poeta argentino Juan Gelman, que acaba de receber um Cervantes, o prêmio mais importante da literatura na Espanha. Barreiro manejava muito bem os tempos e a informação e foi um pouco surpreendente, porque na verdade fui buscar informações sobre o Uruguai, quando começou a trazer o caso João Goulart. Como jornalista, o único que eu podia fazer em face de um tema que ele dominava muito melhor do que eu, era gravá-lo, fotografá-lo e publicá-lo e esperar a repercussão. Foi o que fiz. A informação teve certa repercussão no Uruguai, porque foi encarada pelo lado mais regional, pois Barreiro Neira havia falado sobre o seqüestro e desaparecimento de uma professora, Elena Quinteros, que é um caso muito famoso lá, uma vez que foi seqüestrada em 1976, da embaixada da Venezuela, em Montevidéu. O incidente resultou na ruptura das relações diplomáticas entre Uruguai e Venezuela. O caso segue sem solução, ainda, e está sendo investigado em nível judiciário. Ele (Barreiro) sinalizava que João Goulart tivera participação no caso Quinteros, porque vivia

em uma casa, numa rua de Montevidéu, cujo vizinho era o embaixador da Venezuela. Realmente, Goulart tinha uma casa na rua (ininteligível) em um bairro de Montevidéu, e a poucos metros se encontrava a casa particular do embaixador venezuelano. Ou seja, seria uma possibilidade, mas Barreiro Neira dava detalhes que davam credibilidade a seu testemunho. Pelo que pude investigar, ele mencionava, como a pessoa que supostamente havia envenenado João Goulart, a um médico uruguai chamado Carlos Milles, que também diziam ter ligação, dois anos mais tarde, no assassinato de Cecília Fontana de Heber, no Uruguai. Cecília Fontana de Heber faleceu em 05 de setembro de 1978, quando abriu uma garrafa de vinho que haviam dado de presente a seu marido, e morreu envenenada. Essa garrafa de vinho não era a única, seu esposo era Mário Heber, um dos principais líderes do Partido Nacional Uruguai, o Partido Blanco, que era a oposição ante a ditadura uruguai, dentro do território nacional, porque os grupos de esquerda estavam no exílio ou presos. O certo é que Mário Heber e outros três integrantes da direção do Partido Nacional da época receberam essas garrafas de vinho, um vinho branco, e todas essas garrafas estavam envenenadas. Somente Cecília Fontana bebeu da garrafa e caiu morta imediatamente. Esse caso também, passados todos esses anos, começou a ser investigado, agora, no Uruguai e meu compatriota, Javier Barrios Bove, é o advogado da família Heber, que trata de investigar esse caso perante a Justiça uruguai. Barreiro Neira manejava muitas informações e, evidentemente, se não participava de grupos operacionais da ditadura uruguai, tinha relação com eles e muito conhecimento. Mas a maior surpresa foi quando começou a descrever uma série de detalhes em torno do que ele denominou a Operação Escorpião, pela qual se matou João Goulart em dezembro de 1976. O que Barreiro Neira disse está nos registros desta comissão, há o testemunho da TV Câmara, de Brasília, que fez um documentário sobre o tema. Há também o testemunho solicitado pelo Ministério de Justiça brasileiro, e Barreiro Neira sempre acrescenta elementos dos quais se podem confiar ou desconfiar, porque somente temos sua palavra. O que podemos, sim, no Uruguai, é confirmar que muitos elementos que ele nos oferece foram efetivamente reais. De Neira Barreiro no Uruguai podemos confirmar que participou de um grupo de ultradireita que agiu nos anos 70, chamado *Juventud Uruguaya de Pie*, um grupo direitista que estava muito vinculado com o que foram os

esquadrões da morte, lá, que atuaram antes do golpe de Estado dos anos 71 e 72 no Uruguai. Esse grupo, *JUP*, tinha laços com os esquadrões da morte e estes se formaram logo depois da morte, também de um ataque do coração, do presidente Oscar Gestido, cuja morte gerou a ascensão de Jorge Pacheco Areco, que foi o presidente do Uruguai desde então e começou o processo mais repressivo e autoritário no País, ainda no período institucional. Esses esquadrões da morte confirmaram, atualmente, tiveram relação direta com a ingerência estrangeira, em particular com o Departamento de Estado Norte-Americano, que, em plena guerra fria, não podia permitir que no Uruguai surgisse um governo eventualmente de frente amplo, naqueles anos, que surgia, à esquerda. Também podemos afirmar que houve o assessoramento do corpo diplomático paraguaio na criação desses esquadrões da morte e, também, de pessoas vinculadas ao Estado Brasileiro. Os esquadrões da morte, no Uruguai, definem os anos 60 e princípio dos 70 e há personagens vinculados ao Brasil, que foram ao Uruguai preparar esses grupos, tanto dos esquadrões da morte quanto da *Juventud Uruguaya de Pie*. Essa gente surgiu em documentos que recentemente foram publicados no Brasil, creio que no Correio Brasiliense. Cláudio Dantas lidou com uma série de informações sobre os grupos de inteligência que operavam em torno do corpo diplomático brasileiro, e como existia uma relação com o Uruguai, nessa época. Uma das pessoas vinculada aos esquadrões da morte no Uruguai no fim dos anos 60 e princípio dos 70 era alguém de nome Fleury, que era brasileiro, e que foi dirigente do DOPS, ou teve um importante cargo nesse órgão. Mário Barreiro também sinalizou que Leonel Brizola era perseguido e vítima de espionagem por outro grupo operacional. Conversei com Leonel Brizola antes de ele falecer, e o entrevistei várias vezes, no Uruguai, porque ele sempre ia para lá, e ele me admitiu que fosse muitas vezes seguido, seus telefones grampeados, como todos os exilados importantes que estavam erradicados no Uruguai depois do golpe de Estado no Brasil. Há dados que são muito concretos. Efetivamente hoje se sabe com certeza que João Goulart pensava em voltar ao Brasil, em dezembro de 1976, e se efetivamente existia um sistema de intervenção telefônica sobre João Goulart e sua casa, todo movimento que tenha havido para voltar ao Brasil era escutado e as cópias dessas escutas eram dadas à Embaixada Brasileira, aos grupos dos Estados Unidos e outras embaixadas e corpos diplomáticos bem como

aos corpos de inteligência. Isto situa, indubitavelmente, a morte de João Goulart no cenário do que foi o período mais nefasto da chamada Operação Condor, que foi o ano de 1976. Nesse ano, sucederam-se os assassinatos de Letelier, no Chile, de Prates, e trataram de matar outros dirigentes no exterior, em Roma. Foram assassinados os legisladores uruguaios Zelmar Michelini e Héctor Gutiérrez Ruiz em Buenos Aires; morreu o general Torres, boliviano, também em Buenos Aires. Todos eles por homicídios nessa Operação Condor, que tinha por objetivo cortar as cabeças dos líderes políticos dos grupos opositores às ditaduras da região. Mas aquilo que então já sabíamos que havia uma convivência entre ao que ia ser a ditadura uruguai, nesse período prévio à ditadura no Uruguai, e Brasil, também se dá nesses documentos e testemunhos não tão distantes, sobre a existência de uma suposta Operação 30 Horas, pela qual, em 1971, se, nas eleições do Uruguai, ganhasse o *Frente Amplio*, o território seria invadido pelo terceiro corpo do Exército brasileiro, nesse período de tempo, em 30 horas. Precisamente porque não haveria resistência do exército uruguai, que imediatamente iria se dobrar para derrubar um eventual governo de esquerda. Nesse cenário de guerra fria, o intervencionismo norte-americano no Uruguai foi terrivelmente provado nas investigações que fizemos sobre o que ocorreu na ditadura. E isso não só no Uruguai, mas houve uma articulação repressiva entre todos os países da região com governos militares nessa época. Os esquadrões da morte eram imitações das operações bandeirantes do Brasil, ou do que havia ocorrido na Operação Jacarta, em outro período. Uruguai era um cenário onde existia uma esquerda organizada no estilo mais europeu, com partidos comunistas, marxistas-leninistas, partidos socialistas, também de tendência marxista, grupos anarquistas, guerrilhas urbanas instaladas desde os anos 60, um movimento sindical e um movimento estudantil muito comprometido com as lutas sociais desse período. Ou seja, hoje os investigadores uruguaios estão vendo, ao analisar a história, que alguns chamam de história recente e eu insisto em chamar de história presente, porque até que não saímos o que aconteceu segue sendo uma história por averiguar, vão demonstrando como o Uruguai foi um balão de ensaio dessa guerra fria. Nesse cenário, a presença de João Goulart e da oposição ou dos líderes opositores à ditadura brasileira fazia-o muito mais interessante. Aqui foi mencionado que Goulart não morreu sozinho, que morreram Juscelino e Lacerda em

períodos similares, podendo tratar-se de assassinatos. Creio que nós, jornalistas, investigadores ou mesmo investigadores particulares não podemos continuar trabalhando sozinhos sobre essa época, esse cenário. Nos últimos 20 anos trabalhei sobre a violação dos direitos humanos, respondendo os meios de comunicação que têm suas políticas, seus sistemas e muito poucas possibilidades de financiar uma investigação séria sobre esses temas. Nesses 20 anos também vi como foram abertas comissões investigatórias em nível de parlamento argentino, uruguai e brasileiro, sem chegar a muitas respostas. Li o começo da CPI que Brasil fez sobre o caso Goulart, e apesar de tantas testemunhas, as suspeitas sobre o que definitivamente ocorreu com Goulart ficaram em aberto. Creio que obriga, de alguma maneira, e ante testemunhos como o de Barreiro Neira, que são praticamente inconformáveis, porque temos elementos.... A tomar determinado tipo de posição política, e entre essas está a de exercitar a vontade política de dar um passo adiante. Creio que esse material todo está nos arquivos secretos. Os arquivos que existem das ditaduras de todos os nossos países. Recentemente, João Vicente Goulart, o filho de João Goulart, e Jair Krischke foi ao Uruguai e pediram ao governo uruguai que desarquivasse toda a documentação que existe em nível de inteligência militar e policial sobre os segmentos que Goulart, Brizola e os demais opositores à ditadura brasileira podiam ter sido vítimas. O governo uruguai, por meio de seu chanceler, Gonçalo Fernandes, que começou há poucos meses, comprometeu-se a fazê-lo. Também vimos como Argentina libera alguns documentos, como Chile libera alguns documentos e, sobretudo, vimos o que possuía o Departamento de Estado Norte-americano, quanto à realidade das ditaduras do Cone Sul quando desclassificou mais de 20 mil documentos sobre a ditadura argentina, e creio que o dobro sobre a ditadura chilena. Curiosamente, a decisão política de desarquivar os documentos do Chile estava relacionada com o assassinato de Letelier, que foi em Washington, voando em um auto por vários metros acima, em pleno coração dos Estados Unidos. Não tenho a menor dúvida que o Departamento de Estado Norte-Americano deve ter muita informação sobre isso, mas, claro, trata-se de uma posição política do Poder Executivo brasileiro solicitá-la. Tenho certeza que vão encontrar diversos níveis de censura, como encontramos com o advogado Javier Barrios Bove, quando solicitamos ao Departamento de Estado, por meio de uma lei de liberdade de informação, que existe,

determinada informação sobre o outro caso do qual falava Barreiro Neira, que era o assassinato daquela senhora, esposa de um dirigente político, com um vinho envenenado. O Departamento de Estado tinha a informação e em primeira instância não quis nos dar essa informação, alegando uma série de regramentos para não dá-la, e um deles era que comprometia agentes da CIA ou atividades que a Agência de Inteligência Norte-Americana podia ter realizado os locais em que podia ter participado. Isso nos dava a certeza que a CIA tinha material sobre o caso e que estava implicada nele. O certo é que a CIA, logo depois de novos pedidos, trouxe à tona mais material, e agora, em nível de Estado Uruguai, está se solicitando a liberação desses documentos. Como saber se o testemunho de Barreiro Neira é certo ou não, só saberemos investigando de forma paralela os fatos por ele apontados e a participação que ele possa ter tido. Estou convencido de que Uruguai tem de tornar público o que tenha sobre a perseguição de que João Goulart foi vítima em meu País, durante esses anos. Estou também convencido de que o Estado Brasileiro e o Parlamento brasileiro têm de pedir ou exigir dos Estados Unidos que liberem as informações que possam ter sobre o assunto, e também estou convencido que o próprio Brasil tem de tornar públicos seus arquivos, porque neles não vamos encontrar somente material sobre João Goulart, como também sobre o que ocorreu no meu País, na Argentina, no Chile, no Paraguai, na Bolívia, nos países que estavam ao redor, também sofrendo ditaduras. E não tenho a menor dúvida de que o Brasil, que sofreu um dos primeiros golpes militares, em 1964, teve conhecimento, porque temos confirmado que muitos dos nossos repressores foram treinados na Escola de Guerra do Rio de Janeiro, foram treinados por agentes do (ininteligível) brasileiro, como antes ocorrera com os esquadrões da morte. Todas essas informações que se transmite quando se procura ser breve implica em muita documentação que se pode chegar a portar, material, testemunhos que estão em comissões, que estão em livros. No Uruguai estão se realizando investigações muito sérias, onde a idéia de recuperar a memória histórica está vigente faz uns 20 anos, porque quando surgiu o governo institucional, em 1985, fez-se uma lei que procurou fechar tudo isso, mas é impossível tapar o sol com a peneira. Creio que, lamentavelmente, o Uruguai gerou, durante todos esses anos, uma cultura de impunidade, o que fez com que todos os uruguaios sejamos um tanto menos bons, e menos melhores, à

medida em que cada um de nós tem o poder de fazer, conforme seu posto e seu lugar, com a certeza que nada irá lhe passar, seja um torturador, assassino ou pessoa que fez com que outras desaparecessem, ou violou, ou matou, não pode ser julgado, porque há uma lei que impede. Quer dizer, há certa impunidade por culpa disso. Recuperar a cultura dos direitos humanos no Uruguai, no lugar da cultura da impunidade, é um desafio que estamos tratando de enfrentar. Mas para isso requer um alto conhecimento da memória histórica, e essa obriga a não olhar somente para frente, mas também saber o que passou. É decisivo o que vai se passar para frente. Nesse sentido e com muita humildade lhes digo que, sendo uma pessoa que trata de seguir atentamente o processo político e histórico brasileiro, às vezes sinto um pouco de vergonha por ver que no Brasil essa memória histórica, por vezes, perdeu-se tanto. No ano passado pude participar de um seminário Anistia e Direitos Humanos, em Brasília, no próprio Congresso, e vi como uma série de grupos sociais, políticos, culturais, étnicos, religiosos, encontravam-se e uniam-se para tratar de recuperar algo que no caso brasileiro já não são somente 20 anos, são 30, 30 e tantos, quase 40 anos de um processo histórico no qual houve uma série de pessoas desaparecidas, e que é o mesmo que aconteceu na Argentina, no Chile, no Paraguai e no Uruguai. Muitos dizem que o Brasil é um continente grande que olha para dentro, pelo problema do idioma, ou pelo brilhante idioma, os castelhanos e os lusitanos não chegamos a encontrar um mecanismo de diálogo e, às vezes, o que passa ao lado o Brasil não vê, porque olha para dentro. E nós não vemos o que acontece ao Brasil porque estamos olhando para o lado. Parece-me que quando falamos de Mercosul e de avanços políticos ou integração, a primeira integração deveria ser a da memória histórica, sobretudo quando temos tanta coisa. Brasil tem informação do que aconteceu no Uruguai, seus arquivos, seus documentos a trazer à tona; e o Uruguai tem informação do que aconteceu ao Brasil. Provavelmente encontraremos materiais que têm relação ao que aconteceu a João Goulart, ou com a perseguição a Brizola, ou com a maneira como Lilian Celiberti e Universindo Rodrigues foram seqüestrados na realidade, e não somente o DOPS e uma pessoa que terminou presa foram os responsáveis, na verdade. Estou trabalhando há muitos anos nesse assunto, como jornalista, e me coloco inteiramente à disposição desta Comissão para trabalhar e investigar em tudo que puder, desde o Uruguai. Creio que é um

tempo histórico no qual até temos a possibilidade de fazê-lo, pois os governos que hoje temos no nosso continente são um pouco mais conscientes do que aquelas ditaduras, creio que são bem mais permissivos. Creio que os segredos não têm ideologias, têm Estados que os cuidam, e isso só se rompe com luta política. Eu os convoco, para que, à medida das possibilidades, este Parlamento consiga que essa luta política seja feita e os arquivos sejam liberados. Não sei se algum integrante desta Comissão quer fazer alguma pergunta. Eu fico por aqui, com a possibilidade de que o documento de tudo que falei pode alcançar à Comissão. Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Obrigado, Roger, jornalista uruguai. Muito bom o seu depoimento.

Discorrendo sobre toda essa realidade, a questão do depoimento do Mário Neira Barreiro, o Carlos Milles, o médico que, segundo Mário Neira, foi quem produziu o veneno que acabou matando o Jango e com outros antecedentes.

O SR. ROGER RODRIGUEZ – Perdão, antecedentes os quais confirmo, pois Carlos Milles era um médico que trabalhava com venenos. Seu pai havia sido um químico e sua mãe uma oncologista conhecida no Uruguai. Quer dizer, ele vinha de uma família de médicos e possuía conhecimentos de fármacos para realizar isso.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Isso confirma, não é, o depoimento de Mário Neira Barreiro. Claro que aqui compreendemos o que pretendeste dizer. Temos aqui o Jair, que também é uma pessoa conhecida dessa realidade e também do idioma, e muito especialmente o Christopher, que praticamente domina o idioma espanhol e o uruguai que tem também as suas nuances. De minha parte, estou satisfeito com seu depoimento. Não sei se o Christopher tem alguma sugestão.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Se ele pudesse acrescentar mais a respeito da participação da CIA no Uruguai, mais especificamente sobre as informações que ele tem o trabalho investigativo.

Vejo isso como bem pertinente, uma vez que o Mário Neira fala de um agente em especial chamado Frederick Latrash, que teria um consentimento na chamada Operação Escorpião. Então, que ele pudesse dissertar, de forma geral, essa participação da CIA no Uruguai.

O SR. ROGER RODRIGUEZ – Sim, a intervenção da CIA no Uruguai é algo que está absolutamente confirmado. Os investigadores históricos estão demonstrando que de alguma forma Uruguai e Guatemala foram dois planos-pilotos do Departamento de Estado dos Estados Unidos e a CIA no marco da guerra fria, na época dos anos 60. Por ser opositos, Guatemala era um grande campesinato com possibilidades de organização e Uruguai era uma classe trabalhadora sindicalizada com uma identidade muito importante com os partidos de esquerda mais tradicionais e ortodoxos. No Uruguai, a participação do Departamento de Estado e da CIA está clara desde os anos 60, por meio de múltiplos trabalhos. Philip Agee, um ex-agente da CIA, escreveu um livro que se chama *A CIA por dentro*. Ele esteve vários anos no Uruguai, e durante esse tempo descreveu... – ele faleceu no princípio deste ano, estive com ele, ele esteve radicado muitos anos em Cuba, fazendo turismo para romper o bloqueio contra Cuba. E ele, em seu livro, cita nomes e detalhes muito particulares sobre como, desde os anos 60, no Uruguai, instalavam-se postos de escuta por parte da CIA, com participação da polícia, do governo, do Ministério do Interior uruguai daquela época, que era do Partido Colorado, partido histórico de governo. Inclusive Philip Agee assinala que no ano de 1966, quando instalaram novos equipamentos de escuta naquele departamento que a CIA tinha para grampear telefones, a pessoa que fica a cargo é um militar chamado Amauri Plenty (ininteligível), e estamos falando do ano de 1966. Amauri Plenty, dez anos depois, foi chefe do Serviço de Informação de Defesa da ditadura uruguai. Sob sua chefia aconteceram todos os seqüestros e desaparecimentos na Argentina e em outros países de uruguaios, inclusive chegou a ser destituído, por um confrontamento interno, poucos meses antes do seqüestro de Lilian Celiberti e Universindo Rodrigues, mas todas as operações aconteceram no seu exercício. E Philip Agee já denunciava a existência dessa pessoa como vínculo da CIA em 1966. É sabido por vocês que Dan Mitrione, um agente do FBI, foi treinar a polícia, nos anos 60, em tortura, em interrogatórios, em armamento e tiro, em luta de defesa pessoal e estratégias contra a guerrilha e contra setores insurgentes. Ele terminou sendo combatido pelo Movimento de Libertação Nacional Tupamaros, no Uruguai. No decorrer dos anos constatamos que nos anos 70 – como já mencionei antes – as operações dos esquadrões da morte estavam diretamente

relacionadas com o Departamento de Estado e a Embaixada Norte-Americana e foram cometidos oito homicídios que hoje estão ante a Justiça uruguaia, a fim de serem esclarecidos, havendo o entendimento de que esses esquadrões da morte atuavam como elementos paramilitares, com a supervisão do Estado, e esses são crimes de lesa-humanidade e, portanto, imprescritíveis e podem ser julgados atualmente. E, já nos anos 70, no período que se faz a espionagem a Brizola e a João Goulart em particular, o sistema de repressão uruguai tinha um organograma claro. Existia, na esfera militar, um serviço de inteligência que era o Serviço de Informação e Defesa e cada uma das quatro divisões do exército tinha outro serviço repressivo chamado *Oficinas Coordinadoras de Acciones Anti-subversivas, OCOA*, que coordenavam, cada uma nos seus âmbitos territoriais, com a polícia e com outras agências locais, e também existiam grupos paraestatais, paramilitares, ou parafuncionais, para-repressivos, que eram financiados pelo Departamento de Estado. Nesses grupos se incluíam as pessoas que eram da *Dirección Nacional de Información e Inteligência*, operadores das *OCOAs*, operadores do *SID*. Apresentei à Justiça uma lista dos nomes dos agentes, que não tornei público por razões óbvias, já que isso poderia ser um ato difamatório, para que eles investiguem de quem recebiam um pagamento ou um pagamento melhor do que o que possuíam da Embaixada Norte-Americana, naqueles anos. E se alguém olha a lista, essas pessoas são todas operadoras repressivas que até tinham um mecanismo engraçado para receber o dinheiro uma vez por mês. Havia um que ia à Embaixada, recebia todo o dinheiro, e logo o dividia e o chamava o *Combo*, em alusão ao McDonalds. Então, cada um recebia seu *lanche feliz* e eram pagamentos significativos na medida em que a Embaixada Americana dispunha de dinheiro e financiamento e podia fazê-lo. Também sabemos que as primeiras armas da *Juventud Uruguaya de Pie*, nos anos 70, provieram dos Estados Unidos. Quer dizer, há uma ingerência direta, constante e permanente de tudo o que foi o processo no Uruguai. Estou convencido de que Barreiro Neira não integrou uma estrutura orgânica estatal, como funcionário público, quero dizer, não foi da polícia e não foi um militar. Barreiro Neira era uma pessoa que sabia de eletrônica e foi cooptada pela *Juventud Uruguaya de Pie* e, logo, ascendeu a espião, a agente secreto, como eles diziam, nessa época, que era, nada mais nada menos que um grupo paramilitar, e um grupo paramilitar conectado com esses

outros grupos repressivos estatais e a Embaixada Norte-Americana. Por isso, quando Barreiro Neira fala daqueles que podiam estar vinculados ao destino de João Goulart, acaba mencionando uma pessoa do *SID* ou da polícia argentina, que é quem, no Hotel Liberty, havia trocado um comprimido do medicamento de João Goulart; menciona um agente da CIA; menciona agentes uruguaios e esse *mix* de repressores somente podia combinar-se em um lugar, que era na Embaixada Estadunidense. Os agentes da CIA, a meu ver, estão diretamente implicados. Também estão no caso de Cecília Fontana de Heber, no qual operam algumas dessas pessoas. Nesse caso, pude investigar mais, no Uruguai, e pude (ininteligível) a um ex-agente da *OCO4*, um desses grupos de conexão, o qual me explicou como eram as operações e me proporcionou os nomes da pessoa que havia escrito uma missiva para aqueles vinhos envenenados e o nome da pessoa que levou esses vinhos aos domicílios, resultando na morte de Cecília Fontana de Heber. Essas pessoas estão diretamente relacionadas com a direção da Informação e Inteligência Policial, que era o primeiro lugar armado pelo departamento de Estado como sistema repressivo, no Uruguai. E curiosamente a morte de Cecília Fontana de Heber não é investigada pelos Homicídios, não é investigada pela polícia comum, é investigada pelo Departamento de Narcóticos, e é inexplicável, hoje, pensar que o assassinato dela, um assassinato político com um vinho envenenado, seja investigado pelo Departamento de Narcóticos. Somente pelo veneno podia implicar na Narcóticos, mas certamente esse departamento, no Uruguai, havia sido criado pela CIA como uma subagência pela qual, face as pressões do financiamento dos grupos de inteligência, financiava as mesmas operações através do suposto combate contra as drogas, já nos anos 70. Então, o chefe da Brigada de Narcóticos, que era um agente da CIA, uruguai, mas contratado pela CIA, é que se encarrega de investigar o homicídio dessa mulher que eles mesmos haviam assassinado. Esse jogo só é possível com determinados níveis de financiamento e cobertura, e se falamos de financiamento e cobertura, não é preciso ver filmes para saber que nesse período da guerra fria, o Departamento de Estado Norte-Americano e em particular a CIA tiveram uma ingerência direta no que acontecia no Uruguai.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Poderia haver alguma ligação com o Carlos Milles e Berriós.

O SR. ROGER RODRIGUEZ – O caso Berriós é posterior à ditadura no Uruguai. É o caso de um químico chileno que foi seqüestrado no Uruguai em 1992, ou esteve sob custódia no Uruguai em 1992, e logo apareceu assassinado. Eugenio Berriós trabalhava para a DINA na confecção de gás Sarin e outros sistemas de assassinato não visíveis. Berriós trabalhou com Tom Lowe, que foi a pessoa que colocou a bomba que matou Letelier, um agente da DINA com antecedentes norte-americanos. Isso já foi investigado. E Eugenio Berriós seria citado pelos juízes que estavam investigando, no Chile e nos Estados Unidos, o caso Letelier. Em vez de ir depor, acabou refugiando-se no Uruguai, sob custódia de três militares uruguaios. Haviam-no deixado em um balneário, a 40 ou 50 quilômetros de Montevidéu, chegou a um comissário, um coronel, disse que estava seqüestrado, terminaram devolvendo essa pessoa, tirando a certidão da denúncia, e isso terminou num escândalo que um ano e meio depois transcondeu no Parlamento uruguai, durante o governo de Luis Alberto La Calle, já na democracia, segundo período democrático. E o ministro, o chanceler da época, terminou acalmando os ânimos do Parlamento mostrando umas fotos de Berriós em Milão. O certo é que Berriós havia sido assassinado um ano antes e seu corpo apareceu com uma bala na cabeça, vários anos depois, em uma praia de Montevidéu. Berriós efetivamente operava em uma área de trabalho similar à de Carlos Milles. O projeto Andreas, que era feito no Chile para confeccionar o gás Sarin transportável em um *spray*, que era com o que se pensava matar Letelier, inicialmente, teve suas idas e voltas. Mas não creio que Carlos Milles estivesse nesse nível. Acredito que Carlos Milles era muito mais artesanal e muito mais sujeito a outros níveis de organização, inclusive não-oficiais, já que não era um funcionário do Estado. Só em um período foi médico forense, dentro do Poder Judiciário. Nesses grupos operativos ele não tinha um grau (ininteligível). Tenho minhas dúvidas que existisse um contato direto Berriós e Carlos Milles. O que não tenho dúvidas é que o mecanismo é o mesmo. Quer dizer, um grupo operativo repressivo em Chile, em plena Operação Condor tem um médico ou um cientista louco fazendo veneno para matar pessoas com gás Sarin nas ruas, e em Uruguai há um químico farmacêutico ou um médico especializado em venenos, capaz de modificar um medicamento a ser introduzido nos remédios de uma pessoa que pode ser assassinada, ou capaz de injetar veneno em um vinho por meio

de uma hipodérmica por uma rolha. Provavelmente, se observarmos alguns casos na Argentina, no Paraguai e não sei se no Brasil, vamos encontrar que os grupos operativos provavelmente tiveram, sempre, algum cientista dentro da mão-de-obra de que dispunham os repressores.

O SR. JAIR KRISCHKE – Boa-tarde a todos. Parece-me oportuno deixar bem claras algumas questões que o Roger aborda. Quando ele diz Fleury, ele fala do delegado brasileiro Sérgio Paranhos Fleury, delegado do DOPS de São Paulo. Hoje há documentos suficientes para se dizer, tranquilamente, que ele organizou os esquadrões da morte, não só no Uruguai, mas também no Chile. Outra referência dele é de que Mário Barreiro Neira pertencia à *Juventud Uruguaya de Pie – JUP*–. No Brasil tivemos algo similar, o Comando de Caça aos Comunistas, o CCC. Só que a versão brasileira era muito mais *light*. No Uruguai, o movimento era muito mais violento e produziu vários assassinatos. Então, para que se saiba a que organização Mário Neira Barreiro pertenceu, foi essa *Juventud Uruguaya de Pie*. Por último, o Roger refere o agente da CIA, Philip Agee, que faleceu agora em janeiro em Havana. Ele foi agente por largo período, trabalhou na Guatemala, trabalhou no Uruguai e quando ele saiu da CIA, ele escreve um livro com o título *Por dentro da CIA*, que foi publicado no Brasil. E nesse livro, ele escreve como se fosse um diário, com datas. E nessa obra ele refere várias vezes o monitoramento ao presidente João Goulart. Há várias passagens. Então, vamos vendo que o presidente João Goulart foi permanentemente monitorado, desde que saiu de Porto Alegre. Entreguei ao deputado um documento da CIA datado de 02 de abril de 1964, um telegrama que saiu de Porto Alegre, da CIA, dizendo o presidente João Goulart parte para o exílio em Montevidéu. E depois, o monitoramento permanente. Creio que esses esclarecimentos são importantes, para dar a exata dimensão do que o Roger diz, de que tudo que ele investigou no Uruguai, tudo o que se sabe do Uruguai, e essa entrevista pioneira que ele fez com Mário Barreiro Neira aqui, no presídio, em que uma série de fatos que o Mário refere se confirmam. E Roger expressa que é necessário investigar. Que os jornalistas investiguem exaustivamente enquanto jornalistas, mas que toca aos Poderes do Estado investigar com muito mais condições o que os jornalistas têm.

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Agradeço o convite do deputado Adroaldo Loureiro. Em 2006, no Uruguai o ex-

senador Carlos Júlio Pereira me solicitou que começasse a investigação sobre o homicídio de Cecília Fontana de Heber que, como comentou Roger Rodriguez, deveu-se ao envio de três garrafas de vinho envenenado à cúpula diretiva do Partido Nacional de então. Quando começamos as investigações do caso, tivemos conhecimento da declaração de Barreiro Neira, da reportagem que o jornalista Roger Rodriguez havia feito com ele em 2002, que fazia referência a que um médico de iniciais CM tinha preparado as mencionadas garrafas envenenadas. Nessa entrevista, os dois casos estão vinculados, o de João Goulart e o caso de Cecília Fontana de Heber, por meio desse médico das iniciais CM, que seria o Carlos Milles. Carlos Milles, segundo Neira Barreiro, foi quem injetou o veneno nas garrafas de vinho e foi também quem preparou os comprimidos que causaram a morte do presidente João Goulart. Quando tomamos conhecimento dessa declaração, viemos à prisão de Charqueadas, para entrevistar o apenado a fim de obter mais dados e tratar de corroborar sua história. Ele dá uma série de nomes, de informações que estão nas declarações ora em poder desta comissão. Mais especificamente, com relação a Carlos Milles, diz que foi um médico forense, uruguai, que atuou na época da ditadura e que, já na democracia, quando ele tentou arrepender-se, e queria chegar a dizer o que sabia, foi silenciado por outros ex-companheiros. Barreiro Neira diz que essa pessoa caiu do primeiro andar de sua casa, que foi empurrado e, portanto, assassinado. Na investigação que realizamos no Uruguai, e são documentos que entrego agora ao presidente, confirmamos que, definitivamente, ele foi designado pela Suprema Corte de Justiça do Uruguai como médico forense do julgamento de (ininteligível) de Pando e que, em 1991 faleceu. Na sua certidão de óbito o médico forense registrou que ele sofreu uma contusão cerebral e tive a oportunidade de falar com o médico forense que realizou a autópsia de Carlos Milles e ele me disse que a contusão cerebral foi como consequência de uma caída de um primeiro andar. No entanto, o médico não pôde determinar se foi suicídio ou se ele foi empurrado. Esse dado como dizia Roger, corroboram o relato que faz Barreiro Neira. Quanto à credibilidade, quanto à desinformação, se é verdade, bom, isso está nas mãos da comissão e, no caso uruguai, está nas mãos da Justiça, que analisará, à luz de outros elementos, a credibilidade e o valor dessas declarações e dessas provas que estamos apresentando. Creio que é importante, tanto para um crime como para outro,

que todos os documentos que possamos desarquivar que encontremos que saiam à luz, porque testemunhos materiais já têm poucos. Seja pela idade, pelo tempo, pessoas já faleceram, pessoas, pela avançada idade, já se esqueceram de algumas coisas, então todo aquele material documentado, aqueles papéis que possam dar alguma certeza do que ocorreu são de suma importância. Em 2006, quando das investigações da morte de Cecília Fontana de Heber, e também tendo conhecimento da participação ou pelo menos do monitoramento que a Embaixada dos Estados Unidos realizava das atividades dos partidos de oposição no Uruguai, solicitamos dois pedidos ao governo dos Estados Unidos, para que liberassem toda a informação relativa ao caso, um ao Departamento de Estado e outro à CIA. Depois de um ano de idas e vindas, conseguimos, do Departamento de Estado, 14 documentos, 12 em forma total e 2 em forma parcial, que não referem os autores materiais do homicídio de Cecília Fontana de Heber mas permitem contextualizar historicamente o crime e suas causas. A CIA confirmou que eles tinham informação, mas deram apenas um documento censurado, por razões de segurança nacional, quer dizer, ainda que decorridos 30 anos, essa informação é delicada para o governo dos Estados Unidos. E permitam-me fazer uma ilação, se o governo dos Estados Unidos ou a Embaixada, naquele momento, monitorava a oposição política e possuía informação sobre o assassinato de uma senhora no Uruguai, em 1978, como não iria monitorar as atividades do ex-presidente João Goulart, mais ainda com a confirmação de que havia um telex da CIA dizendo que ele iria a Montevidéu. Creio que é importante amparado na existência dessa possibilidade na legislação americana, fazer essa solicitação como simples cidadão. E que os Poderes públicos tomem para si a bandeira de acessar a toda a informação, porque é direito dos países terem e saber o que ocorreu nos seus próprios solos, e poder conhecer a história recente ou presente, como diz Roger. Se existir informação sobre essa senhora assassinada em 1978, creio que dados sobre as atividades e os movimentos do presidente João Goulart, tanto no Uruguai como na Argentina, o governo dos Estados Unidos também deve possuir. E essa informação, por menor que seja, por mais parcial que seja, serve para corroborar, para outros dados que, nesta investigação e nas investigações do Instituto Goulart lance uma luz sobre quem foram os responsáveis de tal assassinato. Roger Rodriguez falou que Mário Barreiro Neira

não integrava os grupos estáveis do aparato repressivo uruguai, não integrava a polícia nem o exército, ele disse ter tomado parte do grupo *Gama*, grupo de atividades militares anti-subversivas. Existiram dois *gamas*. Um *gama* das sombras, oculto, que atuava clandestinamente, e quando esse grupo cometeu demasiados horrores, e esses horrores foram sendo de domínio público, as atividades desse grupo tomaram uma forma institucional. Também podemos corroborar que o grupo *Gama* existiu entre 1979 e 1980, como parte do aparato do Ministério do Interior, dentro da divisão de Informação e Inteligência. Ou seja, as informações que Barreiro Neira relata em suas declarações foram confirmadas pela nossa investigação. Para encerrar, volto a repetir que é muito importante ter acesso a toda a documentação. No Uruguai, apenas recentemente podemos ter acesso a documentos do Ministério do Interior, e aos da chancelaria e do Ministério de Relações Exteriores. Creio que se vocês conseguirem isso no Brasil obterá mais dados em relação à morte de João Goulart e a outros tantos casos de direitos humanos. Isso é o que tenho a acrescentar, no momento, a esta comissão.

CHRISTOPHER GOULART – Em relação ao grupo *Gama*, foi de 1979 a 1980, não?

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Sim. Havia dois grupos *gamas*. Um secreto, que atuou na obscuridade e que pode ser perfeitamente o que atuou em 1976 ou 1978, em ambos os homicídios, e o que integrava Neira Barreiro, e um *gama* formal, quando, devido aos seus horrores, o grupo *gama* secreto teve de regularizar suas atividades e se criou esse *gama* institucional em 1979 e 1980. Isso não quer dizer que não tivesse já em funcionamento antes, e que Neira Barreiro não o integrara, pois há registros oficiais.

O SR. JAIR KRISCHKE – Penso que essa contribuição do Dr. Javier Barrios também vem acrescentar este outro viés. Temos um assassinato claro, em que este Mário Neira Barreiro, que aqui está, refere, com dados, que tem, sim, sentido, tem a ver, e nomeia uma mesma pessoa como tendo atuado nos dois episódios, nos dois homicídios. Quer dizer, novamente o que nos traz o Dr. Javer Barrios é a exigência de investigar, a exigência de aprofundar, porque nós também temos Deputado, a nossa geração tem uma dívida com as gerações futuras. O Roger dizia e muito bem, que não estamos tratando da história recente. Esta subcomissão, liderada pelo senhor, Deputado, também tem esse compromisso com a história presente, é da

nossa responsabilidade. Então, esses dois depoimentos, hoje, vieram dar mais elementos para que o senhor, sob sua batuta, siga a investigação.

REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO

DATA DE 08 DE MAIO DE 2008

Depoimento do senhor Mario Neira Barreiro (preso na PASC (Presídio de Alta Segurança de Charqueadas), com participação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos)

Deputado Adroaldo Loureiro, faz as apresentações e um histórico dos fatos colhidos pela Subcomissão que acabou na fatídica morte do ex-presidente João Goulart.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Estão abertos os trabalhos da Subcomissão que Investiga a Morte do ex-presidente João Goulart pertencente à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Inicialmente, quero agradecer à direção da PASC, na pessoa do Vanderley de Cristo, que está nos recepcionando; ao Sr. Antonio Cavalcanti que é delegado Penitenciário; ao Dr. Afif Jorge Simões Neto, da Vara de Execuções Criminais de Porto Alegre, que nos permitiu a realização desta oitiva.

Registro a presença, à minha direita, do Sr. Jair Krischke, conselheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos; à minha esquerda, do Sr. Christopher Belchior Goulart, neto do ex-presidente João Goulart; do Sr. Maurício Cruz, diretor do Departamento de Direitos Humanos da Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social; do Sr. César Ramos, assessor da Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social; do Dr. Silvano Adroaldo Saragozo, assessor desta subcomissão; do Sr. João Roberto Silvestre, assessor de imprensa; da Sra. Mari Carmen Rial Gerpe, do Sr. Fermino Fecchio Filho, da Sra. Vera Regina Rotta, representantes do Ministério de Justiça; do secretário Especial dos Direitos Humanos; da Dra. Mara Cecilia Chaubt Melgar, assessora jurídica da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos; da Dra. Suzete Bragagnolo, procuradora da república; do jornalista Roger Rodrigues; do Dr. Javier Barrios Bove, advogado.

Ouviremos o Sr. Mario Neira Barreiro. O objetivo deste encontro é complementar as declarações que o Sr. Mario já tem

dado à imprensa brasileira e uruguaia há alguns anos, e que o fez recentemente à Polícia Federal.

Na presença de todas as lideranças já mencionadas, queremos buscar na palavra do Sr. Mario Neira Barreiro, complementar essas declarações que ele já fez sobre as circunstâncias em que ocorreu a morte do presidente João Goulart, na Argentina, quando também confessou que monitorou a vida do presidente João Goulart por mais de três anos, no Uruguai e Argentina, demonstrando muito conhecimento sobre aquelas circunstâncias, sobre a vida, detalhes, enfim, que nos levam a acreditar que efetivamente o Sr. Mario Neira Barreiro tem conhecimento, participou ativamente dos momentos finais da vida do presidente João Goulart. Ele disse, no primeiro contato, que tem muitos dados a acrescentar e que deseja apenas falar a verdade. Certamente esta audiência trará luzes sobre esse fato ainda obscuro da história brasileira, que foi a morte do presidente João Goulart.

Passo a palavra ao Sr. Mario Neira Barreiro, para que, com objetividade, complemente alguns fatos, alguns dados que não ficaram bem claros no depoimento dado à Polícia Federal, especialmente quanto à participação de alguns agentes como Frederick Latrash, agente da CIA, o qual o senhor nominou e afirmou que teve participação efetiva em todos esses fatos, mostrando também a participação efetiva da CIA em todos esses elementos que levaram ao fatídico final que culminou com a morte do presidente João Goulart.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Peço ao ilustre presidente da subcomissão, deputado Adroaldo Loureiro, a possibilidade de, antes de iniciar meu depoimento, fazer uma pequena ressalva.

Simplesmente quero esclarecer que não me vou auto-eliminar, não vou promover brigas com outros presos, nem com agentes penitenciários, não vou morrer de *overdose*, porque não sou dado a drogas, não sou uma pessoa instável psicologicamente, não me vou auto-eliminar, cheguei até aqui, passei muita arbitrariedade, e não vai ser agora que vou cair em depressão, ou vou me enforcar, ou vou cortar meus pulsos, ou coisa semelhante. Não vou atentar contra minha vida, sou contra o procedimento de se auto-eliminar, porque acho que a Deus cabe essa questão. Se a alguém cabe dizer-me o dia de minha morte, Este deve ser Deus. Acredito firmemente em Deus. Então, se alguma coisa me acontecer, como já fiz vários e reiterados exames do coração, e sei que meu coração

funciona perfeitamente bem e que não vou morrer de taquicardia, de parada cardíaca. Simplesmente isso.

Estou à disposição de vocês no que eu possa ser de utilidade nesta investigação em que me vi envolvido e, em certo modo, participei lamentavelmente. Não era como já disse reiteradas vezes, não era minha vontade que o João Goulart morresse, não compactuei com aquela barbaridade, com aquele crime bárbaro. Tudo o que pude, fiz.

Tanto que o João Goulart viveu mais um ano de vida graças a trapaças que eu fazia, avaliações que amenizavam realmente as coisas. Somente depois que escapou das minhas mãos a investigação é que o João Goulart passou a depender de outras pessoas, porque ele condicionou seu destino. Enquanto eu pude minimizei as conversações de Goulart, as reuniões, mas quando surgiu o descobrimento pelo oficial Otávio com relação às conversações que eram mantidas em outro telefone, em uma cabine telefônica de São Rafael, a partir daquele momento escapou das minhas mãos. Por quê? Porque ali começou a aparecer o Plano R – Plano do Retorno –, as ligações para Arraes que estava vinculado com o Serviço de Inteligência Argelino; as ligações para Abelardo Jurema; ligações para várias pessoas que estavam envolvidas neste suposto plano; para Raul Riff, fundamental artífice do Plano do Retorno. Então, depois foi descoberta aquela tática de Goulart com relação a não atender as ligações de pessoas suas mais amigas no telefone 22030, que era o telefone da Fazenda El Milagro.

Depois, ele se negou a atender um telefonema do seu amigo, o general Juan Domingo Perón. Depois, negou-se a atender ao Miguel Arraes, que ligava da Argélia, que não estava ligando da outra esquina, mas de outro continente, e era amigo dele. A partir dali começou aquela suspeita: por que ele não atendeu Arraes, que era seu amigo? Por que não atendeu o Raul Riff, que foi seu secretário de imprensa, seu amigo pessoal? Depois disso surgiu aquele número da cabina telefônica, de onde ele ligava para fazer seus planos conspiratórios – hoje, podemos dizer que ele não estava conspirando, que os conspiradores éramos nós, mas naquela época quem estava conspirando era ele. Igual ao Brizola. Brizola era um conspirador nato naquela época; hoje, é um herói, porque ele não aceitou aquela ditadura e vivia aprontando com aquele plano dos explosivos, do soldado Ponciano. E posso lembrar inumeráveis fatos que o Brizola

aprontou no Uruguai durante seu exílio e que, de certo modo, colaboraram para prejudicar o João Goulart que tinha um outro estilo, de respeitar o exílio, de não se envolver em nada. Então, o Brizola era um conspirador nato e estava sempre envolvido em algo.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Como sabes disso, Mario? Tu tinhas a tua função específica que era acompanhar e monitorar Jango, e fizeste isso por três anos.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – É.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Como é que tu tens informações a respeito do Brizola?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu tenho informações dos planos do Brizola porque a equipe a que pertencíamos era a Equipe Centauro, e a que monitorava Brizola era outra equipe, a Equipe Antares. Mas quando começaram a morrer os agentes de modo misterioso: um pulava do primeiro andar, outro caía, jogando bola, e quebrava o pescoço, e daí por diante, quando isso começou a acontecer, eu tive de me associar a alguém que estivesse do meu lado. Procurei outro agente que fazia parte do grupo que vigiava Brizola. Mas sabíamos pelos informes que chegavam do DOPS, enviados pelo delegado Fleury, por intermédio do adido do embaixador, do Pio Corrêa, do Lili de Fontela, de todo aquele pessoal da embaixada do Brasil, chegavam caudais, muita documentação.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Quem é que centralizava as informações? Vocês repassavam para quem as informações? Eras subordinado a quem? Quem era o teu chefe?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Nós tínhamos um diretor do serviço secreto, que era um general. Tínhamos um coordenador, um chefe de divisão. Havia uma série de hierarquias circunstanciais que eram exercidas por algumas pessoas. Na verdade, a hierarquia era muito limitada, porque existiam três hierarquias. Para ser agente da inteligência do governo, já era um agente especial que era um oficial. Depois havia o agente chefe e agente superior. Não tinha o tenente; não tinha sargento. Não havia isso. Eram agentes. Eu era chamado de tenente Tamús; outro era chamado de delegado Fulano; o coronel era chamado de capitão ou doutor.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Algum desses teus superiores, naquela oportunidade, está vivo ainda hoje?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu suponho que algum deve estar vivo. Suponho que algum deva estar vivo, do Uruguai e algum do Brasil. Mataram o Fleury; mataram a vários, mas acho que, por exemplo, o Henrique Perrone Filho, o delegado Penteado, o Trali(?), tantas pessoas... Aliás, quem poderia falar muita coisa, todavia nunca foi consultado, o delegado Romeu Tuma que era o chefe do serviço secreto do DOPS. Ele não era do Sigma, mas era uma pessoa realmente importante.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – O nome do Romeu Tuma era comentado?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Romeu Tuma era chefe do serviço secreto e estava lá no DOPS, com Monteiro e Aderbal, fazendo seus *grampos*. Mas o que ocorre? Não vou falar nada com relação a Romeu Tuma, porque Romeu Tuma é um senhor senador da República, e eu sou um Zé- ninguém. Mas Romeu Tuma, de algum modo, também elaborou informes com relação a João Goulart. Não era à toa que ele estava lá na França coincidentemente quando esse moço, o senhor Christopher, nasceu. Nós tivemos um informe tão minucioso: reuniu-se com Abelardo Jurema; esteve na casa noturna tal; foi à rua tal; assinou o livro de condolências na sede diplomática da China com relação à morte de Mao Tsé-Tung.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Alguma coisa concreta não tens, a não ser algumas ilações?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Com relação?

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – No que diz respeito a Romeu Tuma.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O Romeu Tuma esteve lá elaborando um informe muito minucioso que chegou à nossa mão. Um informe do DOPS chegou lá, através da sede diplomática, com relação à visita de Jango nas circunstâncias do nascimento do neto Christopher, o filho do João Vicente. Quer dizer, existia uma missão executada por um órgão de inteligência do governo e, concomitantemente, existiam outras investigações paralelas, porque, por exemplo, o Sigma e o Gamma eram as inteligências dos governos militares, e o Tuma era chefe do serviço secreto. Ele estava sempre em cima do muro. Ele não se comprometeu na Operação Escorpião porque pertencia ao serviço secreto da polícia, e ninguém fez nada contra o Tuma por isso. Ele é um senhor legislador. Então, sobre o Tuma não vou falar.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Mas

quem recebia as informações a respeito da vida do Jango? Isso era repassado, segundo li no teu depoimento, e chegava ao Fleury, delegado Fleury, que seria o, digamos assim, interlocutor do serviço.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O delegado Fleury era um assessor. Na época, era um agente de um grupo de inteligência especial do Brasil que se chamava Sigma. Era o serviço de inteligência do governo militar, anti-revolucionário. O Sigma era o serviço de inteligência do governo, que substituiu o CIEX que fora criado anteriormente, que funcionava no Itamaraty. Houve uma evolução no Brasil com relação ao serviço secreto da inteligência, ou seja, a polícia tem a inteligência; o Exército tem sua inteligência; a Marinha, a Aeronáutica tinha o SISA.

Estou-me referindo ao CIEX que não é o CIEx do Exército. Estou falando que o Sigma veio como resultado de uma evolução do CIEX que era o Serviço de Inteligência Exterior. É outra coisa. É algo que funcionava no Itamaraty. Era outro órgão que foi criado pelo Pio Corrêa, que depois foi representante diplomático do Brasil em Montevidéu. Aí houve uma série de mudanças, porque ocorre que a inteligência do governo não pode estar infiltrada pelo serviço de inteligência dos Estados Unidos, e isso foi o que desqualificou a direção nacional de informação e inteligência a trabalhar no caso.

A direção nacional de informação e inteligência é um órgão competente em termos. Ocorre que houve toda uma evolução durante o tempo, desde que se iniciaram os primeiros fatos revolucionários, quando foi criada a Brigada Antiterrorista, que era uma brigada do Departamento de Investigações. Ou seja, Montevidéu não tinha uma estrutura de inteligência. Então, foi criada a Brigada Antiterrorista, que funcionava no 5º andar da Chefatura de Polícia de Montevidéu. Ela funcionava num mezanino, ou seja, nem tinha um lugar físico para funcionar. Era um órgão dependente da Polícia de Montevidéu, não era um órgão dependente do governo. Era uma coisa inoperante, para abordar um problema de subversão aquilo não funcionava.

Então, nesta Brigada Antiterrorista havia o oficial Polo Jesus(?), uma série de integrantes.

Depois foi criado o Departamento de Inteligência e Enlace. Nesta época já não utilizavam mais aquele mezanino que estava em cima do Departamento de Claves e Comunicações da Polícia de Montevidéu. Já tiveram aquele

outro prédio na Av. 18 de Julio, Juan Paulier, com diretor indicado, o Sr. Alejandro Otero, homem ligado ao futebol. Então foi criado o Departamento de Inteligência e Enlace, que pertencia à Polícia de Montevidéu. Não era uma polícia federal de inteligência. Então, a partir daí foi criada a Direção Nacional de Informação e Inteligência, que era um órgão federal, com jurisdição em todo o país. Esse órgão que viria a ser uma polícia federal poderia atuar em qualquer parte do país, porque os guerrilheiros não se centralizavam em Montevidéu. Havia guerrilheiros em Tacuarembó, em Bella Unión, então havia a necessidade de um órgão que tivesse jurisdição nacional. Portanto, foi criada a Direção Nacional de Informação e Inteligência, de onde o Castellone(?) Castro foi diretor e permitiu uma série de anormalidades.

Assim como se criou a Direção Nacional de Informação e Inteligência, foram criadas as instâncias, as diretrizes, os conselhos, as influências de todo o tipo dos Estados Unidos. Sem a influência dos Estados Unidos não haveria aquela inteligência. Aconteceu uma coisa completamente errada, porque a inteligência já não dependia da Chefatura de Polícia. Dependia, administrativamente, da Chefatura de Polícia, ou seja, seus empregados dependiam do salário da Chefatura de Polícia de Montevidéu.

Mas eles tinham acesso direto ao ministro do Interior. E como foi um órgão criado pelos americanos, os americanos colocaram ali a quem eles quiseram. Por exemplo, o Jorge Vazquez Petrilli(?), que era o secretário do diretor, Castellone(?), que era agente da CIA. O meu amigo, o delegado Hugo Campos Hermida era um agente da CIA. Era meu amigo, foi meu instrutor, mas ele era um agente. E qual era a necessidade de mais um órgão? Se havia a Direção Nacional de Informação e Inteligência, para que a inteligência do governo?

Aí, está o problema. A inteligência do governo, o Gamma, do Uruguai, e o Sigma, do Brasil, tinham uma razão de ser, porque a inteligência do governo não podia estar infiltrada pelos agentes da CIA. Por esse motivo é que foi criado aquele grupo. O Gamma tinha jurisdição nacional e não estava integrado por agentes da CIA ou por colaboradores da CIA. Tanto é assim que, quando mataram a um dos nossos agentes, isto é, foi assassinado, eu sugeri por que não nomeávamos o comissário Hugo Campos Hermida para servir conosco, porque foi nosso instrutor. Era um homem que tinha sangue, que ia

para frente, que dava tiros. Responderam-me que não poderiam colocar uma pessoa que trabalhava para os Estados Unidos. Então, aquele órgão que representei e do qual fui parte integrante, esse órgão não estava viciado pela CIA, não havia nele infiltrados, tanto que me ofereceram dinheiro, quiseram que eu fosse colaborador da CIA, e eu não podia trair os princípios do meu país. Fui doutrinado para servir a meu país.

Hoje, estou contando uma história vergonhosa, mas naquele momento, eu estava orgulhoso de minha função. Eu passava horas escutando o que falava João Goulart, procurando um plano contra as instituições. Eu estava defendendo o país – isso, pelo menos, foi o que me venderam, foi o que me fizeram acreditar. Eu desempenhava uma função importante, ou, pelo menos, supunha que fazia. Depois, começou a cair a ficha, foram acontecendo coisas e eu fui descobrindo. O Sigma, do Brasil, veio a substituir aquele viciado órgão do Itamaraty, criado pelo Pio Corrêa. Por quê? Por que, como o governo teria um órgão de inteligência infiltrado pelos Estados Unidos? Isso foi o fim da picada. Foi criado o Sigma, e o delegado Fleury foi escolhido pelos generais para fazer parte daquele órgão.

Então, durante a presidência do General Ernesto Geisel, ele foi um dos assessores do Sigma, e o Sigma era dirigido pessoal e diretamente pelo general-presidente. Não havia intermediário entre o general-presidente e os seus auxiliares, seus assessores, como por exemplo, o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury. Por exemplo, Tuma não era do Serviço Sigma, ele era do Serviço Secreto do DOPS, mas não tinha acesso direto ao General Geisel. Agora, antes de ser criado o Sigma, havia o Serra 17(?), que era um órgão que substituiu o Centro de Informações do Exterior – CIEX –, de inteligência política do Itamaraty foi substituído por um órgão, que se chamava Serra 17(?). Assim foi denominado, porque a sala do general Golbery era a de número 17. Então, é preciso explicar melhor: Os generais do Brasil sabem melhor do que eu, por isso vou-me limitar a falar o que eu sei do meu país.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Mario, é importante a gente ouvir o que estás falando, pois tu conheces muito de toda essa história, mas gostaria que tu nos ajudasses, porque tu estás disposto a isso, e é importante a tua colaboração.

Seja, por favor, mais objetivo no sentido do que a gente precisa, do que viemos buscar de ti, que são informações que completem o que já disseste, e que nos ajudem a

esclarecer especificamente a questão da morte do presidente João Goulart. Esse é o nosso objetivo. Tu falaste do Fleury, essa coisa toda. Eu ouvi no teu depoimento que tu disseste que, quando o Fleury foi chamado no Uruguai para definir e decidir sobre o destino do presidente, tu foste recebê-lo no aeroporto e tu o acompanhaste. Gostaria, então, que tu relatasses alguns detalhes a respeito desse encontro e dos passos seguintes a este teu encontro com o Fleury.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Vou-lhe relatar esse encontro, mas talvez esteja acrescentando fatos que pareçam desnecessários, mas sabe por que entrei em detalhes sobre a Direção Nacional de Informação e Inteligência? Porque foi a eles que os senhores pediram informações sobre a minha pessoa. Logicamente que as informações que eles vão dar sobre a minha pessoa serão péssimas. Por quê? Porque eles estavam envolvidos, assim como os Estados Unidos, até o pescoço no destino do João Goulart.

Os Estados Unidos foram fundamentais na morte de João Goulart, e a Polícia da Direção Nacional de Informação e Inteligência darão péssimas informações a meu respeito, porque se tratava de um órgão assalariado dos Estados Unidos. A brigada de narcótico é mantida até hoje pelos Estados Unidos. Há uma corruptela. Lamentavelmente, devo admitir, sou uruguai, mas a situação é essa, é um órgão que não é confiável. Tanto assim que quando eu fui pedir aos Estados Unidos proteção, porque chegou um momento em que a polícia estava toda atrás de mim e eu ia ser morto. Então, vou fazer o quê? Fui sempre inimigo daquela política dos Estados Unidos, de invadir outros países, influenciarem nos destinos de outros países, mas em algum momento tive que ir pedir ajuda aos Estados Unidos. E quando isso ocorreu, subornaram-me com 50 mil dólares, para que eu ficasse quieto, para que eu ficasse calado, não falasse mais, mas o que eu fui fazer naquela embaixada norte-americana não foi pedir dinheiro, não fui subornar os Estados Unidos.

Mas vou falar do que você quer. É muito complicado para explicar. Eu fui preso pela Inteligência, acusado de tirar 50 mil dólares dos Estados Unidos. Agora, eu me pergunto: se eu tenho um dossiê, vou aos Estados Unidos, à embaixada, à sede diplomática, e peço 50 mil para ficar quieto e os Estados Unidos me dão, por quê? Se eu sou uma pessoa honesta e não estou envolvido em nada e alguém me vem pedir dinheiro – 50 mil dólares! –, eu chamo a polícia.

Bueno, quando a polícia me prendeu com os 50 mil – esse é um fato que demoro muito para explicar. A polícia me pegou com os 50 mil dólares embaixo do banco do carro. Ali, imaginem. Eu apanhei que nem um bicho e levei choque, estive dois dias incomunicável, apanhei. Fiquei duas semanas com dores, tomando analgésicos.

Então, como terminou? O que me prendeu, o delegado Boris Torres, ficou com os 50 mil dólares; eu fiquei com as minhas dores no corpo; e os Estados Unidos não fizeram ocorrência contra mim.

Então, eu não fui acusado da suposta extorsão, não fui. Perguntaram-me: – *Esses 50 mil, de quem são?*, me dizia o delegado Torres. – *Esses 50 mil que estavam no teu carro*. Eu disse: – *Não sei, meus não são*. Disse: – *Os americanos dizem que não são deles também. E tu saíste da Embaixada dos Estados Unidos com 50 mil dólares. Então, se os americanos não te deram, e tu não és o dono, então são meus, né. São meus esses 50 mil?* Eu disse: – *Não, devem ser*. Por quê? Eu vou fazer o que, depois de apanhar tantos dias? Eu disse: – *Não, esses 50 mil devem ser seus*.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Está bem, Mario. Passarei a palavra ao Dr. Christopher, que também tem alguns questionamentos aí para te fazer, está? Por favor.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu vou responder o dia da... Desculpe-me, deputado.

Com relação ao dia em que fui buscar o delegado Fleury. Fui buscar ele numa base aeronaval que se chama Base Aeronaval Capitán Curbelo. Ele tinha chegado em um avião militar, um avião de grande porte, pilotado pelo Coronel Ferdinando Muniz. Na época, o Ferdinando Muniz era coronel-aviador e integrante do SISA – serviço de inteligência da Aeronáutica – e, ao mesmo tempo, era agente do Sigma. O coronel, que tinha o nome de guerra de comandante Calixto, trouxe, um avião da FAB – da Força Aérea Brasileira – até a Base Aeronaval Capitán Curbelo. Até lá fui eu fui, em um carro proporcionado pelos Estados Unidos. Era um dodge dart, cor verde chumbo. Eu fui lá e fiquei esperando.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – O senhor lembra da placa do dodge dart?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Não tinha placa. Acho que não tinha placa, era um carro sem placa, era dos Estados Unidos. Não sei se não tinha uma placa que dizia corpo diplomático – CD – ou corpo consular, mas eu não precisava de

placa no carro. Andava sem placa. Era do serviço secreto. Quem iria me parar? Um inspetor da EPTC? Já me pararam tantas vezes. Era serviço secreto e pronto.

Fui lá buscar e ele não havia chegado. O avião não havia chegado. Tudo isso foi porque surgiu o fato do plano R – o plano do Retorno –, o traslado clandestino do ouro por Maneco Soares Leães e outras coisas que se acumularam. E eu telefonei ao delegado Fleury e lhe disse: – *Dr. Barreto, você tem que saber isso: me foi comunicado que o retorno do João Goulart é um fato iminente.* Eu liguei para 221, eu telefonei para o delegado Fleury, 2212341, era um telefone do DOPS, da ordem social. Era o telefone do próprio diretor do serviço, o delegado Fleury.

Eu falei para ele o que me foi transmitido. Quando expliquei para ele que o João Goulart tinha um plano de regresso ao Brasil, ele me disse: – *Me aguarde, vou-lhe notificar depois de eu conversar com meus superiores.* Daí que ele veio a Montevidéu. Fui buscar lá. Esperei duas horas numa guarita de blocos de concreto que ficava fora da base aeronaval. Tinha uma barreira, uns guardas e o campo estava lá nos fundos.

Eu fiquei esperando duas horas, até que chegaram os dois. Escutei a barulheira daquele avião e, aos poucos, saíram o delegado e o coronel. Levei-os para a base do serviço secreto e, quando estávamos na base, eu entrei com eles na sala, porque achava que não havia nenhum segredo para mim. Se eu era o que elaborava todos os informes, eu estava ciente de tudo. Por que que eu não poderia entrar? Mas, sei lá por que, o general me disse: – *Tenente, saia da sala.* Eu vou fazer o quê? O Queirolo me mandou sair. Eu: – *Sí, señor.* Eu não era nada se comparado a um general. Mas não era só um general, era o diretor do serviço secreto do governo. Não era qualquer general, o Queirolo era uma personalidade dentro da repressão.

Eu, imediatamente, saí: – *Sí, señor.* Aí, o delegado disse: – *Não, não. Ele fica.* Fiquei em que situação? O delegado Fleury disse: – *Ele fica.* Puxa, mas meu general está me mandando sair, e o general olhou para ele e disse: – *Como assim? Ele sai.* – *Não, ele fica. Ele é meu intérprete. Ele pode ficar, se ele está (ininteligível) de tudo que se passa com João Goulart, qual é o problema, general?* Aí, o delegado Fleury mandou mais do que o general uruguai, e eu fiquei na sala.

E, na sala, o general uruguai até parecia que não acreditava naquilo que o governo do Brasil tinha determinado,

porque a cara dele disse: – *Mas o general disse que nós temos que dar um jeito em João Goulart? Isso é o que você me está falando?* E ele disse: – *Bom, ele não me disse com essas palavras, o general. Eu falei com o presidente, expliquei que ele tem um plano, ele vai voltar em breve, e ele disse: Sabe uma coisa, Fleury, eu não quero nem saber, não quero saber mais do João Goulart. Você sabe o que tem que ser feito? Bom, então vá lá e faça logo. Não me diga mais nada do João Goulart. Quando a gente se reunir novamente, eu quero que isso do João Goulart esteja resolvido.*

Então, o que acontece? O general uruguai disse: – *O presidente do Brasil disse que nós temos que matar o ex-presidente João Goulart?* O outro disse: – *Não, não com essas palavras, mas você o que interpreta? Então, nós queremos saber se vocês vão matar. Sim ou não? Vão fazer ou nós vamos fazer – aqui no território de vocês ou onde der lugar, mas tem que ser feito.* – *Não, não. Se é assim, a gente faz.*

Então, eu vi que a sorte de João Goulart, aquele dia, estava lançada. O João Goulart ia morrer, um dia mais, dois dias menos. Tanto que se ele não tomasse o remédio, o composto químico que ia matar ele, mesmo não tomando o remédio, ele seria morto a tiro.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Ali ficou decidida qual a forma pela qual Jango seria eliminado?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Nessa reunião, se falou de uma troca de remédios. Se não desse certo, iria ser organizada uma ação armada e seria invadida a fazenda para matar João Goulart aos tiros. O governo não deu, digamos, uma minúcia sobre como ia matar, mas o general disse: – *Não, deixa conosco. Nós vamos fazer.* E daí em diante, a cúpula do Gamma, o serviço secreto, já sabia que o João Goulart ia ser morto e que havia prioridade máxima na morte do líder político brasileiro.

Então, não adiantaria eu dizer: – *Não, não matem o João Goulart.* Não adiantaria. Como que eu ia agir contra o sistema? Não poderia. Eu gostava do João Goulart, senti uma enorme pena quando morreu. Senti pena, porque eu gostava mesmo do homem. Eu tinha-me acostumado a escutar aquilo como se fosse uma telenovela. Para mim, era melhor que assistir à televisão, escutar as discussões com Dona Maria Thereza, as conversas com Eva de León, com Maneco. Eu me enriqueci ilicitamente, às custas de João Goulart, mas não roubei. Eu não sou bandido, não sou ladrão. Eu nunca roubei

um real. E um dia encontrei uma caixa de sapato cheia de dólares embaixo da cama do João Goulart e eu não toquei em um dólar, porque eu era um agente, não era um bandido.

Agora, eu me enriqueci. Enriqueci culturalmente, porque, graças ao João Goulart, aprendi um monte de coisas, de cultura, de princípios morais. Eu tenho pena. Tenho pena, mas fazer o quê? Não tive como fazer outra coisa. Então, podem condenar-me por enriquecimento cultural, pois bem...

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – E como é que tu soube que ele seria envenenado, o médico aquele. Como chamava o médico?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O médico se chamava Carlos Milles Golugos. É médico-forense – Carlos Milles Golugos – e respondia pelo codinome de capitão Adonis.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – E foi ele que preparou o veneno, a fórmula? É um veneno formulado?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ele preparou. Os Estados Unidos forneceram um componente que foi colocado em alguns invólucros e terminou porque teve que fazer teste com as vítimas, no hospital. O médico teve que testar aquele veneno. Depois terminou o veneno, e ele fez outro veneno, seguindo as diretrizes dos Estados Unidos. Então ele fez, colocou um cloreto, colocou na digitalina. Eu sabia até que colocou, porque eu me interessei: – *O que é que está fazendo?* – *Não, eu estou colocando isso que...*

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Tu entendias alguma coisa de química?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu não entendia muito de química, apenas o que se aprende no segundo grau, mas eu vi que usaram um forno que se chamava autoclave, um desses de... um aparelho que tinha uma luz azul. Colocaram ali os líquidos daquelas ampolas, que diziam *uso hospitalar*, e, com aquela temperatura em 130 graus, o líquido evaporou e ficou toda uma camada de um pó que foi retirado daquele autoclave com uma...

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Mas isso era preparado onde?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Isso foi preparado numa sala que existia na sala Arenal, pelo...

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Era a sede do serviço de inteligência?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Era uma base secreta do...

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – E todos os agentes tinham acesso, participavam, assistiam isso?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Não. Os agentes não sabiam onde que ficava a base Arenal, porque, para entrar na base Arenal, ele tinha que chegar até um ponto *x* e, no ponto *x*, ele abordava uma caminhonete dos correios, entrava lá, e o motorista levava e só abria lá dentro, quando a pessoa estava dentro da base. Ninguém sabia ao certo onde é que a base ficava. Mas dava para perceber o barulho dos trens, o trem passando. Se sabia que era perto da estação da central de trens. Sabíamos que era no Bairro da Aguada.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Em que época foi que o Fleury foi ao Uruguai para tomar essa decisão lá?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu tenho uma cronologia, Sr. Deputado, bem detalhada de quantas visitas fez Fleury, do qual terminei sendo amigo pessoal. Depois de tantas vezes, de tantos contatos com ele, eu terminei gostando do Fleury e um dia até questionei com o Fleury o fato da morte do Goulart, e ele me disse que ele também pensava que o Goulart poderia ser morto por teimoso, por burro, mas não por conspirador.

Mas o Fleury também foi usado, assim como foi usado... E um dia morreu em 10 centímetros de água. Mataram o Fleury. E não apenas mataram o Fleury; mataram até o Nicolau, até o filho do Fleury, que começou a investigar sobre a morte. E mataram o afilhado do Fleury. O Laercio também morreu, porque o Laercio se conectou... O Laercio tinha nascido de uma relação do delegado Fleury com uma dançarina de uma boate – agora não me lembro, Matete ou Catete, não me lembro o nome da boate. E o Laercio nasceu do Fleury e daquela dançarina. E era gente do serviço secreto. Era uma boate que ficava na Boca do Lixo lá em São Paulo – Boca do Lixo se chamava o bairro. Ele nasceu dessa união, mas, quando ele viu a morte do pai – do pai, ele era um filho bastardo –, aí procurou o seu outro irmão e disse para o Nicolau: *Sou teu irmão, sou filho do Fleury. Eles o mataram. Foi uma queima de arquivo. Ele não caiu do barco assim como... Essa história está mal contada. Deram uma coisa para ele tomar, e ele teve uma queda de coração, e caiu na água, e morreu.*

Aí, quando eles começaram a investigar, o Laercio morreu dentro de um barco, morreu dentro de um barco afogado em 10 centímetro de água no barco, lá em São Paulo.

E em pouco tempo morreu o Nicolau, filho do Fleury. E assim foi indo, né. Foi morrendo um, foi morrendo outro.

Morreu o Carlos Milles. Foi assassinado, porque... Hoje podem dizer: *Não, mas o Milles não era agente do serviço secreto*. Mas como? Por que o senhor usava duas pistolas 9 milímetros no corpo, andava vestido como um *gentleman*, de terno e gravata, portando aquela arma de grosso calibre, pesada? Até quando saía para comprar o pão cacetinho da manhã, ele ia armado. Por quê? Que me diga a família.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Tinha algum outro médico que atuava junto com o Milles?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ah, o Milles...

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Algum brasileiro?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O Milles... O Milles se reuniu com o Romualdo. O Milles se reuniu com o Romualdo lá na base Arenal para fazer uns testes de... Nesse grau de conhecimento, assim, eu não posso especificar se era gás Sarin ou se era botulínica. Não me lembro no que eles estavam agora se aprofundando, mas o oftalmologista do presidente Figueiredo se reuniu lá na nossa base para fazer testes e experimentos com substâncias.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Quem era ele?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O médico oftalmologista? O médico Romualdo. O Romualdo era o médico que atendia o presidente Figueiredo. Romualdo... Não me lembro agora. Ele...

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Sim, mas o que ele fazia? Qual era a atividade dele?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eles se reuniram... O Milles era amigo do Hermes. O Hermes tinha fugido do Chile, e o Uruguai homiziou o Hermes porque...

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Mas o que o oftalmologista fazia?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O oftalmologista foi, um tempo antes da morte de Goulart e depois da morte de Goulart, com relação a um composto químico, ou seja, parece que o Brasil estava interessado naquela fórmula que tinha dado bom resultado, não é? Primeiro ele foi lá e se reuniu com o Milles, aí falaram...

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – E tinha dado bom resultado onde?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – É, o composto químico deu resultado. Desgraçada e lamentavelmente, deu resultado com a morte do Fleury, com a morte do Goulart e, como deu resultado...

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Mas então o médico foi se reunir depois da morte do Jango?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Foi antes e foi depois. Houve duas, pelo menos duas viagens do Romualdo feitas a Montevidéu com relação a Milles. Milles, Romualdo e o.... e o Hermes. O Hermes era...

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – O Figueiredo, à época, qual era a função dele?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ele era um agente do serviço do Sigma, era um agente da inteligência, que esteve envolvido com a... acho que esteve envolvido até com a morte do Juscelino, esteve envolvido em muitas coisas. Aquele era agente do SISA, estava com o Burniery(?), com toda aquela gente da ala radical. Era um oftalmologista. Diziam lá no Uruguai que ele era infectologista, mas depois eu soube que não era infectologista, mas oftalmologista.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Romualdo de quê? Lembras?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu tenho anotado no meu livro. Coloquei o nome dele no meu livro. Não me lembro agora. Tinha até...

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Teu livro, tuas anotações... É tudo de cabeça ou tu tens... Ao longo da tua vida, tu mantinhas um diário, alguma coisa, anotações?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Faço anotações, mas agora...

Eu fui ajudado muito aqui, neste presídio, por um diretor muito generoso, que foi o Mário Luiz Pelz(?). Esse Sr. Diretor me deu uma força muito grande, ele me dava 100 folhas todos os meses, me dava uma caneta, uma borracha, um lápis. Ele me ajudou, me deu uma sala, me permitiu o uso de um computador, e eu trouxe um computador. Aquele diretor era muito culto – o diretor que tinha a PASC antes, né –, era muito culto, muito educado.

Um dia veio e me disse: – *Meirelles, o senhor não se incomoda, eu gostaria de ler o seu livro. Se o senhor não se incomoda, eu levaria no fim-de-semana e segunda-feira eu trago.*

– *Como vou me incomodar? Pelo contrário, é um*

prazer!

Mas quando... Imagine! Quando ele foi embora, aí começaram as arbitrariedades, me tiraram o computador porque eu fazia pedido para remissão de pena dos presos, fazia a defesa dos processos disciplinares, fazia unificação de pena, remissão de pena, solicitação de informações.

Aí eu tenho um documento que disse que o computador me foi retirado porque eu pedia muitas coisas para os presos. Mas se gover... o Estado ou a defensoria do Estado, que, por ônus, deveria defender o preso e não o defende, e vem um preso ignorante, quase inculto na área, leigo na parte jurídica, a fazer alguma coisa pelos coitados que não têm... Porque os que estão presos não são grandes bandidos; são os que não têm nada, não têm educação, não tem cultura, não têm nada. Aí o coitado não tem também advogado, e vem um que não é advogado e quer ajudar, aí termina se ferrando. Aí me tiraram meu computador.

Depois me disseram: *Podes escrever à máquina, computador não era.*

Tudo bem. Fui atrás de uma máquina de escrever. Esse Sr. Diretor, que lamentavelmente não tem a cultura daquele outro – aquele outro era uma pessoa que vinha falar e falava de Getúlio Vargas, falava de Carlos Lacerda...

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Mario...
Está bom, Mario.

Vou passar aqui para o Dr. Christopher.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Me tiraram a máquina de escrever, me queimaram a última relação das ligações de João Goulart.

Essa lista que eles queimaram que disseram que era lixo que queimaram isso era muito importante para mim. Não me lembro o telefone do Tito Riff. Como que vou me lembrar o telefone do Raul Riff depois de 32 anos?

Mas eu tinha uma nominata de todas as ligações que João Goulart fez no mês de novembro de 1976. Para mim aquele era um tesouro, e eles fecharam num local, porque... Me tiraram as máquinas de escrever, primeiro, porque uma era de metal. Então comprei uma máquina de escrever de plástico. Me tiraram a máquina de escrever de plástico, me retiraram da salinha: – *Me deixem levar esses papéis!* – *Não, a segurança vai ler esses papéis, depois vai te dar.*

Aí foram passando, todos os dias eu reclamava, reclamava, reclamava. Um dia me disseram: *Não. Não reclama*

mais, porque a gente fez fogo com toda aquela porcaria.

E aí vai indo, vai indo.

Quando eu pedi, em 98, à Justiça Federal, ao Sr. Juiz Federal Silva Bone(?), eu expliquei da minha operação com os palestinos que moravam na divisa do Brasil, que eram cidadãos brasileiros. E, pelo fato de serem de origem palestina ou árabe, nós os vigiávamos a pedido de quem? Por que eram inimigos do Uruguai ou do Brasil? Não. Eram inimigos dos Estados Unidos. Então...

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Está bom.

Mario... Mario, por favor.

Dr. Christopher.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Mario, estou falando contigo e esclareço bem que o que precisamos são dados novos, objetivando que se chegue a um lugar, e necessitamos de...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Pode me falar em português.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Então vou te falar em português.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Obrigado.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Estava falando em espanhol porque me parece mais direto a ti. Então, vou falar em português.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Acho que pelo fato de atrapalhar os outros, não é?

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Não, não atrapalha, porque está sendo tudo gravado, depois a gente degrava. Mas vou falar em português contigo.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – A, então tudo bem.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Então, assim, algumas coisas me chamaram a atenção. Creio que temos interesse em comum. Todos nós estamos reunidos aqui – e eu te pediria a gentileza de me ouvir um pouquinho – porque acho que temos interesse em comum. Pelo que vejo, tu estás falando sobre questões do meu avô, e acho que tu tens todo o interesse, pelo menos é o que me parece. Creio que, de certa maneira, tu tens a responsabilidade de te comprometer com essas coisas, porque isso tem uma conotação, no País, muito forte. Certo? Então, temos um interesse em comum e precisamos de coisas exatas.

Algumas coisas me chamaram a atenção de tudo que falaste aqui, porque eu tenho uma responsabilidade também, né? A gente precisa evoluir. Eu acredito nas coisas que tu falas. Acredito. Agora, temos que objetivar as questões em relação ao meu avô.

Tu já me falaste outro dia que tens um apreço, que tu o admiravas, que tu gostavas dele. Em consideração a isso te peço para nos ajudar. Na verdade, estás fazendo uma contribuição com essas questões.

Eu te pediria, assim, alguma objetividade, fatos novos.

Tu falaste uma coisa. Outro dia tu me falaste que o veneno foi trazido pelo Frederick Latrash – foi o que tu me falaste outro dia –, que foi entregue diretamente ao capitão Adonis. E agora, aqui, tu falaste que quem fez foi o Carlos Milles.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Não. O veneno foi, em primeira instância, trazido pelo Papa Doc, pelo Frederick Latrash. Ele trouxe o veneno. Ele que entregou para o Milles, e, quando, aquele veneno, nos testes de efetividade acabou, o próprio Milles, seguindo diretrizes que foram emanadas da sede diplomática através do Latrash, ele fez mais quantia, e houve outras disseminações colocadas mais vezes.

Por exemplo, a prim Latrash, que nós chamávamos de Papa Doc. Era o ... A pessoa mais importante que tinha naquela embaixada era o Frederick eira...

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Quem fez? Quem fez? O Latrash ou o Milles? Quem elaborou?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Mas é simples. O que trouxe o primeiro veneno foi o agente da CIA. Depois que terminou... Chegou um momento em que nós pensávamos que aquele veneno era ineficiente, que o Jango tinha trocado de remédio, já não estava mais tomando aquele remédio do Liberty. Então, ficou aquela dúvida, né? Por quê? Os remédios foram trocados.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Os detalhes que tu colocaste em relação a que não seria um veneno, que seria um composto químico, tu me falaste outro dia...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – É, não é um veneno, não é um veneno.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Eu queria que tu

explicasses, com o maior número possível de exatidão, se tu sabes mais alguma coisa em relação aos efeitos, em relação à maneira como se faz esse veneno, que não é um veneno, mas uma composição química. Gostaria que tu focasses só isto, porque isto nos interessa: a composição, como se fez. Se tu tens mais informação ou não. Se tu não tiveres mais informação, tu dizes: *Olha, não tenho mais informação*. Se tu tiveres, te pediria que falasses um pouquinho para a gente.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Então lhe ficou claro, doutor, que, quando chegaram a duvidar da eficiência do veneno, foi fabricado outro, no Uruguai, sob diretrizes, sob indicações e que, segundo o Carlos Milles, ficou até melhor do que aquele que eles tinham fornecido em primeira instância.

Então não sabemos qual é o veneno que matou. Por que não sabemos? Porque foi trocado pelo Hector, no Hotel Liberty...

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Tu me falaste outro dia: foi com uma autoclave, com uma espécie de forno microondas, cloreto, digitalina, algum componente que afetava o músculo cardíaco e aumentava a velocidade do sangue. Eu te perguntaria: tens mais dados além desses?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Doutor, isso aconteceu há 32 anos, você sabe.

Era um componente químico. Aumentava a pressão do músculo cardíaco, aumentava a força do músculo cardíaco. O outro era um anticoagulante, uma digitalina, uma coisa que variava a densidade do sangue. Então, se você aumenta... O outro componente aumentava o ritmo cardíaco.

Então, um aumenta o ritmo, o outro aumenta a pressão. Logicamente, se ele tomava um Adelfan – era um hipotensor – e... Uma pessoa com o histórico do João Goulart, já com todo aquele problema médico, ia tomar uma coisa que era um hipotensor e um ativador do músculo cardíaco, lógico que ia morrer.

Eu tomei por engano e...

O SR. CHRISTOPHER GOULART – E quais foram as reações quando tu tomaste por engano? Quais foram as reações?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Por exemplo... Eu não morri...

Nós tivemos uma reunião com o Carlos Milles na casa da Thomaz Tiago, 765. O Carlos Milles e o Hugo moravam na Thomaz Thiago, 765, aí onde ele supostamente caiu do 1º

andar – mataram ele.

Tá, tudo bem, vou ser concreto.

Tivemos uma reunião...

O SR. CHRISTOPHER GOULART – As reações que tu tiveste quando tu tomaste o...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Tivemos uma reunião ali na casa do Milles com umas moças. A mãe dele, dona Rosa, tinha saído, e nós tivemos a reunião. Terminou o uísque, e eu vi uma garrafa de uísque Johnnie Walker, e a primeira coisa que fiz – não esperei o Milles chegar: abri aquela garrafa e tomei dois ou três copos. Comecei a sentir uma coisa aqui no meu pescoço, uma coisa como uma coceira na cabeça. Fiquei meio avermelhado. Ficou meio dilatado o meu pescoço, mas eu não morri. Ele, quando veio, me encontrou e me disse: *Você tomou desta garrafa?* Ficou apavorado.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Tá, essa seria a mesma composição química que se usou no Jango?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O mesmo, o mesmo veneno. É o mesmo componente. Então quer dizer: eu não morri e tomei por engano né...

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Tu poderias me dar mais detalhes sobre tudo o que tu sabes, tudo o que tu sabes sobre o Frederick Latrash, todos os detalhes que tu sabes?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Olha, o Frederick Latrash é uma pessoa das mais qualificadas dos Estados Unidos, uma pessoa inteligente. Ele também....

O SR. CHRISTOPHER GOULART – A participação dele nisso tudo na época?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Mas dependia dos Estados Unidos tudo, né, porque eles foram os que pressionaram, eles foram os que estiveram sempre atrás. Por exemplo, os Estados Unidos chegaram a comprar informações para saber o que falava João Goulart, para saber aonde ia, se ele estava com briga com a dona Maria Thereza por causa da

Eva de León, se ele... Bom, todas as informações os Estados Unidos compravam. Davam, forneciam prêmios, presentes. Toda a infra-estrutura do Uruguai foram eles que deram, e o Latrash era o homem. O homem nº 1, no Uruguai, era ele. Ele é que sabia. Ele mandava mais que o comandante-em-chefe do Exército.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Ele tinha uma ligação direta, então, em relação a essa questão do João Goulart?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ele... Ele terá recebido ordens, mas ele é o homem que esteve por trás de todo o crime, né? Ou seja: não participou, ele não colocou o comprimido na boca do Goulart, mas, se tudo aquilo aconteceu, foi pelas pressões que eles fizeram.

Eles queriam o Brasil como um país aliado dos Estados Unidos. Havia a Guerra Fria, aquelas coisas todas se disputavam os territórios, e, para eles, era mais confiável aquele regime ditatorial, aquele regime militar, porque era um regime de direita que nunca iria estar a favor dos russos. E o Latrash fazia seguramente o que o Henry Kissinger mandava, o que o governo norte-americano determinava.

Então, lá, no Uruguai, fomos forçados, fomos forçados a cooperar com o Brasil, e a prova disso é que, quando foi preso aquele delator do Tarzan de Castro, que era informante agente dúvida – sei lá como chamar aquela criatura – quando ele foi preso, no Uruguai, o Tarzan de Castro estava com duas armas. E nós não sabíamos que havia uma operação secreta em nosso território. Isso é ilícito.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Tu fazes uma ligação entre o Latrash e o Tarzan de Castro? Tu fazes esta ligação?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Não há uma ligação entre Latrash e Tarzan de Castro, mas a equipe que estava monitorando João Goulart, clandestinamente, tinha

vínculo com a Embaixada dos Estados Unidos – não sei se com Latrash ou com quem, naquela época, porque, quando isso ocorreu, eu não pertencia ao serviço secreto.

Agora, uma coisa é certa: o Brasil enviou agente a operar em um país vizinho, onde não tem jurisdição, amparados pela Operação Jacarta. O Tarzan de Castro já havia sido guerrilheiro, tinha sido cooptado por Fleury e estava lá armado e com uma farta informação do Partido Comunista e um monte de coisa.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Mario, qual é o teu conhecimento sobre a participação do Pio Corrêa nessas questões todas? No outro dia tu me falaste que terias ido à embaixada...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O Pio Corrêa forneceu informações que chegavam do DOPS, chegavam a Montevidéu, e nos retiramos lá, na Avenida Boulevard Espanha. O Pio Corrêa já tinha uma boa relação com o Latrash, tinha uma boa relação com o Peter, tinha relação com todos esses gringos. Ele se dava melhor com os Estados Unidos, era um agente deles, era um araponga, um assalariado. Sei lá o que ele era, mas quando eu fui...

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Esse material do DOPS era material sobre o Jango? Esse material que o Pio Corrêa...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Era muito material ali. Nós tínhamos informação de João Goulart, de tudo, de tudo o que aconteceu.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – E alguma outra pessoa ligada ao Pio Corrêa? Por exemplo... Eu te dou um exemplo... Na Embaixada Brasileira.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Outro que estava...

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Na embaixada brasileira...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Na embaixada, o Lilite(?) Fontella, e tinha uma mulher, ali, secretária. O meu supervisor me mandou buscar um *habeas data*, um documento que falava muita coisa da vida pregressa de João Goulart. E, se não estava o Pio Corrêa, poderia falar com o Lilite(?) Fontella ou com outra pessoa. Não me lembro se... Era uma mulher e o Lilite(?)... o Fontella e outra mulher. Os três eram auxiliares do...

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Tu tens conhecimento do Camillo Côrtes? Já ouviu esse nome alguma vez – Camillo Côrtes?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Não, não me lembro de... Por esse nome, não me lembro. Me lembro de Fontella e de uma mulher que me entregou vários envelopes com informação do Brizola, porque Brizola estava sendo monitorado por outra equipe. Era o investigador César, o Carteira Preta. Estava infiltrado dentro do grupo do Brizola. Era um agente do DOPS.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Tu me falaste outro dia que o Peter – El Russo – era um agente da CIA que tinha relações com o Gamma e foi quem mandou buscar essa documentação do DOPS, que teria vindo pelas mãos do Pio Corrêa. Então tu tivesses acesso direto com o Pio Corrêa? É isso? Pegou essa documentação do DOPS com ele?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Uma vez, só uma vez, eu me encontrei, assim como estou na frente de vocês, com Pio Corrêa, aquele homem de nariz grego – somente uma vez. Fui mais umas quatro vezes na Avenida Boulevard Espanha. Uma vez me atendeu um tal Fontella, o Lilite(?) – não sei se era o Lilite(?) ou era a moça, mas um era Fontella, um tal Fontella, que era um de cabelo (ininteligível), e mais uma moça.

Agora, eu quero ajudar, eu quero ajudar, mas você tem que me entender. Eu me lembro de algumas coisas...

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Não, está bem. Nós temos essa compreensão. O que tu puderes ajudar, tu nos ajudas; o que não puderes, não vai ter como.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – De alguma coisa eu me lembro, mas... Por exemplo, do veneno... O veneno, primeiro que veio, foi dado por eles. Eles que entregaram. Depois (ininteligível), mais outra quantia de veneno. Por quê? Porque se trocou aqueles comprimidos que estavam no cofre de segurança do Hotel Liberty, através do Hector Rodrigues. E, depois, ficou aquela dúvida: Será que esse homem nos descobriu?

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Tu sabes me dar maiores informações sobre o Hector Rodrigues? O que tu sabes?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Hector Rodrigues é um ser insignificante, um Ivo de Magalhães assim.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Tu sabes se ele está vivo ou morto, por exemplo. Tu tens essa informação? Onde é que a gente pode encontrá-lo? Ele é argentino?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Olha, sei que ele é argentino, trabalhou no hotel, foi empregado.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Trabalhou quando no hotel? No Liberty?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ah, trabalhava na gerência aí do hotel, com o gerente.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Que ano?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Em 76. Ele trabalhou no ano de 1976.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – No Hotel Liberty?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Hã-hã.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Mais não? Só no ano de 76?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ah, antes não trabalhou ali. Ele foi inserido ali para colaborar.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Haveria sido

contratado pelo hotel?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – É, na verdade nós monitoramos algumas conversações do Zelmar Michelini, lá no hotel, por exemplo, quando Foch Díaz...

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Mais informações sobre Hector Rodrigues, tu não terias?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Sobre Hector Rodrigues não. Não tinha trato com aquele homem, não era do meu grupo. Ele instalou uns microfones. Uma vez falei com ele. Uns pontos de escuta, colocou lá na cafeteria do hotel, aí nós monitoramos. Uma vez que o Foch Díaz disse para Michelini que ia ser morto. O Foch Díaz era um perigo, porque o Foch Díaz era amigo de todos os generais, do brigadeiro.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Sabe quando foi isso? Essa escuta? O dia em que foi colocada essa escuta?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ah, a escuta foi anterior à morte do Michelini e Gutiérrez Ruiz, nós estávamos interessados em saber. O que ocorre? O João Goulart ia freqüentemente àquele hotel e ficava ali com o Neiva Moreira, com o Gomes Talarico – toda aquela velharada – a bater papo, e nós queríamos saber o que é que ele falava.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – E sempre quem colocava as escutas era o Hector Rodrigues? Ou não?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – É, nessa ocasião foi o Hector Rodrigues porque nós tínhamos um araponga ali exclusivamente para nos auxiliar. Por que nós iríamos ali colocar? Foi ele que colocou os pontos de escuta, e nós fizemos uma monitoração, na qual o Jango foi escutado. Inclusive, nós ficamos muito preocupados por várias conversações de Goulart.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Tu saberias me dizer quem era o diretor do hotel nessa época em que o Hector Rodrigues trabalhava?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ah, não me lembro. O gerente do hotel era muito amigo de Jango e do Maneco.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Como era o nome dele?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ah, não me lembro o nome. João Goulart emprestava dinheiro assim para o gerente, como quem empresta 10 pilas.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – E a direção do hotel sabia do agente Hector Rodrigues, que estava infiltrado?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Não, eram

amigos do Goulart. Como saberiam? O gerente do Liberty era íntimo amigo do Goulart. Um dia, o Goulart lhe emprestou 60 mil dólares. E lhe disse: – *Vamos fazer o documento, Senhor Jango.* – *Documento de quê? Não precisa documento.*

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Então, como infiltraram Hector Rodrigues?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – *Não precisa documento. Você não vai-me pagar?*

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Mario, então, como infiltraram o Hector Rodrigues no hotel?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O hotel sempre necessita de algum empregado, e não sei como foi, mas ele foi empregado do hotel. Se havia oferecido. Eu não sei como ocorreu, mas ele entrou no hotel, para trabalhar no hotel e cumprir com uma função específica. Conseguiu o emprego.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Sim, mas sem a anuência do gerente do hotel, que era amigo do Jango.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Com certeza. Aquele gerente, se a gente dizia que ia colocar uma escuta do João Goulart, lógico que não ia aceitar. O João Goulart era amigo dele. O João Goulart continuou a ir ao Hotel Liberty após a morte do Michelini e ficava sentado lá naquele *hall*, pensando, porque o amigo dele não estava mais – e um amigo de verdade de Jango! O Michelini falava horas e horas. Nós gravamos horas e horas de conversa.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – O que tu podes me dizer, assim, de informações detalhadas sobre o capitán...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – E vocês, que podem dizer para mim?

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Eu?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Sim, porque você é um doutor, com todo o respeito que o senhor me merece – e todos esses senhores dignos desta comissão. Vou perguntar alguma coisa. Você está investigando uma morte, não é? Sabem o que vocês têm? Você têm um baita dum abacaxi para resolver, porque é uma morte que ocorreu há 30 anos. E vocês querem que eu lhes dê tudo, vocês me exigem.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Não, não.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu vou dizer uma coisa: um estou com um baita dum pepino, também, só que eu tenho que descascar meu pepino.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Tu tens que nos dar os dados que tu tens. A gente sabe das tuas limitações. Tu

não vais resolver nada. Tu estás acrescentando para nós elucidarmos.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Tudo bem.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Tu és uma peça de tantas outras que nós temos. Então, a tua participação é essa. Nós não vamos exigir mais de ti do que tu...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Doutor, eu lhe pergunto. Eu lhe pergunto, doutor.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Tu queres contribuir, não queres?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu estou há 18 anos e um mês preso, doutor. Dezoito anos e um mês preso, esse é o meu pepino. Sabe por quê? Por roubar um banco aonde eu nunca fui. A Justiça que eu estou ajudando é essa mesma que me condenou. Eu nunca estive em São Francisco de Paula. Nunca! Nunca cheguei nessa cidade. Não anunciei o roubo, não cheguei no banco, não há uma vítima. E mais: não houve roubo. Falei com o gerente por telefone, perguntei: – *O roubo que ocorreu nesse banco, no ano... – Não, aqui nunca assisti a nenhum roubo. Não houve roubo.*

E eu tenho esse pepino. E eu pergunto: Eu estou ajudando vocês. E vocês? Fazem parte da Justiça essa que me tem condenado por 18 anos e você me pressiona.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Não, deixa eu te falar. Eu não faço parte da Justiça que te condena. Eu sou neto da pessoa que tu dizes que monitorava e sou advogado. Juntos, estamos subsidiando a investigação. A Dra. Suzete – está ali –, procuradora do Ministério Público Federal, está acompanhando o teu depoimento. O que tu estás falando é uma coisa que envolve um interesse muito maior.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Tudo bem.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Então, eu não tenho culpa nenhuma na tua condição penal, e ninguém que está aqui nesta sala têm culpa.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ninguém tem culpa.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Então, se tu te dispões a falar sobre o presidente João Goulart, nós vamos aceitar a tua ajuda.

Então, ninguém está te cobrando mais ou menos. Se tu quiseres uma outra ajuda – e eu já me dispus isso para ti, no outro dia –, nós te ajudamos no que estiver ao meu alcance, como advogado. Agora, ninguém está te cobrando. Eu não

quero que tu te sinta pressionado. Não é essa questão.

Agora, tu colaboras com a gente com o que tu sabes. É isso. É simplesmente isso, ninguém aqui está te pressionando.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu digo uma coisa: eu gostava do João Goulart, gostaria que aquela história viesse à tona, ficasse definitivamente resolvida, porque foi uma barbaridade o que foi feito, por uma série de interesses alienígenas.

Então, eu gostaria que aquilo ficasse resolvido, mas eu também gostaria de ver uma atitude dessa comissão em relação a mim.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Qual atitude, por exemplo?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu queria estar aqui em 2000, que estivesse o Leonel Brizola, porque ele poderia corroborar o que eu estou falando. Eu contaria a história quando segui o Leonel Brizola em Montevidéu, e Brizola nos surpreendeu. E desceu num momento e começou a nos seguir em um táxi.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Em relação a essa atitude que tu gostarias – eu já te falei –, nós estivemos outro dia conversando com o secretário, em relação à tua situação. Amanhã, tu vais falar com o pessoal dos Direitos Humanos, de Brasília.

Todas as preocupações que tu tens, tu vais poder elucidar. Eu creio que tu tens a melhor oportunidade para falar sobre a tua situação, buscar alguma ajuda ou não.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Bom, se eu vejo alguma ajuda, então, eu também vou ajudar.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Tu não estás vendo ajuda?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Por enquanto, já estou ajudando demais. Já ajudei muito. Por quê?

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Tu não enviaste esses dias um *e-mail* para o meu pai, informando a tua situação aqui?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Claro.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Pois, houve providências.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Bom, mas hoje vocês já me disseram: *Isso não vai terminar bem, porque você está denunciando. E você vai se dar mal.*

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Mas foi tu que

provocou.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu provoquei?

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Tu mandaste o *e-mail*, informando sobre a tua segurança.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Pedi ajuda.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Portanto, nós tomamos as providências.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Está.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Porque nós entendemos que tu és uma pessoa-chave nessas relações.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Tudo bem, mas o efeito foi contraproducente.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Mas aí, o que tu querias?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O senhor perguntou, pelo respeito pela figura de seu avô.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Qual tu gostarias que fosse? Mobilizar um secretário.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Por quê? Porque eu conheci o seu avô.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Sim.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Mas, por respeito ao seu avô.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Qual é a ajuda?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu me pergunto: *Qual é a ajuda que eu vou receber?*

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Eu te pergunto: Qual é a ajuda que tu pretendes? Qual a ajuda que tu gostarias?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu pretendo...

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Tirar-te daqui nós não vamos conseguir.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Não, mas é claro que não. Não pretendo isso.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Nós conseguimos te dar uma segurança – eu creio que é importante. Existem pessoas que têm interesse, que vão te dar um certo zelo, que estão preocupadas. Eu creio que essa é uma ajuda considerável. Qual é a outra ajuda que tu pretendes? Tu não concordas comigo?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Já lhe digo. Esta é uma simbiose que não tem futuro, porque eu posso lhes dizer detalhes que essas pessoas podem ficar dormindo de tanto me

ouvir. Posso lhes dizer o que falou com Maneco, como foi a tratativa da maçonaria.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Por exemplo, o Ferdinando Muniz – o piloto que trouxe o Fleury –, tu terias mais informações para nos passar?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu tenho muitas informações. Muitas informações.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Sobre ele, especificamente?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Sobre tudo. Sobre Henrique Perrone, sobre o delegado Penteado, sobre o Trali(?), sobre Fulano, sobre muita gente que naquela época estava no DOPS, gente que era ligada ao serviço secreto.

Eu posso contar cada detalhe, somente que eu já contei um monte de coisas para os senhores, e eu não vejo nenhuma atitude de...

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Mario, Mario.

Nós estamos aqui para te ouvir. Houve a tua concordância, tu te dispuseste a prestar um depoimento à nossa subcomissão, e nós agradecemos muito essa tua disposição. Está?

Então, o objetivo desta reunião é esse. Está certo? Agora, tu colocas uma questão pessoal. Tudo bem. Nós registramos, a comissão registra isso como uma coisa importante. Nós queremos te ajudar, está certo?

Esta *simbiose*, como tu dizes, nós queremos que ela seja uma coisa boa. Aqui nós temos gente do movimento de direitos humanos – Justiça e Direitos Humanos –, que é o Jair Krischke; temos gente do Ministério, temos... Exatamente, o secretário de Direitos Humanos da presidência da República.

Então, nós temos aqui pessoas que estão te ouvindo e que, certamente, ouviram esse teu apelo. E ele não será em vão, com toda certeza. Eu posso te assegurar isso. Tanto é que o pessoal vai vir aqui amanhã especialmente para conversar contigo sobre outra questão. Está certo?

Agora, hoje, neste momento, o nosso objetivo é este, fazer com que tu tenhas a oportunidade de, efetivamente, dar a tua contribuição para a história do nosso País e para a história da América Latina, nos ajudando a elucidar esse caso específico da morte do presidente João Goulart. E nós prezamos muito a contribuição que tu já deste, está certo? Tanto é assim que, quando tu fizeste uma manifestação aqui,

por *e-mail*, ao João Vicente, eu e o Christopher Goulart fomos ao secretário da Segurança do Estado. O Christopher foi à procuradora do Ministério Público, que aqui está, a Dra. Suzete. Enfim, fizemos um movimento todo, buscando garantir a tua segurança e a tua proteção. Está certo?

Então, mesmo que tu aches que isso não tem valor nenhum, nós fizemos aquilo que estava ao nosso alcance. Está certo? E não podemos ir além disso. Não adianta nós querermos ir além da nossa chinela. Não podemos dar o passo maior do que a nossa perna. Está certo?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu lhe agradeço muito a ajuda de vocês, essa ajuda recíproca. Até o momento, não percebi nenhuma mudança. Eu acho que eu ajudei bastante. Eu fiz minha parte. Ninguém vai me dizer que eu não falei. Eu me propus aqui a ser submetido a um polígrafo, né. Por quê? Porque estou falando a verdade.

Posso dar dados minuciosos de cada detalhe dos últimos anos, porque eu me lembro de cada coisa do que acontecia naquela casa. Escutava, me interessava. Eu era dedicado no meu trabalho. Mas de que adianta? Se eu não posso terminar meu livro, porque um guarda penitenciário está em desacordo.

Então, se vocês não vão além de um guarda penitenciário, ora, lamento muito. Lamento muito! Vou ficar com meu pepino, e você fica com o abacaxi. Cada um descasca o seu. Eu fico muito grato. Vocês me merecem o maior respeito. Aqueles que estão aqui, o digníssimo presidente – sei que tem uma vasta trajetória, ilustre; o senhor Jair Krischke; o melhor jornalista do Uruguai – não é meu amigo, ele disse o *suposto agente*, quem *disse ser*, ele não é meu amigo, mas é o melhor jornalista.

Eu estou aqui ante uma grande quantidade de personalidades dignas, o próprio neto – o filho do João Vicente – do João Goulart. Então, eu sei que estou no centro de um monte de pessoas importante. Se não podem determinar uma coisa para um agente penitenciário: *Deixa este livro para o cara escrever, pô. O que ele vai fazer com um livro? O que tem? Vai fazer um incêndio?* Ah, por favor doutor, o que eu posso fazer com 200 folhas de papel, vou queimar a cadeia? Não, se você não pode dar uma ordem para um guarda... sabe de uma coisa? Não pode existir uma simbiose de futuro entre nós porque eu dei um monte de informações. Olha, eu estou contrário ao meu país, os Estados Unidos estão oferecendo

uma grande quantia de dinheiro para que me matem, e resulta que eu vou ser morto. Vou ser morto porque quis reivindicar a morte de uma pessoa que foi um grande político, e o Brasil foi muito ingrato com João Goulart. Nunca se preocuparam em investigar essa história. Ele foi assassinado.

Eu venho há muitos anos dizendo isso, não sou um psicopata, não estou ganhando nada, eu estou sustentando uma história que é verdadeira, e então eu quero alguma mostra, alguma coisa que me diga que eu vou ter uma segurança de vida, que eu vou poder escrever.

O SR. FERMINO FECCHIO FILHO – Eu só estou pedindo a intervenção, exatamente em cima disso que o senhor está falando. Amanhã nós teremos uma conversa e mais o pessoal da secretaria de direitos humanos que veio aqui para visitar, e aí nós queríamos ouvir estas tuas necessidades, estas tuas angústias, estas tuas coisas. Eu acho que hoje nós poderíamos ficar mais na objetividade das informações, e talvez estas tuas carências, este teu medo aí que você fala que vai ser morto, espera aí. Acho que amanhã nós iremos conversar sobre isso. E aí, a gente pode discutir com você o que fazer para que essas coisas não aconteçam.

Mas acho que o objetivo, hoje, era a gente detalhar um pouco estas informações, concretizar melhor, e a gente discute isso amanhã com o senhor, tranquilamente, sobre os seus direitos e garantias, se o senhor precisar ter mais garantia. Isso seria o assunto de amanhã. Tá certo?

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Tá bom, Mario, isso não serve para te tranquilizar? Esse é um compromisso do Dr. Fermino, da secretaria nacional de direitos humanos, ouvidor-geral dos direitos humanos, enfim, do pessoal da Secretaria da Justiça do Estado que está aqui presente, o Jair. Enfim, eu acho que esta tua queixa já teve plena ressonância. E, amanhã tu vais poder tratar especificamente desta tua preocupação. Fica bem?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O que mais que vocês querem que eu diga para vocês?

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Tu tens alguma coisa que...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu tenho muita coisa.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Eu sei que tu tens, tu conheces toda a história, conhece todos os detalhes. Agora, algo que possa nos ajudar a trazer um facho

de luz nesta questão toda.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Há muito detalhe, muitas mortes, muita coisa que aconteceu, autoridades, generais envolvidos, pessoas que estiveram muito envolvidas.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Quem tu tens, quais os nomes por favor? Quem tu podes dizer? O Ferdinando Muniz tu já falaste.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Quando nós fomos seqüestrar o Leonel Brizola lá, o Leonel Brizola neste dia tinha ido dormir na casa da Terezinha Zerbini e se salvou. E naquela operação de seqüestro, o seqüestrado ia ser o Leonel Brizola, o Cândido Aragon, que morava lá em Punta Carretas – o Almirante Cândido Aragon e o Castro Nóbrega. Íamos seqüestrar aquele coronel comunista. E nessa operação participou o Carteira Preta, o Cézar, aquele agente infiltrado no grupo do Brizola, que foi quem marcou os pontos onde era para prender, bem o presente na operação que o Gamma deu cobertura, o pessoal do Brasil veio a Montevidéu para fazer o seqüestro do Brizola, e eu participei como motorista dos agentes brasileiros.

Foi abortada aquela operação porque o Brizola não dormiu na casa. O Brizola dormia um dia aqui, um dia lá, então pedalaram a porta, e não encontraram o Brizola. Nesse dia, vieram vários integrantes do DOPS para o seqüestro do Brizola. Vários, por exemplo, além do Carteira Preta, aquele Carteira Preta que estava infiltrado, o Cézar, o V de Vitória, aquele agente investigador do DOPS. Além desse, veio o Perrone Filho, que era o chefe dos investigadores do DOPS. Além do Perrone Filho, veio um outro, agora não me lembro o nome, veio um outro agente que era investigador do DOPS, eu não me lembro se não era Aderbal(?) Monteiro, agora não me lembro. Mas veio o Fleury e aquela operação, eu tenho os dados de quando aconteceu a operação. Depois, um agente do SNI deu um aviso a Brizola e Brizola fugiu, pediu asilo e foi embora. Mas o Brizola ia ser seqüestrado.

Então, há muita gente que está envolvida neste assunto, não diretamente com a morte do Goulart, mas que fazia parte do entorno da investigação. Por exemplo, por que eu segui o Brizola aquele dia? Porque uma viatura tinha sido descoberta por Brizola. Brizola era muito esperto. Ali, o chefe pelo rádio me disse: *Vão atrás de um carro assim, assim, dirigido por Orlando, pelo PM, o motorista do Brizola, e sigam*

ele, porque ele está desconfiado.

Nós começamos a seguir o Brizola, e Brizola rapidamente sumiu. Sumiu o Brizola. Cadê o Brizola? Foi embora. O major ficou brabo comigo, disse: *Mas o Brizola foi embora, nem para vigiar o homem servimos?* Aí eu olhei assim e vi o Brizola em um táxi, nos seguindo. E se Brizola estivesse vivo ia se lembrar que ele estava sendo seguido em Montevidéu e que em determinado momento ele se flagrou, ele se deu conta, ele tomou conhecimento que estava sendo seguido, que alguém estava atrás dele, ele conseguiu nos burlar e nos seguir de táxi. Quer dizer, Brizola era um homem que hoje poderia confirmar muita coisa que eu posso dizer. E era meu inimigo.

Outra, o Miguel Arraes, quando eu pedi para a comissão investigadora o Miguel Arraes ainda estava vivo e ele era ligado com o serviço de inteligência argelino. Eu tenho até o número da filha do Arraes que o Jango falava, o número de telefone da Argélia. O número de telefone do Tito Riff, que estudava com o João Vicente, o número de onde ligava a Dona Maria Thereza. O dia em que roubaram, essa inteligência que fornece informações negativas sobre mim, esses que são assalariados dos Estados Unidos, esses estavam trabalhando nessa investigação, e o Boris Torres foi lá no dia do casamento da Stela Zulma Katz – a mãe desse senhor, o Christopher –, no dia do casamento, lá por janeiro – dezembro ou janeiro, não me lembro agora, se era dezembro de 75 ou janeiro de 76. Aquele dia, eles foram tirar fotos do casamento.

No aniversário de 75 – em 76, o Jango não comemorou o aniversário –, em 75 também estava lá, tirando foto da fazenda, de quem entrava, de quem saía. Chegaram até a colocar um agente infiltrado como empregado do Goulart no Milagro, e nós tivemos que dar um jeito porque eles eram ladrões. Senhores desta comissão, os agentes desse órgão que está hoje dizendo que eu quis extorquir os Estados Unidos, que pedi 50 mil dólares para ficar calado, esse órgão roubou um anel ou um relógio da Dona Maria Thereza. E Dona Maria Thereza dispensou uma empregada inocente. Claro, não porque ela fosse uma pessoa ruim, é que ela se sentiu roubada. Ninguém tinha entrado na casa e aí? Quem havia entrado? Os senhores da inteligência da DNII tinham entrado e roubado um anel ou um relógio que a tia Oraides tinha presenteado para a Dona Maria Thereza. Eu estou falando, eu não conhecia a tia Oraides, mas foi a tia Oraides que tinha presenteado aquela jóia, não sei se um anel ou um relógio para a Dona Maria

Thereza.

Dona Maria Thereza se sentiu roubada, dispensou do serviço aquela coitada, era uma chilena, e nós tivemos que ir lá e encarar aqueles agentes para que terminassem de atrapalhar a nossa investigação, porque a nossa investigação estava caindo por causa da DNII. A DNII roubou da rua (initeligível) documento, na rua (ininteligível) Pátria entrou também e roubou.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Está bom, Mario, vou passar a palavra para o Jair Krischke, que tem alguns questionamentos para te fazer também.

O SR. JAIR KRISCHKE – Mario, vamos ver se tu modifcas a impressão que tu registraste. Há um pouco de fofoca nisso, viu Mario? Até *cascateiro* eu não cheguei a dizer, mas é por aí. Vamos ver se modifco esta impressão a partir do que me digas.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Doutor, eu fiquei triste, não é. Puxa vida, estou dizendo a verdade e me chamam de mentiroso, de bandido. Puxa, *bandido*! Eu nunca roubei um banco, doutor. Nunca roubei um carro-forte.

O SR. JAIR KRISCHKE – Mas vamos ver se eu modifco esta avaliação, certo? Vamos ver?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu me submeto a seu interrogatório, com um polígrafo aqui, e se eu estou mentindo...

O SR. JAIR KRISCHKE – Mario, vamos lá. Essa é a minha disposição.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Tudo bem.

O SR. JAIR KRISCHKE – Certo? Bem, eu começo te perguntando assim: Tu te sentes seguro aqui neste presídio?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu me sinto seguro lá onde estão os bandidos, porque os bandidos cuidam de mim, ele me compram café, açúcar...

O SR. JAIR KRISCHKE – Mas estão tu te sentes seguro aqui?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Este senhor que era dono deste sapato, foi morto um mês atrás. Ele me deu esse sapato.

O SR. JAIR KRISCHKE – Bom, mas então tu te sentes seguro aqui?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – E quem matou esse me deu essa jaqueta. Então eles me cuidam.

O SR. JAIR KRISCHKE – Certo.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Mas eu não estou seguro da polícia, porque a polícia foi e me disse: *Se você continuar com essa história, vamos te mandar para um outro presídio onde vão ver a tua mão.* Sabe o que significa isso?

O SR. JAIR KRISCHKE – Sei.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Isso significa que me matarão em outro presídio que tenha agentes sem-vergonhas.

O SR. JAIR KRISCHKE – Bom, então me parece que tu mesmo estás declarando que aqui tu te sentes seguro e aqui é bom para ti.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – É.

O SR. JAIR KRISCHKE – Não é? Certo. Bom, isso, para mim, era muito importante saber.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Os bandidos, quando me deram aquele soco na boca... O chefe da disciplina me deu um soco na boca. Eu sou um homem de respeito, Sr. Jair! Eu sou incapaz de faltar com o respeito com os policiais. Sabe por que ele me deu um soco na boca?

O SR. JAIR KRISCHKE – Por quê?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Porque eu fiz um foguinho, porque sou velho, porque tenho frio e peguei quatro folhas de jornal e fiz um foguinho. Aí o guarda veio me dizer que eu estou queimando, fazendo um foguinho!

O SR. JAIR KRISCHKE – Bem, mas escuta aqui: então tu te sentes seguro aqui, preferes ficar aqui. Amanhã tu vais ter um encontro com o Dr. Fermino Fecchio, que é da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. É ouvidor. É aquele que escuta e vê as reclamações, não é? Certamente... O Dr. Fermino é meu velho amigo, tenho a maior confiança nele. Ele certamente é a pessoa muitíssimo autorizada para encaminhar esses teus reclamos.

Mas já sabemos de antemão, o que era muito importante, que tu te sentes seguro aqui, estás seguro e que preferes ficar aqui. Ótimo. Bom, então vamos seguir nesta linha.

Eu também te trago assim uma saudação de um velho colega teu lá de Montevidéu. O Efraim Oliveira(?). Ele foi teu colega. Certo?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O Efraim?

O SR. JAIR KRISCHKE – Sim.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – É um policial?

O SR. JAIR KRISCHKE – Sim.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Não me lembro.

O SR. JAIR KRISCHKE – Te mandou *un saludo*, porque ele lembra de ti.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Efraim? Um que era da Inteligência?

O SR. JAIR KRISCHKE – Não, um (ininteligível).

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Mas era um policial?

O SR. JAIR KRISCHKE – Serviço de Comunicações.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ah, do Comunicações.

O SR. JAIR KRISCHKE – Exatamente.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ah. Muito obrigado. Tá. Já sei quem é.

O SR. JAIR KRISCHKE – E também de um que era teu vizinho, ali passando Gravataí – aquele Município que eu não lembro mais o nome, passando Gravataí –, Morungava.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Morungava.

O SR. JAIR KRISCHKE – Que era teu vizinho lá. Tinha uma chácara e tal. Como sabia que eu vinha aqui falar contigo, também te mandou um abraço.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Obrigado.

O SR. JAIR KRISCHKE – Está vendo?

Bom, então, dito isso, tu afirmaste, há pouquinho, que tu conheces muito e *posso dar dados com total segurança*.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Absoluta.

O SR. JAIR KRISCHKE – Tu afirmaste aqui agora.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Absoluta.

O SR. JAIR KRISCHKE – Mas até agora tu não deste nenhum! Até agora tu falas muito, assim, por cima e sem objetivar.

Vamos ver se a gente objetiva assim, por exemplo... Vamos ver assim: a quem tu entregavas as gravações, a que pessoa tu entregavas as gravações?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Bom, eu fazia as gravações em fita magnética, depois que gravava o dia-a-dia, as 24 horas do 2002030. Eu gravava o número 2002030. Aquele número correspondia ao da Fazenda El Milagro. Eu prestava especial interesse no grampo telefônico, mais do que nada nos pontos de escuta. Os pontos de escuta estavam dispersos dentro da fazenda.

O SR. JAIR KRISCHKE – Sim, mas a quem tu entregavas a gravação?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Depois que eu gravava, eu dava uma escutada minuciosa e apagava as partes vazias, deixava somente a informação útil.

O SR. JAIR KRISCHKE – Sim.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Dessa informação, eu classificava, eu fazia de hermeneuta, de hermeneuta de informações. Tinha de interpretar o que se estava falando. Ali havia muita coisa que não se sabia o que era, porque... Por exemplo, interpretar um diálogo do Raul Riff e João Goulart era impossível. Interpretar o que eles estavam falando? Impossível, porque eles falavam em meias palavras. Não dava.

O SR. JAIR KRISCHKE – Tu fazias o papel de analista de informações.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Aí escrevia num papel a transcrição literal.

O SR. JAIR KRISCHKE – E a quem tu entregavas?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu fazia a transcrição literal e fazia a avaliação de informações. Eu entregava para o agente Roy ou pelo major Herodes, que era o comissário... na época, era o comissário...

O SR. JAIR KRISCHKE – Major Herodes...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Era o comissário Vaz.

O SR. JAIR KRISCHKE – Uruguaio?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Homero. Homero Vaz.

O SR. JAIR KRISCHKE – Homero Vaz.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Mas ele pegava essas informações não porque ele fosse comissário da...

O SR. JAIR KRISCHKE – Sim, não, porque era um serviço.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ele era agente nosso.

O SR. JAIR KRISCHKE – E o outro era Roy?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O Roy? O Roy era o contador Cohen.

O SR. JAIR KRISCHKE – Também a ele tu entregavas?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ele era analista político. Ele era uma pessoa que era contabilista na vida particular...

O SR. JAIR KRISCHKE – E ele é Roy o quê?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O Roy? Era o Cohen, o contador. Foi morto também em circunstâncias muito estranhas.

O SR. JAIR KRISCHKE – Muito bem. As pessoas morrem, né? Chega um momento em que as pessoas morrem.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – É. Morreu muito estranhamente o contador. Ele era uma pessoa que fazia a parte de analista em assuntos políticos...

O SR. JAIR KRISCHKE – Sim. Mas aqui vamos mais adiante.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu entregava para o major... Em primeira instância, essas avaliações foram entregues para um agente do serviço secreto que era um estafeta do correio. Nossas primeiras avaliações que eu fiz foram entregues para o Laércio, que era o filho bastardo de Fleury e era agente do Sigma. Depois, já não foi mais necessário...

O SR. JAIR KRISCHKE – Bom, tá certo. Então tá. Mas isto já me satisfez. Bom, vamos adiante.

Tu nos relataste que, em determinado momento, tu contataste diretamente o Fleury, anunciando ao Fleury que Jango havia decidido voltar ao Brasil, que regressaria de qualquer maneira ao Brasil. Então tu ligaste para o Fleury, deste essa informação. Ele ficou surpreso com isso? Se surpreendeu com isso?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Não, recebi uma...

Nós tomamos conhecimento do Plano R, né, o plano que o Jango tinha traçado, um plano muito bem elaborado. Era um plano no qual haveria um conclave, supostamente em Assunção, dos políticos de vários setores do Brasil. Iriam se reunir para supostamente apresentar uma proposta ao governo do Brasil, para uma, digamos, um retorno, um entendimento com o regime. Mas, na verdade, por trás daquele plano, havia toda uma estratégia muito inteligente que havia sido elaborada por Almino Afonso.

O SR. JAIR KRISCHKE – Por Almino Afonso.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Almílio Afonso foi o homem-chave dessa estratégia. E outro importantíssimo, dentro do Plano R, foi o Raul Riff.

Então a estratégia consistia no seguinte: o encontro, que foi todo generosamente substanciado, pago, patrocinado por Goulart com passagens de avião, tudo aquilo era ajuda de

Goulart para aquele encontro, supostamente. Mas, por trás do encontro, havia uma face do Plano R que ninguém sabia. E era o encontro com o irmão do presidente Kennedy nos Estados Unidos. Aquela delegação de políticos tinham pensado chegar em Brasília e se apresentar no Brasil. Todos aqueles políticos acompanhados dos amigos do Riff e da imprensa internacional, do *Washington Post*, do *Times*, de todos aqueles meios de imprensa.

O SR. JAIR KRISCHKE – Bom, eu acho que já está suficiente.

Mas eu quero saber o seguinte: quando... Situa quando é que tu ligaste para o Fleury. Quando foi? Que mês foi?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Quando nós soubemos do Plano R, meu chefe me deu a ordem de ligar para Fleury, porque eu era o que falava melhor o português – ainda com dificuldade, mas escrevia muito bem – e tinha feito um vínculo de amizade com o Fleury, tinha estado lá em São Paulo, tínhamos saído de noite, tomado drinques. Eu tinha ido vigiar o Perci Penalva lá em Tacuarembó com o delegado. Eu terminei sendo amigo do Fleury. Então, como eu era amigo do Fleury... O Fleury... Dizia: *Ah, eu gosto dele...*

O SR. JAIR KRISCHKE – Sim, mas quando é que foi? Que mês foi?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu liguei... Isso foi... Tenho a data anotada ali nos meus livros.

O SR. JAIR KRISCHKE – Sim, mas o mês? Eu não preciso a data. O mês?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Isso foi no mês de novembro de 1976. Faltava poucos dias...

O SR. JAIR KRISCHKE – Novembro de 76?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – É. E eu liguei para o número 221-23-41, pedi para falar com o Dr. Vidigal Barreto.

O SR. JAIR KRISCHKE – Vidigal Barreto?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – É. O Vidigal Barreto era o Fleury, né. Era o codinome, nome de guerra do Fleury. Aí o Fleury me atendeu, e eu disse: *O diretor disse para informar ao senhor que temos certeza absoluta da iminência do retorno a um plano no qual está Fulano, Beltrano, Sicrano.*

O SR. JAIR KRISCHKE – E o Fleury ficou surpreso quando disseste isso?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ah, o Fleury ficou louco, não ficou surpreso! Ele ficou: *Mas esse Jango é um*

teimoso! Puxa vida!

O SR. JAIR KRISCHKE – Sabe por que eu insisto na surpresa? Porque, agora, quem está surpreendido sou eu, porque há quatro documentos do SNI, datados de junho, julho, depois setembro, que informavam o desejo do João Goulart de voltar. Então isso já era do conhecimento. Aí, então eu fico surpreendido.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O receio de o Jango voltar vinha de muito tempo atrás. Quando ele enviou o Perci, por exemplo, falar com o Solon Rodrigues, quando mandou o Perci...

O SR. JAIR KRISCHKE – Falar com o Solon Rodrigues o quê?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O Solon Rodrigues era um correligionário. Ele era coronel. No tempo da morte do João Goulart, ele era o superintendente da Polícia Federal. Ele é um ex-coronel do Exército, mas o Solon Rodrigues não era somente um coronel, não era somente o delegado de polícia federal. Ele era um correligionário. Não tinha muitas aspirações políticas, mas era um amigo de Goulart. E o Perci Penalva era de confiança, era o gerente da estância e foi lá falar com o Azambuja, falar com o Solon Rodrigues sobre como é que está o campo de cultivo no Brasil, quais eram as circunstâncias para um eventual retorno. Ou seja, isso foi no mês cinco. No mês cinco, o Perci Penalva esteve em Porto Alegre, pesquisando como estava o clima para um eventual retorno. Há muito tempo atrás...

O SR. JAIR KRISCHKE – Muito bem. Mas vamos voltando aí a essa questão.

Tu, que monitoravas o João Goulart, tens conhecimento de uma reunião no Hotel Columbia? Tens?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Tenho.

O SR. JAIR KRISCHKE – Como é que é essa reunião no Hotel Columbia?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ah, houve várias. O Hotel Columbia...

O SR. JAIR KRISCHKE – Em novembro, em novembro de 76.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ah, o Hotel Columbia, em novembro de 76... Houve uma reunião, aquela do Brizola e aquele que nós achamos que era agente da CIA, o Jorge Otero, e o Talarico(?). Você refere aquela reunião de reconciliação lá no hotel, no *hall* do Hotel Columbia. Acho que

é essa reunião.

No Columbia houver muitas reuniões, porque o João Goulart era assíduo. Ele chegou a alugar durante um ano, de vir com a família. Tinha um local exclusivamente para uso dele. O Columbia tinha preferência por Goulart.

O SR. JAIR KRISCHKE – Tá certo. Mas então essa reunião... Tu monitoraste essa reunião?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Não, eu não monitorei, mas o Otávio monitorou. Essa reunião foi na que se falou do clima da Argentina. Eu acho que foi essa reunião. Foi uma reunião que teve uma pessoa que era jornalista do diário *El Día* que se chamava Jorge Otero Menéndez.

O SR. JAIR KRISCHKE – Do *El Día*?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Do *El Día*. Esse...

Nós pensávamos que esse senhor era um agente da CIA, mas não era. A gente se enganou. Ele não era agente da CIA. Ele era amigo do Goulart. Passavam falando horas e horas de política internacional.

O SR. JAIR KRISCHKE – Está certo. Agora, essa senhora que tu foste buscar um material na Embaixada brasileira, ela se chamaria Laurita?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O da senhora aquela que me deu o envelope?

O SR. JAIR KRISCHKE – Sim. Seria Laurita o nome dela?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ah, mas não sei. E o sobrenome?

O SR. JAIR KRISCHKE – Mourão.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Tenho certeza de... O nome de...

O SR. JAIR KRISCHKE – É uma senhora bonita, muito bonita?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Era bonita. Era bonita. Muito bonita. E era bem articulada para falar. Muito bonita.

O SR. JAIR KRISCHKE – Então, para finalizar, eu te pergunto: o que tu sabes sobre William Cantrell?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – William Cantrell?

O SR. JAIR KRISCHKE – Sim.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Por esse nome... Não me lembro desse nome. Talvez por uma função que ele tivesse.

O SR. JAIR KRISCHKE – E Nelson Bardesio?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Bardesio? Aí, sim, já é diferente. Bardesio: me parece mais conhecido esse nome. Esse nome eu já... Acho que conheci esse Bardesio. Bardesio... Não me lembro se não era um militar ou um agente. Não me lembro agora, mas não me parece estranho. Bardesio me é familiar.

O SR. JAIR KRISCHKE – E o William Cantrell, não?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Cantrell, não. Esse eu não...

O SR. JAIR KRISCHKE – Que era motorista lá na polícia de Montevidéu.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – William Cantrell... Era motorista da polícia da Inteligência?

O SR. JAIR KRISCHKE – Pois eu estou te perguntando. Eu não sei.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O problema é que talvez eu conheça ele por um codinome, né? Talvez seja... Posso até conhecer por codinome, mas por William Cantrell não conheço.

O SR. JAIR KRISCHKE – E Nelson Bardesio já... Como se diz lá na Banda Oriental, *te suena*?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ah, Nelson Bardesio *me suena*, mas não lembro de onde conheço o tal Bardesio. Tinha talvez... Poderia ser algum agente que... Eu tive contatos com vários agentes do serviço de Inteligência, da polícia, motorista, o Vazquez Petrilli(?)

O SR. JAIR KRISCHKE – Agora, para terminar mesmo: tu referiste aqui Tarzan de Castro.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ah, Tarzan de...

O SR. JAIR KRISCHKE – Um goiano brabo que usava dois facões na cintura, de tão brabo que era.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Baita traidor, esse aí.

O SR. JAIR KRISCHKE – Ele, então, é traidor? Conta alguma coisa sobre as traições do Tarzan de Castro.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O Tarzan de Castro deveria ser irmão do (ininteligível).

Bom, o Tarzan de Castro foi preso com duas armas, né, e uma série de documentos. Foi preso pelo oficial Longino Lopes Godoy(?). Eu não fazia parte da prisão nem do serviço secreto nessa época. O Tarzan de Castro foi preso em Montevidéu e fazia parte de um grupo do PCV, um grupo...

O SR. JAIR KRISCHKE – Em que época ele foi preso?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ah, foi muito antes de eu entrar no serviço secreto. Tomei conhecimento da prisão e do que aconteceu através do meu colega de trabalho, que foi quem prendeu o Tarzan de Castro.

O Tarzan de Castro foi preso e apanhou, lógico, porque estava com duas armas. Foi preso por um departamento de homicídios. O oficial que prendeu o Tarzan de Castro se chamava Longino Lopes Godoy(?). Mataram também.

Uma vez preso, Tarzan de Castro e outros dois brasileiros apanharam, e ele disse que estava trabalhando para o delegado Fleury.

Foi com isso que o Uruguai tomou conhecimento daquela vigilância clandestina que estavam fazendo no Uruguai desse lado brasileiro. Eu sou seu vizinho, e a minha galinha está escapando para o seu quintal. Aí, peço licença, e você me deixa pegar a galinha, porque temos uma boa relação.

– *Vizinho, posso pegar minha galinha?*

– *Sim, vá no meu quintal e pega.*

Eu pego minha galinha. Mas o que ocorre? Este é o protocolo da inteligência: é pedir. Não é clandestino. É pedir: *Olhe, somos forças amigas, temos uma investigação e queremos saber: esse Brizola...*

Tudo bem. Quando esse homem foi preso, nós soubemos que ele estava no nosso quintal, sem nosso protocolo, sem nossa monitoração.

O SR. JAIR KRISCHKE – Em que ano foi essa prisão?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Foi muito tempo antes...

O SR. JAIR KRISCHKE – Sim, diga-me um ano: 1968, 1972?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Pode ser por aí. Nos anos 60. Foi muito tempo antes de eu entrar. Eu me inteirei de como o Gamma tomou conhecimento da vigilância que se fazia, do Hotel Alhambra, e de que o Tarzan de Castro...

O SR. JAIR KRISCHKE – Vigiavam o Hotel Alhambra também?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O Hotel Alhambra era vigiado pelo grupo Antares. O grupo Centauro vigiava João Goulart.

O SR. JAIR KRISCHKE – E de quem era o hotel?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O hotel era do Cláudio Braga e do João Goulart. Eles homiziavam os que fugiam, auxiliavam os coitados que escapavam, caçados no

Brasil, e que, ao chegar lá, não tinham o que comer. João Goulart pagava-lhes o que comer; aos que não tinham onde dormir, dava de dormir. O João Goulart era um benfeitor de toda essa corja.

O SR. JAIR KRISCHKE – E vocês sabiam que ele era o dono do hotel?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Mas claro. O Cláudio Braga...

O SR. JAIR KRISCHKE – O hotel estava em nome de Ivo Magalhães.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ah, o Ivo Magalhães era pessoa amiga do regime. É uma coisa que nunca entendi bem, porque ele era amigo do regime. Ele ficou comandando a construção da represa El Palmar. Um caçado, um ex-prefeito de Brasília, um contrário ao regime e vai no Uruguai e fica...

O SR. JAIR KRISCHKE – Mas o fato é que monitoravas o Hotel Alhambra também, certo?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu não monitorei o Alhambra. O Alhambra era o (ininteligível) Antares e...

O SR. JAIR KRISCHKE – Mesmo sem a permissão do nosso deputado, presidente da comissão, vou me permitir passar a palavra para o advogado Dr. Javier Bove. O.K.? Obrigado a você.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Lamento que a gente se conheça numa circunstância tão ruim, tão desfavorável.

O SR. JAIR KRISCHKE – Como te disse no telefone, quando violarem teus direitos humanos, tu me contas, que entrou em ação.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Tomara que o senhor me escute. Estão violando há muito tempo os meus direitos.

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Boa-tarde.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Boa-tarde. Já tive melhores tardes.

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Falarei em espanhol porque em português falo muito mal.

Hoje disseste que o médico que chamavam de capitão Adonis, Carlos Milles, foi assassinado.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Com certeza. Foi assassinado, tenho absoluta certeza, para queima de arquivo.

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Perfeito. Lembras

em que ano foi assassinado?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Foi em 90 e algo. Tenho a data anotada ali. Tenho a data exata da morte de Milles. Foi em 93, 94. O Milles foi agente. Dona Olga que me perdoe, dona Rosa que me perdoe. Podem defender o filho e o irmão, mas eu lhes digo uma coisa: que dona Rosa e que... Bom, quando se dizia a dona Rosa que lhe haviam matado o filho, quando procurei dona Rosa e lhe disse: *mataram a seu filho...*

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Ela não acreditou em ti?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Não. Ela me disse: *Eu sabia que ele trabalhava em algo secreto para o governo, mas eu prefiro acreditar que ele caiu, que ele não se suicidou, porque senão nós teremos que enterrá-lo no cemitério Israelita em um setor separado, onde aqueles que se auto-eliminam...* Ou seja...

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Ele era judeu, então?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ele era. Ele está no Cemitério Israelita.

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Perfeito.

Eu te faço, como diz o Jair, uma pergunta concreta para ir concretizando a entrevista.

Tu disseste que ele morreu em 1990, aproximadamente, o Milles. Que idade teria ele nessa época, mais ou menos?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ah, ele era mais velho do que eu. Ele tinha uns dez anos a mais do que eu.

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Em 90, quantos teria, mais ou menos?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ele deve ter nascido em 46. Mas eu tenho a ficha militar do Milles. Eu tenho a ficha das datas de...

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Ele era militar antes?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu ingressei na infantaria em 1º de março de 1973.

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Tu ou ele?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu, e o Milles ingressou em 1972.

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Setenta e dois? E onde? Infantaria também?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ele também era da infantaria, porque ele entrou para servir em um grupo que então se chamava Grupo de Ações Militares Anti-Subversivas.

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Sim, sim, Gamma.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Esse Gamma foi criado para combater o...

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Isso já referiste e o entendi bem.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Há registro no Hospital Militar.

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Sim, sim.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Sabe por que há registro?

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Sim, sim.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Porque a gente, quando ficava doente, tinha que ir no Hospital Militar.

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Está. Perfeito. E quando ele foi nomeado forense?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ele era médico forense...

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Sim. Já quando atuava no Gamma ou depois?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ele, acho que se formou, se graduou já estando dentro do Gamma.

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Quando estava no Gamma que idade terias tu e que idade teria ele mais ou menos? Tu disseste que ele era 10 anos mais velho que tu? Que idade terias mais ou menos?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu era um rapaz de 18 anos.

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Ou seja, ele teria 28.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Era um homem mais feito, um homem mais velho.

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Já era doutor naquela época ou estudante de Medicina?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Estudante de Medicina, e depois ele foi doutor. Era uma pessoa bem-apessoada, uma pessoa que se vestia impecavelmente.

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Sim, entendo. Então, ele foi médico-forense depois...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Quando ele se graduou...

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Permita-me fazer a pergunta, depois me responde.

Quando ele trabalhava no Gamma, ele ainda não era médico-forense, era estudante de Medicina?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Quando ingressou.

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Quando ingressou. Depois se formou médico...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Áí o colocaram de supervisor do Pedro Bizca(?)

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Supervisor de Pedro Bizca(?)

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ele era, não supervisor, o interventor do hospital. Ele era o supervisor do hospital, ele que sabia, ele mandava mais que o diretor.

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Áí que trabalhava a mãe, ela era pediatra?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – A (ininteligível) Rosa. Era, era.

Ele começou a dirigir o hospital, e o diretor dele, do hospital, chamou ele e disse: *Mas quem é o senhor?* Ele não estava sabendo. O diretor do hospital não sabia que o Milles estava com uma sala, dentro do hospital, dirigindo. Mas como funcionava tão bem o hospital através do Milles, o diretor o deixou anexo à diretoria.

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Tu dissesse, em teu testemunho, que Milles preparou o segundo veneno para Jango Goulart e que depois da efetividade que teve esse veneno, ele explicou a um agente brasileiro.

E em outro depoimento, dissesse que Milles também participou de um outro intento de homicídio com esse veneno, no Uruguai.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – É verdade.

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Qual foi essa outra tentativa de homicídio? Ou qual foi esse outro homicídio?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Quando Milles se sentiu desprotegido, quando Milles se sentiu usado e desprezado, enganado, e não lhe foi dada a diretoria do hospital, como ele exigia, ele me contou algumas coisas, entre elas, que havia tramado a morte de (ininteligível), e que essa morte foi inesperada, porque haviam colocado veneno em umas garrafas de vinho, com o objetivo de matar o Mario Heber e infelizmente morreu Dona Cecília.

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Ele participou, ele preparou o veneno tal qual o havia preparado para Goulart?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ái está, aí está a coisa. E sabe o que ocorre? Ocorre que há a versão de Milles, há a minha versão, aquilo que eu firmemente acredito, e há a versão de Campos, Hugo Campos Hermida, e a versão do comissário Homero Vaz.

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Está.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Nenhum deles, digamos... Eu posso confiar em qual, se eles foram treinados a mentir toda a vida e a ocultar informação?

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Perfeito.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Por exemplo, sabe o que me disse Campos Hermida? *Esse foi um charlatão, ele não participou nada na morte, essa, e está tocando de ouvido.*

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Dizia isso do Milles?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Campos Hermida, que era a fonte da CIA, era (ininteligível).

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Perfeito, perfeito. Tu recém disseste para...

Permita-me... Para tratar de ser concreto com os atos e tratar de ir, como disse ele, objetivando...

Tu recém nominaste ao Jair o contador Cohen, que era um analista político que preparava ou analisava alguns dos textos que tu gravavas e degravavas. O que mais podes dizer do contador Cohen?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O contador Cohen era uma pessoa muito inteligente. Tinha acesso a todos os escalões do poder político e era...

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Ele fazia parte do Gamma?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ele era... Claro, ele era um agente do Gamma, era um supervisor. Não era só um agente; era um agente chefe, já estava até no segundo degrau.

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Tu lembras onde vivia Cohen?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ah, vivia lá naquela casa de Pocitos. Estive com ele lá. Tinha um *vitreau* na casa. Tinha um *vitreau*, assim, na parede.

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Tu não lembras mais ou menos da rua em Pocitos. Perto de Ramblas...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – É uma casa muito linda, uma casa que tem... Dentro tem um *vitreau* muito bonito – lembro-me do *vitreau*.

Bom, ele era analista político, e eu, quando morreu o Roy, o Cohen – não me lembro agora do primeiro nome do Cohen...

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Elias.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Elias? Não era o ministro... Elias, Elias. Elias Cohen.

Quando morreu naquela situação meio confusa, eu pensei que ele poderia ter sido eliminado também, porque era ele que tinha acesso a todos os políticos. Ele tinha aquela facilidade. Ele fornecia informações muito boas. Ele estava numa parte nevrálgica do Gamma, e a parte de política da qual ele era chefe era uma parte muito importante. Ele era amigo de um presidente do GATT(?), era amigo... Bah, ele tinha uns vínculos muito grandes.

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Agora, uma coisa que não me ficou claro. Tu, quando começaste a declaração hoje aqui, disseste que a Gamma, ou que o serviço secreto que tu integravas, se criou para separar a gente que estava infiltrada...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – É verdade.

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE –...que não queriam ter contato com a CIA e que te ofereceram dinheiro e que tu nunca o aceitaste.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Nunca.

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Porém, depois, quando falamos do veneno de Goulart, quem traz o primeiro veneno é um agente da CIA. Então, (ininteligível) terminou (ininteligível).

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Sabe o que ocorreu. Nunca, nunca, nunca fui infiltrado, porque, quando o Vasquez Petrilli(?), que foi nomeado a fazer parte, quando foi designado Vasquez Petrilli(?) para fazer parte do Gamma e quando foi indicado o Campos Hermida para ser parte do Gamma, os dois, Petrilli(?)...

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Tá. Porém, como chegou Leury(?) 1:15 a dar o veneno a vocês se era da CIA e vocês não estavam (ininteligível)?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Te explico por quê. Latrash tinha agentes dentro da DNII, mas tinha acesso ao nosso diretor. Nosso diretor...

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Quem era o diretor de vocês?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Era Luis Vicente Queirolo.

Ele tinha um acesso. Só que ele ia comprar o general Queirolo. Latrash não ia comprar.

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Latrash lhe ordenou que usasse o veneno? Lhe sugeriu? Qual era a relação? Digo, porque vocês eram tão independentes. Qual era a relação?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – A relação era assim: *Vocês tem que dar um jeito nessa Operação Escorpião, botar fim, ponto final nisso, porque vocês estão perdendo a credibilidade, estão ficando mal. O que o senhor vai determinar?* Aí ele disse: *Não, nós vamos dar um jeito.* Aí que Latrash... Não, tinha infiltrado, não estava infiltrado na Gamma, mas tinha influências. Então, determinaram: *Bom, nós podemos fornecer um veneno; nós podemos... O que estão precisando? Necessitamos um auto, uma viatura discreta. Tá, um Dodge Dart serve? Sim, vai bem, pega um Dodge Dart. Necessitamos um detector NMR-scope. O NMR-scope está na mão. Necessitamos...*

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Já ficou claro qual era o vínculo entre uns e outros.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Havia um vínculo colaboracionista meio velado e uma relação entre Queirolo, o Ivo de Magalhães.... O Ivo de Magalhães é....

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Já entendi. A última pergunta: Tu disseste que a atuação de Castro havia (ininteligível) preso no Uruguai...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – E o soltaram.

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – ...quando estava operando em um território que não era o dele. E tu, depois, disseste, que tu foste ao Hotel Liberty, na Argentina, fazer as escutas. Ou seja, que tu estavas, depois, operando num território que tampouco era o teu.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Não, não. Nós operávamos com a devido... cumprindo com o devido protocolo. Trabalhávamos...

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – E tu operavas na Argentina com a autorização argentina?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Claro, claro. Coisas irregulares foram essas, por exemplo, o assassinato de Gutiérrez Ruiz. Essas eram operações clandestinas.

Logicamente que, se vai matar uma pessoa, não vai documentar isso.

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Não, não. Eu não perguntava se documentavam. Eu perguntava se tinham autorização do país...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – A Argentina ...

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Se a Argentina tinha conhecimento de que agentes uruguaios estavam espionando, em solo argentino, um presidente brasileiro.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – A (ininteligível) era um órgão paralelo à autoridade na Argentina, e Argentina sabia do nosso trabalho, tanto assim que, quando se tratava de João Goulart, eles nem faziam questão de seguir nossos, nossos... Nosso trabalho não era seguido. Nós tínhamos liberdade de ir a Buenos Aires, entrar no Liberty, filmar o João Goulart quando entrada no Cine Rex...

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Já entendi. Já ficou claro para mim que vocês tinham autorização e que não havia problema de que tu, por exemplo, estivesses fazendo as escutas.

Vou pedir autorização a essa comissão para fazer só uma pergunta que não tem que ver com esse tema, mas com o tema que eu investigo.

Para ti, pessoalmente, não para Campos Hermida e não para a versão que te contaram, Cecília... Carlos Milles interveio no homicídio Cecília Fontana de Heber?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – É óbvio, é óbvio. Sabe, doutor, se você não participou, como sabe de tantos pequenos detalhes. É lógico, o Hugo Campos Hermida vai defender os interesses dos Estados Unidos. Dizer: *Não, ele não tem nada a ver com isso. A Embaixada dos Estados Unidos não tem nada a ver.*

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Muitíssimo obrigado. Eu te agradeço. Já ficou muito mais claro para mim.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O Vaz me disse: *Se eles falam isso, ele... fica teu pescoço, porque ele* (ininteligível).

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Sim, sim.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu acredito. Sabe o que mais? Em que acredito?

O SR. JAIR KRISCHKE – Já havia terminado, mas disseste uma coisa agora que é importante que seja esclarecida. Ivo Magalhães tinha vínculos com o general Queirolo?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ah, com certeza.

Doutor, o Ivo Magalhães colocado no maior empreendimento do Uruguai, que era a represa do Palmar, seria, mais ou menos, tão ilógico como colocar o dom Leonel Brizola de intendente de Montevidéu e o João Goulart de ministro da Agricultura do Uruguai. Sabe que isso não cabe na cabeça de ninguém.

O Ivo Magalhães estava à frente do maior empreendimento do regime por quê? Porque ele fazia parte. Como que é essa familiaridade do Ivo Magalhães com o regime? É simples. Ele estava com a Kika. A Kika era a mulher do Ivo. O Ivo de Magalhães tinha uma mulher que se chamava Kika Vivas(?). E a Kika Vivas(?) tinha uma irmã linda, linda, linda, muito linda, bah, uma mulher linda. E essa mulher linda era assídua companhia do Queirolo.

Então, o Queirolo era um general, mas não um qualquer general. Era o general que era diretor do serviço secreto. E a namorada do Queirolo era irmã da Kika. E a Kika era esposa do Ivo. Então, olha, ele era parte do sistema, por isso estava ali onde estava. Por que não colocaram no Ministério da Agricultura a João Goulart. João Goulart ajudou o Uruguai em tudo, porque até no plantio de soja, ele ia no Esmaco, ajudou, bah, mas é muita coisa.

O SR. JAIR KRISCHKE – Mas, então, esse é o vínculo do Ivo Magalhães com o general Queirolo?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Sim. Tinha o vínculo quase que – diria – direto.

Não só com Queirolo, com outros generais ele era chegado. Ele era muito de oferecer presentes. Ele era o apoderado universal de Jango. Supostamente era amigo de Jango. Supostamente amigo de Jango. Supostamente, mas amigo, amigo, não era. Se no caso fosse amigo meu, deixava ele bem longe dos militares. E o outro, o Cláudio, esse também não era muito amigo. Eu deixava bem longe de minha esposa. Porque amigo que é meu amigo não fica tão amigo de minha esposa, né?

Então, os amigos que o Jango tinha também não eram todos aqueles do confirmado. Por exemplo, confirmado era o Maneco. Maneco era amigo dele, dava a vida. O Percy Penalvo, o Neiva Moreira, o Talari(?), esses eram amigos. Dos amigos mais fiéis, o Maneco, que ele...

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Bom, mas eu já estou satisfeito com a tua resposta.

Então, agora, certamente com a permissão do

deputado, passo ao jornalista, que eu acho que é seu amigo, Roger Rodrigues.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – É, não é meu amigo, mas é o melhor jornalista que tem no país. Fazer o quê? Além que ele diga que eu sou um suposto agente, eu tenho que reverenciar o trabalho dele. Ele é o melhor jornalista. Fazer o quê?

O SR. ROGER RODRÍGUEZ – Mario.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Sim, senhor.

O SR. ROGER RODRÍGUEZ – Eu não sou muito protocolar, sabe. Há uns anos, nos entrevistamos e não fomos protocolares. Somos uruguaios os dois, nos miramos e sabemos.

Não vou te fazer nenhuma pergunta para a comissão. Em algum momento, voltaremos a conectar-nos e farei as perguntas, em investigação.

Com a autorização do cárcere, vou te entregar os textos das matérias que fiz...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Muito obrigado.

O SR. ROGER RODRÍGUEZ – ...de 2002 até agora. As que estão assinadas são minhas e as outras não. As que de repente dizem algo que a você vai incomodar não estão assinadas por mim.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Não, não é nada disso. Você não é meu amigo, mas você é um bom jornalista. Eu entendo...

O SR. ROGER RODRÍGUEZ – Mario, como periodista, não tenho que ser seu amigo nem quero ser.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Não, com certeza.

O SR. ROGER RODRÍGUEZ – Só sou um periodista e você é você. E manteremos um contato e uma relação.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Muito obrigado.

O SR. ROGER RODRÍGUEZ – Eu te agradeço. Não sei se atendi a todos. E passo a palavra.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Vou atender sempre com essa cordialidade. Somente que o senhor pode ir no hospital militar e ver minha ficha, pode ir na polícia. Não é... Quando ficava doente, não ia num médico particular. Então, você, se você, vai em alguns lugares, você pode confirmar que...

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Mário, tu dissesse que colecionavas esse material através de fitas, de

gravações. Tu possuis alguma coisa disso contigo?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Não.

Lamentavelmente, eu possuía 40 horas de gravações, que eu me apoderei, que eu fui retirando, porque tinham coisas corriqueiras, coisas que eu achava engraçada, coisas que eu achava que comprometiam, em certo modo, Goulart. Goulart falava alguns palavrões com relação aos militares. Nada de outro mundo, coisas (ininteligível), mas eu ia tirando. Mas perdi essas fitas, porque... Perdi as fitas, e agora a transcrição das fitas eles perderam. Eles tiraram de mim.

Então, as fitas eu perdi, porque deixei num lugar, e a pessoa se assustou, ficou com medo, jogaram fora. Não sei o destino que tiveram as fitas. E o que eu fiz, que eu conservei, foi a transcrição do que as fitas diziam, palavra por palavra, vírgula por vírgula. A família do presidente e alguns amigos que faziam parte dessas gravações poderiam hoje dizer: *Não, isso foi eu. Eu falei mesmo isso.* E eu guardava como um tesouro aquelas transcrições.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Tu tens uma degravação dessas fitas? Não tens contigo a transcrição das fitas?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu, eu... A polícia pegou. A polícia disse que...

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Então, tu manténs alguma coisa de memória, que tu te lembrais.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Mantenho, mantenho.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Te lembrais e escreveste.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – E, no livro, eu tenho várias frases ditas para pessoas que estão vivas, que poderiam ser convocadas e dizer: *Você se lembra se falou com João Goulart tal e tal coisa? João Goulart disse tal e tal coisa para o senhor?* Né? Isso seria bom, seria útil, talvez, a transcrição dos diálogos. Tem, no livro, muita coisa que o João Goulart te falou. E ele falou isso, e o outro respondeu aquilo. E estavam presentes...

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Em que fase está o teu livro? Como é que ele está? Já está completo, concluído?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Olha, se salvou o que eu tinha no meu *e-mail* por um milagre. O que eu enviava para o meu *e-mail*, eu escrevi alguma parte com o dedo.

Escrevia, entrava na Internet e enviava para o meu *e-mail*. Então, fui escrevendo. E não é fácil. Para escrever uma página com esse dedo polegar, num teclado numérico de telefone, não é fácil. Ficava o meu dedo doendo. Aí um dia, um *e-mail*... Cada pergunta e resposta para meu *e-mail*. Então, o que eu tenho? Tenho somente aquilo que eu vou guardando. Tenho uns números de telefone...

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Mas tu dizes que tens muitas folhas manuscritas?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Tenho, tenho, tenho, um monte.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Sete volumes.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Sim, mas tu pretendes submeter esses manuscritos a alguém?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu vou entregar para a comissão se quiserem. Entrego todo o livro inteiro para vocês analisarem, porque não tenho nada a perder. É um cabedal de coisas tão grande, tão grande, que nenhum

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Tenho. Três volumes, eu tenho na cela. Os outros, a polícia que pegou. Mas mantém um valor histórico, porque a família do Jango poderia pegar aquelas gravações, aquilo que eu escrevi e dizer: *Não, isso aconteceu. Não, não aconteceu.* Não, quando... aquela batida do carro... aí o Adelião(?) discutiu com o Jango, por causa daquele carro quando... mentiroso pode inventar tanta coisa, nem o rei dos mentirosos. Sabe por quê? A polícia diz que eu, que eu estava querendo dar um golpe em João Goulart. E um ladrão, que fica de campana de uma vítima durante três anos e não rouba? Puxa vida, é um ladrão fracassado. Porque, se em três anos, não tive condições de roubar um homem, puxa, que espécie de ladrão é esse? Eu não sou ladrão, não sou ladrão, não sou bandido. Era um agente, fui doutrinado, treinado. Eu me sentia orgulhoso do que fazia. Eu estava defendendo... estava fazendo uma missão de Estado. Então, eu não roubava.

Um dia, fomos à fazenda El Milagro colocar os microfones. Colocamos no quarto do Jango, onde tinha aquele quadro dourado, um quadro de um Cristo dourado. Colocamos outro em uma mesinha escrivaninha que Jango tinha com a foto de John Fitzgerald Kennedy autografada. Colocamos outro no corredor. Bom, até no banheiro, colocamos um microfone. Nesse dia, eu fui dentro do quarto do Jango, e Jango tinha uma

caixa de sapato cheia de dólares envolvida em papel de jornal. E, se eu fosse ladrão, eu pegava. Tinha uns 100 ou 160 ou 200 mil dólares. O dia que ele saiu do cassino. ganhou 160 ou 180. Eu tinha uma 9 mm. *Puxa, meu amigo, bah, caiu a casa, me dá essa grana.* Esta envolta em folha de jornal. Eu não sou ladrão. Até que passou alguma coisa pela minha cabeça: *Puxa, pensar que toda essa grana.* Né? Mas eu não sou ladrão.

E daí a versão de que eu monitorava Jango para roubar é... não é cabível. A versão da polícia de inteligência, por que eles não me processaram pelo suborno, pela extorsão. Porque, se eu vou extorquir o senhor, vou extorquir...

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Mas essa versão não sobreviveu, né?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Não?

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Não. No momento, não existe essa versão de que tu...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – De que eu...

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Tu cumprias uma função...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – É, mas eles dizem...

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – de monitoramento que tu fazias parte, enfim.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eles dizem que eu fui lá com o dossiê, eu disse: *Ou vocês me dão dinheiro ou eu falo tudo do João Goulart.* Aí que combinamos para me dar o dinheiro outro dia. Daí que eles me prenderam. Ficaram com o meu dinheiro, porque se... lógico, que vou dizer.

Eu fui lá pedir ajuda. Eu disse... Eu fui pedir ajuda na Embaixada dos Estados Unidos, não fui pedir dinheiro. Agora, se você vai pedir que protejam sua vida, e eles, generosamente, lhe dão 50 mil dólares, você aceita. Bom, já que está, eu aceitei. Só que a polícia ficou com o meu dinheiro.

E aquele Boris Torres se lembrou, se lembrou de umas pancadas que eu tinha dado nele quando ele roubou aquelas coisas. Ou seja, o Boris Torres foi aquele das fotos, do casamento de Dona Estela, aquele que estava atrapalhando nossa missão. E nós tivemos... fomos forçados a tomar uma atitude com esse Boris Torres e com os outros, de prender eles. Prendemos eles e temos um trato rigoroso.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Um corretivo.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Claro. Ou vocês

deixam de (ininteligível) João Goulart ou...

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Tá bom, Mario. Eu te agradeço. Temos que concluir nosso trabalho porque está no nosso horário. Quero te agradecer muito.

Passo a palavra à Dra. Suzete Bragagnolo, que é a procuradora do Ministério Público Federal, aqui presente trabalhando conosco, a quem está afeto o inquérito aberto pela instituição.

A SRA. SUZETE BRAGAGNOLO – Boa-noite. Sei que estão todos cansados, inclusive o Sr. Mario. Irei me limitar a umas poucas dúvidas que me surgiram.

Sr. Mario, o senhor referiu que o Sr. Héctor Rodríguez teria colaborado no Hotel Liberty. Mas vocês entraram também na fazenda dele, no carro e em vários outros locais. Quem mais, empregados ou pessoas mais próximas ao João Goulart colaboraram?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Meritíssima, há uma parte que a colocação da substância letal, isso faz parte de uma fase, na qual teve participação o Dr. Milles e o Héctor Rodríguez. Nessa fase do veneno – digamos –, eu não estava. Não participei dessa fase, porque eu participava da monitoração.

A SRA. SUZETE BRAGAGNOLO – Mas para monitorar a fazenda?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu entrei na fazenda, entrei três ou quatro vezes, coloquei dentro de uma caixa de força, uma estação repetidora que se auto-alimentava com energia da própria fazenda. A família pode dizer. Tinha um transformador lá na fazenda que alimentava toda a fazenda e lá nós colocamos um transmissor para nós poder monitorar à distância.

Nós estávamos no hipódromo. Desde o hipódromo nós podíamos escutar as conversas do Jango através do rádio, coisa que antes não era possível, porque os microfones tinham pouco autonomia, pouca durabilidade das baterias. E os que eram alimentados da rede, que estavam nas tomadas, esses tinham pouco alcance, pouca área de cobertura. Então, nós colocamos uns transmissores, um retransmissor dentro da caixa de força da fazenda El Milagro.

Eu entrei na fazenda, eu participei da monitorização do princípio ao fim, eu fiz a transcrição dos textos, eu fiz, nos últimos tempos, a hermenêutica em inteligência – ou seja, fiz a avaliação política do que ele falava. E, logicamente, na última

fase, quando se descobriu que ele tinha uma esquema, ali eu não podia fazer mais nenhuma coisa a favor do João Goulart, porque, se eu fizesse alguma coisa, seria morto.

A SRA. SUZETE BRAGAGNOLO – Mas como vocês entraram? Quem abriu a casa?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Nós entramos um dia na noite. E, inclusive, tinha um morador. Que o João Goulart era um homem generoso, tinha uma quantia de enteados, ajudava o Peruano, ajudava o Perez Perez, deu acolhida ao Vidal(?). O Vidal Laquet(?) morava lá e dormia até meio-dia. Era amigo. Era aquele desenhista que fazia... um desenhista, artista plástico. Então, o João Goulart pegava um mendigo na rua, que estava, que era engraxate e dava aquele trabalho: *Não te dou uma esmola, mas tu quer trabalho, vai lá na minha fazenda.* Lá, levou um, levou outro. Até um ladrão, até um ladrão saído da cadeia, ele empregou. O ladrão foi roubar João Goulart, e o João Goulart terminou dando emprego, deixou a fazenda nas mãos daquele, o Gutierrez. Aí disse... O Gutierrez chegou para roubar, e o Goulart disse: *Ah, você está buscando emprego? Então, tá.* Disse: *Quando pode começar a trabalhar? Quando o senhor diz. Pois já está nomeado.* Disse: *Olha, naquele quarto tem um monte de dinheiro, lá tenho isso ou aquilo. Você fica de dono da fazenda.* O ladrão não conseguiu roubar o João Goulart, porque viu aquele homem tão bom, disse: *Como? Não posso roubar.* Quando o João Goulart veio, ele disse: *Eu sou um ladrão, vim roubar o senhor, mas não posso roubar o senhor.*

Então, João Goulart estava rodeado de pessoas amigas dele de verdade, que ele auxiliava, que deviam favores. O Cláudio Braga... O Cláudio Braga dependia financeiramente do João Goulart.

E nós entramos um dia, o Vidal Laquet(?), esse desenhista, que, que, era – digamos – visitante permanente, o Goulart deu ali um quarto e ficou lá e comia, como tantos outros que o Goulart ajudava, dava de comer, dava dinheiro, emprestava dinheiro, que sabia que não ia receber nunca mais. Ele ajudava, ele emprestava dinheiro. Outro dizia: *Vamos fazer um documento? – O que é documento? E tua palavra? Não vai me pagar? – Sim. – Então. Não precisa documento!* E assim foi indo.

A SRA. SUZETE BRAGAGNOLO – E o pessoal, quem limpava os locais, nunca ninguém percebeu esses equipamentos que vocês instalavam?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ah, até o momento da morte do João Goulart, nenhum microfone foi removido dos que eu coloquei na fazenda. Na Fazenda El Milagro nenhum foi encontrado. Na Rua Canning, onde foram colocados três microfones – era outra residência muito bonita do Sr. Presidente João Goulart –, nessa ocorreu uma eventualidade inesperada. Alguma coisa incomodou a dona Maria Thereza e os móveis onde estavam os microfones foram levados por envelhecimento ou porque ela não se agradou mais, sei lá o quê. Dona Maria Thereza mandou os móveis embora e nós perdemos três microfones na Rua Canning. Mas em El Milagro nenhum microfone foi removido. E no dia em que nós fomos remover (houve falha na gravação.) por um de seus apoderados, que roubou uma fortuna em ações no próprio dia. O João Goulart, todavia, estava com o corpo quente. Entrando lá na Fazenda El Milagro, roubaram uma série de documentos importantíssimos, entre os quais havia uma aspiração testamentária de João Goulart.

A SRA. SUZETE BRAGAGNOLO – (manifestação longe do microfone)

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ah, foi o Ivo de Magalhães! Foi lá. Eles não conseguiram abrir o cofre, pois não sabiam.

A SRA. SUZETE BRAGAGNOLO – (manifestação longe do microfone)

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eram. Isso está comprovado. Foram vendidas. A senhora é?

A SRA. SUZETE BRAGAGNOLO – (manifestação longe do microfone)

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Sabe, doutora, João Goulart tinha uma companhia chamada Sun Corporation, que valia 1 milhão e 600 mil dólares. E a família está sabendo que foi roubado. Nesse dia, o João Goulart vinha ligando para o Ivo de Magalhães, e a Kika dizia: *Não está. Não está.* Queria

reaver as ações. E nunca lhe devolveu as ações. João Vicente sabe bem que o pai estava furioso com o Ivo, porque o Ivo não lhe devolvia, não dava satisfações do que estava fazendo. Depois da morte do João Goulart, venderam a Sun Corporation, e o Ivo não deu conta pra família, ficou com o dinheiro. Quando dona Maria Thereza e Denise reclamaram, ali deu pouco mais de 100 mil dólares, uma mixaria de dinheiro, se comparado com o que valia aquela empresa. E dona Maria Thereza, mulher sem maldade, porque não queria confusão, pegou o valor parcelado. Primeiro, pegou 48 mil dólares, depois, 23 mil dólares, daí, 18 mil dólares. O Ivo de Magalhães pagou o que quis. Houve roubo, apropriações de caminhão, de maquinaria agrícola. João Goulart morreu e foi roubado descaradamente. Ninguém fez nada, nem a família se interessou em reaver a fortuna que ele tinha. Ele era muito, muito rico. A família nem sabia.

A SRA. SUZETE BRAGAGNOLO – Só uma última questão. Sr. Mario, além do Fleury, que o senhor tenha conhecimento, quem mais fazia parte do Sigma?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Do Sigma, meritíssima, fazia parte o Dr. Ronaldo.

A SRA. SUZETE BRAGAGNOLO – Ronaldo do quê?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Romualdo.

A SRA. SUZETE BRAGAGNOLO – Romualdo, o médico?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu tenho o nome dele. Era médico oftalmologista. E fazia parte o Laércio, filho bastardo da união do delegado Fleury com uma dançarina de São Paulo, fazia parte... tinha uns quantos que faziam parte de... Por exemplo, o Carteira Preta, o César, que participou da investigação do Brizola, ele não era parte do Sigma, era do DOPS, mas ele fez operações dentro do território uruguai. Tem uma lista muito extensa de pessoas que fizeram parte do

Sigma e também fizeram parte do DOPS ao mesmo tempo. Eram agentes do DOPS e eram agentes do Sigma.

A SRA. SUZETE BRAGAGNOLO – Satisfeita. Muito obrigada, senhor.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu que agradeço.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Mario, esses são os livros que te tiraram, são esses três ou tem mais?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – São sete volumes.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Tá. Então, eu queria ver contigo, porque nós vamos atrás dessas coisas que pegaram de ti. Me diz se falta mais, porque nós vamos atrás e vamos...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Faltam mais dois livros. Eu tenho dois e mais três, que são cinco, e faltam dois que estão com eles.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Eu só queria ver contigo se são esses que faltam e estou encaminhando com a direção para nós te devolvermos isso aí. Nós vamos te devolver isso aí.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Se isso acontecesse, eu vou ver uma grande mudança na situação.

A SRA. PARTICIPANTE – (manifestação longe do microfone)

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Esses são cópias dos que...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Esses aqui não são bem iguais. Por exemplo, um que fala sobre os diálogos do presidente exilado. Esse é somente o que ele falava com o Maneco, ou falava com o Penoccio Perrozio, com outro piloto. Então, um livro fala dos diálogos. O outro livro fala da Operação Escorpião, que é um livro diferente desses livros. É um agente que conta uma história com 18 anos e um agente que conta a mesma história já preso, já não é mais o agente, é outra pessoa que está no presídio. Então, o capítulo conta o que acontecia, o que pensava aquele agente com relação ao conspirado João Goulart. Depois de tantos anos, ele (ininteligível) uma análise diferente daquela.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Mario, os dois livros, então, que faltam, porque aí amanhã nós vamos te devolver todos eles.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – *Diálogo de um Presidente Exilado, Operação Escorpião.* São os únicos que estão faltando. *Diálogo de um Presidente Exilado* eu quero dar para a família de João Goulart. Tem muita coisa aí que são particulares do Jango, e eu acho que teria que ver dona Maria Thereza, se ela discorda de alguma coisa, porque fala da Eva Deleón.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Então podemos fazer isso? Amanhã nós te devolvemos todos os que faltam, pode ser? Porque amanhã nós retornamos e te devolvemos todos.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu posso dar para esta comissão uma cópia digitalizada desses livros através do *e-mail*, se quiserem.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Está. Eu vou repassar agora...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Porque ainda tem xerox se fosse navegar. Cambia pelo *e-mail*...

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Está. E nos comprometemos assim, então: amanhã nós te devolvemos todos e vamos atrás desses outros dois que estão faltando. Pode ser?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Pensei que já nem ia recuperar mais nada, né. Assim que já um grande lucro.

A SRA. MARI CARMEN RIAL GERPE – O senhor teria que emprestar então os dois que estão no seu poder pra gente compor os cinco. E depois lhe devolvemos.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Sim. Eu entrego tudo. Agora, autoridade..., eu nunca fui contra autoridade. Eu era uma autoridade e eu sou respeitador (ininteligível) Somente que a prepotência, aquilo *cala a boca*, não precisa, não te dão...

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Então, amanhã (ininteligível)

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu lhe dou..., tem o índice onomástico. Tem mil pessoas que tinham contato com João Goulart. Mil pessoas estão nomeadas no índice onomástico. Fulano quem era? Era secretário. Fulano? Era tal coisa.

A SRA. MARI CARMEN RIAL GERPE – Sr. Neira Barreiro, o senhor vai emprestar também a fita?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – A fita eu não sei se vou recuperar, doutora, mas eu vou tentar.

A SRA. MARI CARMEN RIAL GERPE – Mas a fita que o senhor... A polícia não pegou a fita também esta semana? Devolveu para o senhor a fita ou está com eles ainda?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – A fita gravada?

A SRA. MARI CARMEN RIAL GERPE – Ahã.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Não, a fita gravada eu deixei na casa de uma pessoa aqui em Porto Alegre. Eu aluguei um cofre de segurança, botei as fitas e botei mais outras coisas: botei um colete balístico...

A SRA. MARI CARMEN RIAL GERPE – Que é o endereço em Gravataí?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Isso. Eu tinha um colete à prova de bala, me sentia ameaçado...

A SRA. MARI CARMEN RIAL GERPE – Mas eu estou falando da outra fita que estava com o senhor ainda esta semana. O senhor tinha uma fita original.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Não, mas sabe que isso não é uma fita, isso é a transcrição.

A SRA. MARI CARMEN RIAL GERPE – É papel, não é fita?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – É papel.

A SRA. MARI CARMEN RIAL GERPE – Mas o senhor colocou no *e-mail* que tinha uma fita.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Mas sabe por que, doutora, tem valor isso? Por que o léxico do presidente é inconfundível. O que falava a dona Maria Thereza, a Denise, o João Vicente, o Maneco, o Laquito, filho do Maneco, o Talarico... Olha, isso... palavras que eu nunca pude imaginar.

A SRA. MARI CARMEN RIAL GERPE – Mas, então, são dois livros que estão com o senhor ainda, a transcrição e

uma fita?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – É, um livro que é a transcrição literal de 40 horas...

A SRA. MARI CARMEN RIAL GERPE – Mas o senhor falou no *e-mail* que o senhor mandou esta semana que tinham pego seus livros e uma fita original. Então, isso quer dizer que a polícia está com a fita original ou o senhor está com a fita original.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Não, não. Não, aqui não permitem...; doutora, não permitem ter fita magnética aqui. Não, não. Não, eles pegaram...

A SRA. MARI CARMEN RIAL GERPE – Então, o senhor errou no *e-mail* quando falou no material que a polícia tinha pego do senhor.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eles pegaram o original do livro. Ou seja, *Diálogo de um Presidente Exilado* é um original do livro. Esses são cópias, estão digitalizadas, mas aquele outro não está digitalizado: eu fiz a transcrição e eu não tenho como digitalizar porque eles me tiraram computador, me tiraram máquina de escrever. Então, aquilo tem um valor incalculável porque, se eu perco, não tem como reaver. É um original das fitas, mas não é uma fita magnética.

A SRA. MARI CARMEN RIAL GERPE –
(manifestação longe do microfone)

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Vou dar tudo para esta comissão mergulhar ali, buscar e continuar..., nomes, pessoas.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Mario, eu quero te agradecer muito em nome da minha família; agradecer pela colaboração que tu estás dando...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu peço que me desculpe qualquer coisa, eu também não estou muito bem, estou abalado, né...

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Eu é que te peço desculpas também.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – ... É que o senhor me pressiona de um jeito que, né, aí eu me sinto meio como na delegacia de polícia. Desculpe.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Mario, em nome da minha família eu te agradeço demais por toda a colaboração que tu estás prestando.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Nesse livro que você vai recuperar, você vai encontrar algumas coisas de seu avô que você vai dar risada, coisas que para outros são terríveis, inconcebíveis de um presidente falar. Mas você vai gostar.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Eu te agradeço.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – A família... (ininteligível) *pode dizer?* Isso foi mesmo o que eu falei. Até dona Maria Thereza..., dona Maria Thereza está na gravação, sabe o que está fazendo? Está cantando uma canção de um tal Leonardo Fabio. Nós monitoramos dona Maria Thereza. É horrível como canta dona Maria Thereza. (risos) Mas eu, quando conheci a Maria Thereza, meu queixo caiu. Na Rua Gorlero, eu conheci Maria Thereza...

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Era bonita, né?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Meu Deus do céu! Áí que eu comprehendi porque Goulart tomava tantas, digamos, maus..., raivas..., ele era tão ciumento. Era uma mulher tão linda, tão linda! (risos) Ela ia caminhando por Gorlero e eu fiquei, assim, me babando. Puxa, uma mulher bem mais velha do que eu, mas era linda. Eu escutava Maria Thereza e dava risada. Eu dava risada. E o João Goulart gostava de tudo o que eu gostava. O João Goulart gostava de uísque, gostava de ver umas mulheres dançando na noite. Ele era um craque. O João Goulart era várias pessoas, ficavam todas dentro de uma mesma pessoa. Então, eu via um João Goulart que era um, era uma pessoa diferente depois...

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Eu vou te trazer uns livros novos; ainda vou te presentear, tá?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – ... Ele era uma pessoa que foi muito feliz porque ele tinha duas mulheres lindas. Quando a Maria Thereza brigava com ele, ele tinha a Eva, que era linda, linda, linda. (risos)

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Mario, para concluir, eu quero te agradecer. Foi muito importante o teu depoimento.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Me desculpe alguma coisa.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Não, tudo bem.

Mario, tu reconheces isto aqui, são os teus livros. Estão guardados, estão em boas mãos. E o material que tu tens tu disponibilizas para tirarmos uma cópia? É possível isso?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu vou tentar recuperar uma fita que está nas mãos de uns bandidos que foram pegar minhas pistolas (ininteligível) e ficaram com tudo. Eu acho que consigo ainda recuperar essa fita, só que eu não posso pedir para vocês hoje pegar a fita porque eu não tenho (ininteligível).

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Não, está bem. Mas o material manuscrito tu tens como nos ceder pra gente tirar uma cópia.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – E vou lhe dar até uma gravação que tenho no *e-mail*, falando com o Foz Diaz. Foz Diaz era amigo do Jango...

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Sim.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – ... e a dona Maria Thereza e o João Vicente não foram muito gratos com ele. Achavam que ele era um traidor, tinham raiva do Foz Diaz. Eu falei com o Foz Diaz para saber do último segredo de Jango. Eu falei por telefone. Digo: *Oh, seu Foz, você podia me... O que falaram no cinema Rex? O que foi aquilo 'se alguma coisa me acontece, vou saber o que tem que fazer Henrique, porque há um plano'*. Eu queria saber o que confiou o João Goulart para o Foz Diaz. E o Foz Diaz disse que era uma coisa que ele não podia dizer. Mas o Foz Diaz era amigo de João Goulart, e a família..., ele foi morto. A mim não me convence.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – E o que o Foz disse disso?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ah, o Foz Diaz disse que havia um plano de conspiração que tinha fins de lucro financeiro. Isso era o que o Goulart pensava, né.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Está bom. Mario, muito obrigado. O pessoal amanhã retorna e conversa contigo.

Quero agradecer a presença de todos, especialmente ao Christopher, ao Jair Krischke, ao pessoal da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Fermino, a Mari, a Vera. Agradeço ao Javier, ao Roger, ao Maurício, da Secretaria da Justiça, à Dra. Suzete. Agradecimentos à SUSEPE, à direção do presídio, a todos os que nos assessoraram, ao pessoal da Taquigrafia e do serviço de gravação. Vocês foram muito eficientes nos ajudando.

Declaro encerrados os trabalhos da presente reunião.

REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO DATA DE 18 DE JUNHO DE 2008

Depoimento do perito médico-legal Manoel Constant Neto acerca dos aspectos técnicos da autópsia e esclarecimentos quanto à possibilidade de ser encontrado algum indício do envenenamento na ossada restante do presidente Jango.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Agradeço pela presença de todos.

Quero registrar a presença na mesa dos trabalhos do nosso convidado especial, Dr. Manoel Constant Neto, médico-legista do Departamento Médico-Legal do Estado do Rio Grande do Sul. Agradecemos por sua presença aqui conosco.

Quero saudar e cumprimentar Jair Krischke, representante do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, que tem sido sempre nosso parceiro, nosso companheiro, tem nos ajudado incansavelmente ao longo das atividades da nossa

subcomissão, criada para ajudar a investigar as circunstâncias da morte do ex-presidente João Goulart.

Saúdo também a Christopher Goulart, do Instituto João Goulart, que tem sido nosso parceiro ao longo desse trabalho.

E saúdo, finalmente, o nosso sempre deputado Ney Ortiz Borges, pessoa da mais alta importância que acompanhou todos os acontecimentos que fizeram história e que são objeto desta subcomissão. Foi companheiro do saudoso companheiro Jango, foi deputado estadual, deputado federal, líder no Congresso Nacional do governo João Goulart e nos dá aqui a honra da sua presença.

Agradeço também a Carlos Alberto de Ré, vinculado aos movimentos de justiça e direitos humanos; a Erber de Oliveira; a Silvano Saragossa; ao Dr. Rômulo João Silvestre; enfim, a todas as pessoas aqui presentes.

Aqui presentes também, representantes da imprensa, entre os quais a TV Ulbra e o *Correio do Povo* fazendo a cobertura desta audiência.

A nossa subcomissão foi aprovada na Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa no dia 20 de fevereiro deste ano. Hoje completamos os 120 dias regulamentares das nossas atividades e, ao longo desse tempo, realizamos diversas audiências públicas. A primeira ocorreu no dia 26 de fevereiro, com a participação do Christopher, do Instituto João Goulart, que registrou aqui o seu depoimento.

Depois ouvimos João Vicente Goulart, filho do ex-presidente Jango, que fez aqui também o seu depoimento.

Após, encaminhamos à Dra. Suzete Bragagnolo, do Ministério Público Federal, todos os documentos a nós entregues.

Recebemos aqui também dois uruguaios, o advogado Javier Bove e o jornalista Roger Rodrigues, que também falaram sobre a Operação Condor e sobre a participação do Carlos Milles, que é acusado de ser o médico responsável pela manipulação do composto químico que levou à morte o presidente Jango. Estivemos com o secretário José Francisco Mallmann para pedir providências e estivemos na PASC para ouvir o testemunho de Mário Neira Barreiro, já que foi a partir da sua manifestação em entrevistas concedidas a órgãos da imprensa nacional que se reabriu essa discussão toda a respeito das circunstâncias obscuras da morte do presidente Jango.

Hoje estamos aqui para participar desta audiência, que é a última dentro do nosso prazo de 120 dias. Evidentemente o assunto não se esgotará aqui, mas continuará sendo tema do nosso dia-a-dia na busca do esclarecimento de fatos históricos do nosso País.

Nesta nossa última audiência, convidamos para prestar o seu depoimento o perito médico-legal Manoel Constant Neto, que falará acerca dos aspectos técnicos da autópsia e responderá a perguntas que esta subcomissão já lhe encaminhou por escrito, principalmente quanto à possibilidade de ser encontrado algum indício do envenenamento na ossada restante do presidente Jango, falecido há 32 anos.

Assim, já encaminhamos à direção do Departamento Médico-Legal – à Dra. Débora Vargas Lima – uma série de questionamentos que lerei rapidamente para que, após, possamos ouvir o Dr. Manoel. Perguntamos: *Na exumação do corpo do presidente João Goulart, decorridos 32 anos após sua morte, quais os indícios técnicos, científicos e substâncias químicas ingeridas que poderiam ser identificados como 'causa mortis'?*

b) A ciência forense tem condições de identificar substâncias químicas como Mamlono-nitrile, CN-CS, Clorofórmio, Ortoclorobenzol, Neutrox, Digitalix, Efortil, Cafeína, Nifedil, Escopolamina e Sulfato de Atropina em cadáver humano após 32 anos da morte?

c) Faz sentido a afirmativa de que três substâncias químicas misturadas possam causar efeitos distintos ao mesmo tempo, no organismo humano, como aumentar os batimentos cardíacos, diminuir o tamanho dos vasos sanguíneos e causar aumento da densidade do sangue?

d) Com relação à exumação e em relação às substâncias químicas aplicadas a seres humanos que provocam a morte quase instantânea e passíveis de serem usadas na década de 70, quais procedimentos deveriam ser priorizados para evitar-se a perda dessas provas?

e) Quais sugestões poderiam ser indicadas pelo técnico como melhor caminho para tentativa de elucidar-se uma possível morte ocorrida por substância química, transcorridos 32 anos da morte?

f) Em caso de pacientes cardíacos que já foram enfartados, a aplicação de substâncias químicas associadas ou isoladamente aplicadas como ANY e CK, CICN, KCN – Cianeto de Potássio – Cianureto –, KCL – Cloreto de Potássio –,

Digitalina, em quais quantidades desencadeariam sintomas de um enfarto, e o gás Sarin, na forma líquida, diluído na água potável, após 32 anos, ainda seria possível encontrar traços dessas substâncias num cadáver humano?

Então, essas foram as questões encaminhadas ao Departamento Médico Legal, cujas respostas nós aguardamos que nos sejam encaminhadas pelo representante do nosso DML nesta audiência e nesta subcomissão, o Dr. Manoel Constant Vargas Neto.

Então, dito isso a título de introdução, agora passo a palavra ao Dr. Manoel para que ele use do microfone e faça aqui a sua manifestação, que esperamos, possa nos ajudar na busca do esclarecimento das circunstâncias da morte do presidente, que é a finalidade última desta nossa subcomissão. Agradecendo pela sua presença, passo a palavra ao Dr. Manoel.

O SR. MANOEL CONSTANT NETO – Muito obrigado.

Boatarde a todos.

Homenageando o relator desta comissão, saúdo a todos os presentes aqui.

Eu necessito dar algumas declarações iniciais do ponto de vista técnico oficial, e a primeira e talvez a mais importante delas é que eu estou aqui como representante do Departamento Médico Legal do Instituto-Geral de Perícias da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Então, é uma representação oficial. Não estou aqui só como convidado, não é o Manoel médico que está aqui. É o médico legista do Estado. Isso pode parecer simples, mas é uma colocação importante.

Nós analisamos a documentação, os quesitos que nos foram enviados e a resposta eu vou lhe entregar por escrito em forma de ofício, que a Dra. Débora tomou ciência e pediu que eu entregasse, e que já está protocolado junto a sua assessoria, de forma que facilite o relato da investigação.

Antes de entrarmos especificamente nas perguntas, há alguns esclarecimentos que podem ajudar a entender a maneira como fizemos as respostas.

Quando vamos fazer uma perícia, nós necessitamos ter algo a ser examinado. Sempre que nós temos que nos manifestar em relação a uma situação hipotética ou a um cenário em tese isso por definição não é uma perícia, isso por definição não é um laudo pericial. É importante que fique claro aqui. Por quê? Porque neste momento as informações que nós estamos prestando, que os senhores vão ouvir logo a frente

são, na verdade, informações genéricas a partir de colocações genéricas, e é o que podemos dizer no momento. O laudo pericial diferentemente é um laudo executado a partir de um exame de, pode ser um objeto, pode ser um vestígio biológico, pode ser um cadáver, pode ser uma exumação, e também essa diferenciação é importante.

Muito bem, passamos um pouco mais adiante, em relação à técnica, ao que acontece, a como se procede uma investigação médico-legal e, mais especificamente, no que diz respeito a uma *causa mortis* de um ser humano que já faleceu há bastante tempo.

O cenário de investigação, o cenário da suspeita das *causas mortis* sempre é importante na investigação da morte de uma pessoa, mesmo que ela tenha ocorrido há poucas horas ou há poucos minutos e que o cadáver chegue ainda em bom estado de conservação ao necrotério do Departamento Médico Legal.

Mas, a bem da verdade, é importante que fique claro que, quanto mais tempo decorrer entre a morte e o início da investigação – e isso, via de regra, é uma coisa não só da perícia, mas das investigações de uma maneira geral, e acredito que os senhores tenham sentido essa dificuldade face aos anos todos que se passaram –, os aspectos técnicos vão ficando mais difíceis de serem elucidados. Ou seja, o que estou querendo dizer com isso é que quanto mais informações acerca do cenário chegam às pessoas que estão fazendo a investigação na parte técnica, mais chances elas terão de responder adequadamente às demandas. Esse é um fato também importante.

Uma exumação pode, em geral – não estou falando do caso específico –, elucidar ou não o que dela se espera. E pode, ainda, acontecer uma situação de meio-termo: uma elucidação parcial.

Isso se deve a uma infinidade de fatores, entre eles o relativo ao estado de conservação do corpo a ser examinado. Podem influir, também, o objeto, a necessidade ou o motivo da exumação e outros fatores vários como substâncias e o local em que foi enterrado o corpo. O local em que se encontra sepultado pode interferir diretamente no estado de conservação do cadáver.

Uma situação na qual o tipo da perícia, da necessidade da Justiça ou da autoridade requisitante “facilita” – entre aspas – bastante o trabalho da exumação é aquela em que o que vai

ser procurado é um projétil de arma de fogo que, se acredita, tenha ficado no cadáver pelo fato de uma perícia anterior estar sendo questionado ou, ainda, de uma perícia anterior não ter sido realizada, sendo que houve o relato de que esse indivíduo teria morrido com um tiro.

Essa é uma perícia que – assumindo que não tenha havido interferências ilícitas no corpo, no cadáver, na sepultura –, via-de-regra terá muito mais chance de responder se o projétil estava lá ou não. Ela terá mais chances de apresentar uma resposta do que aquela perícia, por exemplo, na qual for perguntado, cinco ou 10 anos depois, se o indivíduo morreu de infecção respiratória; se ele entrou num hospital, sendo que se julga que esse estabelecimento, talvez, não o tenha atendido adequadamente.

É importante que os senhores tenham essa idéia porque a perícia, a exumação, o ato de exumar é o mesmo para ambos os casos. Entretanto, os contextos são completamente diferentes, e a capacidade técnica que teríamos para atuar num caso e no outro também são completamente diferentes.

Evoluindo um pouco mais em relação à exumação e tentando ir um pouco mais para o lado de substâncias químicas – porque esse foi bastante o foco dos questionamentos encaminhados à Secretaria de Segurança do Estado – por óbvio se imagina que a característica das próprias substâncias interfere bastante no que se possa ou não encontrar.

Existem algumas características das substâncias. A meia vida é uma delas, e seria o quanto ela sobrevive no meio, no corpo e, às vezes, na maneira de detecção e na técnica de detecção.

Se por um lado isso nos coloca limitações, de novo aqui fica muito clara a importância do caso específico. Existem substâncias que, do ponto de vista teórico, se formos a um livro, normalmente são consideradas como não sendo passíveis de detecção como causa de morte.

Um exemplo histórico da Medicina Legal é a insulina. Muitas vezes as pessoas costumam dizer que a insulina é uma substância em que, se alguém morrer por uma dose aumentada, não se consegue fazer a detecção, dependendo do tempo em que isso acontecer.

Existe o relato de um caso nos Estados Unidos, na primeira metade do século XX, em que conseguiram elucidar um crime – se não me engano, foram crimes em série – no

qual o indivíduo estava utilizando insulina. Se ainda existe dificuldades para se lidar com essa substância hoje, os senhores imaginem na época.

O que aconteceu? A partir do momento em que houve a suspeita da substância, o legista que estava responsável pela situação conseguiu imaginar uma maneira de fazer o teste da presença dessa substância em restos teciduais. Ele logrou êxito, conseguiu comprovar. Conseguiu fazer a comprovação. Isso foi aceito do ponto de vista da metodologia científica.

Por que estou comentando isso para os senhores? Vai ficar mais claro na resposta às perguntas. Porque também não seria, genericamente falando, uma resposta simplista, correta, minha, dizer que a meia vida das substâncias é o fator único que as impede de serem observadas. De novo o estado de conservação do cadáver a ser examinado é um fato importante.

A próxima pergunta lógica poderia ser: passados 32 anos, qual seria o estado de conservação do cadáver? O estado de conservação do cadáver também é variável. Ele também pode ser afetado pelo local da sepultura, pela maneira como foi sepultado, eventualmente por algum procedimento que tenha sido feito no cadáver antes.

Para citar coisas bastante simples, antigas e anteriores à nossa época, temos as múmias egípcias, aí, com um grau de conservação muito maior do que seria de se esperar, passada essa quantidade toda de anos em que ficaram lá até serem encontradas.

Da mesma forma, isso acontece com cadáveres quando vimos a exumação. Muitas vezes encontramos cadáveres que estão resumidos à ossada, e muitas vezes encontramos outros sepultados há bastante tempo e nos quais ainda existem o que chamamos de partes moles do organismo.

Por parte mole, entendam principalmente o que não for osso. E isso às vezes acontece após muitos anos. Em uma sepultura exposta ao sol, num terreno seco, a maneira como se comporta o processo de decomposição natural do ser humano é completamente diferente daquele que ocorre em uma sepultura à sombra, em local úmido.

O próprio caixão, o acesso a larvas necrofágicas, se a pessoa já estava com um quadro infeccioso em andamento ou não, tudo isso influencia no estado em que o cadáver vai estar quando for aberto o ataúde ou caixão.

Especificamente no caso em questão, desconheço maneira de se dizer com precisão o que esperamos encontrar,

ou seja, como, realmente, pode estar o corpo do ex-presidente João Goulart numa eventual investigação judicial.

Dito isso, gostaria de passar às perguntas efetuadas. Se houver alguma dificuldade de entendimento, por favor me interrompam.

A primeira trata da exumação e indaga: em relação à exumação do corpo do presidente João Goulart, decorridos 32 anos após a sua morte, que indícios técnicos científicos de substâncias químicas ingeridas poderiam ser identificados como *causa mortis*?

Como comentei, isso depende basicamente do estado em que se encontra o corpo do ex-presidente e também da característica dos elementos químicos que se imagina devam ser pesquisados. No que diz respeito às condições da (ininteligível) forense em relação às substâncias que foram listadas na pergunta B, como (ininteligível) nitrilii(?), ICN(?), ICS(?), cloroformo, ortocloro benzol, neutrox, (ininteligível), efortil, cafeína, nifedin, scopolamina, sulfato de atropina, algumas coisas precisam ser ditas.

A primeira delas – e mais importante – é a de que essas substâncias estão sujeitas a mesma regra geral: preciso saber como está o cadáver, o que só podemos saber se a exumação for realizada. Não há como sabermos, antes, em que estado está esse cadáver; não há como fazermos uma previsão e, com base nela, tomarmos qualquer decisão.

Embora essa possa ser uma decisão da autoridade competente na investigação, ela não cabe ao perito. Ao perito cabe a informação clara, o que só pode ocorrer se soubermos como que está o corpo.

Poderia ser questionado se algumas substâncias de meia-vida muito curta não podem ser descartadas de antemão, razão pela qual citei o exemplo da insulina. Via de regra, talvez sim; seriam as respostas clássicas, seria a investigação clássica. Entretanto, não me sentiria confortável ao responder em tese, sem realmente conhecer a realidade do fato, tendo em vista que o que se está fazendo é levantar possibilidades de um processo investigativo.

Eu não estaria sendo correto se dissesse que não com absoluta certeza. A insulina é um exemplo disso, embora deva deixar bem claro que há uma série de substâncias que, 32 anos depois, podem ser bastante difíceis de detectarem.

Outro ponto em relação à pergunta B diz respeito à nomenclatura dessas substâncias. Algumas das nomenclaturas

elencadas no quesito não encontram correspondência nas substâncias químicas conhecidas através de literatura. Sobre algumas delas até podemos fazer uma inferência no sentido de que talvez seja a substância X ou a substância Y. Só que, novamente, como técnicos, como peritos, não podem trabalhar e responder com base numa suposição.

O que pode ter acontecido, se essas informações são oriundas de depoimentos, é o depoente, não sendo técnico, ter dado o nome aproximado da substância, ou algum cenário semelhante. Esse fato leva a uma dificuldade maior, que é a de antemão sabermos responder exatamente o que está acontecendo.

Os senhores podem imaginar que eventualmente posso responder que não ou que sim a uma determinada substância. Mas, como já estamos vendo aqui, algumas delas não constam. Portanto, nada impede que uma das outras que estão ali não seja exatamente a substância que o depoente está realmente querendo dizer.

A repercussão aparecerá na resposta a uma pergunta posterior que vem na lista logo à frente.

Em relação à pergunta C, o questionamento é o seguinte: faz sentido a afirmativa de que três substâncias químicas misturadas possam causar efeitos distintos ao mesmo tempo no organismo humano, como aumentar os batimentos cardíacos, diminuir o tamanho dos vasos sanguíneos e causar aumento da densidade do sangue?

Sim, essa colocação isolada faz sentido. Uma substância ou combinação de substâncias podem simultaneamente acelerar o coração, aumentar a freqüência cardíaca, causar vaso constrição – que seria diminuir o diâmetro dos vasos sanguíneos.

Estou considerando, nessa resposta, as artérias coronárias, ou seja, os vasos sanguíneos que irrigam o coração. Elas são muito importantes para que o coração consiga funcionar de maneira adequada.

Então, estou incluindo essas artérias nessa hipótese de vaso constrição, que foi colocado o quesito. E associado a isso, aumentarmos a viscosidade do sangue – que imagino que se tenha tentado com a palavra densidade –, o que vai causar?

Isso vai causar um aumento no esforço que exijo do coração para trabalhar. Isso é ponto pacífico.

A próxima pergunta lógica seria: Qual a consequência desse aumento de esforço? Isso vai ser variável de indivíduo

para indivíduo e, dependendo da magnitude desses efeitos, em cada indivíduo. E também não há uma resposta única que possa ser dada a todos os casos, mas, se ela faz sentido. Se os senhores me perguntarem se faz sentido, se quisermos criar um problema cardíaco, faz sentido essa combinação de fatores? Faz. É uma combinação de fatores que, se conseguida, se lograda, ela vai exigir um aumento da demanda do coração.

Agora, se os senhores de novo me perguntarem qual o resultado do aumento dessa demanda do coração, eu preciso saber de qual coração, como estava esse coração e qual era o cenário. É uma resposta afirmativa para o mecanismo, de que ele faz sentido, mas ela não consegue dizer o que aconteceria em todos os casos, porque ela depende de outros fatores.

O próximo questionamento diz: Quanto à exumação em relação a substâncias químicas aplicadas a seres humanos, que provocam a morte quase instantânea, – em poucos minutos – e, possíveis de serem usadas, na década de 70. Quais procedimentos deveriam ser priorizados para evitar-se a perda dessas provas?

Os senhores imaginem que a lista dessas substâncias elencadas como morte quase instantânea, em poucos minutos, na década de 70, é uma lista talvez até não factível de se atingir com correção o número exato de substâncias que podem causar isso. Mas, o cerne da pergunta, que é a priorização da prova, o que poderia ser feito no caso de uma investigação para que essas provas sejam preservadas, seria basicamente a partir do momento da decisão da realização dessa exumação. Que essa exumação fosse feita desde o seu início, onde o cadáver se encontra, onde o objeto da exumação se encontra, através de pessoal especializado. Que esse pessoal especializado tivesse o controle desse procedimento junto com a autoridade competente desde o início.

Então, com exumação, abertura do túmulo, o transporte, o recolhimento, o acondicionamento adequado de um material que eventualmente as pessoas que estiverem lá julguem que é pertinente, que eventualmente esteja próximo ao ataúde, terra, restos vegetais. Enfim, depende do cenário que se vai encontrar, também do transporte adequado para o local onde vai ser feito esse exame.

Sem que nós tenhamos uma informação mais específica e respondendo como técnico geral de investigação pericial, esses talvez sejam os cuidados mais importantes na execução

de uma exumação no cenário hipotético que nós estamos considerando.

Eu não consideraria o cenário ideal que fosse apresentado, por exemplo, já direto no necrotério do departamento Médico Legal – hipoteticamente –, o ataúde. O correto seria que isso fosse feito desde o início com acompanhamento técnico especializado, principalmente tendo em vista o tempo que decorreu: 32 anos.

No que diz respeito à pergunta de letra *e*, que, talvez, no meu entender, seja uma das mais importantes, onde literalmente se pergunta: Quais as sugestões que poderiam ser indicadas pelo técnico como melhor caminho para a tentativa de elucidar se uma possível morte ocorrida por substância química, transcorridos 32 anos desse óbito, dessa morte?

Eu tenho pouca dúvida, ou nenhuma dúvida de que o correto conhecimento do cenário de onde partiram as suspeitas, no que diz respeito à causa morte, ao mecanismo de causa morte, talvez seja uma das coisas mais importantes onde nós possamos contribuir.

Isso por quê? Porque é diferente nós recebermos uma informação de um indivíduo, que já foi ouvida por alguém, por mais experiência que essa pessoa tenha, e que chegue a nós. Pode eventualmente alguma coisa no meio, não é nem ter-se perdido, o que pode eventualmente acontecer é durante um depoimento, onde o depoente começa a falar em assuntos técnicos, em substâncias, uma série de informações que podem ser tiradas dali com questionamentos que, se pergunta: Bom, o senhor já usou o senhor já fez? O que o senhor viu? O que o senhor não viu?

Isso nós dá, muitas vezes, informações que permitem abrir ou fechar o espectro da investigação, o que, os senhores imaginem, pode auxiliar de forma bastante contundente o resultado final de onde se quer chegar com isso.

Então, na nossa maneira de entender, realmente, esse cenário, o conhecimento de onde partiu, como, da onde foi, o que ele quis dizer com ANY? Isso é diferente, se nós tivermos a chance de tentar isso, ou se nós temos de trabalhar simplesmente com a hipótese do ANY ou de uma outra substância que vier a ser identificada aqui como ZTH.

Se alguém me disser assim: a ZTH. Eu vou responder: Não conheço a substância. E, no entanto, talvez, argüindo o indivíduo, pode ser que consigamos entender o que ele está dizendo, ou mesmo até não saber uma substância, mas

entender o mecanismo. E aí nós podemos criar a suspeita das substâncias ou alguma coisa do gênero.

O que eu estou querendo dizer para os senhores é que 32 anos passado, ou um tempo largo passado, é uma dificuldade bastante grande e se torna mais importante ainda a correta análise técnica do cenário antes que se pense em fazer a exumação. Por quê?

Porque, eventualmente – eu estou imaginando coisas –, se chega a uma conclusão, a autoridade competente chega a uma conclusão que determinada substância, cuja detecção depende de coleta especial do material, é uma das substâncias suspeitas, eu já tenho que chegar na exumação sabendo disso. Eu não posso, depois, no meio da exumação ou no final da exumação, essa substância aparecer, porque eventualmente é uma substância que dependia de um cuidado especial lá na abertura do túmulo. É uma hipótese que eu estou criando, para ilustração do que eu estou querendo dizer, ou responder a essa pergunta.

O último questionamento, que é o de letra *f*, nos pergunta: Se, em caso de pacientes cardíacos que já foram enfartados, a aplicação de substâncias químicas associadas ou isoladamente, como ANY, CK, CICN, KCN, KCL, digitalina, em quais quantidades elas desencadeariam sintomas de um enfarto? E os gás Sarin, na forma líquida, diluído em água potável, após 32 anos, ainda seria possível encontrar traços dessas substâncias no cadáver humano?

O que acontece? Existem diferentes graus de doença cardíaca, bem como diferentes consequências que essas doenças cardíacas podem ter nas pessoas. Isso, associado ao que nós já havíamos comentado antes da característica das substâncias, diz claramente, deputado, que uma mesma dose de substância, aplicada em dois indivíduos diferentes, pode ter resultados diferentes.

Existem doses que, na média dos seres humanos, nós sabemos que são doses que teriam o mesmo resultado em todos os seres humanos. Mas isso também não é uma coisa que eu possa assumir do ponto de vista pericial. Eu não posso assumir de antemão, do ponto de vista pericial, que – para responder à pergunta – nós estariamos trabalhando com essas doses. Então, a resposta técnica correta é que a mesma dose de substâncias, em diferentes indivíduos, pode ter resultados diferentes.

De novo, nós voltamos à necessidade de uma adequada avaliação técnica do cenário, ainda que hipotético, que se esteja trabalhando.

Em relação ao gás Sarin, que foi a substância questionada em 2000, trata-se de uma substância que tem como uma das características terem uma meia vida muito longa. E existe relato na literatura de detecção dessa substância muito tempo depois, nem em cadáveres humanos, mas livre ao ambiente.

Um dos relatos que existem – não sabe se o Dr. Jair recorda disso, quando estivemos em Brasília, em 2000 – é sobre resquícios de gás Sarin num metal de um artefato bélico utilizado numa montanha curda no Iraque. Anos, muitos anos depois do uso dele. E foi um material que ficou exposto ao ambiente.

Então, é um exemplo de uma situação específica que eventualmente pode permitir uma detecção, se houver realmente tido o seu uso.

Muitas vezes, uma substância é ou não detectada também, um tempo x depois, dependendo da maneira como ela foi administrada e, de novo, aquilo que eu comentei antes: dependendo do estado em que se encontra um material a ser examinado, no caso, o material humano a ser examinado.

Esses são os esclarecimentos possíveis, na melhor correção, sem que nós, técnicos, começemos a fazer ilações. É até onde nós podemos ir com isso que nós temos aqui. Porque, de novo – o que eu disse no início e repito agora –, isso não é uma perícia, isso não é um laudo pericial, isso é uma resposta à uma consulta feita pelo Poder Legislativo em relação a um assunto técnico. E essas respostas, embora saibamos que estão vinculadas a um caso, a um indivíduo específico, são respostas genéricas, e que, no caso de haver uma investigação com interesse judicial, elas podem, devido a particularidades que eventualmente se encontrem no caso, sofrer alterações.

Basicamente era isso, deputado. Não sei se lhe é de algum auxílio.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Muito bem, Dr. Manoel. Agradeço as suas devidas explicações, atendendo à nossa solicitação e aos questionamentos que lhe foram encaminhados.

Penso que o depoimento é muito importante, muito responsável, bastante consubstanciado e nos traz elementos importantes para esclarecer essa dúvida que sempre pairou: se

restaria alguma possibilidade, uma perspectiva de encontrar algum vestígio de alguma substância química nos restos mortais do presidente Jango, 32 anos após seu falecimento.

Foi importante o que o senhor nos trouxe, dizendo que isso depende muito do ambiente, do estado de conservação e de uma série de outras questões da substância que eventualmente tenha sido utilizada. Mas nos permite inferir que, dependendo desses fatores todos, é possível ainda assim encontrar talvez alguma coisa que possa nos dar algum indício de comprovação diante de todos esses fatos, esses elementos, depoimentos, que pudemos colher ao longo desses quatro meses e que vem se somar a tantos outros que foram colhidos ao longo dos anos em outras subcomissões no Congresso Nacional, aqui na própria Assembléia Legislativa e que fazem parte desse elenco todo de fatos e circunstâncias que nos deixam sempre com esta dúvida e com esta convicção também cada vez mais forte de que o presidente Jango foi vítima de um atentado e que sua morte não foi uma morte natural e que fez parte daquela famigerada ação das forças repressivas aqui no cone sul naquela época da Operação Condor.

É claro que não foi isso que V. Exa. disse aqui, mas por minha conta e risco estou fazendo esta ilação.

Concedo a palavra ao Sr. Jair Krischke, nosso companheiro de tantas lutas pela justiça e pelos direitos humanos aqui na nossa América Latina.

O SR. JAIR KRISCHKE – Muito obrigado, deputado.

Quero cumprimentar o Dr. Manoel Constant Neto pela seriedade com que aborda o tema que nos dá a segurança de que é preciso investigar mais.

As informações que temos até agora são bastante ténues e este aporte científico que nos dá um balizamento de que é preciso obter mais informações para até, se for o caso, se pensar mais uma ação. É preciso ter informações para poder buscar alguma coisa mais ou menos precisa.

Creio deputado Adroaldo Loureiro, que foi provavelmente um dos mais importantes esse que nos faltava e quero também cumprimentar V. Exa. pela iniciativa porque penso que daquele evento na Câmara Federal, em 2000, no qual o Dr. Constant também esteve contribuindo com seu conhecimento para agora já evoluímos numa série de aspectos.

Acredito que alguns documentos que apareceram são importantes porque contextualizam o acontecimento. A morte do presidente João Goulart, suspeita por várias razões,

acontece num contexto no qual morre também Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda em um período muito curto de tempo, mas também na nossa América é assassinato Zilmar Miquelini, Gutiérrez Ruiz, dois grandes líderes uruguaios, Orlando Letelier, grande chanceler chileno é assassinado em Washington. Também o assassinato do ex-presidente da Bolívia Juan José Torres, enfim a nossa América estava vivendo um tempo difícil, 76. Jimmy Carter é eleito presidente dos Estados Unidos com um discurso de críticas as ditaduras da região e dizendo que no seu mandato privilegiaria os direitos humanos.

Para as ditaduras da região era absolutamente inconveniente que esses líderes políticos de grande destaque nos seus países pudessem, numa eventual transição, apresentarem-se e não tenho dúvida, chamou-me muito a atenção que o Christopher trouxe do SNI, aqueles três informes de julho, setembro e novembro: o presidente João Goulart está decidido a voltar ao Brasil. Isto era absolutamente inconveniente para a ditadura brasileira e esse documento confirma aquilo que se tinha de informações, mas é um documento do SNI: *O presidente pretende regressar ao Brasil.*

Isto é um aporte muitíssimo importante que não tínhamos em 2000, agora temos, e por isso quero felicitá-lo pela iniciativa e pelo esforço constante do Christopher que, como neto, tem levado a frente com muito ânimo a busca por algumas respostas.

Penso que o relatório final desta subcomissão será um apporte a mais neste processo investigativo. Felicito V. Exa. e a Casa pela iniciativa e estou à disposição para colaborar no elucidamento dessa parte da nossa história que digo que não é história recente é da nossa história presente, porque não sabemos o que aconteceu. Presente e pendente. Muito obrigado.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Quero em nome da família e do Instituto Presidente João Goulart, saudar mais uma vez a iniciativa de V. Exa. e cumprimentar o Dr. Constant também pelos dados e a maneira responsável que foi abordada essa matéria. Sentimos que realmente se faz importante, afinal de contas estamos investigando um atentado, provavelmente com fatos que indicam que seria um envenenamento ou através de composto químico.

Não sei exatamente o que seria mais correto se veneno ou composto químico. Enfim, mas realmente isso é um dos tantos já comprovados casos, e aí parto já para uma

contextualização do que ocorria na época. Tantos líderes que foram extermínados pelas repressões, presidentes, tantos que podem ser nominados. Muitos acreditam que é um absurdo, uma questão midiática, canto de ouvir isso, mas analisando as condições e a forma como a repressão agia e não somente no Brasil, digo na América Latina e eu e minha família entendemos que é perfeitamente ponderável, na verdade temos essa convicção que houve esse atentado por uma circunstância política, como bem falou nosso líder dos movimentos dos direitos humanos, porque o retorno do presidente João Goulart ao Brasil causaria um forte impacto pelo que representava a figura dele.

Ele mesmo representava a queda da democracia no País. Isso tem uma importância, uma relevância. O que representaria a figura dele.

Creio que esta subcomissão se diferencia das demais, porque coloca novas deliberações. Mesmo se encerrando hoje, pelo regimento, mas coloca novos horizontes a ser traçado. A família vai continuar com as medidas necessárias. Temos que ouvir urgentemente ouvir personagens ainda vivos, tais como agentes da CIA, através de medida judicial, sim. Existe a intervenção do Ministério Pùblico Federal, existe a iniciativa própria também do Instituto Presidente João Goulart, porque realmente temos que esgotar todas as vias possíveis para se pensar numa exumação.

No que foi dito nos deixa uma certa esperança porque em nenhum momento foi mencionado: *Não é possível depois de 32 anos, não se detectaria nada, não haveria nenhuma possibilidade*. O que descartaria essa questão da exumação.

Evidentemente é um trabalho difícil, mas creio que qualquer medida em busca da verdade, de uma elucidação de uma história digna, honrada de um presidente que honrou sua existência no mundo sempre com propósitos firmes, determinados e também um exemplo a ser analisado, a ser discutido, a ser estudado dentre a nossa realidade política que eu vou dizer, digo por mim, é lamentável, estamos cercados de exemplos que não nos acrescentam em nada. E venho dizendo isso reiteradamente e estudando circunstâncias da morte do meu avô. É uma maneira de trazer à tona um legado de alguém que honrou o seu nome e existência, não só como político e brasileiro, mas como cidadão.

Efetivamente, temos essa convicção – e aí, colocada e apontada muito bem pelo Dr. Jair –, pelas circunstâncias

políticas da América Latina, de que ele realmente foi assassinado. Vamos continuar com as deliberações necessárias em busca dessa verdade.

Então, agradeço-lhe, mais uma vez, por suas referências. Sei que podemos contar tanto com os seus conhecimentos, quanto com a direção do DML, com a certeza de que estamos realizando um trabalho muito importante para a sociedade, do ponto de vista histórico e também para o contexto atual. Portanto, não iremos cessar em nenhum momento.

Muito obrigado, doutor.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Obrigado, Christopher. Passo a palavra ao Sr. Nei Ortiz Borges, nosso sempre deputado. É uma honra poder ouvi-lo.

O SR. NEI ORTIZ BORGES – Quero fazer algumas pequenas considerações. Em primeiro lugar, os meus cumprimentos ao deputado Adroaldo Loureiro, pela iniciativa que tomou. Os senhores não podem imaginar a emoção que sinto. Conheci o Jango em 1945, numa pequena reunião, na Praça Parobé, no escritório de José Vecchio.

Dali em diante, mantive com ele sempre uma boa amizade, mas, sobretudo, mantive com ele um respeito, pela figura que ele era como um ente humano. Nunca vi nenhum administrador neste País que pudesse ser tão humanitário quanto João Goulart.

Depois, acompanhei a sua vida, ele deputado estadual, em 47, ele secretário de Justiça, do interior de Justiça do Rio Grande do Sul, ele deputado federal, ele ministro e ele presidente da República, no momento em que este humilde companheiro dos senhores tinha tido a glória de ter sido eleito e então era vice-líder e depois líder do seu governo na Câmara Federal.

De maneira, Adroaldo, que eu te agradeço pelo que estás fazendo. Desculpe-me a minha emoção, mas eu vejo o Jango como um irmão que tanto bem fez por este País e que foi deposto apenas porque queria mudar as estruturas econômicas, sociais e políticas do nosso querido Brasil. Apenas por isso ele foi deposto. Não foi por erros, porque erros, a meu ver, não tinha, mas foi exclusivamente porque queria transformar este País num outro País que, pelo menos, pudesse atender à população pobre que tanto sofria naquela época e que ainda continua sofrendo. De maneira que eu peço escusas pela minha emoção.

Mas eu quero fazer uma pergunta ao Dr. Manoel Constant. Eu sou um humilde advogado, que advogo desde 1950. Eu tive alguns casos que me deixaram em dúvida, na minha modesta atividade profissional e uma delas é a pergunta que lhe faço agora, Dr. Manoel, e antes dessa pergunta lhe cumprimentando pela maravilhosa exposição que o senhor fez, uma exposição científica que nos deixa até orgulhoso por ver uma pessoa tão jovem com conhecimentos tão profundos.

Eu lhe pergunto o seguinte: É quase certo que, se houver a exumação, pelo tempo decorrido, encontraremos talvez apenas os ossos mortais do presidente Jango. E eu lhe pergunto: Com esses, com esses, com esses ... dos ossos poderia ter havido a penetração da substância letal de tal maneira que ela pudesse ser encontrada nos ossos do presidente? Eu lhe pergunto.

O SR. MANOEL CONSTANT NETO – Eu agradeço as suas palavras, doutor, e de novo fico... não posso dizer eu fico angustiado porque que eu não poderia como perito, mas eu entendo a angústia dos senhores – vocês me permitem dizer essa palavra –, mas eu caio de novo numa resposta que, na verdade, talvez ela não seja confortável, mas é a resposta de verdade que eu posso dar no momento: continua dependendo de outros fatores.

E eu costumo dizer uma coisa, em ciência – eu sempre gostei muito de pesquisa, talvez por curioso – que quanto mais premissas nós mais assumimos, maior a chance de erro que nós temos, seja qual for a análise investigativa. Isso é uma coisa que eu trago muito comigo, seja como médico legista, seja como médico do ponto de vista assistencial. Quando eu tenho que trabalhar com diagnóstico, porque o diagnóstico, todo dia, no consultório, é uma investigação, e eu estou ciente que quanto mais premissas eu assumo, maior a minha chance de erro.

E nós temos uma premissa que seria premissa de que realmente são só ossos que nós encontrariam do presidente. Tem uma chance bastante razoável de ser isso, mas, eventualmente, pode não ser. E a outra parte muito fundamental da sua pergunta que interfere obviamente na minha resposta é depende da substância.

Eventualmente, eu poderia pensar numa série de substâncias e ainda eu pensando agora aqui numa série de substância, certamente, eu não teria condições, apesar do seu elogioso comentário em relação à minha capacidade, eu não

teria condições de fazer de cabeça todas as combinações possíveis de uma substância química que alguém criasse com o objetivo ilícito.

De novo coloco, mais uma vez, que eu acho que, se em determinado momento, houver o andamento de uma investigação por uma autoridade. Não sei o que seria o Ministério Público Federal, a Polícia Federal, a Polícia Civil, enfim, por uma autoridade e eu chamo autoridade agora – eu não estou descaracterizando a autoridade desta comissão, não é isso. É que pra nós, peritos, por lei – o senhor sabe isso muito melhor do que eu – por lei nós só podemos-nos manifestar frente a uma autoridade: presidente de inquérito policial, presidente de inquérito policial militar – e eventualmente, obviamente, por via judicial. Não é o mais comum; a nossa manifestação maior, em termos de freqüência, é pelo inquérito policial e depois disso através de um IPM, Inquérito Policial Militar. O terceiro é por ordem judicial. São as três vias de manifestação que o perito oficial, na área criminal, tem pra fazer.

Então, quando falo em investigação, estou querendo dizer por isso. Não estou querendo descaracterizando a investigação toda que o Cristian, por exemplo, vem fazendo nesses anos todos. Estou falando de caráter oficial. Dentro dessa investigação, a substância, de novo, passa a ser um problema ou essencial para isso.

Era nesse sentido que eu comentava na resposta de uma das perguntas, quando pedem uma sugestão, de que, se a investigação, nesse sentido que eu acabei de explicar, for adiante, a minha sugestão, a minha humilde sugestão é que desde o momento mais cedo possível seja colocado nessa investigação, não só na exumação, alguém da área técnica, porque, pelo que eu pude entender, embora as informações que eu tenho sejam muito restritas. Em 2000 foi em relação ao sarin e agora em relação a essas substâncias e a esse cenário.

Pelo que eu entendo há uma parte muito importante desse caso todo que envolve uma área técnica, uma suposição de manipulação técnica. Então, eu acho que, talvez, até pra auxiliar as pessoas que estão nessa investigação seria importante os senhores terem, ou quem for fazer essa investigação, alguém da área técnica para auxiliar de repente até na maneira de escutar, na maneira de ouvir, o que perguntar o que acrescentar em determinado depoimento. Os

documentos médicos do presidente onde é que estão? Tudo isso é importante.

Há muito mais coisas que precisam ser colocadas e, que talvez possam auxiliar. Como o Cristian colocou realmente não tem nenhum momento nesse documento que nós tenhamos dito que é impossível encontrar alguma coisa e também não tem, em nenhum momento desse documento, porque não seria correto cientificamente, onde se afirma que se vai encontrar alguma coisa, porque, se eu tivesse certeza ou qualquer um de nós tivéssemos certeza absoluta, certeza não convicção, certeza, certeza de que algo vai ser encontrado, então é porque já existe outra prova com força suficiente que diz que a exumação não é necessária. Esse é o meu entendimento.

Talvez ele possa parecer muito grosseiro aos senhores, mas é a cabeça técnica, pensando. É a cabeça técnica, pensando. E como a minha função é me manter o mais isento possível para que a justiça aconteça, não é nesse caso, é em todos os casos, eu tenho que, sem querer ser grosseiro, me manifestar dessa forma.

Então, eu espero que o senhor não se sinta de nenhuma maneira ofendido, mas eu continuo dependendo dos mesmos elementos que eu tinha colocado antes na resposta à consulta que foi feita.

O SR. NEI ORTIZ BORGES – Muito obrigado, doutor. Eu quero apenas cumprimentar a família, na pessoa do Cristian, pelo trabalho que estão fazendo. Estão fazendo uma coisa que não é de interesse apenas familiar. É de interesse da nossa pátria. Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – O Dr. Marco Ferrugem, que é assessor da nossa bancada e está nos auxiliando também neste trabalho aqui da subcomissão, gostaria de fazer um questionamento. Passo a palavra ao Dr. Marco Ferrugem.

O SR. MARCO FERRUGEM – Gostaria de perguntar ao Dr. Manoel se é do seu conhecimento quais as substâncias aplicadas a seres vivos, como os seres humanos, provocariam a morte, e não seriam detectadas 48 horas após essa aplicação?

O SR. MANOEL CONSTANT NETO – Aqui nós entramos numa situação que vou fazer uma colocação para os senhores e espero que os senhores compreendam bastante.

Com certeza, eu não teria como de cabeça lhe dar uma lista de todas essas substâncias. Isso é pacífico. Mas tem outro

dado importante também, e nós estamos numa audiência pública, e eu sou perito oficial do Estado.

Por mais que algumas dessas informações sejam de domínio público no sentido de livros de toxicologia, de uma série de outras coisas, existem algumas situações que nós passamos como peritos e tenho certeza de que outros profissionais passam também, que elas nos colocam numa situação um pouco difícil que é essa que o senhor me colocou agora. O que acontece?

Vou-lhe dar um exemplo. Freqüentemente, em alguma aula ou alguma situação, é comum algum jovem perguntar: *Vem cá, é verdade que, se eu usar maconha, se eu usar cocaína, tanto tempo depois, não pegam? Como é que eu posso adulterar a urina para fazer alguma coisa ou outra?*

O que eu estou querendo lhe dizer com isso? Existem substâncias que podem não ser detectadas. Ta? Eu não sei a lista toda de cabeça. Saberia lhe dizer algumas, não que não podem ser detectadas, mas que tem dificuldade. Eu dei um exemplo: a insulina. A insulina é um exemplo de uma substância de difícil detecção que normalmente, se o senhor for procurar se diz que não se detecta, mas existe maneira. Alguém encontrou uma maneira de, em alguns casos específicos, pela particularidade do caso, da via de administração, que é a subcutânea, se conseguiu através do estudo do tecido comprovar que havia ali. No sangue, não tinha como mais.

Então, o que estou querendo lhe dizer com isso? Eu estou querendo lhe dizer que também, além de eu não ter como lhe dizer essa lista toda de cabeça, também depende da maneira como a substância é administrada, e eu não posso partir do pressuposto que determinada substância foi administrada por determinada via para lhe responder a uma pergunta genérica. Pode acontecer de utilizarem uma substância que não se tenha como detectar 48 horas depois? Pode. Pode acontecer, mas eu não posso ser mais específico do que isso, neste momento, sem transgredir algumas coisas, seja do ponto de vista científico, técnico, seja do ponto de vista da posição que eu ocupo de funcionário da Secretaria de Segurança, onde a minha preocupação não é só o caso do Dr. João Goulart. A preocupação é por força de ofício que o meu serviço, o meu trabalho contribua para a segurança e jamais para a insegurança, ainda que, algumas informações, eventualmente, possam ser obtidas.

Existem substâncias que podem ter esse efeito que o senhor está dizendo, que são substâncias de livre acesso, e aí o meu desconforto, espero que os senhores entendam, em, numa audiência pública, com documentação pública, quase que chegar numa receita, vamos dizer assim, ta? Mas existem substâncias que podem ter esse efeito que o senhor está comentando.

E com o cuidado que eu sempre comentei, por isso dei o exemplo da insulina, que mesmo substâncias que muitas vezes se considera que não se pode detectar, 48 horas depois, dependendo de como aconteceram as coisas, a gente pode encontrar uma via alternativa e acabar pegando aquela substância que, se o senhor for no livro, diz que não. Então, novamente, voltamos à necessidade de contexto do caso, de necessidade de entender quando alguém diz que ouviu ou que viu determinada substância ser manipulada, enfim, mas como é que se utilizava essa substância, era assim, era assado, o que faziam o que não faziam, o que o senhor viu acontecer. Tudo isso pode ser importante para, eventualmente, tentar-se uma maneira de detecção de uma substância que, classicamente, pensa-se que não tem.

Não seria a primeira vez, em medicina legal ou em medicina, que se tenta alguma coisa diferente do que está classicamente nos livros. Aliás, essa é uma das belezas da ciência, por isso que a ciência avança, porque a gente tenta criar, sempre, alguma coisa, para transpor os obstáculos que existem, mas eu não tenho como criar alguma coisa para transpor um obstáculo se eu não sei nem qual é o obstáculo que eu tenho. É difícil. Aí não vou ter como trabalhar com a mente científica, vou trabalhar só com hipóteses, e aí, a partir do momento que eu começar a trabalhar só com hipóteses, vou deixar de prestar o serviço que é o serviço que eu preciso prestar para os senhores e para a sociedade, como perito, que é tentar justamente ao contrário, tentar ajudar os senhores a testar as hipóteses dos senhores, através de metodologia, não eu criar mais hipóteses, embora isso não seja uma excludente da investigação.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Há um momento, no depoimento do Mário Neira, que ele refere uma situação. Vou lhe perguntar, como leigo, para ver se existe algum fundamento.

O presidente Jango tomava um medicamento, que deveria ser um vasodilatador, ele era cardíaco. Então, em certo

momento, ele diz que uma determinada substância teria sido manipulada, que foi inclusive inserida no frasco do medicamento, que fazia o efeito contrário, seria um vasoconstritor, e que esse medicamento, enfim, seria uma substância de uso comum, que não seria uma coisa muito complicada. Até ele cita ali iodeto de potássio, cloreto de potássio ou coisa assim, e que isso é que teria, talvez, levado à morte do presidente, e que essa substância não seria detectável 48 horas após a sua morte.

Então, eu lhe pergunto se isso tem algum fundamento, dentro desse contexto todo que estamos procurando esclarecer aqui, obviamente que em forma de uma opinião sua a respeito disso.

O SR. MANOEL CONSTANT NETO – Deputado, creio que possivelmente a resposta a essa pergunta é exatamente a resposta que está no item *c* do questionamento.

O que posso responder, em relação à substância não tem como responder, porque não sabemos qual a substância, mas, se faz sentido do ponto de vista de mecanismo, se o senhor me perguntar assim: faz sentido que alguém, que estivesse tentando provocar uma lesão cardíaca, substituísse uma medicação que causa aumento, vaso-dilatação da coronária, por uma que causa vaso-constrição da coronária, faz, faz sentido. Foi exatamente a resposta que nós demos ali no item *c*. Como mecanismo, faz sentido. Qual é o efeito que essa vaso constrição teria efeitos diferentes em pessoas diferentes, e até no mesmo indivíduo, em momentos diferentes, a mesma substância, na mesma dose, pode ter efeitos diferentes.

Agora, creio que talvez o mais importante da sua pergunta, tendo em vista que ela partiu de um depoimento, é se faz sentido essa colocação como possível mecanismo de lesão. Faz, faz sentido. Se eu provocar, ao invés de uma vaso dilatação, em alguém que, por alguma razão, já necessita dessa vaso dilatação, se eu provocar uma vaso constrição, sim, faz sentido como mecanismo de causa de lesão. O senhor está provocando exatamente o contrário do que aquela pessoa necessita. Qual o efeito disso? Não tenho como lhe adiantar, porque pode ser um efeito diferente em pessoas diferentes.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – E a detecção dessa substância...

O SR. MANOEL CONSTANT NETO – Qual substância? Esse é o problema.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Mas existe a substância que poderia fazer esse efeito?

O SR. MANOEL CONSTANT NETO – Pode. É o que eu estava respondendo antes para o senhor, existem substâncias que podem, eventualmente, não ser detectadas ou não deixar vestígios e aí o que lhe comento. Só não me sinto confortável para, publicamente, fazer uma receita dessas substâncias, pelas razões que, acredito óbvias.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Perfeito. Obrigado. Com a palavra, o Christopher Goulart.

O SR. CHRISTOPHER GOULART – Doutor, vamos considerar que estamos trabalhando em cima de alguns fatos. Temos uma testemunha que diz que esteve presente quando foi feita essa laboração desse composto químico. Então, entre esses fatos, o que, reiteradamente, ele nos coloca é a questão do cloreto. Então, vamos trabalhar nessa, aí sigo na esteira da pergunta do deputado. Se fosse cloreto, até que ponto se poderia utilizar o cloreto e um composto que pudesse causar essas consequências.

Então, partindo desse ponto exclusivo, cloreto, onde poderíamos chegar, essa é a minha pergunta.

O SR. MANOEL CONSTANT NETO – Existem vários tipos de cloretos, mas, novamente, vou a um ponto: a resposta que vocês precisam não tem como ser dada sem uma correta avaliação das evidências que surgem. A combinação dessas substâncias pode causar resultados completamente diferentes, a maneira como ela foi administrada, e novamente volto ao exemplo da insulina. A insulina não é detectável. Essa é a opinião clássica. Se me perguntares no dia-a-dia, ou se fores no Instituto Médico Legal e se perguntares, no dia-a-dia, se insulina pode ser detectada, o pessoal vai dizer, não, insulina não se detecta. No entanto, há casos em que se consegue detectar.

Então, creio que precisa ficar claro que tenho uma limitação muito grande, pela característica do meu trabalho, em trabalhar com hipóteses. Preciso das evidências, para poder avançar. Porque se eu começar a trabalhar com hipóteses, não vou fazer uma perícia, encerra a minha atividade como perito e vou estar fazendo alguma outra coisa, que não perícia.

Não quero parecer antipático aos senhores, mas a minha função, para realmente auxiliar no que vocês pretendem, é manter o máximo possível, na área que me compete, a integridade do que realmente pode e deve ser feito. Quanto

mais informação real tiver de evidências que colhermos, mais coisas a gente tende a ter chance de dizer. Antes disso, estou trabalhando com hipóteses. Com hipóteses, nenhum perito responsável e sério vai fazer alguma colocação.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Muito bem.

Creio que não nos resta mais nenhum questionamento. Foi perfeitamente esclarecedor o depoimento do Dr. Manoel Constant, do nosso DML.

Quero mais uma vez lhe agradecer pelos esclarecimentos trazidos, ajudou-nos muito, orientou-nos, trouxe aqui dados científicos que nos ajudam no nosso objetivo.

Quero agradecer a todos que estiveram ao nosso lado nesses quatro meses. Dou por encerrados os trabalhos desta Subcomissão. Muito obrigado a todos.

SÍNTESE DOS DEPOIMENTOS

Neste espaço, se buscou sintetizar os depoimentos prestados a esta Subcomissão, evidenciando-se trechos para objetivar o trabalho daqueles que irão analisar a possibilidade para demandas junto aos chefes de Estado, medidas diversas com relação a pedidos de mais documentos ou abertura dos mais amplos mecanismos de justiça e de direitos humanos e para divulgação do trabalho, sob os aspectos e a visão do editor.

DATA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2008

Depoimento do senhor Christopher Goulart (neto do ex-presidente João Goulart)

Era o único líder latino americano e único líder brasileiro capaz de unificar as esquerdas. Seu retorno ao Brasil representava uma ameaça extrema, pelo seu perfil conciliador, seu perfil conservador e, perfil pacífico. Pela sua capacidade de articular. O que era um péssimo interesse para as ditaduras militares. Tanto que as esquerdas foram acionadas pela mobilização na

Página 142 de 216

época da distensão, liderada pelo General Golbery do Couto e Silva, então é esse o ponto principal. A capacidade de coalizão que ele tinha. Inclusive muitos questionavam isso no seu poder presidencialista, enfrentando oposição, inclusive, dentro do seu próprio partido. Mas, Jango sempre teve uma visão conciliadora social. Então, as novas gerações precisam saber qual é a verdadeira história, se ele sofreu realmente um atentado, como existem provas testemunhais como desse individuo que está preso. Mas, também muitas outras provas escritas, documentos do exército que podem vir a ser abertos, como documentos do Itamaraty, documentos de outros países, como muito bem colocou o nosso líder Jair Krischke. Documentos que a sociedade faz clamor que venham à tona. Nós não podemos ser enganados. A história tem que ser bem contada, como ela efetivamente aconteceu.

Ele era um líder que buscava as reformas estruturais para o país que até hoje ainda não foram consolidadas como: na área fiscal, tributária, urbana. O líder que controlava as remessas de lucros, durante a guerra fria, que era de espoliação aos trabalhadores brasileiros. Eu coloco a disposição uma vasta documentação que nós temos. Temos buscado a mobilização de vários segmentos dos poderes: o subprocurador do inquérito no Ministério Público Federal; buscamos a mobilização do Poder Judiciário; esta mobilização da Subcomissão pela iniciativa louvável do deputado Adroaldo Loureiro, que leve adiante os trabalhos. Precisamos de um trabalho em conjunto com toda a sociedade brasileira. No poder executivo também, recebemos da ministra Dilma Rousseff vários documentos confidenciais. Estamos lutando também no Senado para um acordo na área dos Direitos Humanos entre os países, para que essas informações nos sejam concedidas com maiores facilidades, que não tenham que passar pelo Itamaraty para dependerem de cartas que vão levar mais de ano para chegarem às respostas. Solicitar por exemplo documentos do Arquivo do Terror do Paraguai, ou do Uruguai da Argentina. Então essas iniciativas em conjunto têm efetiva importância, pois o Brasil se mostrou durante todo esse tempo, ter sido um pouco ineficaz em relação à apuração das responsabilidades daqueles que

participaram de torturas, mortes, assassinatos. A Argentina tem um presidente preso Jorge Rafael Videla (1976 a 1981). Dois presidentes uruguaios estão presos Juan María Bordaberry (1973 a 1976) e Gregorio Conrado Álvarez Armelino (1981 a 1985). No Chile o General Augusto José Ramón Pinochet Ugarte presidente (1973 a 1990) teve a sua prisão decretada, mas veio a falecer 10-12-2006, mas, o seu ministro general Juan Manuel Guillermo Contreras Sepúlveda – Diretor do DINA está preso, condenado em 2007 a 10 anos de prisão.

Depoimento do senhor Jair Krischke (Conselheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos no Rio Grande do Sul)

E, aqui em Porto Alegre aconteceu o seqüestro dos uruguaios, vocês sabem. Primeiro caso de operação Condor, denunciado, investigado, condenado pela Justiça do Rio Grande do Sul e depois resultou em uma segunda condenação, em que o Estado teve que indenizar os dois, pelos cinco anos que passaram injustamente na prisão. Porque a cidadania brasileira não teve a competência de elucidar afinal de contas, para dizer cabalmente, olha foi uma morte natural, ou, foi um assassinato. Eu entendo que a nossa geração deve isso para a cidadania brasileira. Nós estamos tratando da morte de um ex-presidente da república. E, vejam o atestado de óbito diz causa mortis "enfermedad", doença. Como se pode imaginar que o ex-presidente João Goulart, um presidente da república foi enterrado, em manga de camisa, calça jeans e de pé descalço. Agora, há pouco tempo deputado Adroaldo Loureiro, faleceu, o coronel Solon, aqui em Porto Alegre faz um mês, que era o superintendente da Polícia Federal no Rio Grande do Sul, quando da morte do ex-presidente João Goulart. As tratativas para que o corpo viesse por terra, foram feitas com o vice-presidente General Alberto Pereira dos Santos, que autorizou o coronel Solon, superintendente da Polícia Federal, a que isso acontecesse. E, ele acabou respondendo a inquérito policial militar, e foi defenestrado da superintendência da Polícia Federal. E, a sua carreira como oficial do exército terminou aí. Agora, nós temos um cidadão, uruguai, que está preso, aqui

no presídio de alta segurança, é assaltante de banco, sim, assaltante de carro forte, sim, contrabandista de armas, sim e é essa a sentença que ele cumpre, de haver praticado esses crimes. Mas, nós honestamente não podemos deixar de até a exaustão, deixar de investigar o que ele afirma. Por que tudo que ele afirma faz sentido. Ele refere que, aquela triste figura da nossa história, o delegado Sérgio Paranhos Fleury, esteve várias vezes no Uruguai, sim, ele foi várias vezes para organizar os esquadrões da morte, e, era uma figura muito conhecida e refere com muita segurança. Ele refere à figura de um médico legista da polícia de Montevidéu, que teria produzido um veneno que matou uma senhora de um importante líder político do Uruguai. Colocou veneno em garrafas de vinho. São três garrafas de vinho branco que foram presenteados a três importantes líderes políticos. Essa senhora, inadvertidamente abriu a garrafa de vinho, serviu uma taça, tomou um gole e morreu. Esse senhor que está aqui no presídio disse que esse médico legista, que era uma figura reconhecida da ultra direita uruguaia, também foi o autor, do produto que produziu a morte do ex-presidente João Goulart, conforme declarou. Então, é declaração forte, que têm que ser investigada a exaustão. Quanto a documentos deputado Adroaldo Loureiro, eu, agora em dezembro, passando por Montevidéu, recolhi, documentos do serviço secreto da polícia uruguaia, onde está o monitoramento do ex-presidente João Goulart e de pessoas que circulavam muito próximas a ele. Várias pessoas estão ali monitoradas. E, junto a um documento do serviço secreto do exército uruguai, que inclusive relata uma reunião do ex-presidente João Goulart, em Buenos Aires. Olha é um documento do exército uruguai, de uma reunião celebrada em Buenos Aires, estando presente o senador uruguai Zelmar Michelini Guardi e o deputado Héctor Gutierrez Ruiz assassinados em 1976 e o ex-presidente da Bolívia General Joan José Torres González, também assassinado em Buenos Aires em 1976. E, o ex-presidente João Goulart, em uma reunião que tratava da situação de exilados brasileiros, uruguaios e bolivianos, que estavam num hotel no aeroporto de Ezeiza, confinados, e os três se reuniam para buscar uma

solução para essa terrível situação que viviam os exilados. Está lá relatado. Isto é muito grave. Mas se precisa avançar em termos de documentos, se precisam pedir oficialmente as colaborações dos governos: argentino, do governo uruguai, do governo chileno, do governo paraguaio e do governo brasileiro para que se abram aqueles registros que não são este Christopher de que foi entregue a família, mas os registros das forças armadas, isso é fundamental se ter. Nunca foi pedida a colaboração dos governos vizinhos. Podem estranhar, mas, o ex-presidente João Goulart, nunca esteve no Chile, no período do seu exílio, é verdade. Mas entre outros documentos que eu trouxe de Montevidéu, eu trouxe do serviço secreto uruguai, a lista dos brasileiros presos no estádio Nacional, quando do golpe do Chile. Os brasileiros estavam no Chile. Que foram presos e levados para o estádio Nacional, quando do golpe de 11 de setembro de 1973. E, onde estava esta lista? No serviço secreto do Uruguai. Eles sempre trocavam informações, portanto, no Chile poderá haver algum documento que nos ajude a elucidar isso é importante. Os países precisam colaborar. E outra fonte importante de documentos são os do serviço secreto norte-americano. Pode parecer uma piada de mau gosto, mas, não é. Eu digo aos senhores e as senhoras que, o serviço secreto norte-americano, qualquer um deles, mas especialmente a CIA, cumpre a lei americana. A lei de classificação e desclassificação de documentos. Que no Brasil nós copiamos. Vão para a universidade Jorge Washington. O governo da Argentina pediu tudo àquilo que havia nesses registros que diziam alguma coisa a respeito da Argentina, e, de algum cidadão argentino. Na ocasião foi mandado dos Estados Unidos para a Argentina, 74.000 (setenta e quatro mil) documentos. E, por essas coisas da vida, eu tenho cópia. E, dentro destes documentos se encontram coisas fantásticas, por exemplo: um episódio de Operação Condor, no aeroporto do Galeão, no dia 12 de março do ano de 1980, está descrito neste documento norte americano, que conta como foi feita a operação, onde um senhor ítalo-argentino de nome Horácio Domingo Perpiglia e sua companheira Monica Susana Pinos de Binstoc, foram seqüestrados numa ação conjunta do aparelho

repressivo argentino e brasileiro. Aeroporto do Galeão. Base aérea do Galeão. Um local de estabelecimento militar. E, o documento norte-americano narra como aconteceu. É duro a gente conhecer a nossa história, lá em Washington. E, entre outros documentos, eu tenho um telegrama do serviço secreto norte-americano, na ocasião sediado em Porto Alegre, datado de 02 de abril de 1964, é um telegrama bem curtinho, - O presidente João Goulart partiu para Montevidéu. É tudo o que diz o telegrama, mas, ele é histórico, é do serviço secreto norte-americano informando a Washington. Eu também disponibilizo uma cópia deste telegrama. Não é a toa deputado Adroaldo Loureiro, que no museu Lyndon Baines Johnson, (presidente USA de 1963 a 1969) em Hunston no Texas, um grande museu, e, ali, estão reunidos todos os documentos relativos à presidência de Lyndon. Ali está a história do golpe militar de 1964 no Brasil. Toda a história está escrita ali, e, o título é operação Brother Sam. O irmão Sam. Conta a história do golpe. E, conta muito da atuação do embaixador Lincon Gordon, ao tempo, no Brasil. Lá no Rio de Janeiro se escrevia nas paredes, - basta de intermediários, Lincon Gordon, para presidente -. E, é verdade, não. Ele teve um papel protagônico no golpe de 64.

Bem eu lhe diria deputado Adroaldo Loureiro, que na Argentina, isto está muito bem organizado. Nós temos a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que é um órgão do governo argentino, e que tem uma atuação muito ampla e pode colaborar. Junto a esta instituição existe o Arquivo Nacional da Memória, onde inclusive os documentos dos brasileiros desaparecidos na Argentina, lá estão. É um arquivo que está permanentemente sendo alimentado, na medida em que documentos vão aparecendo. Poder-se-ia fazer uma consulta ao Arquivo Nacional da Memória e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que é um órgão do governo argentino. E, no Uruguai nós poderíamos pedir a colaboração, porque eles não têm instituições deste gênero. Podemos pedir ao governo uruguai, através ou do Ministério do Interior, por que as polícias, a não ser no Brasil, mas, em toda a América Latina, as polícias são afetas ao Ministério do Interior e ao Ministério

de Relações Exteriores. São dois caminhos para se obter documentos no Uruguai. E, eu falo Ministério de Relações Exteriores porque no Uruguai foi feito um trabalho magnífico de organização dos arquivos do Ministério de Relações Exteriores. Alguns documentos que se referem a brasileiros eu trouxe, já desse arquivo. O Flávio Tavares monitorado. Tudo, o que acontecia. Dos jornalistas do que iam tratar. A Flávia Schiling está lá. A questão do seqüestro. O que acontecia aqui na Assembléia Legislativa lá está relatado. E, claro com o Ministério do Interior. No Paraguai, o famoso Arquivo do Terror, hoje está sob guarda do Poder Judiciário. Num setor, está organizado, se pode ir lá e consultar. E, no Chile, ainda está um pouco nebulosa a organização do que se tem. Mas nós temos acesso ao que tiver. Isso eu faço umas duas ou três consultas e lhe disponibilizo essa informação. São os arquivos sim que poderiam ter alguma coisa a nos ajudar. Não podemos transferir para uma geração futura, de que morreu o ex-presidente João Goulart? Obrigado.

REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO DATA DE 01 DE ABRIL DE 2008

Depoimento do senhor João Vicente Goulart (filho do ex-presidente João Goulart)

Eu acho que para todos aqueles como nós, que vivemos aqueles anos difíceis, a partir de 64. E, espero meu caro deputado Adroaldo Loureiro, que esta linha de raciocínio e este depoimento fossem enviado ao Ministério Público do Rio Grande do Sul, que bravamente reconheceu que existe uma linha de pensamento e uma linha de investigação. O Rio Grande do Sul conhece a Operação Condor. O Rio Grande do Sul conhece o seqüestro da Lilian Celiberti e conhece o seqüestro do Universindo Dias. O Rio Grande do Sul tem essa coragem. Eu achei de uma bravura exemplar, porque num primeiro momento, quando surge esse depoimento, e, eu quero deixar bem claro, nós constituímos o Instituto João Goulart, há mais de três anos, exatamente para resgatar a história

esquecida, a história que nas escolas de nosso país não se contam, a história das memórias das lutas políticas e sociais deste país. Quando nós fizemos isso, celebramos um convênio com a TV Senado, e foi aí, que nós fomos captar de um dos depoimentos, que é esse do Mario Neiva Barreiro, essa personalidade, esse individuo que se encontra aqui preso e, que nos surpreendeu, em certos aspectos, o conhecimento que ele tinha sobre o dia a dia de nossa família. Casos completamente que só mesmo com monitoração ele poderia saber. Como ele poderia saber de uma batida que eu dei num carro em Montevidéu, que não teve nem BO. Quando ele me viu - "Te recorda Vicente". E o telefone que eu não me lembra mais, 73321. Então é uma série de circunstâncias de que o monitoramento realmente existiu. Não vamos de maneira alguma dizer que é suposição. Não é. O pedido não foi feito ao Ministério Público Estadual. O pedido foi feito ao Procurador-Geral da República. E, aqui os advogados sabem que cabe a ele sim, investigar os crimes contra o chefe de Estado. Para nossa surpresa, o Rio Grande do Sul deu o exemplo, abriu a ata de investigação. Digo isso porque estão aqui alguns documentos que depois eu vou lhe passar secretos. Alguns inclusive do SNI, que dizem o seguinte – só para conhecimento daqui de vocês – esta correspondência do SNI, informe tal: " comunicamos, a correspondência abaixo relacionada foi obtida de forma clandestina no domicilio do nominado. Rascunho de João Goulart, para a entrevista a imprensa data em meados de fevereiro de 73, após ter sido recebido em audiência pelo General Perón. Redigiu o esboço num impresso mimeográfico do major Pablo Vicente ". Documento número dois, subtraído da casa do ex-presidente – impressos do Sexto Congresso do PCB, de dezembro de 1967 – A morte do Seminarista, cartas a Dom Vicente Scherer, do ex-deputado João Carlos Gastal, volantes mimeografados do ERP e da coordenadora Peronista para Liberdade. Continua com uma série de anotações. Como anotações de João Goulart em torno da decida forçada de seu avião em Passo de los Libres. Anotações de João Goulart sobre a visita do General Serafim Vargas. Carta do deputado Ulysses Guimarães enviada a Jango por Walter Giordano Alves ex-

deputado do Rio Grande do Sul. Quem entra numa casa de um ex-presidente, com seus agentes, com agente B, subtraindo carta de Ulisses Guimarães, subtraindo carta de Perón, facilmente pode trocar um remédio, caro deputado Adroaldo Loureiro. Mas, muito facilmente. Agora, o conceito de anistia no Uruguai, hoje, está com dois ex-presidentes presos. Os ex-presidentes: Gregorio Álvares e Juan Bordaberry. A Argentina está com o ex-presidente Vidella, preso. Sabe por quê? Por que crimes contra lesa humanidade não são anistiáveis. Eu quero aqui ler para que fique registrada nos anais, uma gravação que é de um jornalista, que não é janguista, chama-se Elio Gaspari. É uma conversa do Ernesto Geisel em 1974, um mês antes de assumir a presidência da República, em conversa, com Dale Coutinho, que veio a ser o seu Ministro do Exército. Diz Geisel: “Bom, eu acho que a subversão continua. Esse negócio não se acabou. Isto é um vírus danado, que não há antibiótico que liquide com facilidade. Resta mais nada, está resolvido. Você vê. De vez enquanto há uma desarticulação, morre gente ou gente é presa. Ele continua a se movimentar”. Daí fala Dale Coutinho: “É eu que fui para São Paulo, logo em 69, o que eu vi naquela época, para hoje, o negócio melhorou muito, agora melhorou, aqui entre nós, foi quando nós começamos a matar.” Geisel - “Por que antigamente você prendia o sujeito, e o sujeito ia lá para fora. Ó Coutinho, esse troço de matar é uma barbaridade, mas eu acho que tem que ser”. Dale Coutinho - “Eu fui obrigado a tratar desse problema presidente, lá eu tive que matar”. Geisel - “Sabe, agora pegaram aquele tal líder e liquidaram com ele. Não sei qual é o nome dele”. Dale Coutinho - “A eu acho que é o Luizão, ou Chicão.” Geisel - “Bom”. Crimes de tortura, crimes de desaparecimento, crimes de assassinado é uma coisa grave. Nós estamos encaminhando pedidos para que se esclareça a participação da CIA, da participação do Michel Tonley, do Frederick Latrash.

A minha impressão que é sabido no Chile, que o Michel Tonley que derrubou o Aliende, no projeto Andréia, eu vou deixar a disposição da comissão esta linha de investigação, aonde o Perrios que morreu no Uruguai, o Carlos Milles montaram um

laboratório e conseguiram cristalizar gases e gaseificar cloretos. Isto está plenamente comprovado e alguns processos que correm no Uruguai e no Chile, que eles mataram inclusive um presidente o Frei, morto por uma sopa de bactérias. Entrou para fazer uma operação simples, com 70 anos e não saiu mais. Existem declarações que desocuparam a sala, trocaram o piso e a equipe médica e a causa da morte foi estafilococos dourados. E o Contreras solicitou ao Berrios para eliminar o que foi o seu sucessor, com a mesma sopa de bactérias. Isso realmente aconteceu. A mãe do Héber, a Cecília, morreu envenenada pelo Adonis. Foram enviados no Natal, três litros de vinho branco envenenado para o senador Héber, para Ferreira Dunati e para Carlo Julio Pereira. Agora suposição minha, eu estou piamente convicto de que estas substâncias vieram deste laboratório que operava no Chile. O atentado em Washington contra o Latelie, primeiramente seria por veneno num frasco de Chanel número 5, depois foi abandonada e executaram através de explosivo. O Uruguai, em cima do depoimento do Neira, já solicitou aos USA, o depoimento do Michel Doile e do Frederick Latrash. Estamos esperando o que aqui no Brasil. Tanto o Michel Doile e o Frederick Latrash, vivem hoje sob proteção do governo Americano. Eles são testemunhas ocultas. Os Estados Unidos processou o Chile no caso do Letiere e processou o Vaticano no caso dos padres pedófilos. Vamos escutar o Michel Toile o Frederick Latrash sobre os crimes de lesa humanidade. É disso que precisamos ter coragem. O serviço secreto brasileiro que autorizou a operação e a CIA que monitorava as ações pelo Uruguai. O Fleury esteve três vezes no Uruguai. Isto de perguntar cabe ao Estado Brasileiro, se existe vontade política, o Ministério Público pode fazer essa colocação. Porque são processos lentos.

João Goulart – Eu gostaria de obter o depoimento do Frederick Latrash e do Romeu Tuma, que sem dúvida tem muito a dizerem sobre a Operação Condor e sobre a morte de Jango.

**REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO
DATA DE 30 DE ABRIL DE 2008**

Depoimento do senhor Roger Rodriguez (jornalista uruguai dos direitos humanos na América Latina)

Estive trabalhando, nos anos 90, na *Pulvata*, que é uma revista bem importante no Uruguai, e tínhamos acompanhado uma situação que se deu em muitos países da região, na época das ditaduras, que foram os delitos cometidos pelo que se chamou a *mão-de-obra desocupada*. Ou seja, trata-se daqueles repressores que, nos anos da ditadura, cumpriram funções oficiais ou paraestatais, paramilitares ou para-policiais e, quando a democracia voltou a esses países, ficaram sem trabalho. Muitos se organizaram em gangues de delinqüentes e houve uma sucessão de roubos a bancos, a carros blindados, que aconteceram nos anos 90, no Uruguai, em particular. Isso ficou conhecido, no Uruguai, como a *polibanda*, por polícias e ladrões. Quando entrevistei Barreiro Neira eu tinha dados de que ele havia sido detido no Brasil por ter participado desse tipo de delito, ter participado de assaltos a caminhões blindados e bancos. Quando entrevistei Barreiro Neira, em 2002, encontrei uma pessoa muito nervosa, mas com muito conhecimento de temas que eu investigava sobre a repressão no Uruguai. Barreiro Neira falava da existência de um grupo *Gama*, que era um grupo de operações para-policiais ou de coordenação de extintos serviços militares ou policiais que tinham estado no Uruguai; tinha conhecimento da existência de uma base *Martha*, que foi um centro de escutas telefônicas comandado por um policial muito conhecido, que neste momento está preso no Uruguai, o *coracero* (soldado) Ricardo Conejo Medina, envolvido no seqüestro e assassinato da mãe de Margarida Gelman, Maria Cláudia, nora do poeta argentino Juan Gelman, que acaba de receber um Cervantes, o prêmio mais importante da literatura na Espanha. Barreiro manejava muito bem os tempos e a informação e foi um pouco surpreendente, porque na verdade fui buscar informações sobre o Uruguai, quando começou a trazer o caso João Goulart. Como jornalista, o único que eu podia fazer em face de um tema que ele dominava muito melhor do que eu, era gravá-lo, fotografá-lo e publicá-lo e esperar a repercussão. Foi o que fiz. A informação teve certa repercussão no Uruguai, porque foi encarada pelo lado mais regional, pois Barreiro Neira havia

falado sobre o seqüestro e desaparecimento de uma professora, Elena Quinteros, que é um caso muito famoso lá, uma vez que foi seqüestrada em 1976, da embaixada da Venezuela, em Montevidéu. O incidente resultou na ruptura das relações diplomáticas entre Uruguai e Venezuela. O caso segue sem solução, ainda, e está sendo investigado em nível judiciário. Ele (Barreiro) sinalizava que João Goulart tivera participação no caso Quinteros, porque vivia em uma casa, numa rua de Montevidéu, cujo vizinho era o embaixador da Venezuela. Realmente, Goulart tinha uma casa na rua (ininteligível) em um bairro de Montevidéu, e a poucos metros se encontrava a casa particular do embaixador venezuelano. Ou seja, seria uma possibilidade, mas Barreiro Neira dava detalhes que davam credibilidade a seu testemunho. Pelo que pude investigar, ele mencionava, como a pessoa que supostamente havia envenenado João Goulart, a um médico uruguai chamado Carlos Milles, que também diziam ter ligação, dois anos mais tarde, no assassinato de Cecília Fontana de Heber, no Uruguai. Cecília Fontana de Heber faleceu em 05 de setembro de 1978, quando abriu uma garrafa de vinho que haviam dado de presente a seu marido, e morreu envenenada. Essa garrafa de vinho não era a única, seu esposo era Mário Heber, um dos principais líderes do Partido Nacional Uruguai, o Partido Blanco, que era a oposição ante a ditadura uruguai, dentro do território nacional, porque os grupos de esquerda estavam no exílio ou presos. O certo é que Mário Heber e outros três integrantes da direção do Partido Nacional da época receberam essas garrafas de vinho, um vinho branco, e todas essas garrafas estavam envenenadas. Somente Cecília Fontana bebeu da garrafa e caiu morta imediatamente. Esse caso também, passados todos esses anos, começou a ser investigado, agora, no Uruguai e meu compatriota, Javier Barrios Bove, é o advogado da família Heber, que trata de investigar esse caso perante a Justiça uruguai. Mas a maior surpresa foi quando começou a descrever uma série de detalhes em torno do que ele denominou a Operação Escorpião, pela qual se matou João Goulart em dezembro de 1976. O que Barreiro Neira disse está nos registros desta comissão, há o testemunho da TV Câmara, de Brasília, que fez um documentário sobre o tema. Há também o testemunho solicitado pelo Ministério de Justiça brasileiro, e Barreiro Neira sempre acrescenta elementos dos quais se podem confiar ou desconfiar, porque somente temos sua palavra. O que

podemos, sim, no Uruguai, é confirmar que muitos elementos que ele nos oferece foram efetivamente reais. De Neira Barreiro no Uruguai podemos confirmar que participou de um grupo de ultra-direita que agiu nos anos 70, chamado *Juventud Uruguaya de Pie*, um grupo direitista que estava muito vinculado com o que foram os esquadrões da morte, lá, que atuaram antes do golpe de Estado dos anos 71 e 72 no Uruguai. Esse grupo, *JUP*, tinha laços com os esquadrões da morte e estes se formaram logo depois da morte, também de um ataque do coração, do presidente Oscar Gestido, cuja morte gerou a ascensão de Jorge Pacheco Areco, que foi o presidente do Uruguai desde então e começou o processo mais repressivo e autoritário no País, ainda no período institucional. Esses esquadrões da morte confirmaram, atualmente, tiveram relação direta com a ingerência estrangeira, em particular com o Departamento de Estado Norte-Americano, que, em plena guerra fria, não podia permitir que no Uruguai surgisse um governo eventualmente de frente amplo, naqueles anos, que surgia, à esquerda. Também podemos afirmar que houve o assessoramento do corpo diplomático paraguaio na criação desses esquadrões da morte e, também, de pessoas vinculadas ao Estado Brasileiro. Os esquadrões da morte, no Uruguai, definem os anos 60 e princípio dos 70 e há personagens vinculados ao Brasil, que foram ao Uruguai preparar esses grupos, tanto dos esquadrões da morte quanto da *Juventud Uruguaya de Pie*. Essa gente surgiu em documentos que recentemente foram publicados no Brasil, creio que no Correio Brasiliense. Cláudio Dantas lidou com uma série de informações sobre os grupos de inteligência que operavam em torno do corpo diplomático brasileiro, e como existia uma relação com o Uruguai, nessa época. Uma das pessoas vinculada aos esquadrões da morte no Uruguai no fim dos anos 60 e princípio dos 70 era alguém de nome Fleury, que era brasileiro, e que foi dirigente do DOPS, ou teve um importante cargo nesse órgão. Efetivamente hoje se sabe com certeza que João Goulart pensava em voltar ao Brasil, em dezembro de 1976, e se efetivamente existia um sistema de intervenção telefônica sobre João Goulart e sua casa, todo movimento que tenha havido para voltar ao Brasil era escutado e as cópias dessas escutas eram dadas à Embaixada Brasileira, aos grupos dos Estados Unidos e outras embaixadas e corpos diplomáticos bem como aos corpos de inteligência. Isto situa, indubitavelmente, a morte de João Goulart no cenário do que foi o período mais

nefasto da chamada Operação Condor, que foi o ano de 1976. Nesse ano, sucederam-se os assassinatos de Letelier, no Chile, de Prates, e trataram de matar outros dirigentes no exterior, em Roma. Foram assassinados os legisladores uruguaios Zelmar Michelini e Héctor Gutiérrez Ruiz em Buenos Aires; morreu o general Torres, boliviano, também em Buenos Aires. Todos eles por homicídios nessa Operação Condor, que tinha por objetivo cortar as cabeças dos líderes políticos dos grupos opositores às ditaduras da região. Mas aquilo que então já sabíamos que havia uma convivência entre ao que ia ser a ditadura uruguai, nesse período prévio à ditadura no Uruguai, e Brasil, também se dá nesses documentos e testemunhos não tão distantes, sobre a existência de uma suposta Operação 30 Horas, pela qual, em 1971, se, nas eleições do Uruguai, ganhasse o *Frente Amplio*, o território seria invadido pelo terceiro corpo do Exército brasileiro, nesse período de tempo, em 30 horas. Precisamente porque não haveria resistência do exército uruguai, que imediatamente iria se dobrar para derrubar um eventual governo de esquerda. Nesse cenário de guerra fria, o intervencionismo norte-americano no Uruguai foi terrivelmente provado nas investigações que fizemos sobre o que ocorreu na ditadura. E isso não só no Uruguai, mas houve uma articulação repressiva entre todos os países da região com governos militares nessa época. Os esquadrões da morte eram imitações das operações bandeirantes do Brasil, ou do que havia ocorrido na Operação Jacarta, em outro período. Aqui foi mencionado que Goulart não morreu sozinho, que morreram Juscelino e Lacerda em períodos similares, podendo tratar-se de assassinatos. Recentemente, João Vicente Goulart, o filho de João Goulart, e Jair Krischke foi ao Uruguai e pediram ao governo uruguai que desarquivasse toda a documentação que existe em nível de inteligência militar e policial sobre os segmentos que Goulart, Brizola e os demais opositores à ditadura brasileira podiam ter sido vítimas. O governo uruguai, por meio de seu chanceler, Gonçalo Fernandes, que começou há poucos meses, comprometeu-se a fazê-lo. Também vimos como Argentina libera alguns documentos, como Chile libera alguns documentos e, sobretudo, vimos o que possuía o Departamento de Estado Norte-americano, quanto à realidade das ditaduras do Cone Sul quando desclassificou mais de 20 mil documentos sobre a ditadura argentina, e creio que o dobro sobre a ditadura chilena. Curiosamente, a decisão política de desarquivar os documentos do Chile estava relacionada com o

assassinato de Letelier, que foi em Washington, voando em um auto por vários metros acima, em pleno coração dos Estados Unidos. Não tenho a menor dúvida que o Departamento de Estado Norte-Americano deve ter muita informação sobre isso, mas, claro, trata-se de uma posição política do Poder Executivo brasileiro solicitá-la. Tenho certeza que vão encontrar diversos níveis de censura, como encontramos com o advogado Javier Barrios Bove, quando solicitamos ao Departamento de Estado, por meio de uma lei de liberdade de informação, que existe, determinada informação sobre o outro caso do qual falava Barreiro Neira, que era o assassinato daquela senhora, esposa de um dirigente político, com um vinho envenenado. O Departamento de Estado tinha a informação e em primeira instância não quis nos dar essa informação, alegando uma série de regramentos para não dá-la, e um deles era que comprometia agentes da CIA ou atividades que a Agência de Inteligência Norte-Americana podia ter realizado os locais em que podia ter participado. Isso nos dava a certeza que a CIA tinha material sobre o caso e que estava implicada nele. O certo é que a CIA, logo depois de novos pedidos, trouxe à tona mais material, e agora, em nível de Estado Uruguai, está se solicitando a liberação desses documentos. Estou convencido de que Uruguai tem de tornar público o que tenha sobre a perseguição de que João Goulart foi vítima em meu País, durante esses anos. Estou também convencido de que o Estado Brasileiro e o Parlamento brasileiro têm de pedir ou exigir dos Estados Unidos que liberem as informações que possam ter sobre o assunto, e também estou convencido que o próprio Brasil tem de tornar públicos seus arquivos, porque neles não vamos encontrar somente material sobre João Goulart, como também sobre o que ocorreu no meu País, na Argentina, no Chile, no Paraguai, na Bolívia, nos países que estavam ao redor, também sofrendo ditaduras. E não tenho a menor dúvida de que o Brasil, que sofreu um dos primeiros golpes militares, em 1964, teve conhecimento, porque temos confirmado que muitos dos nossos repressores foram treinados na Escola de Guerra do Rio de Janeiro, foram treinados por agentes do (ininteligível) brasileiro, como antes ocorreu com os esquadrões da morte. Provavelmente encontraremos materiais que têm relação ao que aconteceu a João Goulart, ou com a perseguição a Brizola, ou com a maneira como Lilian Celiberti e Universindo Rodrigues foram seqüestrados na realidade, e não somente o DOPS e uma pessoa que terminou presa foram os responsáveis, na

verdade. Estou trabalhando há muitos anos nesse assunto, como jornalista, e me coloco inteiramente à disposição desta Comissão para trabalhar e investigar em tudo que puder, desde o Uruguai.

O SR. ROGER RODRIGUEZ – Perdão, antecedentes os quais confirmo, pois Carlos Milles era um médico que trabalhava com venenos. Seu pai havia sido um químico e sua mãe uma oncologista conhecida no Uruguai. Quer dizer, ele vinha de uma família de médicos e possuía conhecimentos de fármacos para realizar isso.

O SR. ROGER RODRIGUEZ – Sim, a intervenção da CIA no Uruguai é algo que está absolutamente confirmado. Os investigadores históricos estão demonstrando que de alguma forma Uruguai e Guatemala foram dois planos-pilotos do Departamento de Estado dos Estados Unidos e a CIA no marco da guerra fria, na época dos anos 60. No Uruguai, a participação do Departamento de Estado e da CIA está clara desde os anos 60, por meio de múltiplos trabalhos. Philip Agee, um ex-agente da CIA, escreveu um livro que se chama *A CIA por dentro*. Ele esteve vários anos no Uruguai, e durante esse tempo descreveu... – ele faleceu no princípio deste ano, estive com ele, ele esteve radicado muitos anos em Cuba, fazendo turismo para romper o bloqueio contra Cuba. E ele, em seu livro, cita nomes e detalhes muito particulares sobre como, desde os anos 60, no Uruguai, instalavam-se postos de escuta por parte da CIA, com participação da polícia, do governo, do Ministério do Interior uruguai daquela época, que era do Partido Colorado, partido histórico de governo. Inclusive Philip Agee assinala que no ano de 1966, quando instalaram novos equipamentos de escuta naquele departamento que a CIA tinha para grampear telefones, a pessoa que fica a cargo é um militar chamado Amauri Plenty (ininteligível), e estamos falando do ano de 1966. Amauri Plenty, dez anos depois, foi chefe do Serviço de Informação de Defesa da ditadura uruguai. Sob sua chefia aconteceram todos os seqüestros e desaparecimentos na Argentina e em outros países de uruguaios, inclusive chegou a ser destituído, por um confrontamento interno, poucos meses antes do seqüestro de Lilian Celiberti e Universindo Rodrigues, mas todas as operações aconteceram no seu exercício. E Philip Agee já denunciava a existência dessa pessoa como vínculo da CIA em 1966. É sabido por vocês que Dan Mitrione, um agente do FBI, foi treinar a polícia, nos anos 60, em tortura, em interrogatórios, em armamento e tiro, em luta de defesa

pessoal e estratégias contra a guerrilha e contra setores insurgentes. Ele terminou sendo combatido pelo Movimento de Libertação Nacional Tupamaros, no Uruguai. Existia, na esfera militar, um serviço de inteligência que era o Serviço de Informação e Defesa e cada uma das quatro divisões do exército tinha outro serviço repressivo chamado *Oficinas Coordinadoras de Acciones Anti-subversivas, OCOA*, que coordenavam, cada uma nos seus âmbitos territoriais, com a polícia e com outras agências locais, e também existiam grupos paraestatais, paramilitares, ou para-funcionais, para-repressivos, que eram financiados pelo Departamento de Estado. Nesses grupos se incluíam as pessoas que eram da *Dirección Nacional de Información e Inteligência*, operadores das *OCOAs*, operadores do *SID*. Apresentei à Justiça uma lista dos nomes dos agentes, que não tornei público por razões óbvias, já que isso poderia ser um ato difamatório, para que eles investiguem de quem recebiam um pagamento ou um pagamento melhor do que o que possuíam da Embaixada Norte-Americana, naqueles anos. E se alguém olha a lista, essas pessoas são todas operadoras repressivas que até tinham um mecanismo engracado para receber o dinheiro uma vez por mês. Havia um que ia à Embaixada, recebia todo o dinheiro, e logo o dividia e o chamava o Combo, em alusão ao McDonalds. Então, cada um recebia seu *lanche feliz* e eram pagamentos significativos na medida em que a Embaixada Americana dispunha de dinheiro e financiamento e podia fazê-lo. Também sabemos que as primeiras armas da *Juventud Uruguaya de Pie*, nos anos 70, provieram dos Estados Unidos. Quer dizer, há uma ingerência direta, constante e permanente de tudo o que foi o processo no Uruguai. Estou convencido de que Barreiro Neira não integrou uma estrutura orgânica estatal, como funcionário público, quero dizer, não foi da polícia e não foi um militar. Barreiro Neira era uma pessoa que sabia de eletrônica e foi cooptada pela *Juventud Uruguaya de Pie* e, logo, ascendeu a espião, a agente secreto, como eles diziam, nessa época, que era, nada mais nada menos que um grupo paramilitar, e um grupo paramilitar conectado com esses outros grupos repressivos estatais e a Embaixada Norte-Americana. Por isso, quando Barreiro Neira fala daqueles que podiam estar vinculados ao destino de João Goulart, acaba mencionando uma pessoa do *SID* ou da polícia argentina, que é quem, no Hotel Liberty, havia trocado um comprimido do medicamento de João Goulart; menciona um agente da CIA; menciona

agentes uruguaios e esse *mix* de repressores somente podia combinar-se em um lugar, que era na Embaixada Estadunidense. Os agentes da CIA, a meu ver, estão diretamente implicados. Também estão no caso de Cecília Fontana de Heber, no qual operam algumas dessas pessoas. Nesse caso, pude investigar mais, no Uruguai, e pude (ininteligível) a um ex-agente da *OCOA*, um desses grupos de conexão, o qual me explicou como eram as operações e me proporcionou os nomes da pessoa que havia escrito uma missiva para aqueles vinhos envenenados e o nome da pessoa que levou esses vinhos aos domicílios, resultando na morte de Cecília Fontana de Heber. Essas pessoas estão diretamente relacionadas com a direção da Informação e Inteligência Policial, que era o primeiro lugar armado pelo departamento de Estado como sistema repressivo, no Uruguai. E curiosamente a morte de Cecília Fontana de Heber não é investigada pelos Homicídios, não é investigada pela polícia comum, é investigada pelo Departamento de Narcóticos, e é inexplicável, hoje, pensar que o assassinato dela, um assassinato político com um vinho envenenado, seja investigado pelo Departamento de Narcóticos. Somente pelo veneno podia implicar na Narcóticos, mas certamente esse departamento, no Uruguai, havia sido criado pela CIA como uma subagência pela qual, face as pressões do financiamento dos grupos de inteligência, financiava as mesmas operações através do suposto combate contra as drogas, já nos anos 70. Então, o chefe da Brigada de Narcóticos, que era um agente da CIA, uruguai, mas contratado pela CIA, é que se encarrega de investigar o homicídio dessa mulher que eles mesmos haviam assassinado. Esse jogo só é possível com determinados níveis de financiamento e cobertura, e se falamos de financiamento e cobertura, não é preciso ver filmes para saber que nesse período da guerra fria, o Departamento de Estado Norte-Americano e em particular a CIA tiveram uma ingerência direta no que acontecia no Uruguai.

Tenho minhas dúvidas que existisse um contato direto Berriós e Carlos Milles. O que não tenho dúvidas é que o mecanismo é o mesmo. Quer dizer, um grupo operativo repressivo em Chile, em plena Operação Condor tem um médico ou um cientista louco fazendo veneno para matar pessoas com gás Sarin nas ruas, e em Uruguai há um químico farmacêutico ou um médico especializado em venenos, capaz de modificar um medicamento a ser introduzido nos remédios

de uma pessoa que pode ser assassinada, ou capaz de injetar veneno em um vinho por meio de uma hipodérmica por uma rolha. Provavelmente, se observarmos alguns casos na Argentina, no Paraguai e não sei se no Brasil, vamos encontrar que os grupos operativos provavelmente tiveram, sempre, algum cientista dentro da mão-de-obra de que dispunham os repressores.

Carlos Milles, segundo Neira Barreiro, foi quem injetou o veneno nas garrafas de vinho e foi também quem preparou os comprimidos que causaram a morte do presidente João Goulart. Quando tomamos conhecimento dessa declaração, viemos à prisão de Charqueadas, para entrevistar o apenado a fim de obter mais dados e tratar de corroborar sua história. Mais especificamente, com relação a Carlos Milles, diz que foi um médico forense, uruguai, que atuou na época da ditadura e que, já na democracia, quando ele tentou arrepender-se, e queria chegar a dizer o que sabia, foi silenciado por outros ex-companheiros. Barreiro Neira diz que essa pessoa caiu do primeiro andar de sua casa, que foi empurrado e, portanto, assassinado. Na investigação que realizamos no Uruguai, e são documentos que entrego agora ao presidente, confirmamos que, definitivamente, ele foi designado pela Suprema Corte de Justiça do Uruguai como médico forense do julgamento de (ininteligível) de Pando e que, em 1991 faleceu. Na sua certidão de óbito o médico forense registrou que ele sofreu uma contusão cerebral e tive a oportunidade de falar com o médico forense que realizou a autópsia de Carlos Milles e ele me disse que a contusão cerebral foi como consequência de uma caída de um primeiro andar. No entanto, o médico não pôde determinar se foi suicídio ou se ele foi empurrado. Esse dado como dizia Roger, corroboram o relato que faz Barreiro Neira. Ou seja, as informações que Barreiro Neira relata em suas declarações foram confirmadas pela nossa investigação. Para encerrar, volto a repetir que é muito importante ter acesso a toda a documentação. No Uruguai, apenas recentemente podemos ter acesso a documentos do Ministério do Interior, e aos da chancelaria e do Ministério de Relações Exteriores. Creio que se vocês conseguirem isso no Brasil obterá mais dados em relação à morte de João Goulart e a outros tantos casos de direitos humanos. Isso é o que tenho a acrescentar, no momento, a esta comissão.

O SR. JAVIER BARRIOS BOVE – Sim. Havia dois grupos *gamas*. Um secreto, que atuou na obscuridade e que

pode ser perfeitamente o que atuou em 1976 ou 1978, em ambos os homicídios, e o que integrava Neira Barreiro, e um *gama* formal, quando, devido aos seus horrores, o grupo *gama* secreto teve de regularizar suas atividades e se criou esse *gama* institucional em 1979 e 1980. Isso não quer dizer que não tivesse já em funcionamento antes, e que Neira Barreiro não o integrara, pois há registros oficiais.

REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO

DATA DE 08 DE MAIO DE 2008

Depoimento do senhor Mario Neira Barreiro (preso na PASC (Presídio de Alta Segurança de Charqueadas), com participação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos)

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO –

Enquanto eu pude minimizei as conversações de Goulart, as reuniões, mas quando surgiu o descobrimento pelo oficial Otávio com relação às conversações que eram mantidas em outro telefone, em uma cabine telefônica de São Rafael, a partir daquele momento escapou das minhas mãos. Por quê? Porque ali começou a aparecer o Plano R – Plano do Retorno –, as ligações para Arraes que estava vinculado com o Serviço de Inteligência Argelino; as ligações para Abelardo Jurema; ligações para várias pessoas que estavam envolvidas neste suposto plano; para Raul Riff, fundamental artífice do Plano do Retorno. Então, depois foi descoberta aquela tática de Goulart com relação a não atender as ligações de pessoas suas mais amigas no telefone 22030, que era o telefone da Fazenda El Milagro.

Depois, ele se negou a atender um telefonema do seu amigo, o general Juan Domingo Perón. Depois, negou-se a atender ao Miguel Arraes, que ligava da Argélia, que não estava ligando da outra esquina, mas de outro continente, e era amigo dele. A partir dali começou aquela suspeita: por que ele não atendeu Arraes, que era seu amigo? Por que não atendeu o Raul Riff, que foi seu secretário de imprensa, seu amigo pessoal? Depois disso surgiu aquele número da cabina telefônica, de onde ele ligava para fazer seus planos conspiratórios – hoje, podemos dizer que ele não estava conspirando, que os conspiradores éramos nós, mas naquela época quem estava conspirando era ele.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu tenho informações dos planos do Brizola porque a equipe a que pertencíamos era a Equipe Centauro, e a que monitorava Brizola era outra equipe, a Equipe Antares. Mas quando começaram a morrer os agentes de modo misterioso: um pulava do primeiro andar, outro caía, jogando bola, e quebrava o pescoço, e daí por diante, quando isso começou a acontecer, eu tive de me associar a alguém que estivesse do meu lado. Procurei outro agente que fazia parte do grupo que vigiava Brizola. Mas sabíamos pelos informes que chegavam do DOPS, enviados pelo delegado Fleury, por intermédio do adido do embaixador, do Pio Corrêa, do Lili de Fontela, de todo aquele pessoal da embaixada do Brasil, chegavam caudais, muita documentação.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Nós tínhamos um diretor do serviço secreto, que era um general. Tínhamos um coordenador, um chefe de divisão. Havia uma série de hierarquias circunstanciais que eram exercidas por algumas pessoas. Na verdade, a hierarquia era muito limitada, porque existiam três hierarquias. Para ser agente da inteligência do governo, já era um agente especial que era um oficial. Depois havia o agente chefe e agente superior. Não tinha o tenente; não tinha sargento. Não havia isso. Eram agentes. Eu era chamado de tenente Tamús; outro era chamado de delegado Fulano; o coronel era chamado de capitão ou doutor.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Aliás, quem poderia falar muita coisa, todavia nunca foi consultado, o delegado Romeu Tuma que era o chefe do serviço secreto do DOPS. Ele não era do Sigma, mas era uma pessoa realmente importante.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Romeu Tuma era chefe do serviço secreto e estava lá no DOPS, com Monteiro e Aderbal, fazendo seus *grampos*. Mas o que ocorre? Não vou falar nada com relação a Romeu Tuma, porque Romeu Tuma é um senhor senador da República, e eu sou um Zé- ninguém. Mas Romeu Tuma, de algum modo, também elaborou informes com relação a João Goulart. Não era à toa que ele estava lá na França coincidentemente quando esse moço, o senhor Christopher, nasceu. Nós tivemos um informe tão minucioso: reuniu-se com Abelardo Jurema; esteve na casa noturna tal; foi à rua tal; assinou o livro de condolências na sede diplomática da China com relação à morte de Mao Tsé-Tung.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O Romeu Tuma

esteve lá elaborando um informe muito minucioso que chegou à nossa mão. Um informe do DOPS chegou lá, através da sede diplomática, com relação à visita de Jango nas circunstâncias do nascimento do neto Christopher, o filho do João Vicente. Quer dizer, existia uma missão executada por um órgão de inteligência do governo e, concomitantemente, existiam outras investigações paralelas, porque, por exemplo, o Sigma e o Gamma eram as inteligências dos governos militares, e o Tuma era chefe do serviço secreto. Ele estava sempre em cima do muro. Ele não se comprometeu na Operação Escorpião porque pertencia ao serviço secreto da polícia, e ninguém fez nada contra o Tuma por isso. Ele é um senhor legislador. Então, sobre o Tuma não vou falar.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O delegado Fleury era um assessor. Na época, era um agente de um grupo de inteligência especial do Brasil que se chamava Sigma. Era o serviço de inteligência do governo militar, anti-revolucionário. O Sigma era o serviço de inteligência do governo, que substituiu o CIEX que fora criado anteriormente, que funcionava no Itamaraty. Houve uma evolução no Brasil com relação ao serviço secreto da inteligência, ou seja, a polícia tem a inteligência; o Exército tem sua inteligência; a Marinha, a Aeronáutica tinha o SISA.

Estou-me referindo ao SIEX que não é o CIEx do Exército. Estou falando que o Sigma veio como resultado de uma evolução do SIEX que era o Serviço de Inteligência Exterior. É outra coisa. É algo que funcionava no Itamaraty. Era outro órgão que foi criado pelo Pio Corrêa, que depois foi representante diplomático do Brasil em Montevidéu. Aí houve uma série de mudanças, porque ocorre que a inteligência do governo não pode estar infiltrada pelo serviço de inteligência dos Estados Unidos, e isso foi o que desqualificou a direção nacional de informação e inteligência a trabalhar no caso.

Então foi criado o Departamento de Inteligência e Enlace, que pertencia à Polícia de Montevidéu. Não era uma polícia federal de inteligência. Então, a partir daí foi criada a Direção Nacional de Informação e Inteligência, que era um órgão federal, com jurisdição em todo o país. Esse órgão que viria a ser uma polícia federal poderia atuar em qualquer parte do país, porque os guerrilheiros não se centralizavam em Montevidéu. Havia guerrilheiros em Tacuarembó, em Bella Unión, então havia a necessidade de um órgão que tivesse jurisdição nacional. Portanto, foi criada a Direção Nacional de

Informação e Inteligência, de onde o Castellone(?) Castro foi diretor e permitiu uma série de anormalidades.

Assim como se criou a Direção Nacional de Informação e Inteligência, foram criadas as instâncias, as diretrizes, os conselhos, as influências de todo o tipo dos Estados Unidos. Sem a influência dos Estados Unidos não haveria aquela inteligência. Aconteceu uma coisa completamente errada, porque a inteligência já não dependia da Chefatura de Polícia. Dependia, administrativamente, da Chefatura de Polícia, ou seja, seus empregados dependiam do salário da Chefatura de Polícia de Montevidéu.

Mas eles tinham acesso direto ao ministro do Interior. E como foi um órgão criado pelos americanos, os americanos colocaram ali a quem eles quiseram. Por exemplo, o Jorge Vazquez Petrilli(?), que era o secretário do diretor, Castellone(?), que era agente da CIA. O meu amigo, o delegado Hugo Campos Hermida era um agente da CIA. Era meu amigo, foi meu instrutor, mas ele era um agente. E qual era a necessidade de mais um órgão? Se havia a Direção Nacional de Informação e Inteligência, para que a inteligência do governo?

Aí, está o problema. A inteligência do governo, o Gamma, do Uruguai, e o Sigma, do Brasil, tinham uma razão de ser, porque a inteligência do governo não podia estar infiltrada pelos agentes da CIA. Por esse motivo é que foi criado aquele grupo. O Gamma tinha jurisdição nacional e não estava integrado por agentes da CIA ou por colaboradores da CIA. Tanto é assim que, quando mataram a um dos nossos agentes, isto é, foi assassinado, eu sugeri por que não nomeávamos o comissário Hugo Campos Hermida para servir conosco, porque foi nosso instrutor. Era um homem que tinha sangue, que ia para frente, que dava tiros. Responderam-me que não poderiam colocar uma pessoa que trabalhava para os Estados Unidos. Então, aquele órgão que representei e do qual fui parte integrante, esse órgão não estava viciado pela CIA, não havia nele infiltrados, tanto que me ofereceram dinheiro, quiseram que eu fosse colaborador da CIA, e eu não podia trair os princípios do meu país. Fui doutrinado para servir a meu país.

O Sigma, do Brasil, veio a substituir aquele viciado órgão do Itamaraty, criado pelo Pio Corrêa. Por quê? Por que, como o governo teria um órgão de inteligência infiltrado pelos Estados Unidos? Isso foi o fim da picada. Foi criado o Sigma, e o delegado Fleury foi escolhido pelos generais para fazer parte

daquele órgão.

Então, durante a presidência do General Ernesto Geisel, ele foi um dos assessores do Sigma, e o Sigma era dirigido pessoal e diretamente pelo general-presidente. Não havia intermediário entre o general-presidente e os seus auxiliares, seus assessores, como por exemplo, o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury. Por exemplo, Tuma não era do Serviço Sigma, ele era do Serviço Secreto do DOPS, mas não tinha acesso direto ao General Geisel. Agora, antes de ser criado o Sigma, havia o Serra 17(?), que era um órgão que substituiu o Centro de Informações do Exterior – CIEX –, de inteligência política do Itamaraty foi substituído por um órgão, que se chamava Serra 17(?). Assim foi denominado, porque a sala do general Golbery era a de número 17. Então, é preciso explicar melhor: Os generais do Brasil sabem melhor do que eu, por isso vou-me limitar a falar o que eu sei do meu país.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO –Os Estados Unidos foram fundamentais na morte de João Goulart, e a Polícia da Direção Nacional de Informação e Inteligência darão péssimas informações a meu respeito, porque se tratava de um órgão assalariado dos Estados Unidos. Fui sempre inimigo daquela política dos Estados Unidos, de invadir outros países, influenciarem nos destinos de outros países, mas em algum momento tive que ir pedir ajuda aos Estados Unidos. E quando isso ocorreu, subornaram-me com 50 mil dólares, para que eu ficasse quieto, para que eu ficasse calado, não falasse mais, mas o que eu fui fazer naquela embaixada norte-americana não foi pedir dinheiro, não fui subornar os Estados Unidos.

Eu fui preso pela Inteligência, acusado de tirar 50 mil dólares dos Estados Unidos. Agora, eu me pergunto: se eu tenho um dossiê, vou aos Estados Unidos, à embaixada, à sede diplomática, e peço 50 mil para ficar quieto e os Estados Unidos me dão, por quê?

Então, como terminou? O que me prendeu, o delegado Boris Torres, ficou com os 50 mil dólares; eu fiquei com as minhas dores no corpo; e os Estados Unidos não fizeram ocorrência contra mim.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO –

Com relação ao dia em que fui buscar o delegado Fleury. Fui buscar ele numa base aeronaval que se chama Base Aeronaval Capitán Curbelo. Ele tinha chegado em um avião militar, um avião de grande porte, pilotado pelo Coronel Ferdinando Muniz. Na época, o Ferdinando Muniz era coronel-

aviador e integrante do SISA – serviço de inteligência da Aeronáutica – e, ao mesmo tempo, era agente do Sigma. O coronel, que tinha o nome de guerra de comandante Calixto, trouxe, um avião da FAB – da Força Aérea Brasileira – até a Base Aeronaval Capitán Curbelo. Até lá fui eu fui, em um carro proporcionado pelos Estados Unidos. Era um dodge dart, cor verde chumbo. Eu fui lá e fiquei esperando.

Fui lá buscar e ele não havia chegado. O avião não havia chegado. Tudo isso foi porque surgiu o fato do plano R – o plano do Retorno –, o traslado clandestino do ouro por Maneco Soares Leães e outras coisas que se acumularam. E eu telefonei ao delegado Fleury e lhe disse: – *Dr. Barreto, você tem que saber isso: me foi comunicado que o retorno do João Goulart é um fato iminente.* Eu liguei para 221, eu telefonei para o delegado Fleury, 2212341, era um telefone do DOPS, da ordem social. Era o telefone do próprio diretor do serviço, o delegado Fleury.

Eu falei para ele o que me foi transmitido. Quando expliquei para ele que o João Goulart tinha um plano de regresso ao Brasil, ele me disse: – *Me aguarde, vou-lhe notificar depois de eu conversar com meus superiores.* Daí que ele veio a Montevidéu. Fui buscar lá. Esperei duas horas numa guarita de blocos de concreto que ficava fora da base aeronaval. Tinha uma barreira, uns guardas e o campo estava lá nos fundos.

Eu fiquei esperando duas horas, até que chegaram os dois.

E, na sala, o general uruguai até parecia que não acreditava naquilo que o governo do Brasil tinha determinado, porque a cara dele disse: – *Mas o general disse que nós temos que dar um jeito em João Goulart? Isso é o que você me está falando?* E ele disse: – *Bom, ele não me disse com essas palavras, o general. Eu falei com o presidente, expliquei que ele tem um plano, ele vai voltar em breve, e ele disse: Sabe uma coisa, Fleury, eu não quero nem saber, não quero saber mais do João Goulart. Você sabe o que tem que ser feito? Bom, então vá lá e faça logo. Não me diga mais nada do João Goulart. Quando a gente se reunir novamente, eu quero que isso do João Goulart esteja resolvido.*

Então, o que acontece? O general uruguai disse: – *O presidente do Brasil disse que nós temos que matar o ex-presidente João Goulart?* O outro disse: – *Não, não com essas palavras, mas você o que interpreta? Então, nós queremos*

saber se vocês vão matar. Sim ou não? Vão fazer ou nós vamos fazer – aqui no território de vocês ou onde der lugar, mas tem que ser feito. – Não, não. Se é assim, a gente faz.

Então, eu vi que a sorte de João Goulart, aquele dia, estava lançada. O João Goulart ia morrer, um dia mais, dois dias menos. Tanto que se ele não tomasse o remédio, o composto químico que ia matar ele, mesmo não tomando o remédio, ele seria morto a tiro.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Nessa reunião, se falou de uma troca de remédios. Se não desse certo, iria ser organizada uma ação armada e seria invadida a fazenda para matar João Goulart aos tiros. O governo não deu, digamos, uma minúcia sobre como ia matar, mas o general disse: – *Não, deixa conosco. Nós vamos fazer.* E daí em diante, a cúpula do Gamma, o serviço secreto, já sabia que o João Goulart ia ser morto e que havia prioridade máxima na morte do líder político brasileiro.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O médico se chamava Carlos Milles Golugos. É médico-forense – Carlos Milles Golugos – e respondia pelo codinome de capitão Adonis.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ele preparou. Os Estados Unidos forneceram um componente que foi colocado em alguns invólucros e terminou porque teve que fazer teste com as vítimas, no hospital. O médico teve que testar aquele veneno. Depois terminou o veneno, e ele fez outro veneno, seguindo as diretrizes dos Estados Unidos. Então ele fez, colocou um cloreto, colocou na digitalina. Eu sabia até que colocou, porque eu me interessei: – *O que é que está fazendo?* – *Não, eu estou colocando isso que...*

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu não entendia muito de química, apenas o que se aprende no segundo grau, mas eu vi que usaram um forno que se chamava autoclave, um desses de... um aparelho que tinha uma luz azul. Colocaram ali os líquidos daquelas ampolas, que diziam *uso hospitalar*, e, com aquela temperatura em 130 graus, o líquido evaporou e ficou toda uma camada de um pó que foi retirado daquele autoclave com uma...

Isso foi preparado numa sala que existia na sala Arenal, pelo...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Não. Os agentes não sabiam onde que ficava a base Arenal, porque, para entrar na base Arenal, ele tinha que chegar até um ponto x e, no ponto x, ele abordava uma caminhonete dos correios, entrava

lá, e o motorista levava e só abria lá dentro, quando a pessoa estava dentro da base. Ninguém sabia ao certo onde é que a base ficava. Mas dava para perceber o barulho dos trens, o trem passando. Sabia-se que era perto da estação da central de trens. Sabíamos que era no Bairro da Aguada.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu tenho uma cronologia, Sr. Deputado, bem detalhada de quantas visitas fez Fleury, do qual terminei sendo amigo pessoal. Mas o Fleury também foi usado, assim como foi usado... E um dia morreu em 10 centímetros de água. Mataram o Fleury. E não apenas mataram o Fleury; mataram até o Nicolau, até o filho do Fleury, que começou a investigar sobre a morte. E mataram o afilhado do Fleury. O Laércio também morreu, porque o Laércio se conectou... O Laércio tinha nascido de uma relação do delegado Fleury com uma dançarina de uma boate – agora não me lembro, Matete ou Catete, não me lembro o nome da boate. E o Laércio nasceu do Fleury e daquela dançarina. E era gente do serviço secreto. Era uma boate que ficava na Boca do Lixo lá em São Paulo – Boca do Lixo se chamava o bairro. Ele nasceu dessa união, mas, quando ele viu a morte do pai – do pai, ele era um filho bastardo –, aí procurou o seu outro irmão e disse para o Nicolau: *Sou teu irmão, sou filho do Fleury. Eles o mataram. Foi uma queima de arquivo. Ele não caiu do barco assim como... Essa história está mal contada. Deram uma coisa para ele tomar, e ele teve uma queda de coração, e caiu na água, e morreu.*

Aí, quando eles começaram a investigar, o Laércio morreu dentro de um barco, morreu dentro de um barco afogado em 10 centímetros de água no barco, lá em São Paulo. E em pouco tempo morreu o Nicolau, filho do Fleury. E assim foi indo, né. Foi morrendo um, foi morrendo outro.

Morreu o Carlos Milles. Foi assassinado, porque... Hoje podem dizer: *Não, mas o Milles não era agente do serviço secreto.* Mas como? Por que o senhor usava duas pistolas 9 milímetros no corpo, andava vestido como um *gentleman*, de terno e gravata, portando aquela arma de grosso calibre, pesada? Até quando saía para comprar o pão cacetinho da manhã, ele ia armado. Por quê? Que me diga a família.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O Milles... O Milles se reuniu com o Romualdo. O Milles se reuniu com o Romualdo lá na base Arenal para fazer uns testes de... Nesse grau de conhecimento, assim, eu não posso especificar se era gás Sarin ou se era botulínica. Não me lembro no que eles

estavam agora se aprofundando, mas o oftalmologista do presidente Figueiredo se reuniu lá na nossa base para fazer testes e experimentos com substâncias.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O médico oftalmologista? O médico Romualdo. O Romualdo era o médico que atendia o presidente Figueiredo. Romualdo... Não me lembro agora. Ele...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eles se reuniram... O Milles era amigo do Hermes. O Hermes tinha fugido do Chile, e o Uruguai homiziou o Hermes porque...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O oftalmologista foi, um tempo antes da morte de Goulart e depois da morte de Goulart, com relação a um composto químico, ou seja, parece que o Brasil estava interessado naquela fórmula que tinha dado bom resultado, não é? Primeiro ele foi lá e se reuniu com o Milles, aí falaram...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – É, o composto químico deu resultado. Desgraçada e lamentavelmente, deu resultado com a morte do Fleury, com a morte do Goulart e, como deu resultado...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Foi antes e foi depois. Houve duas, pelo menos duas viagens do Romualdo feitas a Montevidéu com relação a Milles. Milles, Romualdo e o.... e o Hermes. O Hermes era...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ele era um agente do serviço do Sigma, era um agente da inteligência, que esteve envolvido com a... acho que esteve envolvido até com a morte do Juscelino, esteve envolvido em muitas coisas. Aquele era agente do SISA, estava com o Burniery(?), com toda aquela gente da ala radical. Era um oftalmologista. Diziam lá no Uruguai que ele era infectologista, mas depois eu soube que não era infectologista, mas oftalmologista.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Faço anotações, mas agora...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Não. O veneno foi, em primeira instância, trazido pelo Papa Doc, pelo Frederick Latrash. Ele trouxe o veneno. Ele que entregou para o Milles, e, quando, aquele veneno, nos testes de efetividade acabou, o próprio Milles, seguindo diretrizes que foram emanadas da sede diplomática através do Latrash, ele fez mais quantia, e houve outras disseminações colocadas mais vezes.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Mas é simples. O que trouxe o primeiro veneno foi o agente da CIA. Depois que

terminou... Chegou um momento em que nós pensávamos que aquele veneno era ineficiente, que o Jango tinha trocado de remédio, já não estava mais tomando aquele remédio do Liberty. Então, ficou aquela dúvida, né? Por quê? Os remédios foram trocados.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – É, não é um veneno, não é um veneno.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Então lhe ficou claro, doutor, que, quando chegaram a duvidar da eficiência do veneno, foi fabricado outro, no Uruguai, sob diretrizes, sob indicações e que, segundo o Carlos Milles, ficou até melhor do que aquele que eles tinham fornecido em primeira instância.

Então não sabemos qual é o veneno que matou. Por que não sabemos? Porque foi trocado pelo Hector, no Hotel Liberty...

Era um componente químico. Aumentava a pressão do músculo cardíaco, aumentava a força do músculo cardíaco. O outro era um anticoagulante, uma digitalina, uma coisa que variava a densidade do sangue. Então, se você aumenta... O outro componente aumentava o ritmo cardíaco.

Então, um aumenta o ritmo, o outro aumenta a pressão. Logicamente, se ele tomava um Adelfan – era um hipotensor – e... Uma pessoa com o histórico do João Goulart, já com todo aquele problema médico, ia tomar uma coisa que era um hipotensor e um ativador do músculo cardíaco, lógico que ia morrer.

Eu tomei por engano e...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Por exemplo...
Eu não morri...

Nós tivemos uma reunião com o Carlos Milles na casa da Thomaz Tiago, 765. O Carlos Milles e o Hugo moravam na Thomaz Thiago, 765, aí onde ele supostamente caiu do 1º andar – mataram ele.

Tá, tudo bem, vou ser concreto.

Tivemos uma reunião...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Tivemos uma reunião ali na casa do Milles com umas moças. A mãe dele, dona Rosa, tinha saído, e nós tivemos a reunião. Terminou o uísque, e eu vi uma garrafa de uísque Johnnie Walker, e a primeira coisa que fiz – não esperei o Milles chegar: abri aquela garrafa e tomei dois ou três copos. Comecei a sentir uma coisa aqui no meu pescoço, uma coisa como uma coceira na cabeça.

Fiquei meio avermelhado. Ficou meio dilatado o meu pescoço, mas eu não morri. Ele, quando veio, me encontrou e me disse: *Você tomou desta garrafa?* Ficou apavorado.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O mesmo, o mesmo veneno. É o mesmo componente. Então quer dizer: eu não morri e tomei por engano né...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Olha, o Frederick Latrash é uma pessoa das mais qualificadas dos Estados Unidos, uma pessoa inteligente. Ele também...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Mas dependia dos Estados Unidos tudo, né, porque eles foram os que pressionaram, eles foram os que estiveram sempre atrás. Por exemplo, os Estados Unidos chegaram a comprar informações para saber o que falava João Goulart, para saber aonde ia, se ele estava com briga com a dona Maria Thereza por causa da Eva de León, se ele... Bom, todas as informações os Estados Unidos compravam. Davam, forneciam prêmios, presentes. Toda a infra-estrutura do Uruguai foram eles que deram, e o Latrash era o homem. O homem nº 1, no Uruguai, era ele. Ele é que sabia. Ele mandava mais que o comandante-em-chefe do Exército.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ele... Ele terá recebido ordens, mas ele é o homem que esteve por trás de todo o crime, né? Ou seja: não participou, ele não colocou o comprimido na boca do Goulart, mas, se tudo aquilo aconteceu, foi pelas pressões que eles fizeram.

Eles queriam o Brasil como um país aliado dos Estados Unidos. Havia a Guerra Fria, aquelas coisas todas se disputavam os territórios, e, para eles, era mais confiável aquele regime ditatorial, aquele regime militar, porque era um regime de direita que nunca iria estar a favor dos russos. E o Latrash fazia seguramente o que o Henry Kissinger mandava, o que o governo norte-americano determinava.

Então, lá, no Uruguai, fomos forçados, fomos forçados a cooperar com o Brasil, e a prova disso é que, quando foi preso aquele delator do Tarzan de Castro, que era informante agente dúbio – sei lá como chamar aquela criatura – quando ele foi preso, no Uruguai, o Tarzan de Castro estava com duas

armas. E nós não sabíamos que havia uma operação secreta em nosso território. Isso é ilícito.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Não há uma ligação entre Latrash e Tarzan de Castro, mas a equipe que estava monitorando João Goulart, clandestinamente, tinha vínculo com a Embaixada dos Estados Unidos – não sei se com Latrash ou com quem, naquela época, porque, quando isso ocorreu, eu não pertencia ao serviço secreto.

Agora, uma coisa é certa: o Brasil enviou agente a operar em um país vizinho, onde não tem jurisdição, amparados pela Operação Jacarta. O Tarzan de Castro já havia sido guerrilheiro, tinha sido cooptado por Fleury e estava lá armado e com uma farta informação do Partido Comunista e um monte de coisa.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O Pio Corrêa forneceu informações que chegavam do DOPS, chegavam a Montevidéu, e nos retiramos lá, na Avenida Boulevard Espanha. O Pio Corrêa já tinha uma boa relação com o Latrash, tinha uma boa relação com o Peter, tinha relação com todos esses gringos. Ele se dava melhor com os Estados Unidos, era um agente deles, era um araponga, um assalariado. Sei lá o que que ele era, mas quando eu fui...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Na embaixada, o Lilite(?) Fontella, e tinha uma mulher, ali, secretária. O meu supervisor me mandou buscar um *habeas data*, um documento que falava muita coisa da vida pregressa de João Goulart. E, se não estava o Pio Corrêa, poderia falar com o Lilite(?) Fontella ou com outra pessoa. Não me lembro se... Era uma mulher e o Lilite(?)... o Fontella e outra mulher. Os três eram auxiliares do...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Uma vez, só uma vez, eu me encontrei, assim como estou na frente de vocês, com Pio Corrêa, aquele homem de nariz grego – somente uma vez. Fui mais umas quatro vezes na Avenida Boulevard Espanha. Uma vez me atendeu um tal Fontella, o Lilite(?) – não sei se era o Lilite(?) ou era a moça, mas um era Fontella, um tal Fontella, que era um de cabelo (ininteligível), e mais uma moça.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – De alguma coisa eu me lembro, mas... Por exemplo, do veneno... O veneno, primeiro que veio, foi dado por eles. Eles que entregaram. Depois (ininteligível), mais outra quantia de veneno. Por quê? Porque se trocou aqueles comprimidos que estavam no cofre de segurança do Hotel Liberty, através do Hector Rodrigues. E, depois, ficou aquela dúvida: Será que esse homem nos descobriu?

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Hector Rodrigues é um ser insignificante, um Ivo de Magalhães assim.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ah, a escuta foi anterior à morte do Michelini e Gutiérrez Ruiz, nós estávamos interessados em saber. O que ocorre? O João Goulart ia freqüentemente àquele hotel e ficava ali com o Neiva Moreira, com o Gomes Talarico – toda aquela velharada – a bater papo, e nós queríamos saber o que é que ele falava.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – É, nessa ocasião foi o Hector Rodrigues porque nós tínhamos um araponga ali exclusivamente para nos auxiliar. Por que nós iríamos ali colocar? Foi ele que colocou os pontos de escuta, e nós fizemos uma monitoração, na qual o Jango foi escutado. Inclusive, nós ficamos muito preocupados por várias conversações de Goulart.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Com certeza. Aquele gerente, se a gente dizia que ia colocar uma escuta do João Goulart, lógico que não ia aceitar. O João Goulart era amigo dele. O João Goulart continuou a ir ao Hotel Liberty após a morte do Michelini e ficava sentado lá naquele *hall*, pensando, porque o amigo dele não estava mais – e um amigo de verdade de Jango! O Michelini falava horas e horas. Nós gravamos horas e horas de conversa.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Sobre tudo. Sobre Henrique Perrone, sobre o delegado Penteado, sobre o Trali(?), sobre Fulano, sobre muita gente que naquela época estava no DOPS, gente que era ligada ao serviço secreto.

Eu posso contar cada detalhe, somente que eu já contei um monte de coisas para os senhores, e eu não vejo nenhuma atitude de...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Há muito detalhe, muitas mortes, muita coisa que aconteceu, autoridades, generais envolvidos, pessoas que estiveram muito envolvidas.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Quando nós

fomos seqüestrar o Leonel Brizola lá, o Leonel Brizola neste dia tinha ido dormir na casa da Terezinha Zerbini e se salvou. E naquela operação de seqüestro, o seqüestrado ia ser o Leonel Brizola, o Cândido Aragon, que morava lá em Punta Carretas – o Almirante Cândido Aragon e o Castro Nóbrega. Íamos seqüestrar aquele coronel comunista. E nessa operação participou o Carteira Preta, o Cézar, aquele agente infiltrado no grupo do Brizola, que foi quem marcou os pontos onde era para prender, bem o presente na operação que o Gamma deu cobertura, o pessoal do Brasil veio a Montevidéu para fazer o seqüestro do Brizola, e eu participei como motorista dos agentes brasileiros.

Foi abortada aquela operação porque o Brizola não dormiu na casa. O Brizola dormia um dia aqui, um dia lá, então pedalaram a porta, e não encontraram o Brizola. Nesse dia, vieram vários integrantes do DOPS para o seqüestro do Brizola. Vários, por exemplo, além do Carteira Preta, aquele Carteira Preta que estava infiltrado, o Cézar, o V de Vitória, aquele agente investigador do DOPS. Além desse, veio o Perrone Filho, que era o chefe dos investigadores do DOPS. Além do Perrone Filho, veio um outro, agora não me lembro o nome, veio um outro agente que era investigador do DOPS, eu não me lembro se não era Aderbal(?) Monteiro, agora não me lembro. Mas veio o Fleury e aquela operação, eu tenho os dados de quando aconteceu a operação. Depois, um agente do SNI deu um aviso a Brizola e Brizola fugiu, pediu asilo e foi embora. Mas o Brizola ia ser seqüestrado.

Então, há muita gente que está envolvida neste assunto, não diretamente com a morte do Goulart, mas que fazia parte do entorno da investigação. Por exemplo, por que eu segui o Brizola aquele dia? Porque uma viatura tinha sido descoberta por Brizola. Brizola era muito esperto. Ali, o chefe pelo rádio me disse: *Vão atrás de um carro assim, assim, dirigido por Orlando, pelo PM, o motorista do Brizola, e sigam ele, porque ele está desconfiado.*

Nós começamos a seguir o Brizola, e Brizola rapidamente sumiu. Sumiu o Brizola. Cadê o Brizola? Foi embora. O major ficou brabo comigo, disse: *Mas o Brizola foi embora, nem para vigiar o homem servimos?* Aí eu olhei assim e vi o Brizola em um táxi, nos seguindo. E se Brizola estivesse vivo ia se lembrar que ele estava sendo seguido em Montevidéu e que em determinado momento ele se flagrou, ele se deu conta, ele tomou conhecimento que estava sendo seguido, que

alguém estava atrás dele, ele conseguiu nos burlar e nos seguir de táxi. Quer dizer, Brizola era um homem que hoje poderia confirmar muita coisa que eu posso dizer. E era meu inimigo.

Outra, o Miguel Arraes, quando eu pedi para a comissão investigadora o Miguel Arraes ainda estava vivo e ele era ligado com o serviço de inteligência argelino. Eu tenho até o número da filha do Arraes que o Jango falava, o número de telefone da Argélia. O número de telefone do Tito Riff, que estudava com o João Vicente, o número de onde ligava a Dona Maria Thereza. O dia em que roubaram, essa inteligência que fornece informações negativas sobre mim, esses que são assalariados dos Estados Unidos, esses estavam trabalhando nessa investigação, e o Boris Torres foi lá no dia do casamento da Stela Zulma Katz – a mãe desse senhor, o Christopher –, no dia do casamento, lá por janeiro – dezembro ou janeiro, não me lembro agora, se era dezembro de 75 ou janeiro de 76. Aquele dia, eles foram tirar fotos do casamento.

No aniversário de 75 – em 76, o Jango não comemorou o aniversário –, em 75 também estava lá, tirando foto da fazenda, de quem entrava, de quem saía. Chegaram até a colocar um agente infiltrado como empregado do Goulart no Milagro, e nós tivemos que dar um jeito porque eles eram ladrões. Senhores desta comissão, os agentes desse órgão que está hoje dizendo que eu quis extorquir os Estados Unidos, que pedi 50 mil dólares para ficar calado, esse órgão roubou um anel ou um relógio da Dona Maria Thereza. E Dona Maria Thereza dispensou uma empregada inocente. Claro, não porque ela fosse uma pessoa ruim, é que ela se sentiu roubada. Ninguém tinha entrado na casa e aí? Quem havia entrado? Os senhores da inteligência da DNII tinham entrado e roubado um anel ou um relógio que a tia Oraides tinha presenteado para a Dona Maria Thereza. Eu estou falando, eu não conhecia a tia Oraides, mas foi a tia Oraides que tinha presenteado aquela jóia, não sei se um anel ou um relógio para a Dona Maria Thereza.

Dona Maria Thereza se sentiu roubada, dispensou do serviço aquela coitada, era uma chilena, e nós tivemos que ir lá e encarar aqueles agentes para que terminassem de atrapalhar a nossa investigação, porque a nossa investigação estava caindo por causa da DNII. A DNII roubou da rua (ininteligível) documento, na rua (ininteligível) Pátria entrou também e roubou.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Bom, eu fazia as

gravações em fita magnética, depois que gravava o dia-a-dia, as 24 horas do 2002030. Eu gravava o número 2002030. Aquele número correspondia ao da Fazenda El Milagro. Eu prestava especial interesse no grampo telefônico, mais do que nada nos pontos de escuta. Os pontos de escuta estavam dispersos dentro da fazenda.

Depois que eu gravava, eu dava uma escutada minuciosa e apagava as partes vazias, deixava somente a informação útil.

Dessa informação, eu classificava, eu fazia de hermeneuta, de hermeneuta de informações. Tinha de interpretar o que se estava falando. Ali havia muita coisa que não se sabia o que era, porque... Por exemplo, interpretar um diálogo do Raul Riff e João Goulart era impossível. Interpretar o que eles estavam falando? Impossível, porque eles falavam em meias palavras. Não dava.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu fazia a transcrição literal e fazia a avaliação de informações. Eu entregava para o agente Roy ou pelo major Herodes, que era o comissário... na época, era o comissário...

Era o comissário Vaz.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O Roy? O Roy era o contador Cohen.

Ele era analista político. Ele era uma pessoa que era contabilista na vida particular...

O Roy? Era o Cohen, o contador. Foi morto também em circunstâncias muito estranhas.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu entregava para o major... Em primeira instância, essas avaliações foram entregues para um agente do serviço secreto que era um estafeta do correio. Nossas primeiras avaliações que eu fiz foram entregues para o Laércio, que era o filho bastardo de Fleury e era agente do Sigma. Depois, já não foi mais necessário...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Almiro Afonso foi o homem-chave dessa estratégia. E outro importantíssimo, dentro do Plano R, foi o Raul Riff.

Então a estratégia consistia no seguinte: o encontro, que foi todo generosamente substanciado, pago, patrocinado por Goulart com passagens de avião, tudo aquilo era ajuda de Goulart para aquele encontro, supostamente. Mas, por trás do encontro, havia uma face do Plano R que ninguém sabia. E era o encontro com o irmão do presidente Kennedy nos Estados

Unidos. Aquela delegação de políticos tinham pensado chegar em Brasília e se apresentar no Brasil. Todos aqueles políticos acompanhados dos amigos do Riff e da imprensa internacional, do *Washington Post*, do *Times*, de todos aqueles meios de imprensa.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Quando nós soubemos do Plano R, meu chefe me deu a ordem de ligar para Fleury, porque eu era o que falava melhor o português – ainda com dificuldade, mas escrevia muito bem – e tinha feito um vínculo de amizade com o Fleury, tinha estado lá em São Paulo, tínhamos saído de noite, tomado drinques. Eu tinha ido vigiar o Perci Penalva lá em Tacuarembó com o delegado. Eu terminei sendo amigo do Fleury. Então, como eu era amigo do Fleury... O Fleury... Dizia: *Ah, eu gosto dele...*

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – É. E eu liguei para o número 221-23-41, pedi para falar com o Dr. Vidigal Barreto.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – É. O Vidigal Barreto era o Fleury, né. Era o codinome, nome de guerra do Fleury. Aí o Fleury me atendeu, e eu disse: *O diretor disse para informar ao senhor que temos certeza absoluta da iminência do retorno a um plano no qual está Fulano, Beltrano, Sicrano.*

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ah, o Fleury ficou louco, não ficou surpreso! Ele ficou: *Mas esse Jango é um teimoso! Puxa vida!*

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O receio de o Jango voltar vinha de muito tempo atrás. Quando ele enviou o Perci, por exemplo, falar com o Solon Rodrigues, quando mandou o Perci...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O Solon Rodrigues era um correligionário. Ele era coronel. No tempo da morte do João Goulart, ele era o superintendente da Polícia Federal. Ele é um ex-coronel do Exército, mas o Solon Rodrigues não era somente um coronel, não era somente o delegado de polícia federal. Ele era um correligionário. Não tinha muitas aspirações políticas, mas era um amigo de Goulart. E o Perci Penalva era de confiança, era o gerente da estância e foi lá falar com o Azambuja, falar com o Solon Rodrigues sobre como é que está o campo de cultivo no Brasil, quais eram as circunstâncias para um eventual retorno. Ou seja, isso foi no mês cinco. No mês cinco, o Perci Penalva esteve em Porto Alegre, pesquisando como estava o clima para um eventual retorno. Há muito tempo atrás...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Bardesio? Aí, sim, já é diferente. Bardesio: me parece mais conhecido esse nome. Esse nome eu já... Acho que conheci esse Bardesio. Bardesio... Não me lembro se não era um militar ou um agente. Não me lembro agora, mas não me parece estranho. Bardesio me é familiar.

Uma vez preso, Tarzan de Castro e outros dois brasileiros apanharam, e ele disse que estava trabalhando para o delegado Fleury.

Foi com isso que o Uruguai tomou conhecimento daquela vigilância clandestina que estavam fazendo no Uruguai desse lado brasileiro.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ah, o Ivo Magalhães era pessoa amiga do regime. É uma coisa que nunca entendi bem, porque ele era amigo do regime. Ele ficou comandando a construção da represa El Palmar. Um caçado, um ex-prefeito de Brasília, um contrário ao regime e vai no Uruguai e fica...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Eu não monitorei o Alhambra. O Alhambra era o (ininteligível) Antares e...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Foi em 90 e algo. Tenho a data anotada ali. Tenho a data exata da morte de Milles. Foi em 93, 94. O Milles foi agente. Dona Olga que me perdoe, dona Rosa que me perdoe. Podem defender o filho e o irmão, mas eu lhes digo uma coisa: que dona Rosa e que... Bom, quando se dizia a dona Rosa que lhe haviam matado o filho, quando procurei dona Rosa e lhe disse: *mataram a seu filho...* Ela me disse: *Eu sabia que ele trabalhava em algo secreto para o governo, mas eu prefiro acreditar que ele caiu, que ele não se suicidou, porque senão nós teremos que enterrá-lo no cemitério Israelita em um setor separado, onde aqueles que se auto-eliminam...* Ou seja...

Ele está no Cemitério Israelita.

Ah, ele era mais velho do que eu. Ele tinha uns dez anos a mais do que eu. Ele deve ter nascido em 46. Mas eu tenho a ficha militar do Milles. Eu tenho a ficha das datas de...

Eu ingressei na infantaria em 1º de março de 1973.

Eu, e o Milles ingressou em 1972.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ele também era da infantaria, porque ele entrou para servir em um grupo que então se chamava Grupo de Ações Militares Anti-Subversivas.

Ele era médico forense...

Ele, acho que se formou, se graduou já estando dentro

do Gamma.

Estudante de Medicina, e depois ele foi doutor. Era uma pessoa bem-apessoada, uma pessoa que se vestia impecavelmente.

Aí o colocaram de supervisor do Pedro Bizca(?).

Ele era, não supervisor, o interventor do hospital. Ele era o supervisor do hospital, ele que sabia, ele mandava mais que o diretor.

Ele começou a dirigir o hospital, e o diretor dele, do hospital, chamou ele e disse: *Mas quem é o senhor?* Ele não estava sabendo. O diretor do hospital não sabia que o Milles estava com uma sala, dentro do hospital, dirigindo. Mas como funcionava tão bem o hospital através do Milles, o diretor o deixou anexo à diretoria.

Quando Milles se sentiu desprotegido, quando Milles se sentiu usado e desprezado, enganado, e não lhe foi dada a diretoria do hospital, como ele exigia, ele me contou algumas coisas, entre elas, que havia tramado a morte de (ininteligível), e que essa morte foi inesperada, porque haviam colocado veneno em umas garrafas de vinho, com o objetivo de matar o Mario Heber e infelizmente morreu Dona Cecília.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – O contador Cohen era uma pessoa muito inteligente. Tinha acesso a todos os escalões do poder político e era...

Ele era... Claro, ele era um agente do Gamma, era um supervisor. Não era só um agente; era um agente chefe, já estava até no segundo degrau.

Ah, vivia lá naquela casa de Pocitos. Estive com ele lá. Tinha um *vitreau* na casa. Tinha um *vitreau*, assim, na parede.

Quando morreu naquela situação meio confusa, eu pensei que ele poderia ter sido eliminado também, porque era ele que tinha acesso a todos os políticos. Ele tinha aquela facilidade. Ele fornecia informações muito boas. Ele estava numa parte nevrálgica do Gamma, e a parte de política da qual ele era chefe era uma parte muito importante. Ele era amigo de um presidente do GATT(?), era amigo... Bah, ele tinha uns vínculos muito grandes.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – A relação era assim: *Vocês tem que dar um jeito nessa Operação Escorpião, botar fim, ponto final nisso, porque vocês estão perdendo a credibilidade, estão ficando mal. O que o senhor vai determinar?* Aí ele disse: *Não, nós vamos dar um jeito.* Aí que Latrash... Não, tinha infiltrado, não estava infiltrado na Gamma,

mas tinha influências. Então, determinaram: *Bom, nós podemos fornecer um veneno; nós podemos... O que estão precisando? Necessitamos um auto, uma viatura discreta. Tá, um Dodge Dart serve? Sim, vai bem, pega um Dodge Dart. Necessitamos um detector NMR-scope. O NMR-scope está na mão. Necessitamos...*

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – A (ininteligível) era um órgão paralelo à autoridade na Argentina, e Argentina sabia do nosso trabalho, tanto assim que, quando se tratava de João Goulart, eles nem faziam questão de seguir nossos, nossos... Nosso trabalho não era seguido. Nós tínhamos liberdade de ir a Buenos Aires, entrar no Liberty, filmar o João Goulart quando entrada no Cine Rex...

É óbvio, é óbvio. Sabe, doutor, se você não participou, como sabe de tantos pequenos detalhes. É lógico, o Hugo Campos Hermida vai defender os interesses dos Estados Unidos. Dizer: *Não, ele não tem nada a ver com isso. A Embaixada dos Estados Unidos não tem nada a ver.*

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ah, com certeza. Doutor, o Ivo Magalhães colocado no maior empreendimento do Uruguai, que era a represa do Palmar, seria, mais ou menos, tão ilógico como colocar o dom Leonel Brizola de intendente de Montevidéu e o João Goulart de ministro da Agricultura do Uruguai. Sabe que isso não cabe na cabeça de ninguém.

O Ivo Magalhães estava à frente do maior empreendimento do regime por quê? Porque ele fazia parte. Como que é essa familiaridade do Ivo Magalhães com o regime? É simples. Ele estava com a Kika. A Kika era a mulher do Ivo. O Ivo de Magalhães tinha uma mulher que se chamada Kika Vivas(?). E a Kika Vivas(?) tinha uma irmã linda, linda, linda, muito linda, bah, uma mulher linda. E essa mulher linda era assídua companhia do Queirolo.

Então, o Queirolo era um general, mas não um qualquer general. Era o general que era diretor do serviço secreto. E a namorada do Queirolo era irmã da Kika. E a Kika era esposa do Ivo. Então, olha, ele era parte do sistema, por isso estava ali onde estava. Por que não colocaram no Ministério da Agricultura a João Goulart. João Goulart ajudou o Uruguai em tudo, porque até no plantio de soja, ele ia no Esmaco, ajudou, bah, mas é muita coisa.

Um dia, fomos à fazenda El Milagro colocar os microfones. Colocamos no quarto do Jango, onde tinha aquele quadro dourado, um quadro de um Cristo dourado. Colocamos

outro em uma mesinha escrivaninha que Jango tinha com a foto de John Fitzgerald Kennedy autografada. Colocamos outro no corredor. Bom, até no banheiro, colocamos um microfone. Nesse dia, eu fui dentro do quarto do Jango, e Jango tinha uma caixa de sapato cheia de dólares envolvida em papel de jornal. E, se eu fosse ladrão, eu pegava. Tinha uns 100 ou 160 ou 200 mil dólares. O dia que ele saiu do cassino. ganhou 160 ou 180. Eu tinha uma 9 mm. *Puxa, meu amigo, bah, caiu a casa, me dá essa grana.* Esta envolta em folha de jornal. Eu não sou ladrão. Até que passou alguma coisa pela minha cabeça: *Puxa, pensar que toda essa grana.* Né? Mas eu não sou ladrão.

E daí a versão de que eu monitorava Jango para roubar é... não é cabível. A versão da polícia de inteligência, por que eles não me processaram pelo suborno, pela extorsão. Porque, se eu vou extorquir o senhor, vou extorquir...

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Meritíssima, há uma parte que a colocação da substância letal, isso faz parte de uma fase, na qual teve participação o Dr. Milles e o Héctor Rodríguez. Nessa fase do veneno – digamos –, eu não estava. Não participei dessa fase, porque eu participava da monitoração.

Eu entrei na fazenda, entrei três ou quatro vezes, coloquei dentro de uma caixa de força, uma estação repetidora que se auto-alimentava com energia da própria fazenda. A família pode dizer. Tinha um transformador lá na fazenda que alimentava toda a fazenda e lá nos colocamos um transmissor para nós poder monitorar à distância.

Nós estávamos no hipódromo. Desde o hipódromo nós podíamos escutar as conversas do Jango através do rádio, coisa que antes não era possível, porque os microfones tinham pouco autonomia, pouca durabilidade das baterias. E os que eram alimentados da rede, que estavam nas tomadas, esses tinham pouco alcance, pouca área de cobertura. Então, nós colocamos uns transmissores, um retransmissor dentro da caixa de força da fazenda El Milagro.

Eu entrei na fazenda, eu participei da monitorização do princípio ao fim, eu fiz a transcrição dos textos, eu fiz, nos últimos tempos, a hermenêutica em inteligência – ou seja, fiz a avaliação política do que ele falava. E, logicamente, na última fase, quando se descobriu que ele tinha uma esquema, ali eu não podia fazer mais nenhuma coisa a favor do João Goulart, porque, se eu fizesse alguma coisa, seria morto.

Nós entramos um dia na noite. E, inclusive, tinha um

morador. Que o João Goulart era um homem generoso, tinha uma quantia de enteados, ajudava o Peruano, ajudava o Perez Perez, deu acolhida ao Vidal(?). O Vidal Laquet(?) morava lá e dormia até meio-dia. Era amigo. Era aquele desenhista que fazia... um desenhista, artista plástico. Então, o João Goulart pegava um mendigo na rua, que estava que era engraxate e dava aquele trabalho: *Não te dou uma esmola, mas tu quer trabalho, vai lá à minha fazenda.* Lá, levou um, levou outro. Até um ladrão, até um ladrão saído da cadeia, ele empregou. O ladrão foi roubar João Goulart, e o João Goulart terminou dando emprego deixou a fazenda nas mãos daquele, o Gutierrez. Aí disse... O Gutierrez chegou para roubar, e o Goulart disse: *Ah, você está buscando emprego? Então, tá.* Disse: *Quando pode começar a trabalhar? Quando o senhor diz. Pois já está nomeado.* Disse: *Olha, naquele quarto tem um monte de dinheiro, lá tenho isso ou aquilo. Você fica de dono da fazenda.* O ladrão não conseguiu roubar o João Goulart, porque viu aquele homem tão bom, disse: *Como? Não posso roubar.* Quando o João Goulart veio, ele disse: *Eu sou um ladrão, vim roubar o senhor, mas não posso roubar o senhor.*

Então, João Goulart estava rodeado de pessoas amigas dele de verdade, que ele auxiliava, que deviam favores. O Cláudio Braga... O Cláudio Braga dependia financeiramente do João Goulart.

E nós entramos um dia, o Vidal Laquet(?), esse desenhista, que, que, era – digamos – visitante permanente, o Goulart deu ali um quarto e ficou lá e comia, como tantos outros que o Goulart ajudava, dava de comer, dava dinheiro, emprestava dinheiro, que sabia que não ia receber nunca mais. Ele ajudava, ele emprestava dinheiro. Outro dizia: *Vamos fazer um documento? – O que é documento? E tua palavra? Não vai me pagar? – Sim. – Então. Não precisa documento!* E assim foi indo.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Ah, até o momento da morte do João Goulart, nenhum microfone foi removido dos que eu coloquei na fazenda. Na Fazenda El Milagro nenhum foi encontrado. Na Rua Canning, onde foram colocados três microfones – era outra residência muito bonita do Sr. Presidente João Goulart –, nessa ocorreu uma eventualidade inesperada. Alguma coisa incomodou a dona Maria Thereza e os móveis onde estavam os microfones foram

levados por envelhecimento ou porque ela não se agradou mais, sei lá o quê. Dona Maria Thereza mandou os móveis embora e nós perdemos três microfones na Rua Canning. Mas em El Milagro nenhum microfone foi removido. E no dia em que nós fomos remover (houve falha na gravação.) por um de seus apoderados, que roubou uma fortuna em ações no próprio dia. O João Goulart, todavia, estava com o corpo quente. Entrando lá na Fazenda El Milagro, roubaram uma série de documentos importantíssimos, entre os quais havia uma aspiração testamentária de João Goulart.

Ah, foi o Ivo de Magalhães! Foi lá. Eles não conseguiram abrir o cofre, pois não sabiam.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Sabe, doutora, João Goulart tinha uma companhia chamada Sun Corporation, que valia 1 milhão e 600 mil dólares. E a família está sabendo que foi roubado. Nesse dia, o João Goulart vinha ligando para o Ivo de Magalhães, e a Kika dizia: *Não está. Não está.* Queria reaver as ações. E nunca lhe devolveu as ações. João Vicente sabe bem que o pai estava furioso com o Ivo, porque o Ivo não lhe devolvia, não dava satisfações do que estava fazendo. Depois da morte do João Goulart, venderam a Sun Corporation, e o Ivo não deu conta pra família, ficou com o dinheiro. Quando donas Maria Thereza e Denise reclamaram, ali deu pouco mais de 100 mil dólares, uma mixaria de dinheiro, se comparado com o que valia aquela empresa. E dona Maria Thereza, mulher sem maldade, porque não queria confusão, pegou o valor parcelado. Primeiro, pegou 48 mil dólares, depois, 23 mil dólares, daí, 18 mil dólares. O Ivo de Magalhães pagou o que quis. Houve roubo, apropriações de caminhão, de maquinaria agrícola. João Goulart morreu e foi roubado descaradamente. Ninguém fez nada, nem a família se interessou em reaver a fortuna que ele tinha. Ele era muito, muito rico. A família nem sabia.

O SR. MARIO NEIRA BARREIRO – Do Sigma, meritíssima, fazia parte o Dr. Ronaldo.

Eu tenho o nome dele. Era médico oftalmologista. E fazia parte o Laércio, filho bastardo da união do delegado Fleury com uma dançarina de São Paulo, fazia parte... tinha uns

quantos que faziam parte de... Por exemplo, o Carteira Preta, o César, que participou da investigação do Brizola, ele não era parte do Sigma, era do DOPS, mas ele fez operações dentro do território uruguai. Tem uma lista muito extensa de pessoas que fizeram parte do Sigma e também fizeram parte do DOPS ao mesmo tempo. Eram agentes do DOPS e eram agentes do Sigma.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Está bom. Mario, muito obrigado. O pessoal amanhã retorna e conversa contigo.

REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO

DATA DE 18 DE JUNHO DE 2008

Depoimento do perito médico-legal Manoel Constant Neto acerca dos aspectos técnicos da autópsia e esclarecimentos quanto à possibilidade de ser encontrado algum indício do envenenamento na ossada restante do presidente Jango.

O SR. RELATOR (Adroaldo Loureiro – PDT) – Agradeço pela presença de todos.

Assim, já encaminhamos à direção do Departamento Médico-Legal – à Dra. Débora Vargas Lima – uma série de questionamentos que lerei rapidamente para que, após, possamos ouvir o Dr. Manoel. Perguntamos: *Na exumação do corpo do presidente João Goulart, decorridos 32 anos após sua morte, quais os indícios técnicos, científicos e substâncias químicas ingeridas que poderiam ser identificados como 'causa mortis'.*

b) A ciência forense tem condições de identificar substâncias químicas como Mamlono-nitrile, CN-CS, Clorofórmio, Ortoclorobenzol, Neutrox, Digitalix, Efortil, Cafeína, Nifedil, Escopolamina e Sulfato de Atropina em cadáver humano após 32 anos da morte?

c) Faz sentido a afirmativa de que três substâncias químicas misturadas possam causar efeitos distintos ao mesmo tempo, no organismo humano, como aumentar os batimentos cardíacos, diminuir o tamanho dos vasos sanguíneos e causar aumento da densidade do sangue?

d) Com relação à exumação e em relação às substâncias químicas aplicadas a seres humanos que provocam a morte quase instantânea e passíveis de serem usadas na década de 70, quais procedimentos deveriam ser priorizados para evitar-se a perda dessas provas?

e) Quais sugestões poderiam ser indicadas pelo técnico como melhor caminho para tentativa de elucidar-se uma possível morte ocorrida por substância química, transcorridos 32 anos da morte?

f) Em caso de pacientes cardíacos que já foram enfartados, a aplicação de substâncias químicas associadas ou isoladamente aplicadas como ANY e CK, CICN, KCN – Cianeto de Potássio – Cianureto –, KCL – Cloreto de Potássio –, Digitalina, em quais quantidades desencadeariam sintomas de um enfarto, e o gás Sarin, na forma líquida, diluído na água potável, após 32 anos, ainda seria possível encontrar traços dessas substâncias num cadáver humano?

O SR. MANOEL CONSTANT NETO – Muito obrigado.

Boa tarde a todos.

Homenageando o relator desta comissão, saúdo a todos os presentes aqui.

Eu necessito dar algumas declarações iniciais do ponto de vista técnico oficial, e a primeira e talvez a mais importante delas é que eu estou aqui como representante do Departamento Médico Legal do Instituto-Geral de Perícias da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Então, é uma representação oficial. Não estou aqui só como convidado, não é o Manoel médico que está aqui. É o médico legista do Estado. Isso pode parecer simples, mas é uma colocação importante.

Evoluindo um pouco mais em relação à exumação e tentando ir um pouco mais para o lado de substâncias químicas – porque esse foi bastante o foco dos questionamentos encaminhados à Secretaria de Segurança do Estado – por óbvio se imagina que a característica das próprias substâncias interfere bastante no que se possa ou não encontrar.

Existem algumas características das substâncias. A meia vida é uma delas, e seria o quanto ela sobrevive no meio, no corpo e, às vezes, na maneira de detecção e na técnica de detecção.

Se por um lado isso nos coloca limitações, de novo aqui fica muito clara a importância do caso específico. Existem substâncias que, do ponto de vista teórico, se formos a um

livro, normalmente são consideradas como não sendo passíveis de detecção como causa de morte.

Um exemplo histórico da Medicina Legal é a insulina. Muitas vezes as pessoas costumam dizer que a insulina é uma substância em que, se alguém morrer por uma dose aumentada, não se consegue fazer a detecção, dependendo do tempo em que isso acontecer.

Existe o relato de um caso nos Estados Unidos, na primeira metade do século XX, em que conseguiram elucidar um crime – se não me engano, foram crimes em série – no qual o indivíduo estava utilizando insulina. Se ainda existem dificuldades para se lidar com essa substância hoje, os senhores imaginem na época.

O que aconteceu? A partir do momento em que houve a suspeita da substância, o legista que estava responsável pela situação conseguiu imaginar uma maneira de fazer o teste da presença dessa substância em restos teciduais. Ele logrou êxito, conseguiu comprovar. Conseguiu fazer a comprovação. Isso foi aceito do ponto de vista da metodologia científica.

Por que estou comentando isso para os senhores? Vai ficar mais claro na resposta às perguntas. Porque também não seria, genericamente falando, uma resposta simplista, correta, minha, dizer que a meia vida das substâncias é o fator único que as impede de serem observadas. De novo o estado de conservação do cadáver a ser examinado é um fato importante.

A próxima pergunta lógica poderia ser: passados 32 anos, qual seria o estado de conservação do cadáver? O estado de conservação do cadáver também é variável. Ele também pode ser afetado pelo local da sepultura, pela maneira como foi sepultado, eventualmente por algum procedimento que tenha sido feito no cadáver antes.

Para citar coisas bastante simples, antigas e anteriores à nossa época, temos as múmias egípcias, aí, com um grau de conservação muito maior do que seria de se esperar, passada essa quantidade toda de anos em que ficaram lá até serem encontradas.

Da mesma forma, isso acontece com cadáveres quando vimos à exumação. Muitas vezes encontramos cadáveres que estão resumidos à ossada, e muitas vezes encontramos outros sepultados há bastante tempo e nos quais ainda existe o que chamamos de partes moles do organismo.

Por parte mole, entendam principalmente o que não for osso. E isso às vezes acontece após muitos anos. Em uma

sepultura exposta ao sol, num terreno seco, a maneira como se comporta o processo de decomposição natural do ser humano é completamente diferente daquele que ocorre em uma sepultura à sombra, em local úmido.

O próprio caixão, o acesso a larvas necrofágicas, se a pessoa já estava com um quadro infeccioso em andamento ou não, tudo isso influencia no estado em que o cadáver vai estar quando for aberto o ataúde ou caixão.

Especificamente no caso em questão, desconheço maneira de se dizer com precisão o que esperamos encontrar, ou seja, como, realmente, pode estar o corpo do ex-presidente João Goulart numa eventual investigação judicial.

Dito isso, gostaria de passar às perguntas efetuadas. Se houver alguma dificuldade de entendimento, por favor, me interrompam.

A primeira trata da exumação e indaga: em relação à exumação do corpo do presidente João Goulart, decorridos 32 anos após a sua morte, que indícios técnicos científicos de substâncias químicas ingeridas poderiam ser identificados como *causa mortis*?

Como comentei isso depende basicamente do estado em que se encontra o corpo do ex-presidente e também da característica dos elementos químicos que se imagina devam ser pesquisados. No que diz respeito às condições da (ininteligível) forense em relação às substâncias que foram listadas na pergunta B, como (ininteligível) nitrili(?), ICN(?), ICS(?), cloroformo, ortocloro benzol, neutrox, (ininteligível), efortil, cafeína, nifedin, scopolamina, sulfato de atropina, algumas coisas precisam ser ditas.

A primeira delas – e mais importante – é a de que essas substâncias estão sujeitas a mesma regra geral: preciso saber como está o cadáver, o que só podemos saber se a exumação for realizada. Não há como sabermos, antes, em que estado está esse cadáver; não há como fazermos uma previsão e, com base nela, tomarmos qualquer decisão.

Embora essa possa ser uma decisão da autoridade competente na investigação, ela não cabe ao perito. Ao perito cabe a informação clara, o que só pode ocorrer se soubermos como que está o corpo.

Poderia ser questionado se algumas substâncias de meia-vida muito curta não podem ser descartadas de antemão, razão pela qual citei o exemplo da insulina. Via de regra, talvez sim; seriam as respostas clássicas, seria a investigação clássica.

Entretanto, não me sentiria confortável ao responder em tese, sem realmente conhecer a realidade do fato, tendo em vista que o que se está fazendo é levantar possibilidades de um processo investigativo.

Eu não estaria sendo correto se dissesse que não com absoluta certeza. A insulina é um exemplo disso, embora deva deixar bem claro que há uma série de substâncias que, 32 anos depois, podem ser bastante difíceis de detectarem.

Outro ponto em relação à pergunta B diz respeito à nomenclatura dessas substâncias. Algumas das nomenclaturas elencadas no quesito não encontram correspondência nas substâncias químicas conhecidas através de literatura. Sobre algumas delas até podemos fazer uma inferência no sentido de que talvez seja a substância X ou a substância Y. Só que, novamente, como técnicos, como peritos, não podem trabalhar e responder com base numa suposição.

O que pode ter acontecido, se essas informações são oriundas de depoimentos, é o depoente, não sendo técnico, ter dado o nome aproximado da substância, ou algum cenário semelhante. Esse fato leva a uma dificuldade maior, que é a de antemão sabermos responder exatamente o que está acontecendo.

Os senhores podem imaginar que eventualmente posso responder que não ou que sim a uma determinada substância. Mas, como já estamos vendo aqui, algumas delas não constam. Portanto, nada impede que uma das outras que estão ali não seja exatamente a substância que o depoente está realmente querendo dizer.

A repercussão aparecerá na resposta a uma pergunta posterior que vem na lista logo à frente.

Em relação à pergunta C, o questionamento é o seguinte: faz sentido a afirmativa de que três substâncias químicas misturadas possam causar efeitos distintos ao mesmo tempo no organismo humano, como aumentar os batimentos cardíacos, diminuir o tamanho dos vasos sanguíneos e causar aumento da densidade do sangue?

Sim, essa colocação isolada faz sentido. Uma substância ou combinação de substâncias podem simultaneamente acelerar o coração, aumentar a freqüência cardíaca, causar vaso constrição – que seria diminuir o diâmetro dos vasos sanguíneos.

Estou considerando, nessa resposta, as artérias coronárias, ou seja, os vasos sanguíneos que irrigam o coração.

Elas são muito importantes para que o coração consiga funcionar de maneira adequada.

Então, estou incluindo essas artérias nessa hipótese de vaso constrição, que foi colocado o quesito. E associado a isso, aumentarmos a viscosidade do sangue – que imagino que se tenha tentado com a palavra densidade –, o que vai causar?

Isso vai causar um aumento no esforço que exijo do coração para trabalhar. Isso é ponto pacífico.

A próxima pergunta lógica seria: Qual a consequência desse aumento de esforço? Isso vai ser variável de indivíduo para indivíduo e, dependendo da magnitude desses efeitos, em cada indivíduo. E também não há uma resposta única que possa ser dada a todos os casos, mas, se ela faz sentido. Se os senhores me perguntarem se faz sentido, se quisermos criar um problema cardíaco, faz sentido essa combinação de fatores? Faz. É uma combinação de fatores que, se conseguida, se lograda, ela vai exigir um aumento da demanda do coração.

Agora, se os senhores de novo me perguntarem qual o resultado do aumento dessa demanda do coração, eu preciso saber de qual coração, como estava esse coração e qual era o cenário. É uma resposta afirmativa para o mecanismo, de que ele faz sentido, mas ela não consegue dizer o que aconteceria em todos os casos, porque ela depende de outros fatores.

O próximo questionamento diz: Quanto à exumação em relação a substâncias químicas aplicadas a seres humanos, que provocam a morte quase instantânea, – em poucos minutos – e, possíveis de serem usadas, na década de 70. Quais procedimentos deveriam ser priorizados para evitar-se a perda dessas provas?

Os senhores imaginem que a lista dessas substâncias elencadas como morte quase instantânea, em poucos minutos, na década de 70, é uma lista talvez até não factível de se atingir com correção o número exato de substâncias que podem causar isso. Mas, o cerne da pergunta, que é a priorização da prova, o que poderia ser feito no caso de uma investigação para que essas provas sejam preservadas, seria basicamente a partir do momento da decisão da realização dessa exumação. Que essa exumação fosse feita desde o seu início, onde o cadáver se encontra, onde o objeto da exumação se encontra, através de pessoal especializado. Que esse pessoal especializado tivesse o controle desse procedimento junto com a autoridade competente desde o início.

Então, com exumação, abertura do túmulo, o transporte, o recolhimento, o acondicionamento adequado de um material que eventualmente as pessoas que estiverem lá julguem que é pertinente, que eventualmente esteja próximo ao ataúde, terra, restos vegetais. Enfim, depende do cenário que se vai encontrar, também do transporte adequado para o local onde vai ser feito esse exame.

Sem que nós tenhamos uma informação mais específica e respondendo como técnico geral de investigação pericial, esses talvez sejam os cuidados mais importantes na execução de uma exumação no cenário hipotético que nós estamos considerando.

Eu não consideraria o cenário ideal que fosse apresentado, por exemplo, já direto no necrotério do departamento Médico Legal – hipoteticamente –, o ataúde. O correto seria que isso fosse feito desde o início com acompanhamento técnico especializado, principalmente tendo em vista o tempo que decorreu: 32 anos.

No que diz respeito à pergunta de letra *e*, que, talvez, no meu entender, seja uma das mais importantes, onde literalmente se pergunta: Quais as sugestões que poderiam ser indicadas pelo técnico como melhor caminho para a tentativa de elucidar se uma possível morte ocorrida por substância química, transcorridos 32 anos desse óbito, dessa morte?

Eu tenho pouca dúvida, ou nenhuma dúvida de que o correto conhecimento do cenário de onde partiram as suspeitas, no que diz respeito à causa morte, ao mecanismo de causa morte, talvez seja uma das coisas mais importantes onde nós possamos contribuir.

Isso por quê? Porque é diferente nós recebermos uma informação de um indivíduo, que já foi ouvida por alguém, por mais experiência que essa pessoa tenha, e que chegue a nós. Pode eventualmente alguma coisa no meio, não é nem ter-se perdido, o que pode eventualmente acontecer é durante um depoimento, onde o depoente começa a falar em assuntos técnicos, em substâncias, uma série de informações que podem ser tiradas dali com questionamentos que, se pergunta: Bom, o senhor já usou o senhor já fez? O que o senhor viu? O que o senhor não viu?

Isso nós dá, muitas vezes, informações que permitem abrir ou fechar o espectro da investigação, o que, os senhores imaginem, pode auxiliar de forma bastante contundente o resultado final de onde se quer chegar com isso.

Então, na nossa maneira de entender, realmente, esse cenário, o conhecimento de onde partiu, como, da onde foi, o que ele quis dizer com ANY? Isso é diferente, se nós tivermos a chance de tentar isso, ou se nós temos de trabalhar simplesmente com a hipótese do ANY ou de outra substância que vier a ser identificada aqui como ZTH.

Se alguém me disser assim: a ZTH. Eu vou responder: Não conheço a substância. E, no entanto, talvez, argüindo o indivíduo, pode ser que consigamos entender o que ele está dizendo, ou mesmo até não saber uma substância, mas entender o mecanismo. E aí nós podemos criar a suspeita das substâncias ou alguma coisa do gênero.

O que eu estou querendo dizer para os senhores é que 32 anos passado, ou um tempo largo passado, é uma dificuldade bastante grande e se torna mais importante ainda a correta análise técnica do cenário antes que se pense em fazer a exumação. Por quê?

Porque, eventualmente – eu estou imaginando coisas –, se chega a uma conclusão, a autoridade competente chega a uma conclusão que determinada substância, cuja detecção depende de coleta especial do material, é uma das substâncias suspeitas, eu já tenho que chegar na exumação sabendo disso. Eu não posso, depois, no meio da exumação ou no final da exumação, essa substância aparecer, porque eventualmente é uma substância que dependia de um cuidado especial lá na abertura do túmulo. É uma hipótese que eu estou criando, para ilustração do que eu estou querendo dizer, ou responder a essa pergunta.

O último questionamento, que é o de letra *f*, nos pergunta: Se, em caso de pacientes cardíacos que já foram enfartados, a aplicação de substâncias químicas associadas ou isoladamente, como ANY, CK, CICN, KCN, KCL, digitalina, em quais quantidades elas desencadeariam sintomas de um enfarto? E os gás Sarin, na forma líquida, diluído em água potável, após 32 anos, ainda seria possível encontrar traços dessas substâncias no cadáver humano?

O que acontece? Existem diferentes graus de doença cardíaca, bem como diferentes consequências que essas doenças cardíacas podem ter nas pessoas. Isso, associado ao que nós já havíamos comentado antes da característica das substâncias, diz claramente, deputado, que uma mesma dose de substância, aplicada em dois indivíduos diferentes, pode ter resultados diferentes.

Existem doses que, na média dos seres humanos, nós sabemos que são doses que teriam o mesmo resultado em todos os seres humanos. Mas isso também não é uma coisa que eu possa assumir do ponto de vista pericial. Eu não posso assumir de antemão, do ponto de vista pericial, que – para responder à pergunta – nós estaríamos trabalhando com essas doses. Então, a resposta técnica correta é que a mesma dose de substâncias, em diferentes indivíduos, pode ter resultados diferentes.

De novo, nós voltamos à necessidade de uma adequada avaliação técnica do cenário, ainda que hipotético, que se esteja trabalhando.

Em relação ao gás Sarin, que foi a substância questionada em 2000, trata-se de uma substância que tem como uma das características terem uma meia vida muito longa. E existe relato na literatura de detecção dessa substância muito tempo depois, nem em cadáveres humanos, mas livre ao ambiente.

Um dos relatos que existem – não sabe se o Dr. Jair recorda disso, quando estivemos em Brasília, em 2000 – é sobre resquícios de gás Sarin num metal de um artefato bélico utilizado numa montanha curda no Iraque. Anos, muitos anos depois do uso dele. E foi um material que ficou exposto ao ambiente.

Então, é um exemplo de uma situação específica que eventualmente pode permitir uma detecção, se houver realmente tido o seu uso.

Muitas vezes, uma substância é ou não detectada também, um tempo x depois, dependendo da maneira como ela foi administrada e, de novo, aquilo que eu comentei antes: dependendo do estado em que se encontra um material a ser examinado, no caso, o material humano a ser examinado.

Esses são os esclarecimentos possíveis, na melhor correção, sem que nós, técnicos, começemos a fazer ilações. É até onde nós podemos ir com isso que nós temos aqui. Porque, de novo – o que eu disse no início e repito agora –, isso não é uma perícia, isso não é um laudo pericial, isso é uma resposta à uma consulta feita pelo Poder Legislativo em relação a um assunto técnico. E essas respostas, embora saibamos que estão vinculadas a um caso, a um indivíduo específico, são respostas genéricas, e que, no caso de haver uma investigação com interesse judicial, elas podem, devido a particularidades que eventualmente se encontrem no caso, sofrer alterações.

Basicamente era isso, deputado. Não sei se lhe é de algum auxílio.

Pelo que eu entendo há uma parte muito importante desse caso todo que envolve uma área técnica, uma suposição de manipulação técnica. Então, eu acho que, talvez, até pra auxiliar as pessoas que estão nessa investigação seria importante os senhores terem, ou quem for fazer essa investigação, alguém da área técnica para auxiliar de repente até na maneira de escutar, na maneira de ouvir, o que perguntar o que acrescentar em determinado depoimento. Os documentos médicos do presidente onde é que estão? Tudo isso é importante.

Há muito mais coisas que precisam ser colocadas e, que talvez possam auxiliar. Como o Cristian colocou realmente não tem nenhum momento nesse documento que nós tenhamos dito que é impossível encontrar alguma coisa e também não tem, em nenhum momento desse documento, porque não seria correto cientificamente, onde se afirma que se vai encontrar alguma coisa, porque, se eu tivesse certeza ou qualquer um de nós tivéssemos certeza absoluta, certeza não convicção, certeza, certeza de que algo vai ser encontrado, então é porque já existe outra prova com força suficiente que diz que a exumação não é necessária. Esse é o meu entendimento.

O SR. MANOEL CONSTANT NETO – Aqui nós entramos numa situação que vou fazer uma colocação para os senhores e espero que os senhores compreendam bastante.

Com certeza, eu não teria como de cabeça lhe dar uma lista de todas essas substâncias. Isso é pacífico. Mas tem outro dado importante também, e nós estamos numa audiência pública, e eu sou perito oficial do Estado.

Por mais que algumas dessas informações sejam de domínio público no sentido de livros de toxicologia, de uma série de outras coisas, existem algumas situações que nós passamos como peritos e tenho certeza de que outros profissionais passam também, que elas nos colocam numa situação um pouco difícil que é essa que o senhor me colocou agora. O que acontece?

Vou-lhe dar um exemplo. Freqüentemente, em alguma aula ou alguma situação, é comum algum jovem perguntar: *Vem cá, é verdade que, se eu usar maconha, se eu usar cocaína, tanto tempo depois, não pegam? Como é que eu posso adulterar a urina para fazer alguma coisa ou outra?*

O que eu estou querendo lhe dizer com isso? Existem substâncias que podem não ser detectadas. Ta? Eu não sei a lista toda de cabeça. Saberia lhe dizer algumas, não que não podem ser detectadas, mas que tem dificuldade. Eu dei um exemplo: a insulina. A insulina é um exemplo de uma substância de difícil detecção que normalmente, se o senhor for procurar se diz que não se detecta, mas existe maneira. Alguém encontrou uma maneira de, em alguns casos específicos, pela particularidade do caso, da via de administração, que é a subcutânea, se conseguiu através do estudo do tecido comprovar que havia ali. No sangue, não tinha como mais.

Não seria a primeira vez, em medicina legal ou em medicina, que se tenta alguma coisa diferente do que está classicamente nos livros. Aliás, essa é uma das belezas da ciência, por isso que a ciência avança, porque a gente tenta criar, sempre, alguma coisa, para transpor os obstáculos que existem, mas eu não tenho como criar alguma coisa para transpor um obstáculo se eu não sei nem qual é o obstáculo que eu tenho. É difícil. Aí não vou ter como trabalhar com a mente científica, vou trabalhar só com hipóteses, e aí, a partir do momento que eu começar a trabalhar só com hipóteses, vou deixar de prestar o serviço que é o serviço que eu preciso prestar para os senhores e para a sociedade, como perito, que é tentar justamente ao contrário, tentar ajudar os senhores a testar as hipóteses dos senhores, através de metodologia, não eu criar mais hipóteses, embora isso não seja uma excludente da investigação.

O SR. MANOEL CONSTANT NETO – Existem vários tipos de cloretos, mas, novamente, vou a um ponto: a resposta que vocês precisam não tem como ser dada sem uma correta avaliação das evidências que surgem. A combinação dessas substâncias pode causar resultados completamente diferentes, a maneira como ela foi administrada, e novamente volto ao exemplo da insulina. A insulina não é detectável. Essa é a opinião clássica. Se me perguntares no dia-a-dia, ou se fores no Instituto Médico Legal e se perguntares, no dia-a-dia, se insulina pode ser detectada, o pessoal vai dizer, não, insulina não se detecta. No entanto, há casos em que se consegue detectar.

Então, creio que precisa ficar claro que tenho uma limitação muito grande, pela característica do meu trabalho, em trabalhar com hipóteses. Preciso das evidências, para poder

avançar. Porque se eu começar a trabalhar com hipóteses, não vou fazer uma perícia, encerra a minha atividade como perito e vou estar fazendo alguma outra coisa, que não perícia.

Não quero parecer antipático aos senhores, mas a minha função, para realmente auxiliar no que vocês pretendem, é manter o máximo possível, na área que me compete, a integridade do que realmente pode e deve ser feito. Quanto mais informação real tiver de evidências que colhermos, mais coisas a gente tende a ter chance de dizer. Antes disso, estou trabalhando com hipóteses. Com hipóteses, nenhum perito responsável e sério vai fazer alguma colocação.

DADOS RELEVANTES OBTIDOS PELA SUBCOMISSÃO A SEREM INVESTIGADOS

ATUAÇÃO POLÍTICA DE JANGO NO EXÍLIO

Durante seu exílio – ainda que considerado politicamente moderado e desfrutando do respeito das autoridades uruguaias -, o ex-presidente João Goulart desempenhou importantes atividades de mediação política, dentre as quais são dignas de destaque: a) sua atuação no episódio do seqüestro da professora Elena Quinteros da Embaixada da Venezuela, no qual realizou importante mediação diplomática entre os Governos da Venezuela e do Uruguai, em virtude de sua qualidade de ex-presidente e amigo do Embaixador da Venezuela em Montevidéu, Julio Ramos, e b) mediação entre os militares da Junta argentina que tomaram o poder em março de 1976 e o governo deposto de Isabelita de Perón, tendo em vista seus laços de amizade com Perón, falecido dois anos antes. Documentos do Itamaraty e do SNI demonstram que o ex-presidente era constantemente monitorado, inclusive em suas atividades de lazer, como ida a bares e cassinos. Para esse mister, dispunha-se da vigilância de vários serviços secretos, nem todos perfeitamente comunicantes entre si. Concluiu-se que:

- o CIEX das embaixadas brasileiras, contavam com o apoio de adidos militares e de inteligência lotados em outras embaixadas, como as da Argentina, do Uruguai e do Chile;
- que havia repasse de recursos entre estes governos, e, a realização de cursos de formação de agentes;
- sobre o serviço de inteligência e serviço secreto uruguai, o qual era incumbido de monitor Jango, enviava esses relatórios de forma periódica diretamente ao DOPS de São Paulo. A esse respeito, destaca-se o conhecimento, por parte de Neiva Barreiro, do codinome e telefone do Delegado Fleury (conhecido como "Dr. Vidigal Barreto, senha para acesso direto; tel 11-2212341.
- A conhecida viagem de João Goulart à França e ao Reino Unido, para visitar seu médico cardiologista em Lyon e seus filhos em Londres, respectivamente, foi aparentemente monitorada por brasileiros e uruguaios lotados na França. A esse respeito, informa Neiva Barreiro que Romeu Tuma, à época chefe do Serviço Secreto do DOPS/SP, teria realizado, ele

próprio, o monitoramento de Jango naquele país. Este relatório, minucioso, informaria que Jango assinara o livro de condolências no consulado da China em Lyon, por ocasião da morte de Mao Tsé-Tung, assim como conversas telefônicas e encontros.

- Outro relatório do SNI informa que Jango não tivera êxito para encontrar seu médico em Lyon, na primeira ocasião em que se dirigiu àquela cidade. Nesse sentido, pode-se afirmar que era de amplo conhecimento dos serviços secretos de vários países que Jango tomava medicamentos importados da França, que eram periodicamente remetidos ao Hotel Liberty.

ARQUIVOS DO ITAMARATY E DO SNI

Documentos do Itamaraty de 1971 transmitem ordens do Itamaraty ao Embaixador em Assunção no sentido de que "Vossa Excelência deverá, por todos os meios, impedir que João Goulart se instale no Paraguai". Esta ordem foi passada em decorrência da relação de cortesia que o ditador Strossner conferia ao ex-mandatário brasileiro. Esse tratamento cordial devia-se à anterioridade da ditadura paraguaia com relação à brasileira, ao tratamento dispensado por Goulart a Strossner, em Brasília, recebendo o mandatário paraguaio em visita extra-oficial. Também na promessa de Goulart de realizar volumosos investimentos no Paraguai em setores estratégicos. Vale recordar que o Paraguai concedeu passaporte diplomático a Jango, dado o que o governo brasileiro havia negado-lhe. Em outra comunicação, o Itamaraty informa que Jango "é capaz de aglutinar, em torno de si, todas as forças subversivas da América do Sul", o que comprova que, politicamente, o ex-presidente ainda era considerado uma ameaça ao regime militar brasileiro. Suas atividades de mediação política e sua amizade com o presidente Perón, durante o exílio e durante seu breve segundo governo, certamente aumentavam os temores de que Jango retornasse ao Brasil como Perón havia feito. Ainda no que se refere aos arquivos do Itamaraty, vale recordar que, ainda que o tenha solicitado oficialmente, somente os arquivos até o ano de 1971 foram entregues à família.

Esta Subcomissão considera de estrema importância que todos os arquivos referentes ao ex-presidente sejam desclassificados, dado que são de fundamental importância não só para os

familiares, mas também para a reconstituição da história brasileira.

EVOLUÇÃO DOS ACONTECIMENTOS EM 1976

Após o golpe de estado na Argentina contra a presidente María Estela Martínez de Perón, em 24 de março de 1976, desencadeou-se forte onda de violência naquele país, tendo sido brutalmente assassinados, importante líderes de esquerda e mesmo de centro-direita. Logo depois do golpe de estado no Chile, com o conhecimento da CIA, os serviços de inteligência do Chile, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai passaram a cooperar e, em 1975, instituíram a Operação Condor, codinome dado ao acordo para o empreendimento de ações conjuntas, visando coordenar a repressão e eliminar os adversários dos regimes ditatoriais existentes nos países do Cone Sul. Mas o raio de ação da Operação Condor não se restringiria à América Latina. A terceira fase e a mais secreta da Operação Condor, segundo o documento desclassificado pelo Defense Intelligence Agency (DIA), do Exército norte-americano, consistiu em formar equipes especiais dos países membros a fim de que viajassem por todo o mundo e executassem sanções, que incluíam até assassinatos, contra supostos terroristas ou que apoiassem suas organizações, ou seja, contra adversários políticos dos regimes militares instalados no Cone Sul. Se um adversário político ou um que apoiasse a organização política adversa estivesse na Europa, uma equipe especial da Operação Condor seria enviada para o localizar e vigiá-lo. Quando culminasse a localização e a vigilância, uma segunda equipe de Operação Condor seria enviada para aplicar a sanção efetiva contra aquele adversário. Em teoria, um país proveria de documentação falsa a equipe de assassinos, formada por agentes de um outro país. Em Buenos Aires - onde havia exilados chilenos, uruguaios, bolivianos, brasileiros e paraguaios - vários crimes ocorreram no marco da Operação Condor, ainda antes de que ela fosse formalmente concertada e oficializada. O general Carlos Prats, que servira ao governo de Salvador Allende, foi assassinado em setembro de 1974, em Buenos Aires. Segundo os depoimentos prestados nos EUA, a bomba foi colocada pelo norte-americano Michael Townley, ex-agente tanto da DINA como da CIA. E, além de outros numerosos dissidentes dos regimes militares, também foram assassinados em Buenos Aires, em maio de 1976, dois

parlamentares uruguaios, o senador Zelmar Michelini e o deputado Héctor Gutiérrez Ruiz; e o general Juan José Torres, ex-presidente da Bolívia, em junho. E em 21 de setembro do mesmo ano, Orlando Letelier, ex-embaixador do Chile, e sua secretária, Ronni Moffit, foram assassinados em plena capital dos EUA, na terceira fase da Operação Condor, no âmbito da qual os EUA facilitaram comunicações entre os chefes dos serviços de inteligência dos países do Cone Sul, conforme revelou o embaixador dos EUA no Paraguai, Robert E. White. O fato de que o Pentágono estava interessado na Operação Condor, em 1976, era relevante para a rede de comunicações que foi estabelecida e facilitada pelos EUA. O general Alejandro Fretes Dávalos, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas do Paraguai, informou ao embaixador norte-americano Robert White que todos os chefes dos serviços de inteligência dos países da América do Sul na Operação Condor se mantinham em contacto um com o outro através das instalações de comunicação dos EUA na Zona do Canal do Panamá que cobriam toda a América Latina. Essas instalações eram empregadas para coordenar as informações de inteligência nos países do Cone Sul.

HIPÓTESE DE ASSASSINATO DE JOÃO GOULART

Fortes evidências sinalizam a disposição do regime militar brasileiro que não queria o retorno do ex-presidente João Goulart ao Brasil. O envio do delegado Fleury ao Uruguai foi nesse sentido. A ordem de Geisel era para que João Goulart não retornasse. E, Sérgio Paranhos Fleury, numa ação batizada de "Operação Escorpião", financiada pela CIA, foi incumbido da tarefa. Jango morreu em 6 de dezembro de 1976, em sua fazenda na Argentina. Segundo o senhor Mário Niera Barreiro que se diz agente secreto do Uruguai "O plano consistia em pôr comprimidos envenenados nos frascos dos medicamentos que Jango tomava para o coração: o efeito seria semelhante a um ataque cardíaco. As cápsulas envenenadas eram misturadas aos remédios no Hotel Liberty, em Buenos Aires, onde morava a família de Jango, na fazenda de Maldonado e no porta-luvas de seu carro". "Ele tomava Isordil, Adelfan e Nifodin, que eram para o coração. Havia um médico-legista que se chamava Carlos Milles. Ele era médico e capitão do serviço secreto. O primeiro ingrediente químico veio da CIA e foi testado com cachorros e doentes terminais. O doutor deu os remédios e eles

morreram. Ele desidratava os compostos, tinha cloreto de potássio. Ele colocava dentro de um comprimido", explicou o agente.

O fato é que o possível assassinato de Jango, revelado agora por ele, ocorreu no mesmo ano em que vários outros crimes contra lideranças sul-americanas foram cometidos. Todos com participação da CIA.

Em setembro de 1976 foi assassinado em Washington o ex-ministro das Relações Exteriores do governo Allende, Orlando Letelier. O crime foi assumido pelo agente da CIA, Michael Townley, que também já havia eliminado com uma bomba o general chileno, Carlos Prats. Neste mesmo ano de 1976 ocorreu, em junho, o assassinato do General Juan José Torres, ex-presidente da Bolívia, morto com um tiro na nuca. O ex-presidente da Câmara dos Deputados do Uruguai, o Héctor Gutiérrez Ruiz, o ex-senador Zelmar Michelini, também foram mortos em Buenos Aires, em 1976.

OPERAÇÕES PATROCINADAS PELOS GOVERNOS MILITARES

A partir dos depoimentos prestados, esta Subcomissão apurou as seguintes informações:

- Operação Escorpião;
- Operação Antares;
- Operação Orion;
- Tarzan de Castro;
- Intercâmbio, e troca de informações entre os governos da Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Estados Unidos da América, sobre presos políticos.
- Ocorreram monitorações, com seqüestros, invasões de territórios por policiais dos países da Operação Condor, para prisão, tortura e morte de presos políticos. Assassinatos encomendados sob o critério de avaliação e informações prestadas e patrocinadas pela CIA;
- monitoramento de Brizola e de diversos brasileiros.
- transferência de brasileiros seqüestrados pelo regime militar para o Chile.

CARLOS MILIES GOLUBOFF

Nascido no Uruguai, conforme certidão de nascimento e óbito anexada a presente, descoberta pelo advogado uruguai Javier

Bové. Carlos Milies foi incorporado ao serviço secreto uruguai antes mesmo de formar-se em medicina. Filho de um conhecido especialista em tóxicos do Uruguai foi colocado como interventor no hospital de Montevidéu, onde também trabalhava sua mãe, Rosa Goluboff. Faleceu de forma suspeita em 1991, supostamente ao cair do primeiro andar do edifício onde residia com sua mãe. Carlos Milies fez vários cursos de especialização nos EUA. Teria se encontrado em diversas ocasiões com o famoso químico chileno da DINA, Eugenio Berriós, conhecido no Uruguai como "Hermes". Teria se encontrado também em algumas ocasiões – para as quais NB serviu como intérprete – com o brasileiro "coronel Romualdo", cujo nome verdadeiro, conforme se depreende das anotações em índice do livro de NB, colocado à disposição desta Subcomissão, seria Doutor Guilherme Romano. O Dr. Romano teria se encontrado com Carlos Milies antes e depois da morte do ex-presidente Goulart. Sua ida posterior à data de dezembro de 1976 teria se dado em função do "êxito" do composto químico utilizado, que teria assassinado João Goulart.

DR. GUILHERME ROMANO - "coronel Romualdo".

Pesquisa realizada por esta Subcomissão indica relacionamento direto do Dr. Romano com o chefe do SNI, Doutor Golbery do Couto e Silva, tendo sido este, inclusive motivo para saída de Golbery do Governo Figueiredo, conforme relata o próprio ex-presidente em entrevista a revista *Veja*. O Dr. Romano também aparece vinculado à morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek, tendo, de forma misteriosa, adquirido os diários do ex-presidente, cuja morte também é suspeita. A esse respeito, no livro "O Beijo da Morte", de Heitor Cony, um trecho do livro refere-se à frase do médico, no qual afirma que "se eu estivesse no Brasil, Lacerda estaria vivo". Nesse sentido essa Subcomissão julga oportuno aprofundar as investigações a respeito do "coronel Romualdo", seu verdadeiro nome, suas viagens ao Uruguai, assim como motivos das mesmas, solicitando-se à ABIN, ao Comando da Aeronáutica e aos arquivos do DOPS/SP, que informem sobre o mesmo. Faz-se, igualmente, oportuno, conhecer sua trajetória como médico, sua especialização e atuação em hospitais privados.

SÉRGIO PARANHOS FLEURY E LAÉRCIO FLEURY

Neiva Barreiro afirma que o titular do DOPS e seu filho Laércio teriam participado de diversas missões no Uruguai, dentre as quais se destaca reunião, em novembro de 1976, na qual Sérgio Fleury teria transmitido ao chefe do GAMMA, General Queirolo, a ordem de "eliminar" Jango. Outras viagens de Fleury ao Uruguai e os motivos destas viagens, assim como as de seu filho, deverão ser aprofundadas no intuito de se conhecer a verdadeira história das atividades do senhor Fleury no Uruguai.

CORONEL URUGUAIO PROTEGIDO

Várias informações fornecidas por Neiva Barreiro ao jornalista investigativo uruguai Roger Rodriguez foram pesquisadas por este último e revelaram-se corretas. Dentre estas se destaca a confirmação da existência do médico legista Carlos Milies Goluboff, as datas de ingresso no exército uruguai e de seu falecimento e o funcionamento do Grupo GAMMA. Informações obtidas nos depoimentos dos dias 8 e 9 de maio ainda estão sendo investigadas no Uruguai. Entretanto, destaca-se a resistência do preso em informar o nome verdadeiro de um coronel uruguai da reserva que teria cedido ao Grupo GAMA a instalações da primeira base conhecida como ARENAL ("LANERA", ou depósito de lâs, ao contrário).

BASE ARENAL

A Base Arenal teria sido uma base móvel (com vários endereços) onde atuava o serviço secreto GAMMA. Sobre sua localização, Neiva Barreiro informou, unicamente, que para ingressar na mesma era necessário dirigir-se a uma Kombi dos Correios em determinada localização. A Base Arenal encontrava-se perto da estação de trens (podia-se ouvir o barulho dos trens de dentro da base) e perto ou no bairro de Aguada, de Montevidéu. Além de servir de escritório para o Grupo GAMMA e de laboratório para Carlos Milies, nesta base foram torturados e assassinados vários uruguaios e brasileiros exilados, entre eles a brasileira "ISIS" (não se conhece seu sobrenome ou nome verdadeiro), assim como a conhecida professora uruguai Elena Quinteros.

CASO ELENA QUINTEROS

Após, recapturada da Embaixada da Venezuela em Montevidéu, Neiva Barreiro afirma que Elena Quinteros foi levada, pelo período de 2 a 3 meses, para diversas bases clandestinas, pelo serviço de inteligência e finalmente entregue, praticamente morta, ao serviço secreto GAMMA. A participação dos agentes do GAMMA no caso Quinteros deu-se unicamente pelo fato, segundo Neiva Barreiro, de que o agente Logino Lópes Godoy era simultaneamente delegado ("comissário") do Departamento nº 6 de Inteligência e também agente do GAMMA. Nesse sentido, sabia que a Base Arenal era o único lugar que contaria com forno crematório próprio, onde seria possível "desfazer-se" do corpo da vítima. Neiva Barreiro conta que viu parte do rosto do corpo de uma mulher. Ao ver foto de Elena Quinteros nos jornais, acreditou que se tratava da mesma pessoa, ainda que diga não poder afirmar com certeza absoluta. O forno crematório da Base Arenal era instalado dentro de um caminhão, sendo, portanto, móvel. A participação de Neiva Barreiro no caso Elena Quinteros deu-se, unicamente, pelo fato de o ex-presidente João Goulart ter atuado na qualidade de mediador do conflito diplomático entre a Venezuela e o Uruguai, tendo, portanto, obrigação de monitorá-lo.

PARTICIPAÇÃO DA CIA

A operação para eventualmente intervir no Brasil começou, por volta de 1961. O Departamento de Estado, naquele ano, começara a solicitar ao Itamaraty vistos para cidadãos americanos, que entravam no Brasil sob os mais diferentes disfarces (religiosos, jornalistas, comerciantes, Peace Corps etc.), dirigindo-se a maioria para as regiões do Nordeste. Em meados de 1962, da tribuna da Câmara Federal, o deputado José Joffily, do partido Social-Democrático (PSD), denunciou a "penetration" e, no princípio de 1963, o jornalista José Frejat, através de *O Semanário*, revelou que mais de 5.000 militares norte-americanos, "fantasiados de civis", desenvolviam, no Nordeste, intenso trabalho de espionagem e desagregação do Brasil, para dividir o território nacional. Se a guerra civil eclodisse, segundo ele, a esquadra do Caribe estaria pronta para apoiar as atividades dos supostos civis americanos, com armas e tropas. Comprovadamente, até 1963, o Itamaraty

concedera mais de 4.000 vistos e recebera solicitação para mais 3.000, cujo atendimento os militares nacionalistas brasileiros obstaram. Esse volumoso número de requerimentos, causara tanta estranheza que levou o Itamaraty, certa vez, a interpelar o embaixador Gordon. A resposta foi evasiva. Ele declarou que apenas 2.000 americanos utilizaram efetivamente os vistos, sendo que os demais ficariam como reservas. Não era verdade. Menti. Cerca de 4.968 norte-americanos, conforme as estatísticas oficiais de desembarque, chegaram ao Brasil, apenas em 1962, batendo todos os recordes de imigração originária dos EUA e superando quase todos os números registrados durante os anos da Segunda Guerra Mundial, quando eles instalaram, oficialmente, bases militares em diversos estados do Nordeste. Aquele número baixou, em 1963, para 2.463, talvez em virtude de restrições do Itamaraty, mas, ainda assim, continuou acima da média de entradas de norte-americanos em todos os anos anteriores e posteriores.

Esses americanos integravam as *Special Forces*, conhecidas como *Green Berets*, criadas para travar guerras de baixa-intensidade (*low-intensity wars*) e treinar as forças nos diversos países, onde houvesse essa perspectiva de conflito armado. E desde meados de 1963, pelo menos, a CIA e o Pentágono começaram a elaborar vários planos de contingência, denominados *Brother Sam*, a fim de intervir militarmente no Brasil, diante da eventualidade de que João Goulart, como consequência da pressão econômica dos Estados Unidos, reagisse e envergasse para a esquerda, não propriamente comunista e sim sob a forma do autoritarismo ultranacionalista, algo no modelo de Getúlio Vargas ou Juan D. Perón, conforme a avaliação da CIA. E até o seu assassinato (*executive action*) foi planejado. Em 10 de outubro de 1963, à mesma época em que o Grupo Especial do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos autorizara novas operações de sabotagem em Cuba, os soldados do 1º Batalhão da Polícia do Exército brasileiro, sob o comando do Major Ary Abrahão Ellis, vasculharam um sítio em Jacarepaguá (Rio de Janeiro), perto de uma propriedade de Goulart, e descobriram 10 metralhadoras Thompson, calibre 45, 20 carregadores, 72 caixas de cartuchos Remington Kleanbore 45, 10 granadas Federal Blast Dispersion Tear Gas (CN) e um rádio transmissor motorola, marcado com o símbolo do programa Ponto IV (mãos apertadas), da embaixada dos Estados Unidos(32). O ministro da Justiça, Abelardo Jurema, declarou que as metralhadoras

Thompson entraram clandestinamente no Brasil, pois nenhuma daquele tipo existia nas suas organizações de polícia nem no seu Exército, cujos oficiais desconheciam todos aqueles modelos de armamentos, tão modernos que eram. E as investigações evidenciaram a existência de uma trama para a eliminação de Goulart e de seus filhos, bem como de muitos políticos e generais favoráveis ao governo. Não há dúvida de que a CIA estava por trás do complot.

O golpe de Estado, que derrubou em 1964 o presidente João Goulart, tipificou o conjunto das operações que a CIA desenvolveu e aprimorou, e com tais procedimentos ela conseguiu desestabilizar o governo e permitir a sublevação dos militares, a pretexto de restaurar a ordem e evitar o comunismo. A oposição tinha, decerto, uma dinâmica interna própria, determinada pelas contradições econômicas e sociais, que se aguçaram no Brasil. Mas teriam os militares brasileiros, que conspiravam contra Goulart, desfechado o golpe de estado, para derrubar um governo legalmente constituído, se não soubessem que contariam com o respaldo dos EUA? Teriam ousado empreender essa aventura, que poderia deflagrar uma guerra civil, se não estivessem seguros de que receberiam assistência militar Washington, sob a forma de gasolina, armas, munições e até mesmo assessores, se necessário fosse? Seguramente, não. A assertiva do embaixador Lincoln Gordon, segundo a qual derrubada de Goulart foi realizada pelos militares brasileiros sem *“assistance or advice”* dos EUA não corresponde à realidade. Não é consistente com os fatos. O embaixador Lincoln Gordon, como sempre, mentiu.

Uma série de documentos desclassificados em 2004, por solicitação do National Security Archives, da George Washington University, com base no *Freedom of Information Act* (FOIA), evidenciaram a técnica que os Estados Unidos empregaram no Brasil, a fim de criar as condições políticas para a efetivação do golpe militar em 1964. O general Humberto Castelo Branco, chefe do Estado Maior das Forças Armadas, era quem comandava, clandestinamente, a conspiração e, em telegrama ao Departamento de Estados e às mais altas autoridades em Washington, inclusive o John McCone, diretor da CIA, o embaixador Lincoln Gordon, em 27 de março, revelou que ele preferia atuar *“only in case of obvious unconstitutional provocation”* e que por isso estava *“preparing for a possible move sparked by a communist-led general strike, another sergeants rebellion, a plebiscite call opposed by Congress, or*

even a major governmental countermove against the democratic military or civilian leadership."

O embaixador Lincoln Gordon pressionou Washington para que se envolvesse diretamente no golpe contra o governo de Goulart, respaldando o general Castelo Branco. *"If our influence is to be brought to bear help avert a major disaster here - which might make Brazil the China of the 1960s - this is where both I and all my senior advisors believe our support should be placed"* – escreveu em telegrama ao Departamento de Estado, Casa Branca e CIA, datado de 27 de março de 1964.

A fim de assegurar o sucesso do golpe, no mesmo telegrama, Lincoln Gordon recomendou que medidas fossem tomadas para que *"clandestine delivery of arms of non-US origin"* para que colocá-las à disposição dos que apoiavam Castello Branco em São Paulo" e preparar *"without delay against the contingency of needed overt intervention at a second stage."* Os telegramas desclassificados confirmam que a CIA empreendera *"covert measures"*, que incluíam

"covert support for pro-democracy street rallies (next big one being April 2 here in Rio, and others being programmed), discrete passage of word the U.S. Government deeply concerned at events, and encouragement [of] democratic and anti-communist sentiment in Congress, armed forces, friendly labour and student groups, church, and business."

Esse telegrama evidencia, incontestavelmente, que as Marchas Família com Deus pela Propriedade (a primeira em 19 de março, em São Paulo) foram organizadas pela CIA e que o governo dos Estados Unidos tinha um plano para *"the contingency of needed overt intervention at the second stage (...)"*.

Lincoln Gordon ainda reclamou o envio imediato de uma força naval para manobras no Atlântico Sul e estacionar em frente ao porto de Santos. E, em outro telegrama datado de 29 de março, insistiu junto ao Departamento de Estado e a outras autoridades, entre as quais John McCone, diretor da CIA, para que fosse enviada secretamente uma variedade de armas, de modo que elas estivessem *"pre-positioned prior any outbreak of violence"* e pudessem ser usadas *"used by paramilitary units working with Democratic Military groups"*. Também recomendou que Washington fizesse uma declaração pública para assegurar ao *"large numbers of democrats in Brazil that we are not indifferent to the danger of a Communist revolution here"* e sugeriu que, de modo a ocultar o papel dos Estados

Unidos, as armas deviam ser despachadas via “*unmarked submarine to be off-loaded at night in isolated shore spots in state of São Paulo south of Santos.*” Já então Goulart recebera a informação de que por volta da meia-noite do dia 16 de julho de 1963, um submarino norte-americano, com o prefixo WZY-0983 e sob o comando de um sobrinho do general Mac Clark, provavelmente chamado Roy, desembarcou, ao largo de Pernambuco, munições de guerra, entre as quais 750 bazucas, revólveres, espingardas e granadas, com o auxílio de alguns generais brasileiros reformados. Estas armas se espalharam pela Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte e outros estados, sendo muitas de origem tcheca, dentro de um plano de provocação, que visava a justificar, de acordo com o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), a intervenção dos EUA no Brasil. Vários depósitos com armamentos chegaram a ser descobertos pela Polícia do Exército, que em 10 de outubro vasculharam uma chácara em Jacarepaguá (Rio de Janeiro), perto de uma propriedade de Goulart, o Sítio do Capim Melado, e encontraram 10 metralhadoras Thompson, calibre 45, 20 carregadores, 72 caixas de 50 cartuchos Remington Kleanbore 45, 10 granadas Federal Blast Dispersion Tear Gas (CN) e um rádio transmissor-receptor portátil Motorola, marcada com o símbolo do Ponto IV (mãos apertadas), da Embaixada dos EUA.

O sítio pertencia a um amigo de Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara (então a cidade do Rio de Janeiro), e as armas eram tão modernas que os oficiais do Exército brasileiro estranharam, porquanto ainda não as conheciam. Segundo o ministro da Justiça, Abelardo Jurema, as metralhadoras Thompson entraram clandestinamente no Brasil. Não existia nenhuma daquele tipo nas organizações de polícia do país, nem sequer do Exército, e as investigações evidenciaram que se tramava o assassinato de Goulart e de seus filhos, bem como o de muitos políticos e generais favoráveis ao governo. O Inquérito Policial-Militar comprovou a “intenção criminosa” de vários colaboradores do governador Carlos Lacerda Lacerda, que, sem dúvida alguma, não estava alheio à iniciativa, segundo o SFICI, que, em informe a Goulart, incriminou também os deputados estaduais da UDN Sandra Cavalcanti e Nina Ribeiro.

Todas as alternativas foram excogitadas pela CIA e pelo embaixador Lincoln Gordon, que, quatro dias antes do golpe, informou a Washington que “*we may be requesting modest*

supplementary funds for other covert action programs in the near future", e demandou o envio de petróleo e lubrificantes para facilitar as operações logísticas dos conspiradores e o deslocamento de uma força naval visando a intimidar as forças que apoiavam Goulart. Em 30 de março, a estação da CIA no Brasil transmitiu a Washington que, segundo as fontes em Belo Horizonte, que "*a revolution by anti-Goulart forces will definitely get under way this week, probably in the next few days*," e marcharia para o Rio de Janeiro. No mesmo dia 30, no momento em que Goulart discursava para os sargentos no Automóvel Club, o secretário de Estado, Dean Rusk, leu para o embaixador Lincoln Gordon, por telefone, o texto do telegrama nº 1296, informando-o de que, como os navios, carregados de armas e munições, não podiam alcançar o Sul do Brasil antes de dez dias, os EUA poderiam enviá-las por via aérea, se fosse assegurado um campo intermediário em Recife ou em qualquer outra parte do Nordeste, capaz de operar com grandes transportes a jato, e manifestou o receio de que Goulart, o deputado Ranieri Mazzilli, os líderes do Congresso e os chefes militares alcançassem naquelas poucas horas uma acomodação, fato que seria "*deeply embarrassing*" para governo norte-americano e "*would leave us branded with an awkward attempt at intervention*". No mesmo telegrama, Dean Rusk forneceu o *script* da encenação, de forma a disfarçar o golpe de estado e a intervenção dos EUA, ao recomendar que:

"It is highly desirable, therefore, that if action is taken by the armed forces such action be preceded or accompanied by a clear demonstration of unconstitutional actions on the part of Goulart or his colleagues or that legitimacy be confirmed by acts of the Congress (if it is free to act) or by expressions of the key governors or by some other means which gives substantial claim to legitimacy".

Havia, decerto, vários grupos que conspiravam. O motim dos marinheiros, em 26 de março, constituiu a provocação que o general Castelo Branco esperava e, sem dúvida alguma, fora encorajada pela CIA, a fim de induzir a maioria dos militares a aceitar a ruptura da legalidade, em face da quebra da disciplina e da hierarquia nas Forças Armadas. O golpe estava previsto depois da Marcha da Família com Deus pela Propriedade, a ser realizada no Rio de Janeiro, em 2 de abril. Mas o general Olímpio Mourão Filho, comandante da IV Região Militar, com sede em Juiz de Fora (Minas Gerais), precipitou os acontecimentos. De qualquer forma era necessário que o golpe

de Estado tivesse uma aparência de legitimidade, conforme Dean Rusk enfatizara, de modo que os EUA pudessem fornecer a ajuda militar aos sediciosos. E de seu rancho no Texas, no dia 31 de março, o presidente Lyndon B. Johnson, falando por telefone com o sub-secretário de Estado e o secretário-assistente Thomas Mann, deu a luz verdade para que os Estados Unidos ativamente respaldassem o golpe contra o governo de Goulart. *"I think we ought to take every step that we can, be prepared to do everything that we need to do"* – Johnson ordenou e, em aparente referência a Goulart, acrescentou: *"we just can't take this one."*

Quando Goulart saiu de Brasília, tentando organizar a resistência a partir do Rio Grande do Sul, o senador Auro Moura Andrade cumpriu literal e fielmente o roteiro prescrito. Declarou a vacância da presidência da República, mesmo sabendo que ele, Goulart, não renunciara e continuava no Brasil, e empossou no cargo o deputado Ranieri Mazzilli, que como presidente do Congresso estava imediatamente na linha de sucessão. Ai, se resistência houvesse e a guerra civil irrompesse, ele poderia requerer a assistência dos EUA, com base no Acordo Militar, renovado através das notas reversais de 28 de janeiro de 1964. Mas não foi necessário. Resistência não houve. E o embaixador Lincoln Gordon pôde declarar que estava "muito feliz" com a vitória da sublevação de Minas Gerais, "porque evitou uma coisa muito desagradável, que seria a necessidade da intervenção militar americana no Brasil". E continuou a insistir na *"plausible denial"*, i.e., em negar convincentemente a responsabilidade e a cumplicidade dos EUA com o golpe de estado, norma esta pela qual os governos norte-americanos pautaram muitas vezes suas políticas de intervenção em outros países.

CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS

Em vista do que precede, esta Subcomissão concluiu que são fortes os indícios a apontar o assassinato – premeditado – do ex-presidente João Goulart, ordenado e com conhecimento das instâncias mais elevadas do Governo Geisel. Comprovou-se a articulação entre as Forças Armadas e os serviços secretos e de inteligência dos governos brasileiro, uruguai e argentino, mesmo antes da denominada Operação Condor. O DOPS de São Paulo atuava impunemente em território uruguai, monitorando os brasileiros exilados, seja diretamente, seja por meio de agentes infiltrados, ou por comprovada parceria com os serviços secreto (GAMMA) e de inteligência (DNI) uruguaios. A Operação Escorpião deve ser analisada no marco da cooperação entre os serviços secretos uruguaios e argentinos, que levaram ao assassinato do Senador Zelmar Michelini e do ex-presidente da Câmara dos Deputados Héctor Ruiz, seqüestrados no hotel Liberty. Ambos eram amigos de Jango, que também freqüentava o mesmo hotel. O carro de Jango estava à disposição de Michelini no dia do seqüestro. Agente secreto argentino, conhecido com o codinome de "Héctor Rodríguez", infiltrado no hotel por solicitação do Governo uruguai, não somente colocou pontos de escuta para a monitoração de Michelini e outros uruguaios exilados, mas também teria trocado os frascos de medicamentos de Jango na gerência do hotel Liberty. Há também fortes indícios de relacionamento com o caso do assassinato da Senhora Cecilia Fontana de Heber, esposa do senador Heber, supostamente envenenada pelo agente secreto e médico legista uruguai Carlos Milies Goluboff. Nesse sentido, esta Subcomissão propõe os encaminhamentos que se relatam a seguir, que requerem o aprofundamento de pesquisas e a realização premente de oitivas para ouvir supostos envolvidos e testemunhas no Brasil, Uruguai, Argentina, Chile e USA.

ENCAMINHAMENTOS DA SUBCOMISSÃO DA ALRS.

BRASIL

-Solicitar informações sobre o médico Guilherme Romano, suposto agente do SIGMA, coronel do Centro de Informações da Aeronáutica, vinculado ao brigadeiro Burnier, com suposta

especialidade de oftalmologia/infectologia. Participou de reuniões de trabalho com o médico uruguai Carlos Milies Goluboff, para preparação do composto químico que teria matado o ex-presidente Goulart. Participou de reuniões com Eugenio Berriós (conhecido como "Hermes", especialista em química da DINA chilena). Teria retornado ao Uruguai para obter informações com Milies sobre o "bem sucedido" composto químico. Caso tenha falecido, convocar seus filhos e parentes mais próximos para prestar esclarecimentos sobre a atuação do médico, seu trabalho para o grupo SIGMA e Golbery, suas viagens ao Uruguai, sua participação nos casos Goulart e JK. Como obteve os diários de JK? Solicitar depoimento do coronel-aviador Ferdinando Muniz, conhecido como "Comandante Calixto", caso esteja vivo, sobre viagens de Fleury ao Uruguai e trabalho prestado ao SIGMA. Solicitar depoimento lista anexa supostos integrantes do SIGMA. Confirmar telefone do DOPS/SP nos anos 70: 11-2212341. Solicitar monitoramento do e-mail – Daniel Oliveira Martins, residente em Cachoeirinha (RS), dono da empresa Martins Construções, teria auxiliado Neira Barreiro a realizar cópia das fitas originais de monitoramento. Investigar o suposto informante do SNI "Amândio do Amaral", residente atualmente na cidade de São Borja, que teria avisado ao ex-presidente João Goulart sobre uma conspiração do serviço secreto uruguai para assassiná-lo.

QUÍMICO-FARMACÊUTICO

- A Subcomissão no intuito de verificar da possibilidade de ter sido usado algum tipo de veneno "Manolo-nitrile", CN-CS, clorofórmio, ortoclorobenzol, neutrox, digitalix, efortil, cafeína, Nifedin escopolamina e sulfato de atropina, e uma série de outros derivados, submeteu em apreciação ao Departamento de Medicina Legal, uma série de questionamentos, onde após análise, entendeu que não é descartada esta possibilidade, entretanto uma série de providências deverão ser tomadas, se por acaso, a família resolver fazer a exumação do cadáver, para preservar evidências do local, do ataúde, de flora bacteriana e outros constantes no depoimento do Médico Legista Dr. Manoel, constante neste relatório.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Informação sobre cursos ministrados nos anos 70, especialmente com a participação de estrangeiros (como instrutores e como alunos). Informação sobre o aluno "Mauricio Thomaz Dellapiane", tenente Tamúz (nacionalidade sul-americana, talvez chilena). Informação sobre cursos ministrados por Peter (Russo) Castelo e "Good Teacher" (adidos norte-americanos, Paul Aussareces (Adido Francês)

EMPRESA PRÓLOGO S/A

Investigar a empresa da época denominada Prólogo S/A, fornecedora de material bélico à IMBEL (Indústria de Material Bélico do Brasil) e seus supostos cursos sobre técnicas investigativas anti-subversivas durante os anos 70, em sua sede em Brasília, com a participação de adidos militares estrangeiros como "palestrantes" e agentes brasileiros e latino-americanos (inclusive o próprio Mário Neira Barreiro), como aluno).

ARQUIVOS DO DOPS/SP

Atestado de curso ao tenente Mauricio Thomaz Dellapiane (nacionalidade sul-americana, talvez chilena).
Documentos do Fleury e demais presos políticos.

SENADOR ROMEU TUMA

Investigou Jango na França em setembro de 1976? Ordenou ao serviço de inteligência do DOPS que o fizesse? Qual a sua participação e do serviço secreto do DOPS neste Caso? Qual a relação da embaixada do Brasil em Montevidéu com o GAMMA? Qual sua relação com Frederick Latrash e a CIA? Era institucional ou pessoal? Como funcionava o CIEx? Qual a sua relação com os agentes do SIGMA?

DIPLOMATAS DO CIEx. EMBAIXADORES PIO CORREIA E MARCOS CAMILLO CÔRTES.

Segundo a imprensa especializada e brasileiros asilados, o Embaixador Pio Correia teria sido um dos principais perseguidores dos brasileiros no exílio, monitorando-os por meio do serviço de informações do Itamaraty, conhecido como CIEx e, mais tarde denominado Divisão de Segurança de Informação, DSI. O Embaixador Marcos Camillo Côrtes teria dado continuidade ao trabalho de Pio Correia. Sugere-se convocar para depoimento os embaixadores citados, ora aposentados e residentes no Rio de Janeiro, além dos diplomatas citados em uma série de reportagens do Correio Braziliense (João Carlos Pessoa Fragoso, Agildo Sellos de Moura, Sérgio Damasceno Vieira, Carlos Luzilde Hildebrandt e Jacques Claude François Michel Fernandes Vieira Guilbaud), denominadas “O Serviço Secreto do Itamaraty”, “A Memória Suja do Itamaraty”, “As vítimas do CIEx” e “O pai do serviço secreto do Itamaraty”, entre outras, anexadas a este relatório.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Solicitar a desclassificação de todos os documentos relativos ao ex-presidente Goulart, até o ano de 1977, em todos os graus de sigilo, especialmente as comunicações com as seguintes embaixadas: Montevidéu, Buenos Aires, Washington, Paris e Londres. Explicar o funcionamento do CIEX e trabalho dos adidos militares e de inteligência nas embaixadas nos anos de 70. Informar se os senhores Secretários Lyle Fontela e os funcionários Silvandra Juralti e Rui Mello trabalhavam na Embaixada em Montevidéu nos anos 70 e seus respectivos contatos.

NEIRA BARREIRO (Presídio de Charqueadas)

Entregar ao MPF cópia dos livros “Operação Escorpião”. “Diálogos de um Presidente” (onde supostamente está a

transcrição das tias de monitoramento de Jango). Cronologia de eventos feita pelo preso, que incluem as datas das viagens de Sergio Paranhos Fleury ao Uruguai. Informações sobre brasileiros desaparecidos no Uruguai, especialmente o caso da brasileira Isis, que tria sio torturada e morta na base Arenal.

URUGUAI

Roger/Bové: Localização da Base Areal: entrada com Kombi dos Correios, perto da estação de trem, bairro Aguada. Coronel protegido seria "coronel Covas" ou "Atila"? Fecha o espetáculo "Bodas de Sangre", em el Teatro Solís de Montevidéu, com Maruja Santullo, nos anos 70. Carlos Milles Goluboff havia escrito o livro "Lesiones por Arma de Fuego"? Possíveis intercâmbios entre Carlos Milles, Berriós (chileno "Hermes") e o médico brasileiro Guilherme Romano ("coronel Romualdo"). Investigar a morte da esposa de NB, Andréa Brum Barreiro, "madre de Tainá". Solicitar oficialmente às autoridades uruguaias informações sobre o monitoramento de João Goulart, especialmente: funcionamento do Grupo GAMMA; funcionamento da DNII; monitoramento de João Goulart na França e Reino Unido, em setembro de 1976; informação sobre os seguintes agentes relacionados ao final do relatório, designados para o monitoramento de Jango repassadas ao governo brasileiro e sobre os esquadrões da morte: general Luis Vicente Queirolo; contador Cohen ("agente Roy") falecido; coronel Covas; Carlos Milles Goluboff (capitão Adónis, residente na Calle Tomás Diago, 765) falecido. Sua irmã Olga Milles e sua mãe Rosa; Homero Vaz ("major Herodes"); Mario Alvarez Reyes ("alférez Aquiles") e seu irmão Hugo Alvarez Reyes – falecidos.

ARGENTINA

Solicitar ao Governo argentino que informe sobre monitoramento de João Goulart e sobre os serviços secretos argentino, uruguai e brasileiro, especialmente no ano de 1976; Informar sobre os seguintes supostos agentes secretos

argentinos: Héctor Rodríguez, infiltrado no hotel Liberty. Os funcionários do hotel que lá trabalharam em 1976 se conheceram este funcionário, encarregado de instalar as escutas telefônicas no hotel e de trocar os remédios de Jango; Juan José Pisani (conhecido como JJ Papá ou "Latino"); agente conhecido como "Grego I".

EUA

- Solicitar oficialmente as autoridades norte-americanas a desclassificação da informação sobre o monitoramento de João Goulart no Uruguai, e na Argentina;
- Solicitar depoimento de Frederick Latrash e de Peter (Ruso) Castelo;
- Solicitar informação sobre a verdadeira identidade de "Good Teacher" e sobre todos os cursos ministrado no Brasil por seus adidos civis e militares entre 1963 e 1985.

LISTA DE AGENTES DO "SIGMA"(SERVIÇO DE INFORMAÇÕES DO GOVERNO SOBRE MOVIMENTOS ANTI-SUBVERSIVOS) CITADOS POR NEIRA BARREIRO:

Eurico Dias Pinheiro "Tino", "Rosalvo", "Lírio Branco";
Aderval Monteiro (agente do SS do DOPS), que fez curso de intercepção telefônica;
Osvaldo Machado de Oliveira (chefe dos investigadores do SS do DOPS/SP);
João Marcos Monteiro Flacquer (ex-agente do DOPS e fundador do CCC);
General Ênio dos Santos Pinheiro, "capitão Ney";
Brigadeiro Milton Vila Fonte, ou Vilaforte, ou Villafão (agente do SIGMA e brigadeiro da reserva da FAB);
General José Lopes Bragança, general do CIEx;
Tenente Ciro (agente do SIGMA e reservista do EB);
Vanessa Nieves (esposa do Lindão).

Este trabalho não termina com este relatório, medidas serão tomadas a partir deste momento, na busca da elucidação deste fato – realmente foi envenenado o ex-presidente João Goulart? Muitas dúvidas ainda serão esclarecidas. Correspondências serão expedidas e as respostas serão encaminhadas aos órgãos competentes para elucidarem nossas dúvidas.

DEPUTADO ADROALDO LOUREIRO
RELATOR DA SUBCOMISSÃO

DEPUTADO DIONILSO MARCON

DEPUTADO EDSON BRUM

DEPUTADO MARCO PEIXOTO

DEPUTADO PAULO BRUM